

JOANA MIRANDA

**A IDENTIDADE NACIONAL.
DO MITO AO SENTIDO ESTRATÉGICO**



Tese de Doutoramento em Psicologia

UNIVERSIDADE ABERTA

2001

JOANA MIRANDA

**A IDENTIDADE NACIONAL.
DO MITO AO SENTIDO ESTRATÉGICO**

**UMA ANÁLISE PSICOSSOCIOLÓGICA DAS COMPARAÇÕES ENTRE
OS PORTUGUESES E OS OUTROS**

Tese de Doutoramento em Psicologia

Orientadores:

Prof. Doutora Lígia Amâncio

Prof. Doutora Maria Beatriz Rocha-Trindade

UNIVERSIDADE ABERTA

2001

Gravura da capa

Symbols for Communication

© The Image Bank

<http://www.websites.com>

Agradecimentos

Muitas foram as pessoas essenciais para o desenvolvimento deste trabalho e, mesmo correndo o risco de esquecer algumas, quero aqui expressar-lhes os meus mais profundos agradecimentos.

À Professora Lúcia Amâncio, é difícil encontrar palavras que expressem o quanto lhe estou grata. Desde o primeiro momento, que manifestou um grande interesse e dedicação por este projecto. Pela sua postura crítica, informada, perspicaz, rigorosa e inteligente, pela sua disponibilidade, pelas incontáveis reuniões que marcou, ultrapassou largamente o papel institucional que se espera de um orientador. A sua informalidade e afabilidade possibilitaram que uma relação profissional se tornasse particularmente agradável e gratificante do ponto de vista dos afectos.

À Professora Maria Beatriz por ser, de alguma forma, a razão de todo este caminhar, desde o meu ingresso no Mestrado em Relações Interculturais por ela criado em 1991. Representa para mim uma figura inspiradora pela força e coragem com que tem lutado em defesa da sua dama: “o intercultural”. Pela sua simplicidade e pela afectividade que sempre me dedicou, o meu muito obrigada.

Ao João Moreira, da Faculdade de Psicologia de Lisboa, pelo tratamento estatístico dos dados empíricos. Sempre incansável e disponível durante o período de cerca de um ano em que discutimos exaustivamente os tratamentos estatísticos a utilizar e em que procedemos a reformulações e melhorias sem fim aparente.

Ao Hermano Carmo, da Universidade Aberta, pelas referências bibliográficas essenciais e por ter, desde sempre, acreditado em mim.

A Robin Cohen, da Universidade de Warwick, que encontrei ao meu lado na mesa da conferência de Roma em 1995 e, mais tarde, num seminário na ilha grega de Hidra, em 1997 e que, ao manifestar um grande interesse pelo meu trabalho e me incentivar a publicá-lo, contribuiu consideravelmente para um aumento da minha auto-estima científica.

A Louk Hagendoorn, da Universidade de Utrecht, por todos os conselhos que me deu em Maio de 1998, na Escola de Verão de Barcelona.

À Rosa Cabecinhas da Universidade do Minho e à Professora Teresa Joaquim, pelos artigos que me proporcionaram.

À Madalena Fonseca, da secção de documentação da Universidade Aberta, por tantas facilidades no acesso a documentação difícil, bem como aos bibliotecários da Secção de Psicologia Social do ISCTE, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Psicologia de Lisboa.

À Diamantina Carmona e ao João Carlos Vinagre por me terem possibilitado a aplicação dos questionários na Escola Secundária de Odivelas e no Instituto Superior Técnico, respectivamente.

Ao Consulado General de Espanha e ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras-Gabinete de Relações Públicas, pelos dados facultados.

Finalmente, mas muito em particular, aos meus amigos, por terem sabido estar presentes, nos momentos de sombra e nos momentos de luz.

Resumo

A presente tese representa uma tentativa de reconstruir e de compreender os processos concretos que regem as dinâmicas de expressão da identidade nacional dos Portugueses.

Em termos de objetivos, pretendem-se analisar as dinâmicas intergrupais dos Portugueses, enquanto grupo nacional, em relação a outros grupos que deles se distinguem em termos de nacionalidade e a nível de dimensões simbólicas, históricas e económicas.

No plano teórico, a investigação situa-se no âmbito das identidades sociais enquanto representações sociais e a hipótese geral é a de que a identidade social não constitui uma criação do próprio grupo, inscrevendo-se, antes, numa dinâmica intergrupar de ordem psicossociológica. O ser Português é um processo de construção, desempenhando os demais alvos de comparação, um papel determinante na construção da identidade nacional. Dado que a questão da tolerância e das relações com grupos particulares está ligada à dinâmica intergrupar, não se pretende quantificar o grau de tolerância dos Portugueses, mas demonstrar que, enquanto atitude, a tolerância dos Portugueses pode variar consoante os alvos e os contextos de comparação social.

Desta hipótese decorre considerar-se que a identidade se torna tanto mais saliente quanto mais comparações entre a nacionalidade portuguesa e outras nacionalidades forem suscitadas e que as representações daí resultantes podem ser captadas mediante as respostas a um conjunto de indicadores com os quais construímos o questionário que serviu de instrumento de recolha de dados.

Com base na concepção de que a representação da identidade nacional é situacional, ou seja, que é influenciada pelas dinâmicas de comparação social, considerámos que as representações dos participantes sobre a sua nacionalidade e a dos outros poderiam depender, não só da posição do grupo nacional com o qual

se comparam numa escala de poder simbólico, como da posição que o grupo nacional e o alvo de comparação ocupam no contexto concreto da comparação.

Abstract

The present thesis represents an attempt to reconstruct and to understand the processes explaining the dynamics of expression of the national identity of the Portuguese.

We aim to analyse the intergroup dynamics of the Portuguese as a national group towards other groups that are different from the Portuguese in terms of nationality and in symbolic, historical and economic dimensions.

At the theoretical level, the investigation is centered on the field of social identities as social representations. The general hypothesis is that social identity is not a production of the group itself, but is inserted in an intergroup dynamics of social psychological nature.

Being Portuguese is a process of construction and the other targets of comparison play a central role on the construction of national identity.

As the issue of tolerance and interaction with certain groups is related to the intergroup dynamics, the aim is not to quantify the tolerance of the Portuguese, but to show that as an attitude, the tolerance may vary according to the target and to the contexts of social comparisons.

From this hypothesis we consider that identity becomes much more relevant the greater the comparisons are enhanced between Portuguese nationality and other nationalities. The resulting representations can be obtained through the answers to a range of indicators that are the basis to the drawn up questionnaire.

Based on the concept that the representation of the national identity is contextual, i.e., that is influenced by the dynamics of social comparison-we considered that the subjects' representation of their nationality and of the nationality of others could depend not only on the position of the national groups with which they compare themselves on a scale of symbolic power, but also on the position that the group and the compared target occupy in the compared context.

Résumé

Cette thèse est un essai de reconstruction et de compréhension des processus concrets qui régissent les dynamismes de l'expression de l'identité nationale des Portugais.

On prétend , plus objectivement, analyser les dynamismes inters groupaux des Portugais, en tant que groupe national, vis-à-vis à d'autres groupes qui d'eux se distinguent au niveau de la nationalité, c'est-à-dire aux niveaux des dimensions symboliques, historiques et économiques.

Sur le plan théorique, la recherche s'inscrit dans le cadre des identités sociales, en tant que représentations. Son hypothèse générale est la suivante: "L'identité sociale ne constitue pas la création du groupe en tant que tel, mais s'inscrit plus tôt, dans un dynamisme inter groupal d'ordre psychosociologique." "Être Portugais" est un processus en construction, dans lequel les autres cibles de comparaison ont un rôle déterminant. En tenant compte que la question de la tolérance et des relations avec les autres groupes spécifiques est liée aux dynamismes inters groupaux, on ne prétend nullement quantifier le degré de tolérance des Portugais, mais démontrer que, en tant qu'attitude, la tolérance des Portugais peut varier selon les cibles et les contextes de comparaison sociale.

De notre hypothèse découle la considération suivante: "L'identité est autant plus prononcée selon les différentes comparaisons entre la nationalité portugaise et les autres nationalités." Les représentations qui en découlent peuvent se registrer selon les réponses à un ensemble d'indicateurs avec lesquels nous avons construit le questionnaire qui nous a servi d'instrument de recueil des données.

Nous nous appuyons sur la conception que la représentation de l'identité nationale varie selon la situation, c'est-à-dire qu'elle dépend des dynamismes des comparaisons sociales, pour considérer le suivant: "Les représentations que les participants ont sur leurs nationalités et sur celle des autres pourraient varier, non

seulemente selon la position du groupe national avec lequel ils se comparent à l'échelle du pouvoir symbolique, mais aussi selon la position que ce groupe national et le groupe cible de comparaison occupent dans le contexte concret de comparaison."

Índice

	<i>Páginas</i>
Resumo	iii
Abstract	v
Résumé	vi
Introdução geral	1

Parte I-Problemática e enquadramento

Capítulo 1 - Contextualização do objecto de estudo

Introdução	10
1.1. Um olhar sobre os Portugueses	11
1.2. Portugal-De porto de partida a porto de chegada	24
1.3. Os Portugueses e os outros	35
1.3.1. A população em geral e a questão da etnicidade	39
1.3.2. Etnicidade e meio político	42
1.3.3. Etnicidade nos <i>media</i> e na arte	46
1.3.4. Etnicidade e meio científico	47
1.4. A problemática. Objectivos da pesquisa	50
Resumo	52

Capítulo 2 - Contributos da Sociologia e da História

Introdução.....	54
2.1. O mundo em transformação.....	55
2.2. Nações, nacionalismo e identidade nacional	60
2.3. A relação nós/outros	69
2.4. O malogro da relação nós/outros: racismo	74
Resumo	90

Parte II-Enquadramento teórico

Capítulo 3-A abordagem psicossociológica

Introdução.....	94
3.1. O despertar e o desenvolver do interesse pela questão da discriminação em Psicologia Social	96
3.2. Os modelos das relações intergrupais	106
3.2.1. O modelo de Bristol	106
3.2.2. A Escola de Genève	127
3.3. Identidades e representações sociais	135
3.4. Estudos sobre identidade nacional e/ou visão dos outros em Portugal	142
Resumo	155

Parte III-A investigação empírica

Capítulo 4-Uma análise psicossociológica da construção da identidade nacional

Introdução	157
4.1. Objectivos	160
4.2. Hipóteses	173
4.3. Método	175
4.3.1. População	175
4.3.2. Variáveis independentes e desenho experimental.....	175
4.3.3. Variáveis dependentes	176
4.3.4. Construção do instrumento de medida	178
4.3.5. Procedimento	188

	<i>Páginas</i>
4.4. Resultados	189
4.5. Síntese dos resultados	241
4.6. Discussão dos resultados	253
 Discussão geral	 271
 Bibliografia	 277

Anexos

Anexo 1- Trabalhos académicos realizados entre 1994 e 1997 sobre o tema do intercultural

Anexo 2- Os questionários da investigação empírica

Anexo 3- Lista de adjectivos dos questionários

Anexo 4- Itens 93 a 104 do questionário. Alternativas de resposta para cada questionário

Índice dos esquemas

Páginas

ESQUEMA 1

REPRESENTAÇÃO DO POSICIONAMENTO DOS EXOGRUPOS EM
TERMOS DE INFERIORIDADE/SUPERIORIDADE EM RELAÇÃO AO
GRUPO DOS PORTUGUESES 221

ESQUEMA 2

SEMELHANÇA ENTRE PORTUGUESES E EXOGRUPOS 231

ESQUEMA 3

MODELO DESCRITIVO DA RELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS DIVERSAS-
CORRELAÇÕES 247

ESQUEMA 4

MODELO DESCRITIVO DA PERPECTIVAÇÃO DOS EXOGRUPOS-
CORRELAÇÕES 248

Índice dos gráficos

Páginas

GRÁFICO 1 AS DEZ PRINCIPAIS NACIONALIDADES DOS ESTRANGEIROS COM RESIDÊNCIA LEGALIZADA	28
GRÁFICO 2 AS DEZ PRINCIPAIS NACIONALIDADES QUE RECEBERAM AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA	32
GRÁFICO 3 MÉDIAS DAS DIMENSÕES DE VALORIZAÇÃO DE PORTUGAL	198
GRÁFICO 4 COMPARAÇÕES PORTUGAL-ESPANHA NOS VÁRIOS ITENS	203
GRÁFICO 5 COMPARAÇÕES PORTUGAL-ESTADOS UNIDOS NA VALORIZAÇÃO DAS DIMENSÕES	204
GRÁFICO 6 COMPARAÇÕES PORTUGAL-CABO VERDE NA VALORIZAÇÃO DAS DIMENSÕES	205
GRÁFICO 7 MÉDIAS DAS CATEGORIAS IDENTITÁRIAS	209

Índice dos quadros	<i>Páginas</i>
QUADRO 1	
COMPARAÇÕES INTERGRUPAIS	118
QUADRO 2	
RELAÇÃO ENTRE CONCEITOS TEÓRICOS E VARIÁVEIS DEPENDENTES	178
QUADRO 3	
DESCRIÇÃO DOS ITENS DO BLOCO I-BLOCO DE CARACTERIZAÇÃO	179
QUADRO 4	
DESCRIÇÃO DOS ITENS DO BLOCO II-PORTUGUESES.....	180
QUADRO 5	
DESCRIÇÃO DOS ITENS DO BLOCO III-ESTRANGEIROS.....	181
QUADRO 6	
DESCRIÇÃO DOS ITENS 58-74 DO BLOCO IV- ESPANHÓIS/AMERICANOS/CABO-VERDIANOS.....	183
QUADRO 7	
DESCRIÇÃO DOS ITENS 75-102 DO BLOCO IV- ESPANHÓIS/AMERICANOS/CABO-VERDIANOS.....	185
QUADRO 8	
DESCRIÇÃO DOS ITENS 105 E 106	186
QUADRO 9	
ORDEM DE APRESENTAÇÃO DOS BLOCOS CONSOANTE AS VERSÕES.....	187
QUADRO 10	
TIPOS DE QUESTIONÁRIOS	187
QUADRO 11	
DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES POR SEXO, GRAU DE ENSINO, EXOGRUPO DE COMPARAÇÃO E ORDEM DE APRESENTAÇÃO.....	190
QUADRO 12	
HABILITAÇÕES ESCOLARES DOS PROGENITORES MÉDIAS E DESVIOS-PADRÃO.....	191
QUADRO 13	
PAÍS DE ORIGEM DOS PARTICIPANTES.....	192
QUADRO 14	
PAÍS DE ORIGEM DOS PAIS.....	193
QUADRO 15	
TIPO DE CONTACTO COM O ESTRANGEIRO	194
QUADRO 16	
PAÍSES DE CONTACTO	195
QUADRO 17	
NÚMERO DE ESTRANGEIROS COM QUEM SE FALOU	196
QUADRO 18	
ITENS 22-24 E ÍNDICE DE IDENTIDADE NACIONAL MÉDIAS E DESVIOS-PADRÃO.....	196
QUADRO 19	
ITENS 25-30 E ÍNDICE DE VALORIZAÇÃO DE PORTUGAL MÉDIAS E DESVIOS-PADRÃO.....	198
	<i>Páginas</i>

QUADRO 20	
IDENTIDADE EXÓGENA E ENDÓGENA	
ESTRUTURA FACTORIAL.....	199
QUADRO 21	
IDENTIDADE EXÓGENA (FACTOR 1)	
EFEITOS DE INTERACÇÃO DO EXOGRUPO DE COMPARAÇÃO E DA ORDEM	
DE APRESENTAÇÃO.....	200
QUADRO 22	
ITENS 87-92 E ÍNDICES DE VALORIZAÇÃO DOS EXOGRUPOS	
MÉDIAS E DESVIOS-PADRÃO.....	202
QUADRO 23	
IDENTIDADE EXÓGENA E ENDÓGENA	
ESTRUTURA FACTORIAL.....	206
QUADRO 24	
IDENTIDADE EXÓGENA (FACTOR 1)	
EFEITOS DE INTERACÇÃO DO EXOGRUPO DE COMPARAÇÃO E DO SEXO .	206
QUADRO 25	
IDENTIDADE ENDÓGENA (FACTOR 2)	
EFEITOS DE INTERACÇÃO DO EXOGRUPO DE COMPARAÇÃO E DO GRAU DE	
ENSINO.....	207
QUADRO 26	
ÍNDICES DE VALORIZAÇÃO DO ENDOGRUPO E DOS EXOGRUPOS	
MÉDIAS, DESVIOS-PADRÃO E DIFERENÇAS SIGNIFICATIVAS.....	208
QUADRO 27	
CATEGORIAS IDENTITÁRIAS	
MÉDIAS E DESVIOS-PADRÃO.....	209
QUADRO 28	
REDES LOCAIS E DE APOIO E PERTENÇAS ESTRUTURAIS	
ESTRUTURA FACTORIAL.....	210
QUADRO 29	
ITENS 40-56 E ÍNDICE DE ATITUDE FACE A ESTRANGEIROS	
MÉDIAS E DESVIOS-PADRÃO.....	212
QUADRO 30	
TOLERÂNCIA GERAL PARA COM OS ESTRANGEIROS, DIREITO DE VOTO DOS	
ESTRANGEIROS E CONTRIBUTOS DOS ESTRANGEIROS PARA O PAÍS	
ESTRUTURA FACTORIAL.....	214
QUADRO 31	
TOLERÂNCIA GERAL FACE AOS ESTRANGEIROS	
EFEITOS DE INTERACÇÃO DO SEXO E GRAU DE ENSINO	215
QUADRO 32	
ESTIMATIVA SOBRE O NÚMERO DE ESTRANGEIROS RESIDENTES	217
QUADRO 33	
ESTIMATIVA DO NÚMERO DE ESTRANGEIROS RESIDENTES	
EFEITOS DE INTERACÇÃO DO SEXO E GRAU DE ENSINO	217

QUADRO 34	
MEDIDA DE PROXIMIDADE SOCIAL	
MÉDIAS E DESVIOS-PADRÃO.....	219
QUADRO 35	
PROXIMIDADE SOCIAL	
EFEITOS DE INTERACÇÃO DO SEXO E GRAU DE ENSINO	220
QUADRO 36	
POSICIONAMENTO DOS EXOGRUPOS EM RELAÇÃO AOS PORTUGUESES EM TERMOS DE INFERIORIDADE/SUPERIORIDADE	
EFEITOS DE INTERACÇÃO DO EXOGRUPO DE COMPARAÇÃO E DO SEXO .	221
QUADRO 37	
OS 10 ADJECTIVOS MAIS ATRIBUÍDOS AOS GRUPOS E PERCENTAGEM DOS PARTICIPANTES QUE OS SELECIONAM	222
QUADRO 38	
ESTIMATIVAS RELATIVAS À PERCENTAGEM DE ELEMENTOS DOS EXOGRUPOS QUE POSSUEM CADA ADJECTIVO.....	223
QUADRO 39	
ATRACÇÃO DOS PORTUGUESES PELOS OUTROS	
EFEITOS DE INTERACÇÃO DO SEXO E DO GRAU DE ENSINO	224
QUADRO 40	
ATRACÇÃO DOS PORTUGUESES PELOS OUTROS	
EFEITOS DE INTERACÇÃO DO EXOGRUPO DE COMPARAÇÃO E DO SEXO .	224
QUADRO 41	
ITEM 86	
MÉDIAS E DESVIOS-PADRÃO.....	225
QUADRO 42	
ITENS 75 A 77 E ÍNDICES DE MUDANÇA ATITUDINAL.	
MÉDIAS E DESVIOS-PADRÃO.....	227
QUADRO 43	
MUDANÇA ATITUDINAL	
EFEITOS DE INTERACÇÃO DO SEXO E GRAU DE ENSINO	227
QUADRO 44	
MUDANÇA ATITUDINAL	
EFEITOS DE INTERACÇÃO DO EXOGRUPO DE COMPARAÇÃO E DO SEXO .	228
QUADRO 45	
NÚMERO DE ELEMENTOS DO EXOGRUPO COM QUEM SE FALOU	
MÉDIAS E DESVIOS-PADRÃO.....	229
QUADRO 46	
NÚMERO DE ELEMENTOS DO EXOGRUPO COM QUEM SE FALOU	
EFEITOS DE INTERACÇÃO DO EXOGRUPO DE COMPARAÇÃO E DO SEXO .	229
QUADRO 47	
NÚMERO DE ELEMENTOS DO EXOGRUPO COM QUEM SE FALOU	
EFEITOS DE INTERACÇÃO DO EXOGRUPO DE COMPARAÇÃO E DO GRAU DE ENSINO.....	230

QUADRO 48	
DIMENSÕES DE COMPARAÇÃO COM OS EXOGRUPOS MÉDIAS E DESVIOS-PADRÃO.....	232
QUADRO 49	
ÍNDICES DE INFORMAÇÃO	233
QUADRO 50	
GRAU DE CONHECIMENTO DOS GRUPOS EFEITOS DE INTERACÇÃO DO SEXO E GRAU DE ENSINO	234
QUADRO 51	
GRAU DE CONHECIMENTO DOS GRUPOS EFEITOS DE INTERACÇÃO DO EXOGRUPO DE COMPARAÇÃO E DO SEXO .	234
QUADRO 52	
AVALIAÇÃO DO RACISMO DO PRÓPRIO E DA SOCIEDADE EM GERAL MÉDIAS E DESVIOS-PADRÃO.....	235
QUADRO 53	
AVALIAÇÃO DO RACISMO DO PRÓPRIO EFEITOS DE INTERACÇÃO DO SEXO E GRAU DE ENSINO	236
QUADRO 54	
CORRELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS QUE MEDEM CONTACTO/ FAMILIARIDADE.....	237
QUADRO 55	
CORRELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS QUE MEDEM ORIENTAÇÃO/POSICIONAMENTO PSICOSSOCIOLÓGICO.....	237
QUADRO 56	
CORRELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS DE MUDANÇA ATITUDINAL	238
QUADRO 57	
CORRELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS DE SEMELHANÇA, DISTÂNCIA E ATRACÇÃO	238
QUADRO 58	
CORRELAÇÃO ENTRE O JULGAMENTO DE SUPERIORIDADE DOS ESPANHÓIS E A ATRACÇÃO PELOS ESPANHÓIS	239
QUADRO 59	
CORRELAÇÃO ENTRE A ATITUDE FACE A ESTRANGEIROS E O TER NASCIDO EM PORTUGAL BEM COMO OS PROGENITORES, O CONTACTO COM ESTRANGEIROS, A IDENTIDADE NACIONAL E O ÍNDICE DE INFORMAÇÃO.....	240
QUADRO 60	
VALORIZAÇÃO DAS DIMENSÕES EM CADA PAÍS	242
QUADRO 61	
DIMENSÕES DE COMPARAÇÃO COM OS EXOGRUPOS	244
QUADRO 62	
ANÁLISES DE VARIÂNCIA SUMARIZAÇÃO DOS RESULTADOS.....	249

Índice dos autores

A	
Adorno, T. W.	101
Albuquerque	45, 143
Almeida, J. F.	143, 260, 261
Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas	39
Amâncio, L.	46, 71, 96, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 124, 125, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 145, 161, 215, 264, 273
Amaral, A.	46
Appignanesi	37
Araújo, H. G.	165, 166
Arnould, M.	35, 36
Assembleia da República	35, 43, 214, 263
Augoustinos, M.	126, 137, 139, 140
B	
Baganha, M. I.	144
Banton, M.	75, 78
Bastos, J.G.	142, 144
Beaud, S.	79
Ben Jelloun, T.	277
Billig, M.	60, 65, 66, 67, 97, 137
Blanc, M.	77, 79
Blanz, M.	135
Bourdieu, P.	59
Bourhis, R. Y.	104, 117
Branscombe, N.	126, 127
Breakwell, G. M.	126, 137
Brewer, M. B.	101, 102, 136, 165
Brown, R.	125, 131, 165
C	
Cabecinhas, R.	145
Cabral, M.V.	145, 157, 261
Camilleri, C.	38, 173
Campbell	101, 102, 103, 104, 105, 111, 129
Cardoso, M. E.	66
Carmo, H.	145, 146
Carvalho	38, 43
Cashmore	74
Castanheira, J. P.	53, 157
Castelo, C.	15, 16, 36, 146
Codol, J. P.	94, 132, 133, 134, 155, 173, 176, 270, 273
Cohen, R.	57, 65
Conde, I.	146, 256
Connerton	11
Cordeiro, A. P.	146
Correia	18, 165, 166
Costa	31, 147, 167, 168, 172
Cunha, M.M.	93
D	
Deschamps, J.-C.	94, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 140, 155, 165
<i>Dicionário de Língua Portuguesa</i>	74
Doise, W.	94, 96, 97, 98, 104, 105, 127, 128, 129, 130, 133, 134, 139, 155, 273
Dorai, M.	140
E	
Echebarría	164
Eley	64, 65
Enciclopédia Visum	167
Enzmann	213
Esteves, M. C.	24, 26, 27, 29
F	
Fafe, J. F.	39
Ferguson, G. A.	129, 190
Fernandes, J. M., A. A.	39, 40, 142, 157, 258, 261
Ferreira, J. M.	45, 143, 146, 160
Fiske	138
<i>França, L. C.</i>	18, 24, 25, 30, 33, 41, 62, 63, 71, 79, 86, 117, 132, 149, 155, 170, 192, 193, 194, 195, 253
Frente Anti-Racista	46, 48

G		M	
Gama	42	Maalouf	36
Garcia, J. L.	47, 49, 142	Machado, F. L.	33, 36, 43, 45, 148
Giddens, A.	38, 93	Marques, L. G., J. M.	149
Goffman	38	Martins	13, 162, 164
Gonçalves, A.	53, 147	Mascarenhas, H.	53
H		Matos	152
Hamilton, D. L.	87, 138	Mattoso, J.	19, 20, 21, 22, 23, 150
Hannoun	37	Memmi, A.	70, 71, 72, 73, 75, 76, 83, 84, 87
Hettlage-Varjas	51	Messick, D. M.	138
Hogg, M. A.	138	Miles, R.	83, 85, 87
Hopkins, N.	57, 255, 258	Milner, D.	85, 86, 97, 98, 99, 101, 118
Horta	148	Miranda, J. C.	162, 182, 275
Hughes, R.	166	Mlicki, P. P.	138
I		Monteiro, N. G., M.B.	20, 37, 39, 105, 150
Inglehart, R.	37	Morin, E.	275
Instituto de Ciências Sociais	41, 145, 150, 151	Moscovici, S.	53, 94, 96, 120, 136, 137, 155
J		N	
Jacquard, A.	81	Neto, M. M., F.	24, 150, 151, 255, 259
Jean, G.	277	Nicolás	164
João	20, 22, 47	O	
K		Oommen, T. K.	60, 61
Kadaré, I.	36	P	
Klingbeil, P.	35	Pais, J. M.	41, 145, 151, 157, 163, 193, 260, 261
Kuin, S.	47	Pedrosa, I.	53
L		Phinney, J. S.	73, 118
Ladmiral, J.-R.	69, 275	Pires	27, 152
Lapeyronnie	61	Portas, M.	40
Leitão, J.	40, 45, 148	Pracontal, M. de	81, 82
Lemaine, G.	115, 117, 122, 134, 164, 259	Q	
Lévi-Strauss	72, 275	Quental, A. de	12, 13
Leyens, J.-P.	104, 137, 138	Quintino	29
Lima, A. G.	82, 49, 105, 150	R	
Lopes, S.	40, 148, 157, 172	Radley, A.	66
Lorenzi-Cioldi	94, 131, 264	Reid	126
Lourenço, E.	9, 11, 12, 13, 14, 15, 53, 148, 162, 164, 167, 168	Ribeiro, D.	151

Rocha-Trindade, M.B. 24, 25, 26, 29,
30, 35, 38, 42, 44
Roosens, E. E. 116
Rosado, M. F. 151, 152
Rosch 123

Y

Yan, Ch. 72

S

Saint-Maurice 27, 93, 152, 170, 172
Santos, B. S. 12, 16, 17, 18, 37, 153, 164
Schecter, S. 72
Schweisguth, E. 72
Serra 32, 33
Silva, M. B., A. S. 59, 72, 93
Soulier 61
Sowell 75

T

Taboada-Leonetti 135
Taguieff, P.-A. 82, 86
Tajfel, H. 71, 74, 94, 96, 97, 100, 102,
103, 105, 106, 107, 108, 109, 110,
111, 112, 113, 114, 116, 117, 118,
119, 120, 121, 122, 123, 124, 125,
126, 129, 130, 133, 134, 155, 165,
267
Telo, A.J. 17
The Open University 81, 82
Tishkov, V.A. 67, 68
Touraine, A. 70, 88, 89, 91
Turner, J. C. 94, 105, 123, 124, 125,
126, 130, 131, 255, 269

V

Vala, J. 38, 85, 99, 102, 105, 135, 136,
137, 140, 150, 153, 154, 267, 274,
275
van den Berghe, P.L. 83
van Knippenberg, A. D. 104, 124, 133
Verdú, V. 169
Vessenski, V. 68
Viegas 45, 143
Vieira, J. 47, 275

W

Wetherell, M. 134

Introdução geral

A presente tese intitulada *A identidade nacional. Do mito ao sentido estratégico. Uma análise psicossociológica das comparações entre os Portugueses e os Outros*, constitui uma tentativa de reconstruir e de compreender os processos concretos que regem as dinâmicas de expressão da identidade nacional dos Portugueses.

Este trabalho insere-se num quadro de mudanças estruturais recentes que têm tido lugar na sociedade portuguesa. De facto, a passagem de Portugal de país predominantemente de emigrantes a país predominantemente de imigrantes, quebrou a aparente homogeneidade de um território linguístico, religioso e simbólico, cujo isolamento económico e político fora já ultrapassado com a entrada, em 1986, do país na CEE. Os estrangeiros passaram a ocupar um lugar cativo nos meios de comunicação social, foram sendo perspectivados comparativamente aos Portugueses, seja através do confronto de culturas e de condições sociais, seja por razões mais lamentáveis, como sejam o crime e a violência.¹

O objecto de estudo inscreve-se, assim, num quadro de emergência da consciência dos fenómenos de intolerância e de racismo na opinião pública e de desenvolvimento do conhecimento sobre essa problemática, no meio académico.

Em Portugal, a investigação que nos propomos desenvolver, tanto quanto nos é dado saber, é a primeira nos objectivos que prossegue e na estratégia metodológica que adopta.

O interesse pela problemática do intercultural na sociedade portuguesa surgiu com o ingresso, em 1991, no 1º curso de Mestrado em Relações Interculturais leccionado na Universidade Aberta, mestrado pioneiro em Portugal na área e, viria a ser concretizado, com a redacção de uma Dissertação de

¹ A perspectivação dos estrangeiros pelos meios de comunicação social envolve considerável subjectividade. Sobre esta questão é particularmente elucidativa a obra de van Dijk, T. (1987). *Communicating racism. Ethnic prejudice in thought and talk*. Londres: Sage.

Mestrado sobre os estereótipos que os Portugueses desenvolvem sobre diversos grupos étnicos residentes em Portugal, a qual seria discutida em 1994 e que esteve na origem de outros trabalhos na área e de algumas publicações. Ao delinear a investigação de doutoramento, sentimos necessidade de, em vez de centrar a análise no conceito de estereótipos sociais, recorrer aos conceitos de identidade nacional e de representação social.

No percurso científico, há que ressaltar a influência de Maria Beatriz Rocha-Trindade,² responsável pela criação do Mestrado em causa. Embora a sua formação se situe no domínio da Sociologia, a influência da sua teorização é nítida na dissertação de Mestrado de 1994, de que assumiu a orientação e essa influência tem persistido até hoje.

Félix Neto³ representou outra influência de destaque no interesse pela temática dado que, enquanto professor da disciplina de mestrado de *Psicologia Social Intercultural*, nos permitiu encontrar um cruzamento entre a Psicologia Social e a área do Intercultural. Apesar de algo ignorada pelos psicólogos sociais portugueses, a Psicologia Social Intercultural, já na década de setenta, apresentava nos Estados Unidos um grande fulgor científico, de que são exemplos a criação, em 1970, do *International Journal of Cross-Cultural Psychology* e a fundação, em 1972, da *International Association of Cross-Cultural Psychology*.

Félix Neto (s.d.: 67) está consciente de que, nas suas próprias palavras: “A sociedade portuguesa constitui um verdadeiro laboratório natural para a psicologia intercultural que urge aproveitar melhor” e a diversidade das suas investigações na área constitui um estímulo para a investigação.

A terceira influência fundamental foi a de Lúcia Amâncio⁴. O primeiro contacto estabelecido ocorreu por intermédio da leitura da sua obra de 1994, *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*. Esta leitura foi

² Universidade Aberta. Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI).

³ Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Centro de Psicologia de Cognição, Afectividade e Contexto Cultural/Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI).

⁴ Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa. Centro de Investigação e de Intervenção Social.

determinante, não só na definição da abordagem teórica da investigação, como também no delinear do estudo empírico. Apesar de Lígia Amâncio ter por objecto privilegiado das suas investigações empíricas as relações entre géneros, a sua densa reflexão teórica sobre a questão das relações intergrupais e os delineamentos dos seus estudos empíricos são fundamentais para a nossa evolução científica. O contacto com esta Psicóloga Social veio a ter lugar em 1996 e, desde então, Lígia Amâncio tornou-se a grande mentora deste projecto. Todas as influências que a própria recebe da Escola de Genève e, mais concretamente, dos trabalhos de Deschamps e de Doise, bem como de Lorenzi-Cioldi, vêm a reflectir-se no trabalho.

Em termos de objectivos, pretendemos, com o presente estudo, analisar alguns aspectos relativos às dinâmicas intergrupais dos Portugueses, enquanto grupo nacional, em relação a outros grupos que deles se distinguem em termos de nacionalidade, mas também a nível de dimensões simbólicas, históricas e económicas.

No plano teórico, a investigação situa-se no âmbito das identidades sociais enquanto representações sociais, mais precisamente, as representações dos outros e de nós. A pertinência deste modelo para o nosso objecto é grande, já que as representações são saberes socialmente produzidos e partilhados, com funcionalidades diversas na interpretação e no controle da realidade, constituem referências explicativas, comunicacionais e operatórias, que nomeiam, classificam e produzem imagens, que condensam significados, que atribuem sentido e que participam, nas suas diversas formas de organização, na reprodução de identidades sociais e culturais.

A hipótese geral da investigação é a de que a identidade social não é uma criação do próprio grupo, inscrevendo-se, antes, numa dinâmica intergrupar (na relação entre os Portugueses e os outros grupos), de ordem psicossociológica. O ser Português é um processo de construção, desempenhando os demais alvos de comparação, um papel determinante na construção da identidade nacional. Dado

que a questão da tolerância e das relações com grupos particulares está ligada à dinâmica intergrupala, não se pretende quantificar o grau de tolerância dos Portugueses, mas antes demonstrar que, enquanto atitude, a tolerância dos Portugueses pode variar consoante os alvos e os contextos de comparação social.

Desta hipótese decorrem alguns pressupostos que orientaram a metodologia adoptada e que convém, antes de mais, clarificar. Assim, considerámos que a identidade se torna tanto mais saliente quanto mais suscitarmos comparações entre a nacionalidade Portuguesa e outras nacionalidades e que as representações daí decorrentes podem ser captadas através das respostas a um conjunto de indicadores com os quais construímos o questionário que serviu de instrumento de recolha de dados.

Os diversos indicadores procuraram operacionalizar várias dimensões das representações, adoptadas em estudos anteriores, tais como as avaliações das pertenças grupais, as comparações entre grupos em dimensões comuns, os estereótipos, os preconceitos, as atitudes, o grau de informação sobre os grupos e a predisposição para a mudança dos comportamentos. Além disso, e partindo da ideia de que a representação da identidade nacional é situacional, ou seja, é influenciada pelas dinâmicas de comparação social, considerámos que as representações dos participantes sobre a sua nacionalidade e a dos outros poderia depender, não só da posição do grupo nacional com o qual se comparam, numa escala de poder simbólico, como da posição que o grupo nacional e o alvo de comparação ocupam no contexto concreto da comparação.

A investigação foi efectuada junto de uma população de estudantes do ensino secundário e superior. A comparação destes dois níveis de ensino tornou-se pertinente, uma vez que as continuidades entre eles poderão indicar a consolidação de determinadas representações na sociedade portuguesa, assim como as eventuais diferenças entre eles, seriam interpretáveis face aos diferentes contextos dos dois grupos de participantes: uma maior influência da escola para a sensibilização sobre esta problemática, no caso dos estudantes do secundário e

uma maior antecipação da competição com estrangeiros por recursos importantes, como o emprego, por parte dos estudantes do superior.

A variável sexo não deixou de ser considerada, apesar da escassez de investigação que permita fundamentar os efeitos do género nas representações da identidade nacional e nas atitudes face aos estrangeiros.

Este trabalho está organizado em três partes e em quatro capítulos que passamos a apresentar.

O capítulo 1-*Contextualização do objecto de estudo*, está subdividido em quatro secções. Na primeira, analisam-se algumas das formas como nos temos perspectivado, enquanto povo ao longo do tempo, com particular atenção para o período que se seguiu à descolonização e à revolução de Abril de 1974. Nesta análise, procuramos salientar a diversidade dos olhares e das constâncias que atravessam as representações sobre Portugal e sobre o “ser português”. O seu objectivo é dar conta da forma como a identidade nacional foi sendo construída ao longo do tempo recente.

Na secção seguinte, analisa-se a evolução do fenómeno imigratório em Portugal até aos dias de hoje, tendo como objectivo mostrar a evolução do contacto dos Portugueses com outras nacionalidades e culturas, no seio do território nacional, tradicionalmente perspectivado como homogéneo em termos linguísticos, culturais e religiosos. Seguidamente, analisa-se a problemática da relação entre os Portugueses e os imigrantes residentes no nosso país, ao mesmo tempo que se situa Portugal no contexto da União Europeia.

Na última, apresentamos a problemática da presente investigação, bem como os objectivos gerais da pesquisa, terminando o capítulo com um resumo dos aspectos que se tornam mais pertinentes para esta investigação e que melhor contribuem para delimitar o objecto de estudo.

O capítulo 2-*Contributos da Sociologia e da História*, está organizado em quatro secções. Na primeira, salienta-se o facto do ritmo de transformações que

têm tido lugar ao longo destes últimos anos ter tido implicações no redesenhar de novos espaços, na perda de identidades e na aquisição de outras, ocorrendo um processo de redefinição de identidades. Em articulação com esse processo, ênfase é dada ao processo de globalização num momento em que, mais do que nunca, se fala em cultura planetária e em aldeia global e em que as migrações assumem uma enorme relevância e especificidade. Na secção seguinte, discutem-se os conceitos de nação, nacionalismo e identidade nacional, em articulação com a discussão anterior, tendo em vista mostrar a centralidade que a identidade nacional tem vindo a assumir no momento que vivemos. Seguidamente, debruçamo-nos sobre a relação entre o grupo de pertença e os grupos dos outros ao longo de diversos momentos da História e, por último, discutimos algumas das consequências de uma relação mal conseguida entre o grupo de pertença e os grupos dos outros, sendo atribuída particular atenção a uma das formas de malogro dessa relação que é o racismo.

O capítulo 3-*A abordagem psicossociológica*, envolve quatro secções que passamos a referir. Assim, na primeira, é tecida referência a alguns dos estudos iniciais sobre discriminação em Psicologia; na segunda, apresentamos com algum detalhe a teoria da identidade social de Tajfel, atendendo a que esta foi a teoria que serviu de base a todos os estudos posteriores nessa área e dado a mesma incluir os conceitos fundamentais sobre os quais se alicerça este trabalho. Referência é, ainda, tecida à teoria da auto-categorização de Turner e a algumas linhas de crítica à escola de Bristol.

Na secção seguinte, surge a Escola de Genève e o modelo da diferenciação categorial de Doise e o contributo de Deschamps. Referência, ainda, para os trabalhos fundamentais de Lorenzi-Cioldi e de Codol. No que concerne às representações, referência para os trabalhos de Moscovici e seus desenvolvimentos.

Finalmente, na última secção, são referenciados alguns trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos por investigadores portugueses intrínsecamente

relacionados com a problemática das representações da identidade nacional, das identidades regionais e das comparações da identidade nacional com outras nacionalidades.

No capítulo 4-*Uma análise psicossociológica da construção da identidade nacional*, são apresentados os objectivos do estudo, formuladas as hipóteses subjacentes, descrita a população, as variáveis independentes e dependentes e o desenho do estudo. É apresentado o instrumento utilizado e o procedimento seguido na sua aplicação. Este capítulo inclui os resultados das diversas análises conduzidas para o tratamento dos dados, um resumo dos resultados descritos e, finalmente, a discussão dos resultados.

O trabalho termina com uma conclusão seguida pela bibliografia e pelos anexos.

Parte I - Problemática e enquadramento

Um português que é só português não é português.

Fernando Pessoa

Portugal ontem, hoje, e provavelmente amanhã, não tem interesse em ter uma consciência muito concreta e nítida do que é a realidade, porque se a tivesse não estávamos aqui a falar de Portugal, mas de uma obscura província de Espanha.

Eduardo Lourenço, in *História, Realidade e Mito*, Café Frankfurt (Pavilhão de Portugal)

Não sabemos que novas vocações são as de Portugal democrático europeu, não imperial. Uma coisa é certa, Portugal tem de criar uma nova mitologia com tudo o que isso tem de bom e de mau.

Fernando Rosas, Café Frankfurt (Pavilhão de Portugal).

Capítulo 1 - Contextualização do objecto de estudo

Introdução

Este primeiro capítulo da Parte I está subdividido em quatro secções. Na primeira, analisam-se algumas das formas como nos temos perspectivado, enquanto povo ao longo do tempo, com particular atenção para o período que se seguiu à descolonização e à revolução de Abril de 1974. Nesta análise, procuramos salientar a diversidade dos olhares e das constâncias que atravessam as representações sobre Portugal e sobre o “ser português”. O objectivo desta primeira secção é dar conta da forma como a identidade nacional foi sendo construída ao longo do tempo recente.

Na secção seguinte, analisa-se a evolução do fenómeno imigratório em Portugal até aos dias de hoje, tendo como objectivo mostrar a evolução do contacto dos Portugueses com outras nacionalidades e culturas, dentro do território nacional, tradicionalmente perspectivado como homogéneo em termos linguísticos, culturais e religiosos. Seguidamente, analisa-se a problemática da relação entre os Portugueses e os imigrantes residentes no nosso país, ao mesmo tempo que se situa Portugal no contexto da União Europeia.

Na última, apresentamos a problemática da presente investigação, bem como os objectivos gerais da pesquisa, terminando o capítulo com um resumo dos aspectos que se tornam mais pertinentes para esta investigação e que melhor contribuem para delimitar o objecto de estudo.

1.1. Um olhar sobre os Portugueses

Portugal é um país centrado, concentrado em si mesmo, partilhando um espaço-tempo próprio, homogeneizado pela língua, pela história, pela cultura e pela religião. Eduardo Lourenço (1990: 10) comenta mesmo, dever ser difícil encontrar

um país tão centrado, tão concentrado, tão bem definido em si mesmo como Portugal.

Pensamos saber quem somos e o nosso grau de *segurança ontológica*, (empregando a linguagem de Ronald Laing a que Lourenço, 1990: 12 se refere) enquanto povo é, decerto, elevado. Não se pode dizer dos Portugueses aquilo que Nietzsche⁵ dizia dos alemães:

...que era uma gente que passava (passa?) a vida a perguntar: O que é ser alemão?
(Lourenço, 1990: 19).

A sacralização das “origens” faz parte da história dos povos como mitologia. Mas deve ser raro ter algum povo tomado tão à letra como Portugal essa inscrição, não apenas mítica, mas filial e já messiânica do seu destino, numa referência, ao mesmo tempo lendária e familiar num horizonte transcendente, à do próprio Cristo.
(Lourenço, 1999: 12).⁶

Lourenço (1997: 19) expressa, assim, a peculiar relação de Portugal com o seu passado:

Simbolicamente, nenhum povo vive no passado-em particular naquele a que nós devemos o nosso perfil singular-como Portugal. Vamos acabar este milénio, que é quase o da nossa vida de nação autónoma, e entrar no próximo, revisitando e

⁵ Nietzsche, Friedrich (1844-1900)- Filósofo alemão, poeta e filologista, um dos mais polémicos e influentes pensadores do século XIX.

⁶ A questão de como as sociedades recordam e mantêm uma identidade ao longo do tempo é analisada por Connerton (1993). Segundo o autor, a prática de rituais, como as cerimónias comemorativas, constituiria um factor essencial no processo.

reanimando esse Passado a bordo da mesma nau da Índia e dos mares que tivemos que atravessar para lá chegarmos.

Portugal é, frequentemente, considerado tanto por estrangeiros como por Portugueses, como um enigma, uma sociedade paradoxal (Santos, 1994: 49), residindo o paradoxo no facto de, apesar de sermos um dos países menos desenvolvidos da Europa, nos perspectivarmos de uma forma tão utópica. Santos (1994: 49) refere-se à observação de Enzensberger (1987) de que, sendo Portugal capaz de tanta utopia, seria certamente uma grande potência numa “Europa dos desejos”. Na mesma linha, já Antero de Quental (1982: 264) observara em tom pessimista:

Nunca povo algum absorveu tantos tesouros, ficando ao mesmo tempo tão pobre.

A primeira identidade do país e matriz da sua futura mitologia é a de “reino cristão” obrigado a definir-se, ao mesmo tempo, contra o reino de Leão e Castela e contra a presença muçulmana que, então, ocupava o futuro território português até ao Douro (Lourenço, 1999: 10-11). Portugal é, de facto, o primeiro reino da Península a libertar-se da presença do Islão e a ocupar, desde os fins do século XIII até hoje, a mesma tira estreita à beira do Atlântico (Lourenço, 1999: 11).

O facto dos outros ignorarem o nosso papel na história mundial poderá deprimir-nos, mas não altera o essencial: o facto de nós o sabermos, de nos perspectivar-mos, ainda que por um período temporal limitado, como tendo sido os heróis (Lourenço, 1990: 11). Os Descobrimentos parecem ter sido suficientes para nos imbuir a memória colectiva de glória. Talvez, à semelhança do que Lourenço (1990: 10) sugere, todos os povos existam em função de um momento solar que confira sentido e euforize magicamente a memória do que são.

O Portugal do Império quis revestir-se de uma identidade mítica. Descobrimos e baptizámos a Terra de Cabo Verde à Índia, do estreito de

Magalhães às Filipinas. Essa existência imaginária tem o seu lado mitológico já expresso nos Lusíadas, epopeia de moldes clássicos, mas cujo tema não é, como o de todas as outras epopeias renascentistas, procurado na Antiguidade Clássica. O tema é, antes, a própria História de Portugal, narrada a propósito da descoberta do caminho marítimo para a Índia. O Herói é um ser colectivo, a própria nação que descobre o Mundo, ou antes, a Ideia dessa Nação, tal como Camões a concebeu.

Em períodos bem posteriores, o recurso a esses mitos foi uma forma de contrabalançar os complexos de inferioridade. Assim, no século XIX, desenvolveu-se um “complexo de inferioridade” no seio da sociedade portuguesa, complexo esse não extensível, no entanto, a toda a sociedade. A literatura da geração de Antero de Quental, de Eça de Queirós e de Oliveira Martins reflectiu, nitidamente, toda uma vivência dolorosa resultante desse mesmo complexo.

A consciência da nossa marginalidade, espicaçada pela memória romântica do século XVI e do nosso papel nessa época, atingiu então o seu nível mais doloroso. (Lourenço, 1990: 20)

A Europa representava um modelo a imitar e os nossos escritores lamentavam-se pela distância que dela nos separava. Nem o facto de, na altura, o nosso pequeno país pertencer ainda ao conjunto das nações com um espaço colonial potencialmente rico, reequilibrava o sentimento de pouca valia entre as novas nações hegemónicas do Ocidente (Lourenço, 1990: 20). De uma delas, a Inglaterra, a nossa mais antiga aliada, a quem nos uniam laços de interdependência económica, nos viria, em 1890, um *ultimatum* que reduziria a nossa dimensão imaginária, de nação colonizadora, às suas mais ínfimas proporções (Lourenço, 1990: 20), *ultimatum* no qual o governo inglês impunha a retirada de tropas portuguesas dos territórios do Centro de África, entre Angola e Moçambique. Recorde-se que o plano de um vasto império colonial, desde o

Atlântico ao Índico (mapa cor-de-rosa) era um projecto antigo que remontava ao século XVI.

O governo foi obrigado a ceder e os republicanos responsabilizaram a monarquia pelo fracasso do grande projecto colectivo, de impedir que o “nobre povo, nação valente e imortal” levantasse de novo “o esplendor de Portugal”. Estas palavras surgiram numa marcha de propaganda que, por essa altura, foi cantada e foram depois adoptadas, como hino do Partido Republicano o qual constitui, actualmente, o Hino Nacional.

Curiosamente e, no mesmo período, uma outra facção da *intelligentsia* nacional, construiu uma imagem idílica da realidade portuguesa e Portugal perspectivou-se e exportou-se, como “jardim da Europa à beira-mar plantado”, espécie de aldeia orgulhosamente feliz na sua marginalidade e na sua diferença (Lourenço, 1990: 20-21).

Não deixa de ser curioso o contraste entre o sentimento de segurança ontológica e a realidade da nossa fragilidade objectiva, se nos pensarmos em termos de pura força económica, política, tecnológica ou científica.

A situação colonial justificava uma atitude de imposição cultural que pretendia uma aculturação dos povos colonizados e, de 1926 a 1974, o Estado Novo veio acentuar ainda mais esta atitude, pelas suas próprias características ditatoriais, o silenciamento, a perseguição política, levada a cabo pela polícia política,⁷ a censura, o isolamento em relação ao resto do Mundo. Expressavam-se, constantemente, preocupações com a ignorância existente nas colónias e, até mesmo, com a condição “selvagem” dos indígenas, situação que justificava a missão civilizadora do português branco através da imposição da sua cultura e do seu saber.

⁷ Em 1933 é criada a *Polícia de Vigilância e Defesa do Estado* (P.V.D.E.), em 1945 a *Polícia Internacional e de Defesa do Estado* (P.I.D.E.) e, em 1969, é extinta a P.I.D.E. e, em sua substituição, criada a *Direcção-Geral de Segurança* (D.G.S.), a qual vem, por sua vez, a ser extinta em 25 de Abril de 1974.

Nos anos cinquenta, e na sequência de diferentes movimentos de libertação que iam tendo lugar um pouco por todo o mundo, passou a ser importante sustentar um outro mito, que apoiasse a ideia de que não havia razão para o desenvolvimento de movimentos de independência nos territórios Portugueses de África e da Ásia: Portugal seria um todo indivisível e uno, do Minho a Timor. As colónias passaram a ser “províncias” (Castelo, 1998: 58) como quaisquer outras, com a mera diferença de se localizarem noutros continentes. Nesse sentido, tornava-se fundamental salientar o que nos unia e diluir as diferenças que pudessem existir e, é assim, que em 1953 o Império Colonial passou a ser o Ultramar Português (Castelo, 1998: 58) e que, em 1961, foi abolido o estatuto de indígena português (Castelo, 1998: 60).⁸

Os *curricula*, os professores, os materiais escolares e o processo educativo em geral, foram algumas das vias a que se recorreu, numa tentativa de despertar/estimular o sentido de pertença a esse todo tão disperso e diverso, mas a que se procurava atribuir uma homogeneidade construída.⁹

A revolução de 25 de Abril de 1974, veio reposicionar a cultura Portuguesa em relação aos novos países independentes, tendo as independências da Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Moçambique sido imediatamente reconhecidas e, tendo vindo a de Angola, a ocorrer em 1975. Curiosamente, a perda das ex-colónias não feriu a imagem nacional. Não deixa de ser notável que tal tenha sucedido, se pensarmos nas sequelas profundas que a perda das colónias provocaram noutros países.

Perdemos um império, é um facto, mas perdemo-lo menos na realidade do que pode parecer, porque já o tínhamos sobretudo como imaginário (Lourenço, 1990: 22). Ocorre, pois, nas palavras de Lourenço (1999:10) uma “estranha permanência no seio da mudança”, semelhante ao que os românticos alemães designaram por “alma dos povos”.

⁸ Os que anteriormente eram designados de “Portugueses de segunda” (Portugueses brancos mas nascidos em África) e mesmo os até então designados de “indígenas”, passaram a ser considerados cidadãos Portugueses.

Para o desconhecimento da realidade nacional, para a construção de uma imagem diríamos que confabulatória sobre o ser português, decerto terão contribuído os quase cinquenta anos de regime salazarista, de um regime que temia as Ciências Sociais e que as identificava com o socialismo, o que fez com que as mesmas só fossem introduzidas na Academia portuguesa após 1974.¹⁰

De notar, que as Ciências Sociais tinham nascido nos países desenvolvidos da Europa na segunda metade do século XIX, início do século XX, fundadas criticamente no pensamento sociológico e político iluminista do século XVIII e que tinham por vocação desmistificar as crenças sociais do senso comum até então aceites como rigorosas (Santos, 1994: 50).

Santos (1994: 50) vai mais longe na interpretação da nossa auto-imagem, ao considerar que “o excesso mítico de interpretação” do fenómeno da identidade nacional seria um “mecanismo de compensação do défice de realidade”, justamente resultante da distância que separa os produtores dessa interpretação de um efectivo contacto com a realidade social. E a realidade é, de facto, a de um país numa situação de intermediário, decorrente de uma posição intermédia em termos de desenvolvimento no seio da conjuntura mundial (Santos, 1994: 53).

Apesar de integrado numa comunidade de países europeus a que muitos países aspirariam pertencer, o facto é que continuamos a ser o receptáculo de países mais poderosos, de entre os quais se destacam os Estados Unidos da América. De notar que em Abril de 1974, Portugal era o país menos desenvolvido da Europa e, simultaneamente, o único detentor do maior e mais duradouro império colonial europeu (Santos, 1994: 58).

⁹ A evolução da política colonial do Estado Novo é analisada em detalhe em Castelo (1998, cap.2).

¹⁰ De ressaltar a acção do então denominado *Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina* (ISCSPU) da Universidade Técnica de Lisboa cuja teorização veiculada era a de país colonizador. O Instituto foi criado em 1906 e o plano inicial de estudos foi revisto em 1919 e em 1926, tendo-se realizado reformas em 1946 e em 1961. O plano de estudos de 1961 incluía o curso de Administração Ultramarina e complementar de Estudos Ultramarinos. <http://www.iscsp.utl.pt>

O facto de Portugal ser uma sociedade de desenvolvimento intermédio¹¹ (Santos, 1993, 1994) não facilita a sua análise. De facto, as teorias e categorias analíticas utilizadas pelas Ciências Sociais foram criadas, tendo em vista, ou as sociedades centrais e mais desenvolvidas (o chamado primeiro mundo), ou as sociedades periféricas (o chamado terceiro mundo) e adequam-se mal a caracterizar as sociedades intermédias (Santos, 1994: 53).

Telo (1997: 652) criticou a tese da dependência de Portugal do sistema internacional, de estado vítima dos actos de outros países, por tantos defendida e argumenta, em contrapartida, que o país consegue, habitualmente, apoios de ordem material que lhe permitem desempenhar um papel e funções na cena internacional que lhe seriam, de outra forma, vedados. O autor (Telo, 1997: 652) chama a atenção para o facto de Portugal ser o último império europeu em África em 1975 (bem como o primeiro em 1415), ser habitualmente convidado para membro fundador das principais organizações internacionais que marcam a época contemporânea e da proximidade dos Estados Unidos o colocar na primeira fila de evolução do sistema internacional. O mesmo autor (Telo, 1997: 654) refere, ainda, a importância estratégica do Atlântico português e dos Açores, em particular, as comunidades espalhadas pelos cinco continentes, a capacidade de funcionar como placa giratória, a manutenção de relações especiais com os oito territórios de língua portuguesa na América, África e Ásia e ser o português a terceira língua mais falada na bacia do Atlântico.

Mas é, precisamente, a natureza de intermédio, que constitui o elemento estruturante básico da nossa existência colectiva. Fomos o único país colonizador a ser considerado por outros países colonizadores como um país nativo ou selvagem. Assim,

¹¹ Algumas das características sociais como, por exemplo, taxa de crescimento populacional, leis e instituições, algumas práticas de consumo, ... aproximam-se das sociedades mais desenvolvidas, enquanto que outras, por exemplo, infra-estruturas colectivas, políticas culturais, tipo de desenvolvimento industrial,...estão próximas de sociedades menos desenvolvidas (Santos, 1994: 53).

Ao mesmo tempo que os nossos viajantes diplomatas e militares descreviam os curiosos hábitos e modos de vida dos povos selvagens com quem tomavam contacto no processo de construção do império, viajantes diplomatas e militares da Inglaterra ou da França descreviam, ora com curiosidade ora com desdém, os hábitos e modos de vida dos Portugueses, para eles tão estranhos ao ponto de parecerem pouco menos que selvagens. (Santos, 1994: 59-60)

Quando se lêem descrições e análises sobre Portugal, encontra-se um conjunto de teorias míticas e messiânicas, insistentes e carregadas de emotividade, relativas ao destino universal do povo português, ao seu “insondável” mistério”, à sua irreduzível originalidade. A inventariação de caracteres específicos do Povo Português desenvolvida até meados do século vinte por uma elite intelectual é abundante. António Sardinha¹² enfatiza o Sebastianismo e a saudade, outros autores, o universalismo internacionalista.

Jorge Dias, ao traçar o “carácter nacional português” em 1950, considera que este resulta de “três tipos mentais distintos”: sonhador, mais aparentado com o temperamento céltico, o fáustico, de tipo germânico e o fatalístico¹³ de tipo oriental (Santos, 1994: 56).

Natália Correia intui a plasticidade do homem português (Santos, 1994: 56) e a “brandura dos costumes” tornou-se lugar comum. Este tipo de caracterização é consensual entre as elites culturais, reproduz o senso comum e, como tal, dispensaria qualquer verificação.¹⁴

¹² **António Sardinha** (1925-1988)-prosador, poeta e doutrinador político português, um dos fundadores do **Integralismo Lusitano**, doutrina que defendia o regresso do país à monarquia orgânica tradicionalista.

¹³ **Fatalismo**-Doutrina filosófica ou atitude religiosa que considera todos os acontecimentos regidos por um destino inelutável. Distingue-se do **Determinismo** porque, enquanto que no Fatalismo a natureza se encontra submetida a uma necessidade transcendente, no Determinismo a necessidade é imanente da própria natureza.

¹⁴ De referência o filme *Brandos Costumes* (1972/1974) de Alberto Seixas Santos que utiliza uma “[...] projecção alternada de “actualidades” sobre a ascensão, glória e queda do salazarismo, com cenas da vida doméstica de uma família da média burguesia portuguesa, o filme traça um paralelo entre a figura do pai tradicional e a do ditador Salazar”. Cinemateca Portuguesa (1980). *Panorama do cinema português*. Lisboa.

Mas, se nos parece relativamente fácil afirmar que o Portugal de hoje apresenta uma elevada identidade nacional, não nos podemos esquecer que tal identidade, tal como se configura hoje, resulta de um processo histórico que atravessou fases diversas, até atingir a expressão que actualmente lhe conhecemos. Os diversos acontecimentos que ao longo da história foram contribuindo para a eclosão do sentimento de identidade nacional, são descritos por Mattoso (1998) de uma forma clara e sintética.¹⁵

Não pretendendo, de forma alguma, entrar num campo estudado por tantos historiadores, não podemos deixar, no entanto, de apresentar alguns breves apontamentos sobre a questão, que convergem na conclusão de que o sentimento de identidade nacional não existe aquando da fundação da nação, sendo antes o corolário de um longo processo.

Assim, quando no século XII, mais concretamente em 1140, Afonso Henriques assumiu o título de rei de Portugal, os habitantes do país não tinham, decerto, a noção de pertença a uma comunidade nacional. A compartimentação das sociedades medievais fazia prevalecer a ligação com o senhor da terra e com a comunidade da aldeia sobre quaisquer outros vínculos.

O rei era o senhor dos senhores, ou seja uma espécie de vigilante longínquo, quase ideal, de quem os mais velhos diziam, em algumas terras, que tinha outrora visitado este e aquele lugar, e que portanto podia um dia aparecer de novo, mas nem por isso deixava de ser considerado pela maioria dos camponeses do seu reino como uma espécie de poder extraterrestre. (Mattoso, 1998: 14)

Para os camponeses da Idade Média era, decerto, difícil conceber ideias abstractas como a de “portugalidade”, dificuldade essa acrescida pelo facto de a tais representações corresponderem escassas estruturas administrativas com expressão na vida prática e no quotidiano (Mattoso, 1998: 14). Esta situação, manteve-se ao longo de toda a Idade Média e durante grande parte da Idade Moderna e, apenas se começou a modificar decisivamente, mesmo nos lugares

¹⁵ Para uma análise mais aprofundada da questão, ver Mattoso, J. (1998). *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva/Fundação Mário Soares.

mais longínquos da capital, nos finais do século XIX. No entanto, os primeiros diplomas da chancelaria de Afonso Henriques, começaram a ostentar, logo a seguir à batalha de S. Mamede, uma espécie de emblema em que está escrita a palavra “Portugal” e a designar o soberano por meio do título da sua categoria política (rei, príncipe) e da sua vinculação aos seus súbditos, ou seja, como *rex portugalensium*, rei dos Portugueses (Mattoso, 1998: 14). As únicas pessoas que concebiam tal noção e que apreendiam as suas implicações eram, obviamente, os redactores dos diplomas, ou seja, os clérigos da chancelaria régia e, eventualmente, outros clérigos e alguns nobres mais associados à corte (Mattoso, 1998: 15). Coloca-se, então, a questão de compreender como é que esta noção de pertença a uma comunidade nacional se alargou ao conjunto da população.

Podemos pensar que momentos históricos marcados pelo confronto militar tiveram algumas consequências no processo de formação da identidade. Assim, na reconquista, o rei de Portugal, enquanto chefe dos seus vassalos, lutou contra o Islão. No entanto, dado que outros reis da Península combateram o mesmo inimigo, a condição de “Português” mais não é do que uma categoria no seio de um conceito mais vasto, o conceito de “cristãos”, por oposição ao de “inimigos da fé” (Mattoso, 1998: 16). Monteiro e Pinto (1998: 207) comentam:

Remote historical periods and events such as the Middle Ages were key in creating that vision of the nation and national identity.

Podemos considerar um segundo momento no processo de formação da identidade nacional, aquando das lutas fronteiriças entre os primeiros reis de Portugal e os soberanos de Leão e Castela. No entanto, estas lutas não foram propriamente lutas nacionais, mas antes lutas feudais, nomeadamente relacionadas com o exercício de direitos senhoriais (Mattoso, 1998: 16-17).

Mais decisivas para a sedimentação da identidade nacional, parecem ter sido as guerras contra Castela, nos reinados de D. Fernando e de D. João I. Neste caso, tratava-se de verdadeiras guerras nacionais, acrescido o pormenor de as

mesmas terem trazido ao interior do País considerável número de efectivos de tropas estrangeiras (Castelhanos, Navarros e Ingleses), o que proporcionou o contacto com indivíduos de fala e comportamento diferentes. Estes indivíduos constituíam uma ameaça para a população, o que terá contribuído para o desenvolvimento de um certo temor pelo estrangeiro (Mattoso, 1998: 17).

A Expansão Portuguesa, ao colocar milhares de Portugueses em contacto directo com outros povos e civilizações veio, obviamente, reforçar o sentimento nacional. Através da Expansão, o Português foi-se confrontando com os outros, com as suas características físicas, com os seus costumes, religiões e línguas. Sendo tão grandes as diferenças encontradas entre nós e os outros, tornou-se mais saliente o que os Portugueses tinham em comum (Mattoso, 1998: 18).

O período de dominação Filipina também merece referência nesta procura dos alicerces da construção da identidade nacional. São diversas as obras em que se distingue o temperamento dos Portugueses do dos Espanhóis e se opõe o território de Portugal ao resto da Hispânia. Apesar de tudo, a Restauração representou, ao contrário do que julgaram os historiadores do século XIX, um movimento minoritário e que se confrontou com dificuldades internas para se impor. No entanto, a prolongada guerra que se lhe seguiu, envolvendo destruição e vitimando grande número de Portugueses, decerto contribuiu para o aprofundamento da barreira entre Portugueses e Espanhóis (Mattoso, 1998: 19-20).

As Invasões Francesas vieram demonstrar que os inimigos dos Portugueses não eram apenas os que os ameaçavam de forma mais directa em resultado da sua proximidade geográfica, mas também os que vinham de longe, como os Franceses ou os Ingleses. É precisamente nesta altura, que se verificam as primeiras manifestações de resistência, de feição popular e espontânea e a que se pode atribuir um carácter nacional (Mattoso, 1998: 20).

A generalização da consciência de uma identidade nacional pela população Portuguesa, enquanto um todo, não se pode presumir como um facto antes da difusão de fenómenos que ocorreram no final do século XIX e que, em

Portugal, se verificaram sobretudo a partir de 1890, fenómenos como a difusão da escrita e da imprensa, a implantação de um sistema eleitoral, a generalização de práticas administrativas uniformes e a participação activa da população na vida pública (Mattoso, 1998: 21).

Elementos como o escudo de armas do rei, a bandeira nacional, a moeda ou as comemorações contribuíram para a solidificação do sentimento de pertença (Mattoso, 1998: 28). Relativamente às comemorações, referência ao trabalho recente de João (1999) sobre as comemorações portuguesas. Escreve a historiadora (1999: 801):

Entre 1880 e 1960, ocorreu em Portugal um conjunto significativo de comemorações de centenários relacionadas com a memória dos descobrimentos, do movimento geral da expansão portuguesa e da construção dos impérios.

E mais adiante pode, ainda, ler-se:

Entre os dois centenários, ao sabor das múltiplas comemorações analisadas, se foi re(inventando) a memória colectiva e a identidade nacional.

Podemos concluir, portanto, que entre o momento em que Afonso Henriques se apropriou do poder sobre o Condado Portucalense até aos dias de hoje, existe um longo caminho, através do qual se foi formando a consciência de pertença ao colectivo nacional. O processo tem um ponto de partida meramente político, a apropriação do poder por parte de um chefe com uma autoridade própria sobre um conjunto de homens e tem um ponto de chegada que já não se pode classificar como meramente político, mas que antes se enquadra no

domínio das Ciências Sociais¹⁶ (Mattoso, 1998: 41) e que abordaremos com maior detalhe no capítulo 2.

¹⁶ A estrutura de classes das sociedades medievais explica, pelo menos em parte, o alheamento do povo do projecto nacional ou do nacionalismo ideológico que se prendia com os interesses da nobreza ou da coroa em determinados momentos. Pelo contrário, o que caracteriza a modernidade é o projecto de universalização dos valores e das ideologias.

1.2. Portugal-De porto de partida a porto de chegada

Como verificámos no ponto anterior, o contacto entre povos revelou-se uma constante da História de Portugal. Esteve presente na Fundação da Nação e veio a alcançar uma expressão única nos séculos XV e XVI, que habitualmente designamos por período dos Descobrimentos, período durante o qual, os Portugueses se dispersaram por terras e continentes e durante o qual criaram um espaço de comércio, evangelização e cultura, de tal modo poderoso que muitos foram os que falaram de uma Nação que foi maior do que os deuses, em geral, o permitem.

Mas o contacto esteve também presente na história, sempre que se verificaram movimentos emigratórios, movimentos que não se delimitaram a um momento específico da História do país. De facto, independentemente das flutuações nas regiões de origem predominantes e da variação nos locais de destino preferenciais, assistiu-se, ao longo dos tempos, a uma continuidade no movimento de saídas do país. Este facto faz com que, tal como referido por Rocha-Trindade (1998: 313), por Neto (1993: 22) e outros autores, a emigração possa ser perspectivada enquanto "fenómeno histórico estrutural" (Serrão, 1974), "constante estrutural" (Godinho, 1978) ou, ainda, "um dos traços estruturais da história de Portugal" (Marcadé, 1990).¹⁷

Ao contrário do que se verifica relativamente à emigração, a imigração constituía, até há bem pouco tempo, um fenómeno de reduzida visibilidade. Não só não se revelava uma temática privilegiada de estudo, como também não constituía objecto de representações enraizadas no conjunto da população portuguesa (Esteves, 1991: 5).

Não deveremos, no entanto, esquecer que antes do período que atravessamos e no qual Portugal se transformou num verdadeiro porto de chegada, outros períodos existiram, em que outras comunidades tiveram Portugal como destino. De facto, a presença de diferentes grupos étnicos no actual

¹⁷ A emigração portuguesa para França está particularmente estudada por Rocha-Trindade.

território português é anterior à era cristã. Antes da Invasão Romana, residiram no país Iberos, Lusitanos e Fenícios e após a referida invasão, guarnições militares Romanas a que se vieram a juntar Celtas, Visigodos e Mouros.

A partir do século VI registou-se a presença de Judeus os quais, numerosos ao longo de toda a Idade Média, constituíram comunidades dispersas pelo país, revestindo-se de particular importância as judiarias de Lisboa e do Porto. As comunidades ciganas iniciaram a sua deslocação para Portugal no século XV e a sua presença foi-se, com o tempo, tornando cada vez mais significativa (Rocha-Trindade, 1995: 197).

Relativamente à comunidade de origem africana, cuja presença em Portugal analisaremos posteriormente com maior detalhe¹⁸, ela existe em Portugal desde o século XVI, em resultado do tráfico de escravos levado a cabo por navegadores Portugueses. A sua posterior diluição é explicada pela proibição da escravatura nos finais do século XVIII e pela sua gradual miscigenação com a população Portuguesa ao longo das gerações (Rocha-Trindade, 1995: 198).

Foi, essencialmente, a partir do século XIX que se verificou a chegada de comunidades de países da Europa Ocidental, particularmente de Espanha, com destaque para a região da Galiza.¹⁹

É ainda nesse século, que aqui chegaram originários da Grã-Bretanha, da Alemanha e da França, bem como do continente americano, particularmente, do Brasil (Rocha-Trindade, 1995: 198). No entanto, as condições sócio-económicas do país, não contribuía para a imagem de um Portugal particularmente atractivo para os estrangeiros. Até meados dos anos sessenta e, em particular, até à Revolução de Abril de 1974, o modelo de sociedade e de desenvolvimento promovido pelas elites estatais, revelava um certo receio das eventuais

¹⁸ No que concerne a comunidade Cabo-verdiana, em particular.

¹⁹ Já desde o século XI que se verifica a presença de Galegos em Portugal. No século XIII são diversos os documentos que se referem à existência, entre nós, de indivíduos de nome *Gallecus* ou *Galego*. No século XVII, calculava-se em 80 000 o número dos que viviam em Portugal. Eram negociantes, padeiros, carregadores, moços de fretes, criados e aguadeiros. Poucos eram os que permaneciam em Portugal. Em geral, assim que juntavam algum dinheiro, regressavam à terra natal.

implicações de uma industrialização e urbanização aceleradas. A abertura do país ao exterior era muito reduzida e a entrada de estrangeiros muito limitada (Esteves, 1991: 20). Os poucos estrangeiros residentes eram, fundamentalmente, reformados e indivíduos integrados em sectores específicos da actividade económica, nomeadamente, o comércio do vinho do Porto e as minas, remontando a sua presença a períodos recuados da história portuguesa (Esteves, 1991: 20).

A partir da segunda metade da década de sessenta, com a industrialização do país e a entrada na *Associação Europeia de Comércio Livre* (EFTA), iniciou-se uma fase de abertura da economia nacional ao investimento estrangeiro e o número de estrangeiros aumentou (Esteves, 1991: 20). Ao desenvolvimento do turismo correspondeu, também, na mesma época, uma entrada de capital estrangeiro, essencialmente canalizado para a região do Algarve, na qual se iniciou, então, a fixação de um crescente número de Ingleses e de Alemães (Esteves, 1991: 20).

A década de sessenta ficou também marcada pelo afluxo de refugiados do então designado Estado da Índia (constituído pelos territórios de Goa, Damão e Diu), entretanto ocupado pela União Indiana (Rocha-Trindade, 1995: 198).

Na segunda metade da década de setenta, Portugal assistiu a um aumento substancial no crescimento da população estrangeira, crescimento explicado pela intensificação dos fluxos imigratórios com origem na Europa e na América e pelo aumento abrupto (entre 1976 e 1980) da população oriunda dos PALOP (*Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*), em resultado do fim da guerra nas ex-colónias e do rápido processo de descolonização que se lhe seguiu.

A dimensão da comunidade Cabo-verdiana já assumia grande expressão desde a década de sessenta, sendo a sua fixação estimulada pelo governo Português, com o objectivo de colmatar a carência nos sectores do mercado de

trabalho mais afectados pela emigração para a Europa e pelas incorporações de nacionais no exército, durante o período das guerras coloniais.²⁰

Segundo os dados do censo de 1981 residiam, na altura, em Portugal aproximadamente 45 000 estrangeiros provenientes das ex-colónias de África, os quais representavam 42% do número total de estrangeiros então estabelecidos no país (Saint-Maurice & Pena Pires, 1989: 203).²¹

Ultrapassado o período crítico da descolonização, desenvolveu-se um novo padrão de migrações entre os PALOP e Portugal, no qual se salientam três fenómenos. No campo das migrações laborais, a intensificação de correntes já existentes com origem em Cabo Verde e a constituição de novos fluxos com origem em países como a Guiné Bissau e São Tomé. Por outro lado, a cristalização de fluxos migratórios de menor amplitude, envolvendo refugiados políticos que procuravam escapar aos efeitos da guerra civil em Angola e, finalmente, a institucionalização de um fluxo de estudantes dos PALOP que vinham frequentar o ensino secundário e superior em Portugal, com uma dimensão particularmente significativa no caso da Guiné Bissau. De notar que, entre 1960 e 1981, o número de imigrantes aumentou 313%, o que significa que o seu peso total na população residente passou de 0.33 % em 1960 para 1.24 % em 1981 (Esteves, 1991: 21).

Mas a descolonização não esteve apenas na origem da chegada ao país de naturais das antigas colónias. Também regressaram ao país os Portugueses que viviam nessas mesmas colónias, em especial em Angola e, em menor número, em Moçambique e que, ao regressarem ao país de origem, passaram a ser designados por “retornados”. Apenas no ano de 1975 chegaram a Portugal mais de meio milhão de Portugueses que residiam no anteriormente designado Ultramar (Esteves, 1991: 15).

²⁰ Uma análise detalhada das migrações com origem em Cabo Verde pode ser encontrada na obra de António Carreira (1977). *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

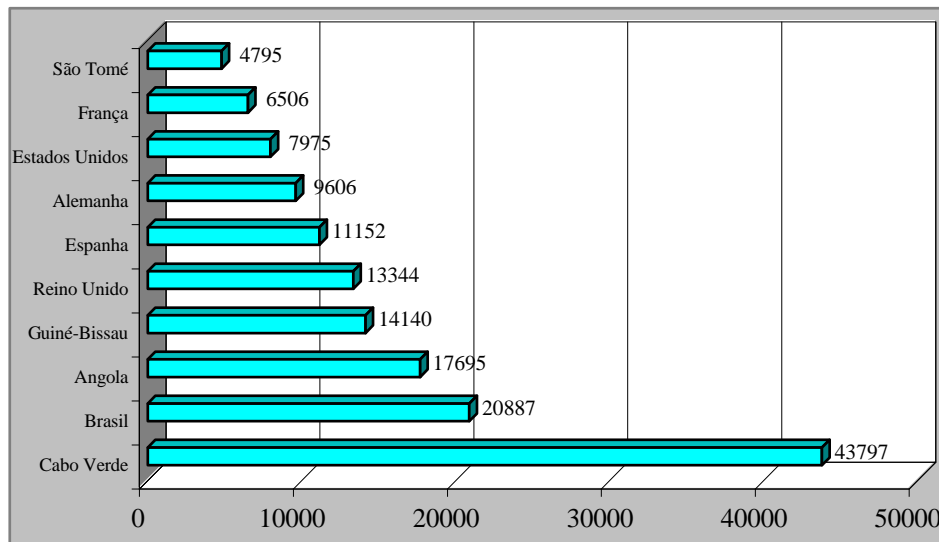
²¹ No entanto, no mesmo ano, segundo os dados do S.E.F., apenas 27 287 estrangeiros com essas nacionalidades tinham residência legalizada. (Pena Pires, 1992: 5).

Mas foi com a adesão de Portugal à CEE (Comunidade Económica Europeia) em 12 de Julho de 1985, mais tarde designada de Comunidade Europeia (CE) e, mais recentemente, de União Europeia, que a questão imigratória passou a assumir um significado muito particular. Portugal passou a representar um espaço procurado, não tanto pelo que proporciona em si mesmo, mas porque a sua posição geográfica facilita (em particular desde a concretização da liberdade de circulação de pessoas em 1993) o acesso aos países mais ricos da Europa.

Os dados do S.E.F. mais actualizados referem-se ao final de 1999.²² Assim sendo, vejamos as dez principais nacionalidades dos estrangeiros com residência legalizada:

Gráfico 1

As dez principais nacionalidades dos estrangeiros com residência legalizada



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Dados apurados até 31 de Dezembro de 1999.

O contingente global dos originários dos PALOP tem vindo a registar um aumento generalizado, tendo a evolução quantitativa das várias nacionalidades envolvidas conhecido ritmos diferentes. Os imigrantes Cabo-verdianos ocupam

²² Em relação aos residentes entrados em 2000 apenas existem números provisórios.

uma posição de supremacia numérica sobre os restantes, embora o seu peso relativo tenha vindo a diminuir (Rocha-Trindade, 1995: 200). Apesar de tudo, o conjunto dos seus efectivos era, em 1998 de 40 454 e em 1999 passou para 43 797 indivíduos em situação regular.

Segundo o *Expresso* (2000: 32), em Outubro de 2000: “Cabo Verde é actualmente o principal país emissor de mão-de-obra legal para Portugal.”²³

Os imigrantes provenientes da Guiné-Bissau demonstram uma evolução crescente, existindo em 1999, 14 140 imigrantes Guineenses com autorização de residência em Portugal.²⁴

Também os São-tomenses revelam um aumento progressivo, existindo em 1999, 4795 legalizados. De acordo com a tendência geral, o número de Angolanos apresenta também um aumento, atingindo 17695 residentes, em 1999.

Os imigrantes oriundos das ex-colónias Portuguesas são maioritariamente jovens, com poucas ou nenhuma habilitações literárias²⁵ (Esteves, 1991: 43) e desempenham tarefas não qualificadas (Rocha-Trindade, 1995: 201). À excepção dos originários da Índia, parte significativa do contingente de retornados de Moçambique ligados, sobretudo, ao pequeno comércio, os homens trabalham predominantemente por conta de outrem, na construção e obras públicas e nos serviços, dedicando-se as mulheres basicamente aos serviços domésticos e ao comércio.

Trata-se de imigrantes que, em geral, não possuem habilitações profissionais adequadas às sociedades de tipo urbano e industrial e que apresentam dificuldades linguísticas que dificultam a sua integração profissional e social e que, em resultado desses factores, tendem a envolver-se em situações

²³ Cabo Verde lidera listas de imigração legal, *Expresso*, 28 de Outubro de 2000. 2º Caderno-Economia: 32.

²⁴ Sobre a comunidade Guineense em Portugal, referência à Tese de Doutoramento de Quintino, M. (1999). *Migrações e etnicidade em terrenos portugueses. Guineenses: Estratégias de invenção de uma comunidade*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

²⁵ A população de origem Guineense engloba uma maior percentagem de estudantes e uma maior proporção de indivíduos com qualificações intermédias (Esteves, 1991: 43).

profissionais de carácter precário e mal remuneradas (Rocha-Trindade, 1995: 201).

Podemos constatar que o número de indivíduos provenientes do Brasil, da América do Norte, do Reino Unido, de Espanha, da Alemanha e da França é também muito elevado, apresentando estes imigrantes um estatuto sócio-económico genericamente superior ao da maioria dos imigrantes de origem africana (Rocha-Trindade, 1995: 201).

Assim, em 1999, existiam em Portugal 52 429 estrangeiros originários da União Europeia com autorização de residência, o que corresponde a 27% da totalidade de cidadãos não nacionais em situação legal (190 896).

O Reino Unido e a Espanha são os países mais representados (respectivamente com 13 344 e 11 152 indivíduos em 1999), o que se compreende pelo facto de serem deles originárias as correntes imigratórias mais antigas. Para tal, decerto, contribuem as relações comerciais, no caso do Reino Unido e a proximidade geográfica, no caso de Espanha.

A Alemanha (9 606 indivíduos), a França (6 506), os Países Baixos (3 675), a Itália (2 703) e a Bélgica (1 945) registam uma expressão assinalável e denotam aumentos significativos.

A consolidação da democracia política incentivou novos investimentos estrangeiros, fundamentalmente direccionados para o turismo, o comércio, a agricultura e os serviços (Rocha-Trindade, 1995: 201). De modo geral, estes imigrantes são jovens, têm um elevado grau de instrução, exercendo profissões qualificadas ligadas à tecnologia e à gestão ocupando, habitualmente, cargos superiores que possibilitam uma mobilidade profissional e social ascendente. No entanto, há também que realçar, que no seio desta categoria de imigrantes, existe também um outro grupo, fundamentalmente constituído por Ingleses e Alemães que, a partir da década de sessenta, se fixou na região do Algarve, fixação para a qual o clima da região terá exercido um papel fundamental. Estes imigrantes têm, em média, idades superiores aos 55 anos e são, na maioria dos casos, aposentados (Rocha-Trindade, 1995: 202).

Entre os imigrantes do continente Americano, destacam-se pelo peso numérico, os imigrantes oriundos do Brasil (20 887) e dos Estados Unidos (7 975). Os Brasileiros são, de facto, os estrangeiros mais numerosos em Portugal a seguir aos Cabo-verdianos.

Tal facto decorre das afinidades culturais, nomeadamente, da facilidade de comunicação resultante da partilha de uma língua comum e, poderá ter sido estimulada, pela aplicação da *Convenção sobre a Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses*, datada de 1971.

Estes factores tornam-se particularmente atractivos atendendo às dificuldades no país de origem: instabilidade política, inflação galopante, insegurança social, sendo de salientar que o fluxo de Brasileiros é, essencialmente, constituído por quadros (Rocha-Trindade, 1995: 202).

Neste breve esboço da história da imigração em Portugal, particular referência merece a chegada de Timorenses, decorrente da instabilidade social e política gerada pela guerra civil que deflagrou em Timor-Leste no Verão de 1975 e da conseqüente ocupação do território pela Indonésia. O primeiro contingente, de cerca de 1500 timorenses, chegou a Portugal em 1976, não tendo esse número sofrido, entretanto, particulares alterações (Rocha-Trindade, 1995: 199). De notar que têm, apesar de tudo, ocorrido pedidos de asilo político de Timorenses.

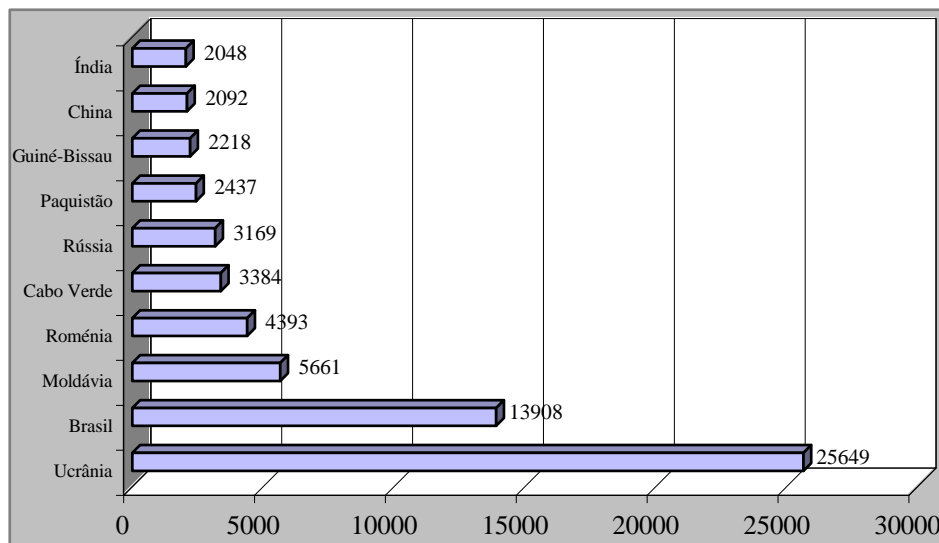
De entre os cidadãos estrangeiros com situação regularizada em Portugal, refira-se o facto de alguns usufruírem do estatuto de asilado e de refugiado. O número de pedidos de asilo tem vindo a aumentar: segundo os dados do site do *Eurostat* na Internet, verificaram-se 269 pedidos de asilo em 1998, tendo também vindo a diversificar-se a origem desses mesmos pedidos. No entanto, são os naturais de Angola, da Roménia e do Zaire que apresentam maior número de pedidos de asilo (Rocha-Trindade, 1995: 202).²⁶

²⁶ Relativamente à temática do asilo em Portugal, destaque para o livro de José Costa (1996). *Exílio e asilo (A questão portuguesa 1974-1996)*. Lisboa: Universidade Aberta. Outra referência a destacar é a Dissertação de Mestrado de Sousa, L. (1999). *Percursos de inserção de refugiados em Portugal: Sós ou acompanhados? Um estudo sobre as dificuldades de inserção de refugiados em Portugal*. Lisboa.

Apesar dos dados apresentados serem os mais recentes que o S.E.F nos forneceu, a análise tem que ser complementada com outros dados do mesmo Serviço relativos às autorizações de permanência concedidas até 2 de Julho de 2001, dados que vêm demonstrar um novo fluxo oriundo dos países de Leste, resultante da queda generalizada dos regimes políticos do Leste Europeu, da emergência de novos Estados independentes e das dificuldades daí decorrentes.

Gráfico 2

As dez principais nacionalidades que receberam autorizações de residência



Fonte: *Serviço de Estrangeiros e Fronteiras*. Dados apurados até 2 de Julho de 2001.

Serra (2000: 128) apresenta uma estimativa de 100 000 cidadãos clandestinos oriundos da Europa de Leste, dos quais 30-40 000 seriam Moldavos.

Pelo carácter muito recente deste fenómeno, existe pouca investigação científica sobre ele. Tendo em conta, no entanto, o nível de escolarização existente nesses países é provável que a escolaridade destes imigrantes seja relativamente elevada.

Alguns trabalhos jornalísticos recentes têm, por outro lado, assinalado o peso do crime organizado nestas comunidades, nomeadamente, de redes de tráfico de seres humanos: homens para a construção civil e mulheres para a prostituição (Serra, 2000).

Em Portugal não se verificam como, por exemplo, em França no que se refere aos Árabes, grandes contrastes entre as comunidades imigrantes e a população. De facto, de acordo com Machado (1993: 400-401), não existe nenhuma comunidade que difira, simultaneamente, da população Portuguesa, no nível sócio-económico, na situação residencial, na identidade linguística, na filiação religiosa e no estilo de vida e, se se encontra diferenciação nalgumas dimensões, também se encontra continuidade noutras. A reduzida diferenciação deriva, essencialmente, de muitos dos Portugueses terem condições económicas e sociais tão desfavorecidas como as das comunidades imigrantes. Tal como Machado (1993: 409) expressa:

[...] embora a percentagem de pobres entre os membros das comunidades imigrantes seja muito elevada-mais elevada, em média, do que para o conjunto da população portuguesa -, já a percentagem de membros dessas comunidades entre os que em Portugal vivem numa situação de pobreza é bastante pequena.

Uma questão é a da diferenciação e outra, bem diferente, é a da integração. Estarão as comunidades residentes integradas? A resposta a esta pergunta mereceria, eventualmente, longa investigação. No entanto, é mais ou menos óbvio que umas o estão mais que outras. De entre as diversas variáveis condicionantes do nível de integração, de referir o nível sócio-económico (os imigrantes de nível sócio-económico mais elevado como quadros, intelectuais ou diplomatas enfrentam, em geral, menos problemas de adaptação) e o número de membros que constituem a primeira e as subsequentes. A adaptação das gerações seguintes é, em geral, mais difícil do que a da primeira, sendo as dificuldades

tanto maiores, quanto mais diferente a cultura de origem é da cultura do país destino.

1.3. Os Portugueses e os outros

Nos países da União Europeia existem mais de 12 milhões de migrantes, de entre os quais, 40% (4.8 milhões) têm origem nos países membros. De entre as origens dos restantes 60%, salientam-se as regiões Sul e Leste da Europa, o Norte de África e o Próximo Oriente. Em termos de residentes estrangeiros por país comunitário, os estrangeiros representam, em média, 4% das populações nacionais. Desses 4%, 38% são de origem comunitária e 62% são oriundos de países terceiros (*Eurostat*, 1989; *SOPEMI*, 1989, citados por Rocha-Trindade, 1990a: 75). Estes números podem vir a sofrer um aumento, se atendermos ao crescimento demográfico que se verifica nos países do chamado terceiro mundo. A ONU previu a duplicação da população da África do Norte entre 1991 e 2030 (Klingbeil, 1991: 22) e o relatório sobre “Fluxos migratórios na Europa no ano 2000” salientou que, na maioria dos países de acolhimento, a população estrangeira tem vindo a aumentar (Arnould, 1991b: 43).

Este fenómeno não deixa de preocupar os arquitectos da construção europeia, dado ser complexo promover o equilíbrio entre a protecção dos direitos fundamentais da população de origem estrangeira e os interesses legítimos dos países de acolhimento (recorde-se que existem, actualmente, 17 milhões de desempregados na Europa).

As tentativas de resolução da questão, de entre as quais a mais conhecida é, provavelmente, a que resultou nos Acordos de Schengen (Assembleia da República, 1992) e que não se revelou, na perspectiva de muitos, a mais adequada têm subjacente a concepção de uma Europa fronteira. É difícil que tantos países consigam um entendimento na matéria, tendo em linha de conta que cada país mantém relações privilegiadas com terceiros (que frequentemente se traduzem em acordos bilaterais) e vocações ou fundamentalmente emigratórias ou fundamentalmente imigratórias.²⁷

²⁷ A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa tem sido particularmente activa na tentativa de clarificação dos direitos das minorias (Rocha-Trindade, 1993a: 430).

Portugal ainda se encontra longe da situação de outros países que, nos últimos anos, têm sido destino de fluxos intensos de imigrantes, como foi o caso da Itália em 1991, ao ter que fazer face à chegada de dezenas de milhares de Albaneses (Arnould, 1991a: 41) em resultado da ditadura comunista no seu epílogo (Kadaré, 1991: 19). Apesar disso, a problemática das relações entre a sociedade portuguesa e as minorias étnicas, tem vindo a ocupar um lugar cada vez mais central na opinião pública portuguesa.

Machado (1992: 134) escreveu em tom premonitório:

Se até hoje a problemática das minorias étnicas não tem tido grande relevância na sociedade portuguesa, a situação poderá conhecer uma inversão num futuro próximo. Sensivelmente nos últimos dois anos, têm-se tornado nítidos alguns sinais de que a politização das questões da imigração e da etnicidade já se iniciou.

De então para cá, podemos dizer que a problemática da etnicidade se constituíu como objecto social de reflexão.

O luso-tropicalismo, teoria elaborada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freire, cujos fundamentos começaram a ser lançados em 1933, em *Casa Grande & Senzala* (Castelo, 1998: 137), atribuía aos Portugueses uma especial capacidade de adaptação aos trópicos, fruto da sua apetência pela mestiçagem, pela interpenetração de culturas e pelo ecumenismo. Esta teoria contribuiu largamente para a difusão da concepção de que os Portugueses são um povo de “brandos costumes”, a qual adia a consciencialização de que os fenómenos rácicos são cada vez mais frequentes no país:

Há que combater a ideia segundo a qual o racismo nunca será um fenómeno importante em Portugal ... (Grupo Contra a Corrente, 1991: 10).

Neste mesmo sentido, Maalouf escreve (1999: 172):

[...] não existe hoje nenhum país onde se possa dispensar a reflexão sobre a maneira de fazer viver em conjunto populações diferentes, sejam elas locais ou imigradas.

Aquilo que apelidaremos de discurso da tolerância,²⁸ passou a assumir na sociedade portuguesa uma posição central no espaço de debate público e político, demarcando-se como valor básico do sistema de orientações ditas “pós-materialistas”, sistema esse ancorado em princípios como a autonomia e a liberdade. Inglehart (1995) distingue “valores materialistas” de “valores pós-materialistas”, os primeiros típicos da modernidade e os segundos da pós-modernidade:²⁹

Avec le passage de la modernisation à la postmodernisation, on vise non plus à pousser au maximum la croissance économique mais à améliorer la qualité de vie.

No entanto, também neste aspecto a sociedade portuguesa apresenta características de sociedade intermédia de acordo com Santos (1994: 53), sendo ainda regida por valores materialistas como salientam Monteiro e Pinto (1998: 216):

Portuguese society in the 1990s still espouses values, in contrast to other European societies, which are dominated by postmaterialist values. Values associated with social well-being and the satisfaction of immediate social needs are still dominant.

O racismo que existe na sociedade portuguesa, parece-nos ser, essencialmente, o “racismo subtil”, adoptando a dicotomia proposta por Pettigrew e Meertens em 1995 entre “racismo subtil” e “racismo flagrante”

²⁸ A tolerância para com as outras culturas é reclamada pelo relativismo cultural (Hannoun, 1987: 97).

²⁹ A pós-modernidade ou pós-modernismo é um conceito usado para definir a nossa condição cultural no final do século XX. Afirma que a “modernidade” que decorre do Iluminismo, passando pela Revolução Industrial e pelo marxismo, morreu. Vivemos numa cultura incessantemente “contemporânea”, num mundo virtual de “hiper-realidade” que contém fenómenos tão estranhos como a amnésia pós-holocausto, a Disneylândia, o ciberespaço e o “fim da história” proclamado por Fukuyama (Appignanesi & Garratt, 1997: contra-capá).

(Vala, 1999).³⁰ Assim, os Portugueses parecem ter internalizado uma norma anti-racista vigente na sociedade que os impede de exprimir publicamente crenças racistas, não deixando, no entanto, de exprimir atitudes e crenças que não contrariem essa mesma norma.

No quadro do interaccionismo simbólico, Goffman (1973)³¹ apresenta conceitos que permitem explicar esse desfasamento entre o que se pensa e o que se diz. Goffman situa-se num nível de análise individual, isto é, o da interacção do indivíduo com os outros actores sociais (Giddens, 1997: 841), mas a sua teoria pode igualmente aplicar-se ao mundo social. O mundo seria um teatro e a vida social uma vasta cena em que os “actores” seriam levados a respeitar os rituais e as linhas de conduta institucionalizadas para preservar as suas “faces”.³²

O facto de a etnicidade se ter constituído como objecto social de reflexão está intimamente relacionado com o aumento de comportamentos de natureza rúcica e xenófoba na sociedade portuguesa. O número de fenómenos deste tipo nos últimos anos é tão elevado que torna impossível que sejam referidos na íntegra num estudo deste tipo.³³ Refiramos apenas, a título exemplificativo, o incidente de natureza racista que, de certa forma, marcou o advento de uma onda de violência racista, e que foi o assassinato de José Carvalho em 1989, no Bairro

³⁰ N'ganga (1995: 115) comenta que não é por se “chamar de cor” a um negro, em vez de lhe chamar preto, que se é menos racista.

³¹ A teoria da identidade de Goffman é uma teoria do papel social. Estudando as modalidades que permitem ao indivíduo assumir um dado papel face aos outros, o autor enfatiza os aspectos exteriores, visíveis, da adesão ao papel, o que ele denomina de “face”, tentando demonstrar que nos comportamentos sociais o actor procura não se afastar do que é esperado dele. O seus trabalhos reconhecem a relatividade das normas e a mobilidade das identidades, focalizam-se, porém, nas identidades estigmatizadas ou negativas, enfatizando a capacidade do actor em se ver em vias de jogar um papel (ou uma identidade), sublinhando a distância entre o Eu e a identidade. O Eu é um núcleo central da personalidade que se pode ocultar em certas interacções sociais, por detrás da expressão de papéis que o Eu é levado a assumir. É como se existissem dois tipos de identidade: a profunda, que permite a continuidade do indivíduo, e o conjunto de identidades que o indivíduo faz suas ao longo da sua vida (Camilleri *et al.*, 1990: 15-16).

³² A sua obra de 1993 discute a forma como o indivíduo se relaciona com outros e a preocupação com a imagem que está subjacente a esse mesmo relacionamento.

³³ Os boletins informativos da associação SOS-Racismo apresentam informações detalhadas sobre a matéria.

Alto. O impacto deste acontecimento não se deveu, propriamente, a ser o primeiro, mas da mediatização de que foi alvo.

Os comportamentos racistas em Portugal têm, essencialmente, por alvo membros das minorias negra e cigana. O assassinato do negro Alcindo Monteiro em 1995 mereceu grande destaque nos *media*, bem como, em 1998, em Oleiros, a constituição de milícias populares contra os ciganos, sob a justificação de combate ao tráfico de drogas.

[...] a discriminação veste-se sempre com outras roupagens, como o medo de assaltos ou a defesa das populações contra a droga-, os actos acabam por valer mais do que as palavras. (Fernandes, 1995b: 3)

Foi, então, a primeira vez em Portugal que o Estado assumiu como tarefa sua, a questão cigana. Constituiu-se uma Comissão Interministerial, sob a égide do *Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas*, que elaborou um primeiro estudo sobre a sua situação social, de que resultou um relatório final programaticamente assumido pelo Governo.

A abordagem da evolução do discurso da tolerância, particularmente relevante para a definição do nosso objecto de estudo, será efectuada através de alguns dados relativos a quatro fontes distintas deste discurso em Portugal.

1.3.1. A população em geral e a questão da etnicidade

Fafe (1992: 9, 18) ironizou sobre a percepção que os Portugueses têm da sua própria tolerância, considerando que não faz sentido compararmo-nos com outros povos a esse nível.

Segundo uma sondagem do Público de 11 de Maio de 1992 (Fernandes, 1992: 2), apenas 2% dos habitantes das cidades de Lisboa e do Porto se confessaram assumidamente racistas; 26.3% admitiram ser "um pouco racistas" e 71.7% declararam-se "nada racistas". No entanto, quando se colocavam questões mais subtis, como, por exemplo, "Para si seria ou não indiferente que o seu filho

ou filha se casasse com um cigano?" ou "Sentir-se-ia seguro se houvesse um acampamento de ciganos no seu bairro?", as respostas passavam a deixar transparecer racismo.

Três anos mais tarde, mais concretamente em Agosto de 1995, uma outra sondagem publicada no mesmo jornal, revelava que 3% dos Portugueses se consideravam racistas, 80.9% nada racistas e que o racismo era o quarto problema que mais afectava os Portugueses, sendo referido por 23.1% dos inquiridos. Fernandes (1995a: 2-3) comentou que, apesar do inquérito de 1995 ter por base todo o país e o de 1992, apenas Lisboa e Porto, a intolerância encontrada foi maior.

Também em 1992, o Expresso levou a cabo uma sondagem de opinião sobre o tema. De entre resultados diversos apresentados no artigo de Miguel Portas (1992) apelidado “Racismo português suave”, note-se que 17.9% dos participantes interrogados consideraram os negros intelectualmente menos dotados do que os Portugueses, 30.8% importar-se-iam que uma sua filha casasse com um negro e 35.5% assumiram que teriam problemas em casar com um negro/a.

Uma outra forma de analisar o olhar dos Portugueses sobre os outros e, neste caso, sobre os imigrantes, é recolher as notícias da imprensa sobre os imigrantes e é precisamente o que fez Leitão (1991) em 1990/91 e Lopes em 1992. Leitão (1991: 14) concluiu que

[...] não existe na sociedade portuguesa um sentimento de rejeição em geral dos estrangeiros ou desta ou daquela comunidade imigrante.

Por seu lado, Lopes (1992: 71) salientou o facto da atitude face aos imigrantes variar consoante as origens destes:

La population originaire des PALOP's serait beaucoup moins bien reconnue au Portugal que les personnes qui sont venues du Brésil. Les citoyens noirs seraient contraints de lutter plutôt pour survivre que pour s'intégrer.

A sensibilização da população para a questão do racismo parece limitada. Um inquérito alargado realizado pelo *Instituto de Ciências Sociais* (I.C.S.) da Universidade de Lisboa e cujos resultados foram publicados em Novembro de 1998, no qual se pedia aos inquiridos que, de um conjunto de doze problemas sociais apresentados, problemas esses commumente invocados, assinalassem, por ordem de importância, os dois que mais os inquietavam, o racismo surgiu como um dos problemas menos escolhidos pelos participantes, apresentando valores residuais em relação aos demais problemas e apenas foi escolhido em primeiro lugar por 7% dos inquiridos e em segundo por 1.5% (Pais, 1998: 194).

Nesse mesmo inquérito (Pais, 1998: 204-205), procurou-se analisar a percepção e as atitudes dos Portugueses face às diferenças étnicas. Com esse objectivo recorreu-se a três pares de opiniões com referência explícita às minorias de origem Cigana e Africana, principais etnias representadas em Portugal. Para cada um desses pares de opiniões, uma indicadora de uma atitude de tolerância, outra de rejeição social, pedia-se aos inquiridos que assinalassem aquela com que mais concordavam. Os resultados revelaram um alto grau de tolerância por parte da população Portuguesa a essas etnias, sendo cerca de $\frac{3}{4}$ os inquiridos que optaram pela concessão dos mesmos direitos de cidadania aos membros das etnias Cigana e Africana, nomeadamente, em termos de oportunidades e condições de trabalho, valorizando também positivamente a convivência e a experiência multicultural.

Finalmente, no que diz respeito aos indicadores relativos à população em geral, há que referir a questão das organizações racistas. No livro *A extrema-direita em Portugal*, a organização anti-racista *SOS-Racismo* referencia diversas organizações e movimentos que considera serem de extrema-direita. Apesar de tais organizações não assumirem a dimensão que apresentam noutros países da Europa, nomeadamente, em França e na Alemanha, não podemos deixar de referir a *Frente de Direita Nacional* (F.D.N.), surgida em 1995, em resultado de uma cisão com a *Acção Fundacional Nacionalista*, que reclama mais de 5 000

inscritos e afirma já ter mais de 7 500 assinaturas para a constituição do novo Partido da Direita Nacional. Esta organização criou, ainda, o *Centro Nacional de Estudos* (10). De referir igualmente, o grupo *Acção Fundacional Nacionalista* que é, como o próprio nome indica, um grupo nacionalista, não legalizado, que conta com cerca de 200, 300 simpatizantes e que edita esporadicamente uma brochura de teor racista intitulada *Frente de Direita Nacional*.

1.3.2. *Etnicidade e meio político*

O discurso do governo é um discurso de tolerância e de preocupação com a integração das minorias na sociedade portuguesa, com particular atenção para os imigrantes lusófonos³⁴. Vejamos, a título meramente exemplificativo, um extracto do discurso do actual Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, por ocasião da conferência sobre a *Mundialização, as Migrações e o Desenvolvimento* que teve lugar no *Centro Cultural de Belém* em 1998:³⁵

Como país de emigrantes das sete partidas temos que nos esforçar por ser igualmente uma Pátria acolhedora para quantos nos procuram e connosco querem viver e trabalhar.

Independentemente dos discursos, recorde-se que até há bem pouco tempo, a legislação portuguesa não incluía normativos relativos aos imigrantes residentes em território nacional e as leis existentes, apenas de forma indirecta, afectavam os imigrantes. É o caso do Decreto-Lei n.º 797/76 de 6 de Novembro, que apenas permite que cidadãos nacionais se candidatem a concursos públicos para a concessão de habitação social ou o caso do Decreto-Lei n.º 97/77 de 17 de Março, que obriga as empresas com mais de cinco funcionários a terem os seus quadros de pessoal preenchidos com pelo menos 90% de cidadãos Portugueses.³⁶

³⁴ De recordar que em 17 de Julho de 1996 foi criada a *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa-CPLP*.

³⁵ <http://www.min-nestrangeiros.pt>

³⁶ Outros decretos-lei que afectam indirectamente os estrangeiros são apresentados em Rocha-Trindade (1995: 206).

Em 1991 foi criado, no âmbito do Ministério da Educação, pelo então Ministro Roberto Carneiro, o *Secretariado Coordenador de Programas de Educação Multicultural (SCOPREM)*, actualmente designado *Entreculturas* que, entre muitas outras acções, publica um boletim: *Diálogo*, de divulgação com objectivos também pedagógicos.

De entre os objectivos do *Entreculturas*, citam-se, entre outros, o de “Prevenir xenofobia, racismo, segregação cultural e étnica”(www.min-edu.pt/entreculturas).

Com o Decreto-Lei 212/92 de 12 de Outubro que instituiu o processo extraordinário de regularização de imigrantes clandestinos (200 000 em 1992, segundo Carvalho, 1992: 24), extensível aos cônjuges e filhos menores de 14 anos, Machado (1992) considerou que o Estado trouxe definitivamente a questão da etnicidade para a esfera política. Antes desse momento, apenas o Partido Socialista, na altura na oposição parlamentar, o fazia, ao incluir, por exemplo, representantes das comunidades imigrantes nas listas eleitorais para a Assembleia da República (Machado, 1993: 411).

A decisão de implementação do processo de legalização não foi algo simples, antes, decorreu da pressão por parte de várias entidades. Assim, por exemplo, o artigo de Helena Norte publicado no Diário de Notícias em Maio de 1992, refere-se a um seminário organizado na Universidade do Porto com o objectivo de formar um movimento de pressão para a legalização dos imigrantes clandestinos. O processo de legalização veio a decorrer entre 13 de Outubro de 1992 e 5 de Março de 1993, tendo sido exigidas duas condições para a legalização: estar em território português antes de 15 de Abril de 1992 e provar dispor de condições económicas mínimas para assegurar a sobrevivência. As entidades empregadoras que "confessassem" situações de irregularidade de emprego no seu seio, beneficiariam de uma amnistia, não sofrendo qualquer tipo de sanções.

Apesar da campanha desenvolvida apelando à legalização, desenvolveram-se correntes de contra-informação, essencialmente da

responsabilidade de sub-empregados, para quem a legalização dos clandestinos significava, obviamente, perda de mão-de-obra barata. O programa *Casa Comum*, exibido na RTP 2 em Dezembro de 1993, apresentou os seguintes resultados do processo de legalização: quase 50000 pedidos de legalização, 38500 dos quais deferidos, 6000 misteriosamente não localizáveis, 700 pendentes por alegada falsificação de documentos ou registos criminais comprometedores e 700 indeferidos. O número de legalizados ficou, assim, aquém do previsto pelo governo: 70 a 80 000 e, na altura, a Igreja considerou que 30 a 40 000 indivíduos tinham permanecido em situação de clandestinidade, tendo outras fontes apontado números bem diversos. Independentemente dos números, foi amplamente considerado que o processo teve as suas limitações (uma das críticas recorrentes foi a de que os *spots* televisivos apelando à regularização da situação, passaram em horários em que os trabalhadores não estavam em casa) e diversas figuras da vida pública portuguesa exerceram pressão no sentido da abertura de um novo processo de legalização. Tal processo veio a ser iniciado pelo governo socialista (entretanto eleito em 1995) em 11 de Junho de 1996. Este novo processo previa um período de legalização mais alargado, mais concretamente de 6 meses, e exigiu menos documentos do que o anterior. Após a conclusão do processo, a fiscalização tornou-se apertada e passou a ser muito difícil permanecer em Portugal numa situação de clandestinidade.³⁷

Em 1993 foi nomeada uma Assessora para a Casa Civil do então Presidente da República, Mário Soares, exclusivamente dedicada ao acompanhamento dos problemas das comunidades imigradas em Portugal.³⁸ Em 1993/94 foi criada a *Associação de Professores para a Educação Intercultural* e em 1996 foi criado, na dependência do Conselho de Ministros, o *Alto*

³⁷ O Decreto-Lei nº 4/2001 de 10 de Janeiro veio definir uma nova orientação nas autorizações de permanência.

³⁸ Informações sistematizadas relativas às políticas nacionais e locais em relação aos imigrantes foram iniciadas por Rocha-Trindade, M.B.(Coord.) (1995). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.

Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, sob a presidência de José Leitão.

O programa “Todos Diferentes, Todos Iguais” criado no âmbito da *Secretaria de Estado da Juventude* (S.E.J.) teve por objectivo fomentar os valores da paz e da tolerância junto dos jovens e o dia 21 de Março de 1996, proclamado o Dia Internacional do Racismo, foi também celebrado em Portugal.

A consagração do ano de 1997 como *Ano Europeu Contra o Racismo* intensificou a pertinência da questão e, é por demais óbvio, que inscrevendo-se Portugal num conjunto de quinze países da União Europeia, as políticas nacionais na matéria são (ou deveriam ser) articuladas com as políticas preconizadas por essa mesma União, as quais, por seu lado, têm que ter em consideração a realidade migratória da União no seu conjunto. No relatório de 1998 relativo ao *Ano Europeu Contra o Racismo*, José Leitão, o Alto Comissário para as Migrações e Minorias Étnicas, refere inúmeros seminários, encontros, cursos, realizados ao longo do ano, salientando a intervenção conjunta dos poderes políticos, das organizações privadas e dos cidadãos (5).

Tem-se também constatado um maior protagonismo das associações de imigrantes³⁹ e de algumas organizações não governamentais e o estabelecimento de compromissos internacionais na matéria. É natural que esse protagonismo seja hoje maior, atendendo a que a politização da etnicidade tende a acontecer depois de alguns anos de presença das minorias imigrantes nos países de acolhimento, isto é, quando as mesmas já conhecem algum grau de sedentarização, o que começa a ser o caso em Portugal (Machado, 1992: 132). Uma das dificuldades do movimento associativo africano em Portugal passa pelo facto das elites não se encontrarem, em geral, na liderança das associações mas estarem, antes, mobilizadas pelos processos de mudança política em curso nos seus próprios países de origem (Machado, 1992: 132). Um outro problema prende-se com a

³⁹ Relativamente a associações de imigrantes em Portugal, de citar o livro de Albuquerque, R.; Ferreira, L. & Viegas, T. (2000). *O fenómeno associativo em contexto migratório. Duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal*. Oeiras: Celta.

dificuldade em promover uma maior mobilização das comunidades que representam. Essas comunidades, dada a sua generalizada condição de vida precária, tendem a ter uma atitude de retraimento público e político (Machado, 1992: 133).

As associações de luta contra o racismo, diversas em Portugal, desempenham um papel central. A associação *SOS-Racismo* tem desempenhado um papel louvável ao editar, entre outras, publicações explicativas dos direitos e deveres dos estrangeiros (Amaral, s.d.), as quais possibilitam o esclarecimento dos imigrantes. Esta associação, apesar de apenas legalmente inscrita em 1993, desenvolve actividades que remontam aos finais da década de oitenta, nomeadamente, a organização de ciclos de cinema em escolas, debates e exposições temáticas. Referimos, ainda, o “Movimento Inter Povos” (1992), a “Frente Anti-Racista”(1994), a “Juventude Contra o Racismo na Europa” (1994), "Olho Vivo" (1988)...entre outras associações.⁴⁰

Podemos, assim, concluir que:

[...] a nossa experiência democrática trouxe-nos a consciência, a sensibilidade e a reflexão [...] proporcionou a emergência [...] de movimentos anti-racistas, que ultrapassaram as elites intelectuais para penetrar largos sectores da opinião pública [...]. (Amâncio, 1998: 79)

1.3.3. Etnicidade nos media e na arte

A temática da etnicidade tem sido abordada de forma mais ou menos recorrente na imprensa escrita, entre outros, em jornais como o *Público* e o *Expresso* e, pontualmente, em revistas como a *Visão* ou a *Marie Claire*.

Alguns dos programas de informação de maior audiência nos canais de televisão também a têm abordado. Assim, sem pretendermos proceder a uma análise exaustiva da frequência com que estas questões têm vindo a ser discutidas, referimos a título meramente exemplificativo os seguintes programas:

Casa Comum (RTP 2, 9/12/93): *As Migrações na Europa*, *Casa Comum* (RTP 2 em 23/12/93): *Racismo e Xenofobia*, *Maria Elisa* (RTP 1, 24/05/96): *Racismo em Portugal*, *Esta Semana* (SIC, 10/12/96): *Imigração Clandestina*, *Documentário Ciganos-vítimas ou Culpados?* (RTP, 96), *Viva a Liberdade* (SIC, 01/97) com a presença de João Garcia, chefe de comunidade cigana de Oleiros, expulsa do terreno que que era proprietária.

Mais recentemente, o próprio cinema português abordou a questão. Disso é exemplo o filme *Zona J*, de Leonel Vieira, estreado no final de 1998. Há que salientar que nos *Globos de Ouro* de 1998 organizados pela SIC e pela revista *Caras*, *Zona J* foi considerado o melhor filme do ano. Atendendo a que a eleição resultou dos votos dos Portugueses, parecem ser muitos os que estão sensibilizados para a temática (não representativos, obviamente, da população Portuguesa no seu conjunto). Ao receber o prémio, o produtor, Tino Navarro, não deixou de referir que alguns dos jovens actores que integraram o elenco, provinham, eles mesmos, das várias zonas J espalhadas pela periferia de Lisboa.

Em 1998 foi produzido um CD intitulado “Sons de Todas as Cores” com o objectivo de sensibilizar os jovens para o problema do racismo, tendo o projecto contado com a participação de figuras bem conhecidas do panorama musical português.

1.3.4. Etnicidade e meio científico

Segundo Kuin (1995: 22), a nível mundial,

[...] o estudo do fenómeno do racismo, constituindo os alicerces do anti-racismo, está em plena florescência.

Em Portugal começa a notar-se um certo interesse da comunidade científica pela questão. No entanto, o número de livros que aborda a questão não

⁴⁰ Numa publicação do Ercomer de 1996 é possível encontrar referências a organizações de estudo e de combate do racismo em todo o mundo.

é muito grande, sendo significativo o número de obras que são da responsabilidade de associações de luta contra o racismo como é o caso *do SOS-Racismo* e da *Frente Anti-Racista*. Bem mais significativo é o número de artigos em revistas científicas.

Também no meio científico, diversas foram as dissertações de Mestrado ou as teses de Doutoramento elaboradas nos últimos anos sobre as questões da etnicidade e do racismo. Assim, numa consulta que realizámos na PORBASE⁴¹ em Fevereiro de 1999, encontrámos num total de 501 dissertações elaboradas entre 1994 e 1999 inclusivé, 14 dissertações abordando a temática. As áreas científicas em que se enquadram as referidas dissertações (ver anexo 1) são das mais diversas-Antropologia, Sociologia, Psicologia, Literatura, História, Estudos Americanos e Estudos Ibero-Americanos, Relações Interculturais entre outras. Tal confluência de áreas na abordagem de uma problemática comum é fundamental em Ciências Sociais.

De notar também a diversidade de instituições universitárias em que essas mesmas teses são elaboradas, com destaque para o *Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (I.S.C.T.E.)*, *Universidade Nova de Lisboa* e para a *Universidade Aberta*. No âmbito da última, destaca-se a criação do *Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais (C.E.M.R.I.)*, activo desde 1989 e que veio a ser formalmente reconhecido pela *Junta Nacional de Investigação Científica (J.N.I.C.T.)* em 1994; a organização de um *Mestrado em Relações Interculturais* em 1990/91, a formação no domínio das migrações e relações interculturais a estudantes nacionais e estrangeiros no âmbito do programa ERASMUS e o envolvimento em redes nacionais e internacionais e participação em cursos de Verão.

Numerosos têm sido os colóquios, seminários, conferências desenvolvidos relativamente à temática nos últimos anos. No âmbito do CEMRI, as actividades têm sido diversas e, apenas referimos a título exemplificativo, o

⁴¹ PORBASE-Base de dados do Catálogo Colectivo Nacional da Biblioteca Nacional.

programa *Sintonia Intercultural* de 1994, integrado na iniciativa *Lisboa, Capital Europeia da Cultura/1994*, a exposição de pintura de Maio de 1996 subordinada ao tema *Música e Dança* do artista Cabo-verdiano Kiki Lima, o curso intensivo subordinado ao tema *Migrações e Interculturalidades*, em 1996, o Encontro sobre *Cabovernianidade, mitos, ritos, práticas sociais*, em 1998 ou o Seminário *Imagens das migrações. Cruzamento de olhares- Actores sociais, Cineastas e Investigadores*, em 2000.

Parece-nos, no entanto, que a articulação entre as várias instituições e pessoas que trabalham no campo não é tão grande quanto seria desejável para o desenvolvimento de projectos comuns a nível nacional.⁴²

O facto de ter sido escrita e publicada uma bibliografia relativa ao domínio das migrações e relações multiculturais (Garcia, 2000) é, em nossa opinião, um expressivo indicador da relevância que este domínio está a conquistar na investigação em Portugal.⁴³

⁴² No ponto 3.4 será descrita, em traços gerais, a investigação que tem sido conduzida sobre a temática em Portugal.

⁴³ O levantamento realizado por Garcia inscreve-se no projecto "Saber Viver numa Europa Multicultural" promovido pela Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas.

1.4. A problemática. Objectivos da pesquisa

É no fluir dessa onda de crescente preocupação com a problemática da etnicidade e do racismo em Portugal que surge a investigação que nos propomos desenvolver e que, tanto quanto nos é dado saber, é a primeira em Portugal com tais objectivos e abordagem.

Pretende a mesma analisar a forma como um grupo de jovens Portugueses perspectiva três grupos que se distinguem pela nacionalidade e como se perspectivam a si mesmos enquanto Portugueses quando se comparam com os outros. A inclusão de populações do secundário e do superior prende-se com o objectivo de demonstrar a permanência desses processos em populações com formações diferentes.

No plano teórico, este estudo situa-se, assim, no âmbito das representações sociais, mais precisamente as representações de outros e de nós. A pertinência deste conceito para o nosso objecto é grande, já que as representações são saberes socialmente produzidos e partilhados, com funcionalidades diversas na interpretação e no controle da realidade, constituem referências explicativas, comunicacionais e operatórias, que nomeiam, classificam e produzem imagens que condensam significados, atribuem sentido e participam, nas suas diversas formas de organização, na reprodução de identidades sociais e culturais.

A hipótese geral deste estudo é a de que a identidade social não é uma criação do próprio grupo, antes se inscreve numa dinâmica intergrupala (na relação entre os Portugueses e os outros grupos), de ordem psicossociológica. O ser Português é um processo de construção, desempenhando os demais alvos de comparação, um papel determinante na construção da identidade nacional. Dado que a questão da tolerância e das relações com grupos particulares está ligada à dinâmica intergrupala, não podemos afirmar que os Portugueses são mais ou menos tolerantes. Pretende-se verificar, neste estudo, que a tolerância, enquanto atitude, varia consoante o alvo da comparação e a ordem em que esta se processa.

Apesar da fundamentação teórica da investigação se inscrever no domínio da Psicologia Social e da nossa abordagem da identidade salientar o seu carácter construído, estamos conscientes de que o tipo de questões estudadas se enraíza num contexto histórico e sociológico que não pode, nem deve, ser negligenciado.

No capítulo II apresentaremos o quadro conceptual que nos ajudará a tecer o enquadramento do nosso objecto de estudo, assente no pressuposto de que o olhar que construímos sobre o/s Outro/s se inscreve numa realidade histórico-social preexistente a esse mesmo olhar e que com ele se articula, transformando-o. Como referem Hettlage-Varjas e Hettlage (1994: 49):

[...] le social n'est pas expliqué seulement par le social, ni le psychique par le psychique.

Resumo

A forma como nos fomos perspectivando enquanto povo ao longo da História não esteve nunca imune a conjecturas e confabulações. Se o Portugal de hoje apresenta uma elevada identidade nacional, não nos podemos esquecer que tal identidade resulta de um moroso processo histórico que atravessou fases diversas até assumir a expressão que hoje lhe conhecemos.

A realidade imigratória com que o país se tem confrontado nos últimos anos, fez com que tenha transitado de “porto de partida” a “porto de chegada”. De facto, apesar do contacto entre povos ter estado presente ao longo de toda a História, foi só nos últimos anos que o número de imigrantes sofreu um aumento notório.

Apesar de em Portugal não se verificarem grandes contrastes entre a população e as comunidades imigrantes, coloca-se sempre a questão de saber até que ponto as comunidades residentes estão integradas na sociedade portuguesa. Portugal está distante da situação de outros parceiros europeus que têm sido, literalmente, invadidos por imigrantes. Porém, a problemática das relações entre a sociedade portuguesa e as minorias étnicas tem vindo a assumir uma posição cada vez mais central na sociedade portuguesa, ao mesmo tempo que a problemática da etnicidade se tem vindo a constituir como objecto central de reflexão. O discurso da tolerância passou a assumir na sociedade uma posição central no espaço de debate público e político e a temática das relações entre os Portugueses e os outros assume, hoje, uma grande centralidade enquanto objecto de reflexão científica.

Não quero que a minha casa fique cercada de muros e que as minhas janelas fiquem tapadas. Quero que as culturas de todas as terras soprem sobre a minha casa tão livremente quanto possível. Mas recuso ser derrubado por qualquer uma delas.

Gandhi (citado em O.N.U., 1999: 4)

Quer para o indivíduo, quer para o grupo, quer para uma nação, a identidade, em sentido óbvio, é um pressuposto. A esse título, aquilo que surge como problema ou questão de "identidade" para cada uma dessas realidades, individual, grupal ou nacional, não diz respeito à identidade propriamente dita mas à sua modalidade, à sua expressão e, sobretudo, à sua perturbação.

Lourenço (1990: 9)

Não temos nada contra estrangeiros, apenas não temos espaço para eles na nossa aldeia.

Afirmção de um autarca alemão (citada por Castanheira, 1991c: 12)

Quero é guerra. Contra a raça inferior: os pretos, os árabes, os paneleiros, drogados, comunistas, judeus e o que seja.

Declaração de Michael Gonçalves, filho de pai português e mãe francesa, acusado de assassínio de um cidadão tunisino na cidade francesa de Havre (citada por Mascarenhas, 1995: 66).

[...] as pessoas que propagam o racismo, fazem-no diariamente. As pessoas que o condenam, não procuram senão uma explicação. Não fazem nada, diariamente. E não se interrogam sobre o que se devia fazer, diariamente. Há aí uma assimetria.

Serge Moscovici (em entrevista a Inês Pedrosa, 1992: 40)

Capítulo 2-Contributos da Sociologia e da História

Introdução

Este capítulo está organizado em quatro secções. Na primeira, salienta-se o facto do ritmo de transformações que têm tido lugar ao longo destes últimos anos ter tido implicações no redesenhar de novos espaços, na perda de identidades e na aquisição de outras, ocorrendo um processo de redefinição de identidades. Em articulação com esse processo, ênfase é dada ao processo de globalização, num momento em que mais do que nunca se fala em cultura planetária e em aldeia global e em que as migrações assumem uma enorme relevância e novas especificidades.

Na secção seguinte, discutem-se os conceitos de nação, nacionalismo e identidade nacional, em articulação com a discussão anterior, tendo em vista mostrar a centralidade que a identidade nacional tem vindo a assumir no momento que vivemos.

Seguidamente, é analisada a relação entre o grupo de pertença e os grupos dos outros ao longo de diversos momentos da história e, por último, são discutidas algumas das consequências de uma relação mal conseguida entre o grupo de pertença e os grupos dos outros. Particular atenção é dada a uma das formas de malogro dessa relação traduzida no racismo.

O capítulo termina com um resumo onde se procuram articular as diversas secções e salientar os aspectos que mais contribuem para a centralidade da identidade nacional.

2.1. O mundo em transformação

Nos últimos anos do século XX, que marcaram também o final de um milénio, o ritmo de transformações na geografia mundial foi verdadeiramente alucinante. Vejamos apenas alguns dos acontecimentos que tiveram lugar na última década do século.⁴⁴ A nomeação de Gorbachev para presidente Soviético em Maio de 1989 e a sua política de aproximação progressiva do Ocidente esteve na base de um desenrolar de fenómenos em cadeia. Em Novembro desse mesmo ano e 28 anos depois de ter sido edificado, deu-se a queda do muro de Berlim. Em 1990, na Jugoslávia, o monopólio do poder comunista viu o seu fim e a Aliança Atlântica acabou com a guerra fria. A Alemanha Ocidental e de Leste foram reunificadas. Em 1991, o governo comunista da Albânia demitiu-se, o Pacto de Varsóvia dissolveu a aliança militar e foi, posteriormente, dissolvido. Em Agosto deu-se a independência da Letónia, da Estónia e da Lituânia e, desta forma, processou-se um redesenhar de espaços. Em Dezembro, teve lugar o fim da União Soviética e a constituição da *Comunidade dos Estados Independentes* (CIS) que veio a integrar todas as anteriores repúblicas da antiga União Soviética⁴⁵ excepto os novos estados bálticos. O parlamento da África do Sul condenou o *apartheid*, sendo, no entanto, longo o caminho a percorrer para alcançar a igualdade real entre brancos e negros.

Em 1992, a federação jugoslava desintegrou-se e Bush e Yeltsin proclamaram o fim formal da Guerra Fria, o parlamento Checoslovaco aprovou a separação em duas nações. Surgiram conflitos na Croácia e na Bósnia-Herzegovina, dos quais resultaria uma guerra sangrenta e vergonhosa travada no palco da ex-Jugoslávia, uma das mais cruéis guerras civis da Europa moderna. De resto, há já alguns séculos que a região entre o Danúbio e o mar Adriático é palco das ascensões e quedas de numerosos reinos, impérios, dinastias, migrações e de um processo caleidoscópico de unificações, desintegrações e reunificações.

⁴⁴ Dados recolhidos em <http://www/infoplease.com>.

⁴⁵ A Geórgia foi a última república a juntar-se à comunidade em 1993.

Em 1993, de realçar a criação da União Europeia definida pelo Tratado de Maastricht. O caminho da integração na Europa Ocidental tinha-se iniciado com a assinatura do Acto Único em 1986, que aumentara os poderes do Parlamento Europeu e criara as condições para a implementação de um mercado único em 1992. O Tratado de Maastrich negociado em Dezembro de 1991 e ratificado por todos os estados membros no final de 1993, permitiu a criação de uma moeda única, de um Banco Central e de uma cidadania comunitária.

Em 1994, Sarajevo foi atacado pelos Sérvios, deu-se no Ruanda, o genocídio da etnia Tutsi pela etnia Hutu, rivais de longa data e a Tchécenia foi alvo dos ataques dos Russos.

Em 1995, destaque para a continuação do massacre no Ruanda e para a guerra na Bósnia e na Croácia e em 1996 para a assinatura do tratado de paz na Tchécenia. Houve o acordo quanto ao limite de armamento entre os líderes nos Balcãs, violência étnica nos campos de refugiados do Zaire, milhares de refugiados do Ruanda e do Burundi abandonaram os campos e milhares de Hutus regressaram ao Ruanda.

Em 1997, o governo de Israel aprovou a instalação dos Judeus em Jerusalém Oriental, um passo importante no processo de paz do Médio Oriente e a União Europeia planeou admitir mais seis países.

Em 1998, os Sérvios atacaram os albaneses do Kosovo e os Europeus chegaram a acordo na adopção de uma moeda única: o Euro.

Em 1999, a NATO lançou bombardeamentos aéreos na Sérvia para acabar com os ataques contra a etnia Albanesa no Kosovo, acabando os Sérvios por assinar um acordo depois de onze semanas de bombardeamentos e estabeleceu-se o acordo de paz entre o primeiro ministro israelita Ehud Barak e Yasir Arafat.

Todos estes acontecimentos, entre muitos outros que foram tendo lugar um pouco por todo o mundo, revestiram-se de importantes consequências no redesenhar de novos espaços, na perda de identidades e na aquisição de outras e teve lugar o que designamos por um processo de redefinição de identidades. A desintegração das ordens sociais nacionais e internacionais ofereceu,

simultaneamente, esperanças e medos de liberdade, proporcionou espaço para a “criatividade social”, espaço no qual indivíduos e grupos passaram a fazer parte de um processo de redefinição e de reavaliação de normas sociais, de sistemas de crenças e de estruturas de poder. O desaparecimento da Checoslováquia, por exemplo, esteve na base do aparecimento da República Checa e da Eslovénia. Neste caso, categorias e identidades que eram usadas de forma rotineira foram substituídas por outras com significados muito diferentes. O significado das categorias Eslováquio ou Checo não é o mesmo, dado que o processo de formação da nação requer que esses conceitos sejam redefinidos um em oposição ao outro (e ainda em oposição à velha ordem Checoslovaca). As mudanças na auto-definição não ocorrem apenas depois do evento de separação. Pelo contrário, as alterações na forma como nos construímos a nós próprios e as nossas relações com os outros constituem uma etapa fundamental no próprio processo de mudança e, sem tais mudanças a nível das representações, a acção que transforma o mundo não prosseguiria (Hopkins & Reicher, 1996: 69-70).

Também os cidadãos da Europa Ocidental se encontram em processo de redefinição de si mesmos e das suas relações com os outros. Aqueles com quem os Ocidentais agora se comparam e contrastam são necessariamente outros e a forma como se auto-perpectivam pode, portanto, ser alterada (Hopkins & Reicher, 1996: 70). Assim, Hopkins e Reicher (1996: 70) referem que Harvie (1994) salientou que a ideia da “Europa das regiões” é uma construção relativamente recente que oferece uma visão muito diferente da natureza das categorias que constituem a Europa e das relações de poder entre elas.

Referimo-nos até agora às principais mudanças ocorridas neste final de século e às suas implicações a nível da redefinição de identidades. Em articulação com esse processo, desenvolve-se um processo de globalização, num momento em que mais do que nunca se fala em cultura planetária e em aldeia global e em que as migrações assumem uma enorme relevância e especificidade. Relevância e especificidade se atendermos a que os migrantes de hoje, tal como Gungwu (1992) observou (Cohen, 1995: 11), são muito diferentes dos migrantes do

passado, genericamente trabalhadores não qualificados que procuravam melhores condições de vida ou simplesmente de sobrevivência, em países mais ricos. Os migrantes de hoje somos potencialmente todos nós, habitantes desta imensa aldeia global: os turistas, os empresários, os comerciantes, os profissionais liberais, os estudantes,

... new classes of people educated in a whole range of modern skills are now prepared to migrate or remigrate and respond to the pull of centres of power and wealth and the new opportunities in trade and industry. [...] these people are articulate, politically sensitive and choose their new homes carefully. They study the migrant states, especially their laws on the rights of immigrants and the economic conditions for newcomers. ... Furthermore many are masters not only in the handling of official and bureaucratic connection but also in the art of informal linkages. (Gungwu, 1992)

A globalização não resulta, apenas, da maior movimentação das pessoas decorrente da redução do espaço e do tempo, mas da globalização da informação à escala planetária. Produz-se uma cultura mediática relativamente homogeneizada, que permite que os indivíduos ganhem consciência do grau em que problemas e acontecimentos locais têm significado e repercussões mundiais, processo no qual a *internet* desempenha um papel central:

Com efeito, das anteriores condições ego e etnocêntricas, o cidadão evolui hoje para uma situação de quase “interveniente” em acontecimentos sociais que o ultrapassam, pela possibilidade que os media lhe oferecem de ser deles testemunha. (Rocha-Trindade, 1993b: 869)

A globalização é também patente na crescente mobilidade do capital, a qual, por outro lado, está na sua própria origem:

Actualmente, são trocados mais de 1.5 biliões de dólares por dia nos mercados monetários mundiais e são transaccionados cerca de um quinto dos bens e serviços produzidos por ano. (O.N.U.,1999: 1)

Todas estas transformações podem não ser muito diferentes das ocorridas no passado, no entanto, a velocidade a que são transmitidas via *media* torna-as muito diferentes e não é, decerto, fruto do acaso que o *Relatório de Desenvolvimento Humano da O.N.U.* de 1999 seja precisamente dedicado à “crescente interdependência das pessoas no mundo em globalização de hoje.” (O.N.U., 1999: 1).

Este duplo processo de globalização das tecnologias, dos instrumentos, das mensagens, dos capitais, do comércio, da cultura e da governação e de retorno à comunidade, às origens, aos nacionalismos, a regionalismos, confere especificidade ao momento em que vivemos e torna-o mais complexo.

Silva (1994: 32) salienta que a tensão entre a globalização e o particularismo é característica da modernidade, referindo-se à “dialéctica entre globalização e localismos” ou, ainda, à “tensão entre dinâmicas de indiferenciação e dinâmicas de identificação diferenciadora.” Para Bourdieu (1980: 69):

Le régionalisme (ou le nationalisme) n'est qu'un cas particulier des luttes proprement symboliques dans lesquelles les agents sont engagés soit individuellement et à l'état dispersé, soit collectivement et à l'état organisé, et qui ont pour enjeu la conservation ou la transformation des rapports de forces symboliques et des profits corrélatifs, tant économiques que symboliques [...].

É neste cenário que a questão das nações, do nacionalismo e da identidade nacional assume uma notória centralidade.

2.2. Nações, nacionalismo e identidade nacional

A centralidade da ideia de identidade nacional e de nacionalismo verifica-se, precisamente, num momento em que, como vimos, as migrações assumem uma certa especificidade e uma enorme relevância. O mundo de hoje é um mundo de nações porque constituído, organizado e pensado em termos de estados-nação.⁴⁶ Billig (1996: 185) refere Smith (1986) quando este autor escreve que:

In the world of nations, everyone is expected to possess a national identity, which links them to one, and usually only one, national entity.

Billig (1996: 185) cita também a frase de Gellner (1983): “a man must have a nationality as he must have a nose and two ears”.

No seu sentido original em latim clássico, a palavra "nasci" significava um grupo étnico-tribal, um povo nascido no mesmo local e território (Oommen, 1994: 7), mas a realidade da nação está hoje tão afastada desse seu significado inicial, que quase não faz sentido recordá-lo (Oommen, 1994: 9). A “nação” enquanto comunidade de cidadãos, quer dizer, enquanto entidade política, é criação da Revolução Francesa (Oommen, 1994: 7). Ao seguir a máxima "uma nação, um estado", a realidade nação veio a tornar-se, na Europa, uma entidade simultaneamente cultural e política e chegou-se à crença de que não só é natural uma nação ter um estado, como também é necessário que o tenha a fim de que a sua identidade cultural seja preservada (Oommen, 1994: 7-8).

⁴⁶ Só no século XVI se verificou uma centralização política efectiva em torno de uma autoridade suprema, uma diferenciação entre governantes e governados, características de um Estado tal como hoje o entendemos: entidade dotada de soberania política sobre uma área territorial claramente definida, detentora do monopólio do uso legítimo da força e composta por cidadãos vinculados por uma lealdade absoluta. A noção de cidadania refere-se, exactamente, à pertença a um estado, pertença essa acompanhada de plenos direitos políticos, de que o direito de voto constitui a experiência mais universal. A cidadania representa uma conquista da Europa do século XX. Foi aceite após a Primeira Guerra, mais concretamente em 1919 e, apenas na década de quarenta, se tornou um direito "sagrado" de todo o espaço europeu. Trata-se, pois, de uma conquista extremamente recente. Recorde-se, por exemplo, que a cidade-estado grega, largamente conhecida pela sua "democracia directa", não permitia a participação de escravos nem de plebeus no processo de tomada de decisões e que os impérios e os reinos tiveram súbditos e não cidadãos.

A palavra nação pode ser utilizada noutras acepções que não são relevantes nesta análise, mas que apenas referimos *en passant*. Assim, há quem utilize "nação" para designar classe. A este propósito, Oommen (1994: 8) cita Disraeli (1945):

[...] duas nações entre as quais se não verifica qualquer relação ou simpatia; nações essas que vivem na ignorância dos hábitos, do pensamento e do sentir uma da outra, como se habitassem em zonas diferentes ou existissem em diferentes planetas; que são criadas com educação diversa, são alimentadas com comida diversa, são disciplinadas de maneira diversa e que não são regidas pelas mesmas leis: os ricos e os pobres.

De acordo com Oommen (1994: 8), e precisamente na mesma linha, Marx (1977) refere-se à "divisão da nação francesa em duas nações: a nação dos que possuem e a nação dos operários".

O nacionalismo é a corrente ideológica que exalta a nação, considerando-a uma comunidade humana que tem a mesma origem, os mesmos interesses, os mesmos costumes, as mesmas aspirações. Enquanto ideologia, o nacionalismo contém três ideias fundamentais: a ideia de que uma dada população deve ser capaz de constituir instituições e leis com as quais determine o seu próprio futuro, a ideia de que cada população possui um dado conjunto de características que a identificam enquanto nação e, por último, a ideia de que o mundo está dividido num certo número de "nações" distintas.

A combinação destas três ideias constituiu a base das estratégias e movimentos políticos que determinaram, desde o século XIX, o modo como o mundo está politicamente organizado e, nomeadamente, os critérios subjacentes ao estabelecimento das fronteiras.⁴⁷

⁴⁷ De notar a *décalage* entre o advento do nacionalismo e o da problemática das minorias. De acordo com Soulier (1989: 41), só no século XX os dicionários registaram as expressões "minorias nacionais" e "minorias étnicas". De resto, as sociedades nacionais enquanto forma moderna de organização social e política surgem, exactamente, por oposição aos modelos das comunidades e das tradições (Lapeyronnie, sd: 3).

Recuando na história, verificamos que a verdadeira mentalidade nacionalista só surgiu com o princípio das nacionalidades, produzido pela Revolução Francesa em 1789, ao afirmar o direito à unidade e independência dos povos irmanados pela mesma língua, “raça”, história e tradições.

A grande concepção política da Idade Média não era a nação, mas antes a Cristandade, um estado universal submetido à dupla autoridade do Papa e do imperador. Mais tarde, a luta de Filipe o Belo,⁴⁸ em França, contra a Santa Fé, o Luterismo⁴⁹ na Alemanha, o Puritanismo na Inglaterra, representaram as primeiras manifestações de nacionalismo na Europa do século XVI, ainda não exprimindo, no entanto, uma verdadeira mentalidade nacionalista.

De facto, a origem do nacionalismo, tal como hoje é entendido, é objecto de debate. Muitos consideram estar relacionada com a industrialização e com o desenvolvimento do capitalismo. Desde finais do século XVIII, estes fenómenos ocorreram em áreas geográficas particulares, o que teria originado que outros grupos, localizados em áreas adjacentes, desejassem obter as vantagens deles resultantes. A ideologia era uma forma de mobilizar politicamente as populações para construir um quadro político que favorecesse o desenvolvimento económico, desempenhando as elites um papel central em todo o processo (Hagendoorn, 1998: 26).

Independentemente da sua origem, o facto é que o nascimento desta mentalidade teve várias consequências durante o século XIX na Europa Ocidental e durante o século XX em todo o mundo: na Alemanha, conduziu à unificação, na Itália, à unidade política da península, nos Balcãs, à independência dos países

⁴⁸ **Filipe IV, o Belo**-(1268, 1314)-Rei de França (1285-1314), filho e sucessor de Filipe III, o Ousado. Aconselhado pelos seus juristas, adoptou uma política de independência em relação à Santa Fé, opondo-se a Bonifácio VIII.

⁴⁹ **Lutero, Martinho**-(1483-1546)-Reformista protestante. Contestou algumas das bases do catolicismo romano (primado do Papa, entre outras). Em 1520, a bula *Exsurge domine* condenou as suas teses. Lutero queimou a bula e foi excomungado em 1521. Tornou a defender a sua posição na *Dieta de Vórmia* (1521) tendo, então, sido desterrado. Refugiou-se, então, no castelo de Wartburg, onde traduziu o Novo Testamento para a língua alemã. Escreveu contra os votos monásticos, defendeu o casamento dos padres e a saída dos conventos. O seu movimento religioso rapidamente se espalhou pela Alemanha e por boa parte da Europa.

então dominados pela Turquia. Sucederam-se outros movimentos nacionalistas que perturbaram a Europa, que se alastraram às Américas e que conduziram à independência das colónias americanas e do Brasil.

O nacionalismo racionalista da Revolução Francesa dividiu a Europa numa série de estados nacionais, orientados pelos mesmos princípios políticos e jurídicos o que, apesar de tudo, não evitou a rivalidade entre eles. A falência do liberalismo, as greves revolucionárias, a incapacidade de muitos governos em estabelecer a ordem, particularmente após a I Guerra, constituíram factores que contribuíram para o desenvolvimento dos movimentos nacionalistas que vieram a surgir em todo o mundo: *Fascismo*⁵⁰ em Itália; *Nacional-Socialismo*⁵¹ na Alemanha; *Falangismo*⁵² na Espanha; *Rexismo* na Bélgica; *Integralismo Lusitano*, *Sindicalismo Luso*, *Estado Novo*, em Portugal; *Integralismo Brasileiro* e *Getulismo* no Brasil; *Peronismo*⁵³ na Argentina; *Guarda de Ferro* na Roménia e *Croix de Feu*, *Parti Populaire Français* e *L'Emancipation Nationale* em França.

⁵⁰ **Fascismo**-Palavra de origem italiana que deriva de *fascio*-feixe, emblema dos cônsules da Roma antiga. Doutrina e movimento nacionalistas promovidos em Itália por Benito Mussolini (1883-1945) que organizou o movimento em partido em 1919. Quando acedeu ao poder após a sua marcha sobre Roma em 1922, impôs o fascismo como sistema político exclusivo. Combate todo o comunismo e qualquer força de oposição democrática e, no domínio do trabalho, organiza as profissões segundo o modelo corporativo, suprimindo o direito de greve. O Estado é totalitário e domina toda a vida do homem. Forma de ditadura exercida pelo Duce (o condutor) e pelo partido fascista. Segundo a fórmula de Mussolini: "Tudo no Estado, nada contra o Estado, nada fora do Estado".

⁵¹ **Nacional-socialismo**-Também conhecido por **hitlerismo** ou por **nazismo**-contração de *Nati-Sozi*, abreviatura de *Natzional Sozialistische Deutsche ArbeiterPartei*. Doutrina política, ideologia (que pretende ser uma mística popular) e regime instituído por Adolf Hitler (1889-1948), organizados em partido em 1920. Em 1933, por sugestão de Von Papen, Hindenburg nomeou Hitler chanceler do *Reich*. Desde então e até ao final da Segunda Grande Guerra, o nacional-socialismo tornou-se o regime político da Alemanha. Exaltação da ideia nacionalista aliada a um certo tipo de socialismo em que o Estado subjuga o capitalismo em crise e, simultaneamente, lhe permite a sobrevivência. A vida do cidadão pertence ao Estado (totalitário e anti-parlamentarista), a "raça" ariana é considerada superior, a força e espírito guerreiros são exaltados, deve existir submissão ao *Führer*, espécie de chefe carismático (*Fuhreprinzip*).

⁵² **Falange**- Organização paramilitar espanhola, de inspiração fascista, fundada em 1933, por José António Primo de Rivera e que se tornou, em 1937, partido único da Espanha.

⁵³ **Perón, Juan Domingo**-(1895-1974)- Militar e político Argentino. Oficial do exército, participou do golpe militar que derrubou o governo constitucional da Argentina em 1943. Designado Ministro da Guerra e Vice-Presidente da República (1944), desenvolveu uma política populista com o apoio dos sindicatos. Eleito Presidente da República (1946), adoptou uma política

O nacionalismo tornou-se objecto de estudo académico no período entre as duas Grandes Guerras, mas o significado positivo do nacionalismo depressa se esmoreceu com o fascismo e a Segunda Grande Guerra tornou evidente o lado perverso do nacionalismo e da auto-determinação nacional. O desmembramento da União Soviética trouxe consigo uma outra vaga de nacionalismos que se alastrou quer no seio da antiga União Soviética quer na Europa de Leste. O mundo pós-comunista ficou extremamente vulnerável, confrontado com novas e aparentemente incompreensíveis ameaças (Eley & Suny, 1996: 4) e foi irremediavelmente posta em causa a concepção de que o mundo estava inevitável e fatalmente dividido em nações com base na diversidade cultural e linguística.

Na literatura sobre nacionalismo é evidente a oposição binária entre uma concepção política de nação (“Ocidental”) e uma concepção orgânica (“de Leste”), segundo a qual a nação é entendida como uma entidade étnica, cultural, religiosa ou mesmo biológica (Eley & Suny, 1996: 4-5). Trata-se de uma espécie de organismo vivo, uma espécie de família alargada, em que os membros estão unidos, não apenas pela História, mas também por laços de natureza quase carnal.

De facto, os Ocidentais não só partilham de uma concepção política de nação, como acreditam que muita acção política criativa é necessária para transformar uma população segmentada numa nacionalidade coerente. Neste percurso, a adopção de uma língua nacional é apenas um exemplo de manipulação da construção da pertença nacional. Assim, por exemplo, em 1861, apenas 2.5% do total da população Italiana podia, de facto, falar italiano, enquanto que a restante população falava outros dialectos (Eley & Suny, 1996: 7). Neste contexto, a língua não é um elemento primordial da nacionalidade mas, antes, parte de um complexo processo de inovação cultural, envolvendo trabalho ideológico, propaganda meticulosa e imaginação (Eley & Suny, 1996: 7).

Os dicionários estão entre os primeiros e os mais importantes artefactos culturais da tradição nacionalista, que inclui literatura, poesia, teatro, música,

nacionalista (justicialismo). Reeleito em 1954, foi obrigado a renunciar em 1955. Novamente reeleito em 1973, teve a sua segunda mulher como vice-presidente.

ópera, pintura, festivais populares, traje nacional, instituições de ensino como academias literárias, ou a invenção de novos rituais e insígnias como bandeiras, hinos e comemoração de acontecimentos heróicos (Eley & Suny, 1996: 7-8).

As nações são, assim, construídas pelo discurso, mediante processos de elaboração ideológica, obviamente com base na existência e partilha de um território. A identidade nacional está intrinsecamente alicerçada na existência de um território demarcado, “fronteirizado”. Billig (1996: 183) realça a precisão com que as fronteiras são material e simbolicamente demarcadas, enfatizando os limites da sua extensão. Cohen (1995: 7) refere que Said (1991) comentou que um grupo de pessoas vivendo em apenas alguns hectares de terra, decerto estabelecerá fronteiras entre a sua terra, a dos seus vizinhos imediatos e o território para além destes, frequentemente designado por “terra dos bárbaros”.⁵⁴

A identificação nacional é transmitida do passado e é uma pertença colectiva, algo reproduzido de uma forma imperceptível, de mil e uma formas, decorrente da nossa experiência quotidiana.

A common memory of belonging, borne by habits, customs, dialects, song, dance, pastimes, shared geography, superstition, and so on, but also fears, anxieties, antipathies, hurts, resentments, is the indistinct but indispensable condition of possibility. (Eley & Suny, 1996: 22)

A concepção de nação de Anderson expressa em *Imagined Communities* (1983) tornou-se uma concepção emblemática, marcando a transição entre uma abordagem estrutural e materialista do nacionalismo e uma abordagem que enfatiza os significados e os efeitos de “sentimento de pertença nacional”- *sense of nationality* (Eley & Suny, 1996: 24), ou seja, a dimensão sócio-psicológica do nacionalismo.

⁵⁴ De resto, para o constatar, basta ouvir as notícias que nos chegam, via *media*, relatando que populações de aldeias vizinhas se envolvem em querelas sempre que alguns metros de terra estão em jogo.

Anderson perspectivou a nação como uma “comunidade imaginária” constituída por indivíduos que partilhariam “algo” de comum e que estariam unidos por relações horizontais, limitada territorialmente (de facto, mesmo a mais vasta das nações é finita) e soberana. Trata-se de uma identidade colectiva extensível de forma a incluir outros que nunca poderão ser conhecidos. Mas para que exista uma comunidade imaginária tem que existir uma imaginação colectiva que “invente” a sociedade nacional. A imaginação da “nossa” nação é o aspecto mais óbvio do nacionalismo, é uma imaginação construída em torno da primeira pessoa do plural, do “nós”, do “quem nós somos” (Billig, 1993: 186). Tal envolve imaginar-se a si mesmo, o *self* e ligar o *self* a uma categoria com significado.

Neste contexto, Cardoso (1988: 807) interroga-se: “Como se ligam as nossas vidas? O que significa ser-se leal ao próprio país, a solidariedade, a noção de comunidade, ou de “pertença”, “dever”, etc.?”.

Billig (1996: 186) refere que Smith (1990) escreveu que para se criar o sentimento de identidade nacional, a população

must be taught who they are, where they come from and where they are going.

A memória colectiva, bem como o esquecimento colectivo, seriam acompanhados pela produção de histórias partilhadas que demarcariam a nação como uma comunidade distante e atribuíam sentido ao presente, enquanto o passado seria criado.

Radley (1994: 46) salienta que, enquanto que psicólogos como Bartlett descreveram a memória como um acto construtivo que ocorre no interior dos indivíduos (“inside the head”), perspectivas mais recentes localizam a memória no discurso que os indivíduos elaboram sobre o passado, ou seja, no seio das próprias interacções sociais.

Na mesma linha, Shotter (1994: 121) argumenta que a linguagem sustenta a memória:

We speak in order to create, maintain, reproduce and transform certain modes of social and societal relationships.

Assim, a nação é imaginada como uma comunidade única, com o seu destino histórico próprio e a sua *homeland*. A nossa nação é diferente de todas as outras e, é exactamente nesse particularismo, que assenta o sentido de sermos “nós” (Billig, 1996: 187). Em Inglaterra, por exemplo, a Família Real constitui, frequentemente, um meio de criar esse sentido de particularismo nacional (Billig, 1996: 187). De facto, nos estudos de Billig de 1992, as famílias Inglesas declararam que não existiria nação sem Família Real. Neste caso, se a monarquia é imaginada como um sinal de particularismo nacional, então imaginar a nação sem monarquia é imaginar a “nossa” nação igual às demais nações, é “desimaginar” a particularidade da nação e, conseqüentemente, “desimaginar” o *self* enquanto membro da nação (Billig, 1996: 187).

Historicamente, os mitos relativos às nações tendem a ser desenvolvidos como se a nação estivesse a ser criada em oposição a outras nações. As nações imitam as formas nacionais de outras, mas fazem-no de forma a proclamar a sua distintividade nacional (Billig, 1996: 188). Assim, ao longo do século XVIII, a Inglaterra desenvolveu muitos dos seus símbolos modernos de pertença à nação, particularmente os relacionados com a monarquia, em consciente contradição com os estilos franceses de construção da nação. Billig (1996: 188) refere que Surel (1989) comentou que o primeiro *cartoon* gravado, apresentava “John Bull”: gordo e generoso, como um “inglês”, sendo o francês representado por uma figura magra e avarenta.

Recentemente, alguns autores questionam a concepção de nação. É o caso de Tishkov (2000: 627) que considera a palavra "nação" uma palavra fantasma ("a ghost word").

Most often, authors use the terms nation, nationalism, national, multinational, transnational when talking about different phenomena and taking the basic word and its derivatives as just granted.

Apesar de o autor alargar as suas críticas à escala mundial, a sua análise não é, na nossa opinião, alheia ao facto de Tishkov ser um cidadão Russo no espaço de uma antiga União Soviética desmembrada em múltiplos estados e na qual é, decerto, difícil deixar de experimentar o sentimento descrito por Vessenski (1992: 34):

É um sentimento estranho saber que se viveu toda a sua vida no maior país do mundo e acordar uma manhã e saber que justamente esta noite se dormiu num outro país diferente. Foi o que aconteceu comigo.

2.3. A relação nós/outros

É extremamente complexo datar o nascimento da inquietação face ao outro. O casamento misto e a relação entre indivíduos de diferentes origens nele envolvida é condenada na própria Bíblia. No Livro de Esdras (Esdras.10, 2-3) é dito:

Pecámos contra o nosso Deus, tomando por esposas, as mulheres estrangeiras, [...] Entretanto, resta ainda uma esperança para Israel. Façamos, agora, uma aliança com o nosso Deus e mandemos embora todas essas mulheres e os seus filhos [...],

Ladmiral e Lipianky (1989: 135) salientaram que a tomada de consciência da recusa do outro é quase tão antiga quanto a recusa em si. Assim, de acordo com os autores, já Montaigne comentava:

Chacun appelle barbarie ce qui n'est pas de son usage.

Ainda segundo os autores (1989: 135), no início do século XIX, Gérando escrevia:

Rien n'est plus ordinaire que de juger les mœurs des sauvages par des analogies tirées de nos propres mœurs, qui ont cependant si peu de rapport avec elles.

No século XVIII, Montesquieu⁵⁵ interrogara-se incrédulo:

Comment peut-on être Persan? (Ladmiral & Lipianky, 1989: 136).

⁵⁵ **Montesquieu**-(1689-1755)-Escritor francês, autor de *Cartas persas* (1721), *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência* (1734) e do *Espírito das leis* (1748). Esta última obra inspirou os redatores da Constituição de 1791 e tornou-se a fonte das doutrinas constitucionais liberais, que repousam na separação dos poderes legislativo, executivo e judiciário.

O tema do "perigo amarelo" foi uma expressão clássica do racismo (Touraine, 1995: 28). As noções de alteridade e de diferença foram utilizadas por teóricos literários e por Antropólogos culturais, para demonstrar como as visões eurocêntricas do mundo se tornaram dominantes.

Revelando-se a inquietação tão constante ao longo da História, interrogamo-nos, necessariamente, sobre o que está na sua base. O reconhecimento de um outro implica, obviamente, o reconhecimento de uma diferença e, longe de ser neutro, causa inquietação, receio, uma "inquietante estranheza" (Memmi, 1993: 28), sendo a reacção naturalmente defensiva. Memmi (1993: 28) apelida-a de "alérgica" (recordando que alergia significa, precisamente, reacção ao outro, do grego *allas*-outro e *ergon*-reacção).

Há, então, que colocar o outro de quarentena, que fugir de uma possível relação, mediante a qual se poderia incorrer no perigo de se tornar diferente.

O grau em que se perspectiva o outro como potencialmente perigoso é variável.⁵⁶ Neste aspecto, o conceito de *limiar de tolerância* de Memmi (1993: 78) revela-se particularmente adequado. O autor refere que é como se a questão residisse na maior ou menor concentração de um dado produto tóxico no organismo colectivo. Se nos limitássemos a ver o outro, talvez pudéssemos tolerá-lo; o pior é quando esse outro se torna muito visível, quando as barreiras protectoras desaparecem. Não existe qualquer problema quando a diferença passa ao lado, quando, por exemplo, um zulo está do outro lado a viver e a divertir-se como um zulo. De facto, o problema só surge quando os zulos começam a sair com as nossas filhas e a viver como nós.

O que é mais curioso é que a diferença percebida pode nem sequer existir, pode apenas ser criada ou, se preferirmos, meramente inventada. As qualidades mais óbvias do outro são alvo de reinterpretação: "os judeus são demasiado inteligentes, o que os torna temíveis" (Memmi, 1993: 42); "os negros são dotados para o ritmo, porque não têm aptidão para actividades mais nobres" (Memmi,

⁵⁶ O autor introduz o conceito a propósito da reacção dos habitantes de uma cidade da região de Paris à pretensão dos imigrantes Muçulmanos de construir uma mesquita.

1993: 42); “em todo o alemão há um prussiano adormecido e, mais recentemente, um industrial obstinado em governar a Europa”, “Em todo o inglês há um adversário desleal que nunca renunciou à ambição de dominar os mares” ou, ainda, “Os italianos são desordeiros, cobardes e ladrões”.

Ao tecer considerações deste tipo procedemos a uma generalização de características, segundo a qual todos os membros do grupo são perspectivados como partilhando essas mesmas características como, por exemplo, na afirmação “Em França todos os criados são russos”.

A caracterização permanece imutável ao longo do tempo, sendo os “maus” definitivamente “maus” e os “bons” definitivamente “bons”. Quando, por exemplo, se afirma que “o negro não domina a técnica” está implícita a ideia de que não só nunca a conseguiu dominar, como também que nunca a conseguirá dominar.

Os estereótipos sobre hábitos alimentares são muito comuns como, por exemplo, na afirmação: “Os belgas são comedores de batatas fritas e de mexilhões”. Nas ocasiões em que se reconhece a especificidade de um dado membro do grupo, apenas se constata a existência de uma exceção e, de resto, a exceção apenas confirma a regra.

Amâncio (1994: 138) salienta que, no ensaio de Sartre (1954) sobre o anti-semitismo, se encontra o argumento de que o verdadeiro Judeu só existe na mente do anti-semita. Existe, assim, muito de mito, de simbólico, em todo este processo de idealização do outro.

Vejamos, por exemplo, a afirmação: “[...] todas as judias seriam sifilíticas e, às vezes, cortavam, à dentada, o sexo do amante” (Memmi, 1993: 41). Poderemos considerar que o fim último, mesmo que não consciente, deste processo é o aniquilamento, a destruição simbólica, a desumanização do outro, a que Tajfel se refere (1983).

O que também não deixa de ser interessante é que nem sequer nos apercebemos que também nós somos o outro no olhar desse outro e que, se para os imigrantes Europeus na América os índios eram os “peles-vermelhas”, também

é verdade que para os Índios, os Europeus eram os "rostos pálidos" (Memmi, 1993: 61). Ao mesmo tempo que perspectivávamos os colonizados como "selvagens", éramos também percebidos pelos viajantes europeus como "selvagens" (Silva, 1992: 1). Assim, Yan (1991: 45) refere que para os Chineses, os Europeus representavam os "bárbaros".⁵⁷

Outra questão, não menos problemática, é a questão: "Quem é o outro?". A resposta poderia ser, ainda que com algumas limitações: qualquer um. Assim, por exemplo, para conjurar a desgraça, os Antigos sacrificavam uma vítima expiatória aos Deuses. Carregavam o infeliz animal com todos os pecados da cidade, reduzindo dessa forma a culpabilidade colectiva (Memmi, 1993: 47).

Schweisguth (1995: 130) referiu-se à observação de Lévi-Strauss (1949) de que para os Esquimós tradicionais os estrangeiros eram apelidados de "ovos de piolhos".

No entanto, a escolha dos bodes expiatórias não é fruto do acaso e não foi, decerto, por acaso que se mataram tantas bruxas e tão poucos bruxos (Memmi, 1993: 48). As mulheres, à quais se associava um mítico e pecaminoso poder da "carne", cristalizavam mais facilmente os medos e os ressentimentos. Ao condená-las ao fogo purificador, a sociedade destruía nelas o que queria destruir em si mesma, imputando-lhe os seus pecados. Mas os alvos não foram apenas as mulheres:

Prolétaires, femmes, Noirs, homosexuels, vagabonds [...] étaient l'objet d'attaques idéologiques et de répression politique parce qu'ils représentaient, soit dans les faits, soit dans l'imaginaire symbolique, une menace au bon fonctionnement de l'ordre bourgeois. (Schechter, 1989: 50)

Frequentemente, os próprios alvos do racismo interiorizam a hierarquia que lhes é transmitida. Assim, antes da Revolução Francesa, Moreau de Saint-Méry, classificou os Antilhanos de acordo com a seguinte hierarquia (em que o

⁵⁷ O termo Japonês *Nanban* significa, precisamente, "Bárbaros do Sul". <http://www.savergen.com>

grau de dignidade é tanto maior quanto mais próximo cada grupo está do "Pai Branco"⁵⁸): negros, mulatos, quarterões, mestiços, mamelucos, morabitos, *griffés*, sacatros e, ainda, combinações dos diferentes tipos referidos, tendo mais tarde verificado que os próprios Antilhanos se classificavam de acordo com essa hierarquia. (Memmi, 1993: 44).

Os estudos sobre identidade étnica em crianças são particularmente elucidativos deste aspecto. Phinney (1990), entre outros, refere estudos que demonstram a interiorização da inferioridade em crianças negras e as suas consequências ao nível da auto-estima.

A recusa do outro é orientada por um certo idealismo, simultaneamente o desejo do regresso a um estado anterior e o desejo de instaurar uma nova ordem. Paraíso perdido ou idade do ouro messiânica, espécie de amálgama em que o futuro é perspectivado como uma projecção do passado e em que o passado é reconstruído em função do futuro, o simultâneo lamentar de já não se viver num estado de graça e o desejo de o reencontrar (Memmi, 1993: 49).

⁵⁸ Para utilizar a expressão empregue pelos Antilhanos.

2.4. O malogro da relação nós/outros: racismo

Na origem ou como consequência de uma relação nós/outros malograda, encontra-se o conceito fundamental de discriminação, espécie de “umbrella concept” de outros conceitos como o de racismo, xenofobia, heterofobia e etnofobia, entre outros. A discriminação pode ser definida como um processo de hipervalorização do grupo de pertença e de desvalorização do grupo dos outros, processo através do qual é possível conquistar uma identidade social positiva (Tajfel, 1983).

Apesar de, habitualmente, encararmos a discriminação enquanto um processo que prejudica o outro, o termo pode assumir uma conotação (e uma consequente prática) positiva, falando-se, então, em discriminação positiva ou em acção afirmativa⁵⁹ quando se trata de uma medida política destinada a contrabalançar a desigualdade produzida pela cultura.

Antes de passarmos a analisar com algum pormenor a questão do racismo, esclarecemos, desde já, os conceitos com ele relacionados de xenofobia, heterofobia e etnofobia.

Assim, o *Dicionário de Língua Portuguesa* (s.d.: 1507) define xenofobia como "Antipatia pelas pessoas ou coisas estrangeiras". Tal antipatia, seria traduzível em atitudes, percepções ou comportamentos e teria sempre um denominador comum, manifestar-se-ia em relação a um outro de outra nacionalidade que não a do próprio, a um outro estrangeiro.

A heterofobia, por seu lado, representa um conceito mais lato do que o conceito de racismo não envolvendo, necessariamente, uma conotação biológica e refere-se à recusa do outro em nome de uma qualquer diferença.

⁵⁹ Constitui uma política social desenvolvida nos Estados Unidos desde o Acto dos Direitos Civis (*Civil Rights Act*) de 1964, que estimula as instituições sociais e os sectores da indústria a proporcionar acesso e promoção a membros de grupos minoritários que tenham, no passado, sofrido discriminação (Cashmore, 1991: 1). Apesar do objectivo último desta política ser proporcionar igualdade de oportunidades, é considerada por alguns como irrealista, causadora de desigualdades ainda mais profundas na sociedade (dado assentar num tratamento desigual, favorável aos anteriormente desfavorecidos) e, em última instância, prejudicial para as próprias minorias (ver, por exemplo, Sowell, 1990).

Finalmente, a etnofobia, refere-se especificamente à recusa de uma dada etnia.

Passando, então, ao conceito racismo, aquele que mais nos interessa no âmbito deste estudo, refira-se que a palavra racismo apenas surge na língua francesa entre as duas Grandes Guerras, adquirindo maior significado depois da Segunda Grande Guerra e, nomeadamente, depois do nazismo. A palavra apresenta uma diversidade de conotações, podendo ser definida como uma doutrina, dogma, ideologia ou conjunto de crenças (até 1960 a maioria dos dicionários definem-na desta forma), ou utilizada num sentido mais lato e envolvendo práticas, atitudes e comportamentos.

Independentemente das suas múltiplas conotações, definimos racismo como as percepções e os comportamentos negativos que membros de uma dada “raça” social têm/manifestam relativamente a membros de outra “raça” social (explicitar-se-á, mais adiante, o que se entende por raça social).

A palavra teve origem no latim *ratio* que significa, entre outras coisas, "ordem cronológica"(Memmi, 1993:110).⁶⁰ A raça seria, então, entendida enquanto um conjunto de traços biológicos e psicológicos que ligariam ascendência e descendência numa mesma linhagem (Memmi, 1993:110). Originariamente associada à criação de gado, apenas no século XVII foi aplicado ao homem (Memmi, 1993: 110).

Até pelo menos ao século XVIII, o paradigma de explicação das diferenças entre as raças era dado pelo Antigo Testamento, que fornecia séries de genealogias a partir das quais seria possível traçar o povoamento do mundo e as relações entre os diferentes grupos. As diferenças em termos de aparência teriam três interpretações possíveis: desígnio de Deus, diferenças ambientais ou diferentes ancestrais (Banton, 1991: 236).

Apesar do carácter relativamente recente da palavra racismo, o facto é que constitui um fenómeno antigo e de carácter largamente difundido, sendo-nos

⁶⁰ Para outros autores, "raça" teria origem em *radix* (linhagem, raíz). De qualquer forma, o uso parece ter amalgamado os dois significados no mesmo termo.

assim possível afirmar que o racismo é um facto social anterior à sua conceptualização.

Recuando até à era anterior a Cristo, verificamos que Aristóteles, partidário de uma ordem social baseada na escravatura, a procurou legitimar, referindo-se à natural inferioridade dos bárbaros a qual, segundo ele, justificaria a sua utilização como escravos por parte dos Gregos (Memmi, 1993: 110).

O esforço sistemático para justificar a agressão e a dominação sobre um grupo considerado como biologicamente inferior data dos inícios da colonização. Na altura, procurou-se legitimar o tráfico de escravos, evocando a sua animalidade (Memmi, 1993: 110).

No século XVI, os Espanhóis contrapuseram a "missão civilizadora" da Espanha na América à "inferioridade natural" e mesmo à "perversidade" dos Índios. Ao considerar-se o Índio inferior, perverso, a "missão" do homem branco seria automaticamente legitimada.

Wieviorka (1995:9) refere que para Delacampagne a grande maioria dos historiadores considera que o racismo é moderno. Situam o seu nascimento nas proximidades do século XVIII, na altura em que começou a ser elaborado o projecto de uma ciência moderna e em que se iniciou uma reflexão científica sobre a espécie humana que desembocou na Antropologia Física.

Um significativo movimento de ideias abalou a Europa à saída da Idade Média e encontrou o seu auge no século XIX, meados do século XX. Para esta primeira idade de ouro do racismo *avant la lettre* (Wieviorka, 1995: 9), já que a expressão só foi forjada entre as duas Grandes Guerras, contribuiu um número impressionante de espíritos bem-pensantes: Filósofos, Escritores, Historiadores, viajantes, Médicos, Fisiologistas e Antropólogos (Wieviorka, 1995: 9).

O pensamento racista foi, então, dominado pelo organicismo e pela pretensão à cientificidade, pela inquietação com a decadência e degenerescência acarretada pela mistura das "raças" e, ainda, pela preocupação em encontrar as origens arianas do Ocidente (Wieviorka, 1995: 9).

Foram inúmeros os nomes envolvidos em toda esta construção do real e, sem qualquer pretensão de exaustividade, apenas nos referimos a alguns de entre aqueles que consideramos mais significativos.

Assim, o primeiro nome que nos surge é o de Lineu (naturalista sueco) que, no século XVIII, iniciou a denominada ciência da classificação. Com base numa multiplicidade de critérios (de natureza fenotípica⁶¹) tais como, a cor (brancos, amarelos, negros), a textura do cabelo (crespo/liso), a relação entre a largura e o comprimento da cabeça (dolicocefalos/ braquicefalos), aquele autor procurou dividir os indivíduos em diversas categorias.

No século XIX, Broca (neurologista francês) desenvolveu métodos de mensuração da caixa craniana que passaram a ser amplamente utilizados. Com base nas diferenças entre raças verificadas a este nível, os cientistas estimaram diferenças a nível intelectual.

A obsessão com a mensuração foi de tal ordem, que Morton (Antropólogo americano) chegou a reunir mais de um milhar de crânios de diferentes origens geográficas, concluindo que o volume médio da caixa craniana dos brancos era de 1426 cm³, o dos amarelos de 1360 cm³ e o dos negros de 1278 cm³ (Blanc, 1992: 14).

É curioso constatar que, quaisquer que fossem os critérios utilizados, os brancos eram sempre posicionados no topo da escala, os amarelos no meio e os negros em baixo (Blanc, 1992: 14).

Alguns autores identificaram, no seio da raça branca, a existência de uma ou várias nacionalidades de elite, estando a nacionalidade do cientista frequentemente incluída nas nacionalidades por ele perspectivadas como superiores. Assim, por exemplo, para Darwin, Inglês, os Ingleses eram intelectualmente superiores, enquanto que para Haeckel, Alemão, os Alemães eram os superiores. Torna-se, assim, compreensível que se descrevessem meticulosamente os crânios e as ossadas humanas, se comparassem as dentições, a

pigmentação da pele, as características do cabelo e que se procurasse afastar a Europa Ocidental de toda a origem Semita. Este esforço científico e doutrinário só adquiriu uma dimensão política com directo envolvimento do Estado, com o Nacional-Socialismo que conduziu o racismo ao poder.

No início do século XIX, o conhecimento das diferenças existentes entre os povos desenvolveu-se de forma muito significativa. As diferenças eram perspectivadas como uma instância de um padrão mais geral de diferenças existentes nos reinos animal e vegetal.

O trabalho de Darwin (século XIX) gerou uma nova interpretação das diferenças, segundo a qual as diferenças físicas teriam origem nos genes herdados. A “raça” (ou raça geográfica, segundo a terminologia do autor) seria equivalente a uma sub-espécie, a qual, por seu lado, representaria a sub-divisão de uma espécie, apenas distinta pelo facto de os seus membros serem isolados de outros indivíduos pertencentes à mesma espécie (Banton, 1991: 236). Meio século após a publicação, em 1859, da *Origem das Espécies*, os antropólogos continuaram a propor classificações raciais do *Homo Sapiens* (Banton, 1991: 236).

Banton (1991:236) refere que para Georges Cuvier, anatomista comparativo francês, as diferenças expressavam diferentes tipos humanos. O tipo foi definido como uma forma primitiva ou original independente de diferenças climatéricas ou de outras diferenças naturais e seria permanente (era essa, de resto, a perspectiva pré-Darwiniana da natureza). Assim, a “raça” acabou por ser utilizada no sentido de tipo: espécies de homens distintos na sua constituição física e nas suas capacidades mentais e esta concepção subsistiu até hoje, passando a constituir o núcleo das doutrinas designadas de racismo científico, a que nos referiremos mais adiante.

Nos finais do século XIX, Haeckel (biólogo alemão discípulo de Darwin) apresentou novos argumentos em prol da hierarquia das raças (Blanc, 1992: 14): o desenvolvimento pré-natal reproduz as etapas de evolução das espécies (teoria da

⁶¹ O fenótipo é o aspecto visível de um organismo. Envolve, por exemplo, a cor dos olhos, a cor da pele, a estrutura física, ... por oposição ao genótipo (características genéticas).

recapitulação: "a ontogénese recapitula a filogénese": o embrião humano passa por um estado de peixe, depois de réptil e depois de macaco); a "raça" negra é menos evoluída porque permaneceu num estado que os brancos só atravessam na infância. Haeckel desenvolveu diversos trabalhos com o objectivo de provar que os negros eram física e intelectualmente, similares às crianças brancas (Blanc, 1992: 15).

No final do século XIX, a Europa "cultura" acreditava, de facto, que o género humano se dividia em raças inferiores e em raças superiores (exemplos disso encontram-se nos textos escritos de Renan e Broca). O determinismo biológico não só fez parte da revolução intelectual do século, como se tornou um verdadeiro fenómeno social.

O discurso dos homens da ciência dos séculos XVIII e XIX legitimou, ou antes, estimulou, o discurso do senso comum, por si mesmo hostil à ideia de tratamento igualitário entre brancos e negros.

A própria Sociologia, autonomizada enquanto disciplina científica de forma mais ou menos simultânea em França e nos Estados Unidos (entre 1890 e 1920), em contextos marcados pela intolerância para com os imigrantes, contribuiu para a reafirmação do racismo. Quer os trabalhos de Durkheim, quer os dos Sociólogos da Escola de Chicago, emergiram num contexto sócio-político profundamente marcado pela intolerância para com os numerosos imigrantes que chegavam e, no início do século XX, MacDougall,⁶² foi um dos Psicólogos (citado por Beaud & Noiriel, 1989: 65) que procurou provar a inferioridade intelectual dos filhos dos imigrantes, aplicando-lhes testes de avaliação do quociente intelectual.

Todo este *corpus* teórico não só fez parte integrante da revolução intelectual da viragem do século, como também se tornou um verdadeiro fenómeno de implicações sociais evidentes e alarmantes.

⁶² Autor Inglês de uma das duas obras que foram publicadas em 1910 com o título "Psicologia Social" (a outra foi publicada por um autor americano).

É difícil precisar o momento exacto em que se passou de um cenário em que a preocupação científica era dominante para um cenário em que o racismo assumiu um carácter ideológico e doutrinário. Certo é que Gobineau (diplomata e escritor francês do século XIX) já integrou este segundo cenário. A sua obra, *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, exerceu uma influência fundamental na Alemanha e as suas ideias estiveram, inegavelmente, na base da pior forma de racismo que a humanidade alguma vez conheceu, o nazismo. A utilização do termo “Ariano”, palavra de sânscrito⁶³ que significa nobre, tornou-se mais frequente a partir do momento em que foi utilizada por Gobineau e Muller nos anos 1850 e 1860 para identificar um grupo de indivíduos que produziu uma civilização particular e mais avançada.

O inglês Galton (1812-1911) conduziu pesquisas sobre a eugenia. O eugenismo, espécie de higiene racial, constituiu simultaneamente um movimento social e uma ciência aplicada, fundados em teorias da hereditariedade e nas leis da reprodução da espécie humana que prescreve os meios para melhorar a espécie.

Em *Hereditary Genius*, Galton procurou eliminar progressivamente os que designava de tarados e os indesejáveis de uma sociedade, proibindo-lhes o casamento ou impondo a sua esterilização e, simultaneamente, procurou proteger, multiplicar e aperfeiçoar os indivíduos de melhor saúde física e moral. Galton recorreu aos seus bens pessoais para criar um laboratório de eugenia no University College, em Londres, o qual veio a ser dirigido pelo seu amigo Karl Pearson.

Uma sociedade de eugenia foi fundada em Londres em 1908 e sociedades de natureza similar vieram a surgir noutros países.⁶⁴

⁶³ Antiga língua dos Brâmanes; língua sagrada do Índustão.

⁶⁴ É possível distinguir a eugenia negativa da eugenia positiva. Enquanto que a primeira se refere à possibilidade de um governo legislar de modo a prevenir que indivíduos “não capazes” (deficientes mentais, indivíduos que sofram de doenças hereditárias, ...) não procriem, a segunda refere-se à possibilidade de um governo desenvolver acções que encorajem os indivíduos “mais aptos” a terem mais filhos (mediante incentivos fiscais e outras concessões especiais).

Em 1920, Bolk (anatomista holandês) considerou que em algumas espécies, a evolução actuarial mediante lentificação do desenvolvimento pré e pós-natal (teoria da “néoténie”). A espécie humana resultaria de uma mutação genética ocorrida no grande macaco ancestral. A sua teoria também se aplicava às “raças” ao considerar que a “raça” branca seria mais evoluída por preservar até à idade adulta traços juvenis que os não brancos perdiam após a adolescência.

Depois da Segunda Grande Guerra e da vivência do nazismo poucos cientistas ousaram continuar a defender uma hierarquia de “raças” e as investigações desenvolvidas no domínio da Genética vieram questionar muitas das “verdades” anteriores. Passou, então, a ser aceite no mundo científico (e aparentemente só neste) que raça significa

... um conjunto de indivíduos que têm em comum parte importante do seu património genético. (Jacquard, 1978: 73)

Assim, os traços fenotípicos são insuficientes *de per se* para caracterizar, de forma significativa, qualquer grupo humano. Nenhum grupo humano corresponde a um tipo geneticamente puro e, em resultado da interfecundidade das populações, quando se comparam genes de diferentes populações, não se encontram divisões nítidas (Pracontal, 1992a:10).

Of all human genetic variation known for enzymes and proteins ... 85 per cent turns out to be between individuals within the same local populations, tribe or nation [...] reconstituted species. (Lewontin, The Open University, 1992: 67)

Passou também a ser aceite que as disparidades entre os homens em termos de aptidões são aleatoriamente distribuídas e que a cor da pele reflecte a história dos climas e não, propriamente, a história dos povos (Pracontal, 1992a: 8).

Deste modo, a noção de raça é arbitrária e não apresenta qualquer fundamento científico ou conceptual, sendo incorrecto falar em raça branca, amarela ou negra. (Pracontal, 1992b: 13)

Ao ser entrevistado por Pracontal (1992b: 13), Taguieff salientou que apesar dos Geneticistas terem provado a inexistência de raças, a noção de raça continuou a ser aceite pelo senso comum, dado a clássica tipologia branco/amarelo/negro ser facilmente apreendida. De facto, no preâmbulo da segunda Declaração da UNESCO⁶⁵ sobre a questão racial é salientado que o que convence o homem da rua da existência das raças é a evidência imediata dos seus sentidos, quando vê juntos um Africano, um Europeu, um Asiático e um Índio americano.

As noções de gene ou de distância genética não são evidentes nem facilmente vulgarizadas (Pracontal, 1992b: 13). A noção de raça, pelo contrário, para além de facilmente vulgarizada, é artificialmente criada por um conjunto de forças de natureza social, económica e política, segundo um processo que podemos designar de racialização (*racial formation*).

We use the term racial formation to refer to the process by which social, economic and political forces determine the content and importance of racial categories, and by which they are in turn shaped by racial meanings. (Omi & Winant, 1986, in The Open University, 1992: 70)

O termo "racialização" começou a ser utilizado a partir da década de setenta para fazer referência a um processo político e ideológico pelo qual determinadas populações são identificadas mediante referência directa ou indirecta às suas características fenotípicas reais ou imaginárias, de uma forma que sugere que a população apenas pode ser perspectivada como uma suposta unidade biológica. Habitualmente, este processo envolve a utilização directa da

⁶⁵ A questão racial foi tema de discórdias internacionais e assumiu tal importância que após o termo da Segunda Grande Guerra, a UNESCO fez um inquérito sobre o assunto, cujos resultados foram debatidos numa reunião em Florença em 1950. Dessa reunião resultou uma proclamação que estabeleceu as bases da igualdade de facto entre todas as "raças" (Lima, 1995: 18).

ideia de raça para se referir ou descrever a população em questão (Miles, 1991: 246).

Assim, apesar de estar cientificamente provado que não existem raças, os indivíduos percebem diferenças raciais entre grupos, com base em indicadores físicos. Se o conceito de raça é um conceito que existe na cabeça dos indivíduos, ele não pode ser ignorado pelos investigadores sociais e é precisamente no sentido de raça social, isto é, de percepções de diferenças raciais entre os indivíduos (e apesar de, de facto, tais diferenças não existirem) que nos referiremos a raça ao longo deste estudo.

Por vezes, a palavra raça é utilizada noutras acepções, nomeadamente como sinónimo de espécie, de que é exemplo a expressão “raça humana”, enfatizando, desta forma, a unidade do género humano (van den Berghe, 1991: 238). Pode, ainda, ser utilizada como sinónimo de nação ou de grupo étnico, como nas expressões “raça francesa” ou “raça alemã”, no entanto, esta acepção, comum no século XIX e início do século XX, veio a tornar-se obsoleta (van den Berghe, 1991: 238).

O racismo baseia-se em diferentes tipos de argumentos relativos à raça, nomeadamente o argumento de que existem raças puras, passíveis de serem distinguidas de raças não puras, de que as raças puras são biologicamente superiores às raças não puras, sendo a superioridade no plano biológico acompanhada de superioridade noutros planos: psicológico, social, cultural, entre outros. Finalmente, o argumento de que as superioridades explicam e legitimam o domínio e os privilégios dos grupos superiores (Memmi, 1993: 14).

Este tipo de argumentação é facilmente refutável. Sendo o primeiro perfeitamente incorrecto, os dois seguintes, dele decorrentes, também o são necessariamente. De facto, está cientificamente provado que não existem raças puras. Nenhum grupo humano foi alvo de um isolamento que o tenha impedido de se misturar com outro, nem as famílias senhoriais com pretensão à endogamia, conseguiram evitar as bastardias, nem nos haréns mais bem vigiados se conseguiram evitar cruzamentos (Memmi, 1993: 15).

Apesar dos indivíduos serem biologicamente diferentes, possuem traços biológicos e fenotípicos diferentes, cada traço biológico é aleatoriamente distribuído no conjunto da população humana e no seio de um dado grupo humano e em grupos diferentes encontram-se, ainda que em diferentes proporções, todos os tipos humanos.⁶⁶

De facto, apesar de os Africanos serem, quando comparados com os Europeus, genericamente mais escuros, a diversidade no seio de cada um dos dois grupos é enorme. Assim, por exemplo, os Europeus do Sul são, genericamente, mais escuros que os do Norte e existem Africanos muito escuros e Africanos quase brancos, com todos os tipos intermédios possíveis, "desde os pálidos feirantes gorduchos dos *suks* (mercados de rua) tunisinos ou marroquinos aos grandes masais do Quênia, filiformes e tismados, passando pelos minúsculos pigmeus" (Memmi, 1993: 16).

A pureza mais não é do que uma metáfora, um desejo ou um fantasma (Memmi, 1993: 15) e mesmo que existissem raças puras, por que razão uma raça pura seria superior a uma não pura? O que significa superioridade biológica? E mesmo que existisse uma superioridade biológica, traduzir-se-ia ela noutra tipo de superioridades? (Memmi, 1993: 19).

Admitir a existência de raças superiores implicaria admitir que raças superiores em dados momentos históricos, não o foram noutros. Assim, há 5000 anos atrás, as raças consideradas superiores seriam os povos Egípcios e Semitas da Ásia Menor, há 3000 anos, os Chineses e os Indianos, há 2500 anos, os Gregos e os Persas, há 2000 anos os Romanos e assim por diante.

Como o argumento biológico da desigualdade já não é tão bem aceite como no passado, enfatizam-se, actualmente, as diferenças culturais. Assim, já não se detestam os Árabes pela sua cor morena ou pela sua fisionomia levantina, mas por "praticarem uma religião ridícula", por "tratarem mal as mulheres" e por "serem cruéis" ou, simplesmente, "atrasados".

⁶⁶ Verifica-se o chamado efeito de espectro: quanto mais se muda de latitude, mais a concentração de um ou de outro traço se revela significativa.

Reconhece-se que nem todos os Judeus se assemelham ao estereótipo do Judeu errante, de dedos curvos e de nariz adunco, mas considera-se que são gananciosos, cosmopolitas, inclinados à traição e, como disseram os próprios Evangelhos, capazes de sacrificar o próprio Deus.

Na segunda metade da década de sessenta, os combates políticos da população Afro-americana nos Estados Unidos ao longo dos quinze anos precedentes, estiveram na base da criação do movimento *Black Power*. Um dos textos fundamentais do movimento, publicado em 1968 com o título: *Black Power: The politics of liberation in America*, legitimou e inspirou a organização e a luta política dos Afro-americanos que se definiam, orgulhosamente, como negros (Miles, 1995: 165).

Os negros passaram a assumir uma posição de maior destaque na sociedade e deixaram de ser perspectivados como inferiores para passarem, por vezes, a ser perspectivados como superiores e, logo, como particularmente ameaçadores.

A este propósito, Milner (1984a:115) refere um estudo em que Ashmore *et al.* (1973) verificaram que os brancos percepcionavam os negros como uma ameaça, considerando-se por eles prejudicados em áreas tão diversas como a habitação, o emprego, a remuneração e a segurança pessoal. Milner (1984a: 115) refere, ainda, que estudos de Caprio (1972) e de Feagin (1970) demonstraram que este síndrome de medo se correlacionava com determinados comportamentos, nomeadamente, a compra de armas de defesa para protecção pessoal.

Esta modificação na perspectivação do negro veio requerer a introdução de novos conceitos explicativos do fenómeno, os quais surgiram na década de oitenta, permitindo estabelecer uma distinção entre formas veladas (*subtle*) de racismo, actualmente cada vez mais frequentes e as suas expressões tradicionais que poderíamos denominar de "flagrantes" (*blatant*). Em Vala (1999) e Vala *et al.* (1999) discute-se detalhadamente estas duas formas de racismo, sendo estes estudos analisados com maior detalhe mais adiante neste capítulo.

Esta renovação conceptual ocorreu inicialmente na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos e, em seguida, na Bélgica e em França e com ela deixou de ser possível pensar o racismo segundo as categorizações clássicas. O racismo contemporâneo não imputa às suas vítimas atributos físicos ou biológicos apoiando-se num discurso de pretensão científica, antes, denuncia particularismos culturais de tal modo salientes que impedem qualquer conciliação com a cultura dominante, ou seja, com o credo nacional.

Na Grã-Bretanha, Martin Baker fala no seu livro de 1981 de um *new racism*, nos Estados Unidos, uma ideia muito próxima anima os Psicólogos e os Politólogos, que falam de *symbolic racism* (Milner, 1984a: 115), o qual se refere a um sistema de crenças que combina o sentimento generalizado de que o *status quo* social, económico e político deve ser preservado, com as crenças de que os negros, de alguma forma, ameaçam esse mesmo *status quo*. Trata-se de um fenómeno fundamentalmente descrito relativamente a meios suburbanos da classe média branca, com pouco contacto com negros e que valorizam muito o *status*.

Milner (1994a: 116) refere que, de acordo com o estudo de Sears e Kinder (1971), esses indivíduos não teriam uma atitude muito negativa contra os negros quando avaliados segundo os critérios tradicionais e não possuiriam, necessariamente, crenças relativamente à inferioridade intelectual dos negros. Reconheceriam, ainda, a existência de discriminação racial e poderiam, mesmo, defender como princípio, a ideia de integração racial, não deixando, no entanto, de ser racistas.

Posteriormente, na Bélgica, com os trabalhos de Felice Wallerstein e de Taguieff, as categorias utilizadas referem-se a racismo diferencialista, racismo cultural ou, ainda, neo-racismo, salientando as diferenças culturais em detrimento do argumento tradicional da inferioridade natural.

Nos Estados Unidos e no Reino Unido introduziu-se o conceito de racismo institucional que se refere ao racismo desenvolvido no seio das instituições e passível de ser identificado quando falamos de política habitacional, de oportunidades educativas, de legislação imigratória.

Carmichael e Hamilton (1968, citados por Miles, 1995: 165), os autores do texto original, definiram o racismo como:

[...] a afirmação de resoluções e de políticas segundo considerações de raça, com o objectivo de subordinar um grupo racial e de manter um controlo sobre este grupo.

Consideraram como raças principais os "brancos" e os "negros", sendo o racismo uma prerrogativa dos "brancos" e os "negros" o seu objecto. O conceito de racismo institucional é, assim, muito limitado ao basear-se no pressuposto de que brancos e negros representam as únicas categorias existentes.

Muitos interpretaram como um exemplo de racismo institucional, a entrada em vigor, na CEE, do Acto Único Europeu, em 1 de Janeiro de 1993. Na altura Miles (1995: 167) escreveu:

O que ele [o Acto Único Europeu] significará para as populações negras não é a liberdade de movimentação mas o seu contrário. Significará a construção duma "fortaleza Europa", na qual elas não serão mais do que uma mão-de-obra severamente controlada [...] o principal problema colocado à Comunidade Europeia pela abertura das fronteiras é o de saber como as fechar aos Negros sem perder a sua força de trabalho, antes controlando-os, assim como às suas existências.

A generalização do fenómeno do racismo fez com que autores como Arendt, a que Memmi (1993: 89) fez referência, falem da banalização do racismo. A expressão exacta da autora a propósito do nazismo e por ocasião do processo de Eichman foi “a banalidade do mal”(Memmi, 1993: 89). No entanto, países existem em que o fenómeno assume uma dimensão particularmente significativa, como é o caso dos Estados Unidos, país da modernidade por excelência, país sem passado aristocrático, país de classes e não de *status* (para utilizar a terminologia de Weber), no qual os grandes movimentos racistas foram uma constante histórica, particularmente após a destruição da sociedade esclavagista e da incorporação do Sul e das suas plantações na economia

mercantil do Norte, bem como da legislação “Jim Crow” pelos estados do Sul (Touraine, 1995: 29).

Com a destruição da sociedade sulista e com a sua incorporação na sociedade comercial do Norte, não tardaram as reacções de segregação nas cidades fronteiriças entre o Norte e o Sul, as quais estiveram na base da criação dos grandes *ghetos* negros de Chicago, de Nova Iorque e de outras grandes cidades do Norte. Os pequenos brancos do Sul, ameaçados não pelos negros, mas pelos brancos do Norte, envolveram-se em acções racistas (Touraine, 1995: 30).

Na África do Sul, a situação foi semelhante, tendo-se o *apartheid* desenvolvido ao longo de meio século (entre 1940 e 1991). Os *Afrikaners*, dominados pelos Ingleses e pela inelutável ascensão dos negros (cada vez mais numerosos e qualificados), protegeram-se impondo a segregação dos negros nas *townships*. O temor de que os brancos iriam ser afogados pela inundação dos negros conduziu ao *apartheid* positivo, semelhante ao princípio americano: "Iguais, mas separados".

Contrariamente, sociedades existem que não podemos de todo apelar de racistas. Assim, se uma dada sociedade não reconhece raças sociais, não pode ser racista e, de facto, a maioria das sociedades humanas não utilizou os fenótipos como base de estabelecimento de divisões grupais. Poderíamos mesmo dizer que as sociedades que reconhecem raças sociais são, invariavelmente, sociedades racistas, no sentido em que o grupo dominante acredita que o fenótipo está associado a características intelectuais e comportamentais.

Também as sociedades ditas tradicionais e, mais concretamente, as sociedades de ordens, de *status* (*stãnde*) não são sociedades racistas e isto apesar de enfatizarem o papel do sangue, da linhagem e de oporem, por exemplo, guerreiros de origem germânica, francos, a uma população camponesa de origem Galo-romana (Touraine, 1995: 27).

Também não faz sentido falar de racismo em relação a sociedades de castas, apesar da hierarquia nestas sociedades ter por base considerações em termos de pureza/impureza (Touraine, 1995: 27).

Também não se pode designar de racista, uma sociedade que vê a sua cultura ser atacada. Assim, não são, decerto, exemplos de racismo a recusa de excisão das raparigas em território francês ou a eliminação de redes religiosas e políticas associadas a actividades terroristas (Touraine, 1995: 28).

O racismo, a naturalização da inferioridade, só faz sentido numa sociedade “activa”, ou seja, numa sociedade cuja hierarquia assenta no papel desempenhado na mudança social (Touraine, 1995: 27).

A abordagem propriamente sociológica considera que, em consequência de situações de conflito social, de desigualdade, de dominação, em que as identidades dominadas são vítimas de opressão, surgem estratégias identitárias que se traduzem em movimentos sociais fundamentais para a vida social:

L'importance des mouvements sociaux tient à leur place dans la vie sociale. Ils ne sont pas seulement au centre ou au sommet de la société; leur présence ou leur absence détermine presque toutes les formes d'action sociale. (Touraine, 1997: 210-211)

O apelo à identidade constitui uma reivindicação de uma capacidade de acção e de mudança, onde a identidade surge como uma recusa da definição social dos papéis atribuídos ao actor.

Há que complementar esta visão com a abordagem psicossociológica que advoga a existência de vários níveis de estratégias antes que (ou mesmo sem que) elas se expressem em movimentos colectivos. Assim sendo, dedicaremos o capítulo 3 à abordagem psicossociológica.

Resumo

A Sociologia e a História proporcionam-nos valiosos contributos para a compreensão dos fenómenos que se desenvolvem na actualidade na sociedade moderna.

Todos os acontecimentos que vão ocorrendo um pouco por todo o mundo a um ritmo estranhamente alucinante têm importantes consequências no redesenhar de novos espaços, na perda de identidades e da aquisição de outras e num processo de redefinição de identidades. A desintegração das ordens sociais nacionais e internacionais oferece, simultaneamente, esperanças e medos de liberdade, proporciona espaço para a “criatividade social”, espaço no qual indivíduos e grupos passam a fazer parte de um processo de redefinição e de reavaliação de normas sociais, de sistemas de crenças e de estruturas de poder.

O duplo processo de globalização das tecnologias, dos instrumentos, das mensagens, dos capitais, do comércio, da cultura, da governação e de retorno à comunidade, às origens, aos nacionalismos, a regionalismos, torna o momento que vivemos muito específico e muito complexo.

A centralidade da ideia de identidade nacional e de nacionalismo verifica-se, precisamente, num momento em que, como vimos, as migrações assumem uma certa especificidade e uma enorme relevância. O mundo de hoje é um mundo de nações porque constituído, organizado e pensado em termos de estados-nação. As nações são construídas pelo discurso, mediante processos de elaboração ideológica, com base na existência e partilha de um território. A identidade nacional está intrinsecamente alicerçada na existência de um território demarcado e “fronteirizado”

É difícil datar o nascimento da inquietação face ao outro, embora ele pareça ter existido desde sempre. Na origem, ou como consequência de uma relação nós/outros malograda, está um conceito fundamental que é o de discriminação que consideramos como uma espécie de “umbrella concept” de outros como o de racismo, xenofobia, heterofobia e etnofobia, entre outros. A discriminação pode ser definida como um processo de hipervalorização do grupo

de pertença e de desvalorização do grupo dos outros, tendo em vista a conquista de uma identidade social positiva.

A sociedade moderna é precisamente o local privilegiado de aparecimento do racismo, pelo facto de ter destruído as relações de hierarquia e de distância social tradicionais, sem ter conseguido assegurar a integração de todos numa cultura universalista, deveras afastada da realidade dos estados nacionais (Touraine, 1995: 29).

Parte II - Enquadramento teórico

O homem é uma criança antiqüíssima cuja origem e natureza suscitam as mais descontraídas e exigentes conjecturas.

Fernando Gandra, Prefácio "A cultura (as culturas)- Entre a vaidade de Deus e o reino das pedras" ao livro de Cuche, D. (1999). *A noção de cultura nas ciências sociais*. Lisboa: Fim de Século Edições.

Tudo o que vemos é outra coisa.

A maré vasta, a maré ansiosa,

É o eco de outra maré que está

Onde é real o mundo que há.

Fernando Pessoa (1969). *Obra Poética. Primeiro Fausto*. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar Editora: 453-454.

As identidades formam-se. Formam-se em ciclos temporais relativamente longos, em processos de invenção, composição e consolidação relativamente complexos.[...]. As identidades produzem-se, reproduzem-se e mobilizam-se em circunstâncias concretas e concretamente variáveis. São, portanto, plurais e indexicais. Mas as práticas elaboram também obras, isto é, constelações de sentido, formas e conteúdos de expressão e padrões de conduta que tendem a adquirir uma inércia própria, constituindo-se como entidades sui generis e, por aí, tendem a distanciar-se, como diz Giddens (1990), face a cada contexto particular de concretização.

Silva (1994: 34-35)

Creio que a identidade não se funda na continuidade e sim na percepção pelo sujeito dessa continuidade, desse processo, desse fluxo. Em suma, ela é apenas uma memória.

Cunha (1994: 40)

A representação social é ao mesmo tempo causa e efeito das identidades sociais.

Saint-Maurice (1993: 392)

Capítulo 3 - A abordagem psicossociológica

Introdução

O estudo está inserido no domínio de investigação dos comportamentos intergrupais abrangido pelos modelos das relações intergrupais. Este domínio revela-se um dos mais relevantes e vastos no seio da já tão vasta área da Psicologia Social.

Dado envolver uma grande diversidade de linhas de investigação e de escolas de pensamento teórico, o presente capítulo não tem a pretensão de tecer uma análise detalhada da área, mas apenas a de apresentar investigações e reflexões que foram consideradas relevantes para uma mais aprofundada compreensão da temática do estudo. Compreende-se, pois, que conceitos como os de identidade social, comparação social, hierarquia de grupos, dimensões de comparação ou estratégias identitárias mereçam particular atenção.

O capítulo envolve quatro secções que passamos a referir. Assim, na primeira, é tecida referência a alguns dos estudos iniciais sobre discriminação em Psicologia; na segunda, é apresentada com algum detalhe a teoria da identidade social de Henri Tajfel, atendendo a que esta foi a teoria que serviu de base a todos os estudos posteriores na área, para além de ser aquela que inclui os conceitos fundamentais sobre os quais se alicerça esta dissertação. Faz-se, ainda, uma referência à teoria da auto-categorização de Turner, bem como se abordam algumas linhas de crítica à escola de Bristol.

Na secção seguinte, surge a Escola de Genève, com o modelo da diferenciação categorial de Doise e o contributo de Deschamps. Pela sua ligação directa ou indirecta aos modelos anteriores, serão também discutidas as teorizações de Lorenzi-Cioldi e de Codol. No que concerne às representações sociais, as referências aos trabalhos de Moscovici e seus desenvolvimentos são incontornáveis no quadro desta investigação, atendendo ao lugar que ocupam no seu enquadramento teórico geral.

Finalmente, na última secção, são referidos alguns dos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos por investigadores Portugueses intrinsecamente relacionados com a problemática da identidade e das representações, na análise de objectos e temáticas que têm ligações com o objecto de estudo.

3.1. O despertar e o desenvolver do interesse pela questão da discriminação em Psicologia Social

Apesar da Psicologia Social procurar há muito compreender o comportamento intergrupar, alguns autores consideraram, na década de oitenta, que a produção do conhecimento sofrera rupturas e recuos, não se tendo verificado um verdadeiro esforço cumulativo (Doise, 1985; 1987).

De facto, só a partir da década de setenta é que a Psicologia Social europeia procurou desenvolver modelos de análise do comportamento intergrupar que integrassem o conhecimento resultante de anteriores abordagens (Amâncio, 1994: 137) e, de então até hoje, os modelos têm-se complexificado e passaram a articular diferentes níveis de explicação (Amâncio, 1994: 137).

O objecto de análise alargou-se, passando a abranger a interligação entre as formas e os conteúdos do pensamento social, bem como a articulação entre eles e os padrões de comportamento intergrupar.

Alguns dos modelos que emergiram na Europa no decurso dos anos setenta revelam-se particularmente adequados ao enquadramento de algumas das hipóteses deste trabalho. De facto, esses modelos construíram-se a partir de três grandes ideias.

Uma dessas ideias é a de que o comportamento e o pensamento dos indivíduos se explicam pela sua posição social, definida pelas suas pertenças categoriais (Tajfel, 1972, 1978c).

Uma outra ideia é a de que o pensamento do senso comum não é um pensamento “primitivo”, em oposição ao pensamento científico, mas antes, uma forma de produção de sentidos e significados, ou seja, de representações sociais, que partilham sistemas de valores, linguagens e memórias históricas, objectivando a realidade social através de paradigmas implícitos e familiarizando os indivíduos com a realidade complexa (Moscovici, 1961, 1984).

Finalmente, a ideia que, de resto, traduz uma tentativa de síntese das duas anteriores, de que os grupos sociais cujas relações são marcadas pela

desigualdade/assimetria, recorrem às representações sociais de uma forma estratégica (Doise, 1976; 1984), seja como forma de dar sentido ao contexto em que se encontram, submetendo-se às condições sociais em que se inscrevem, seja para definir estratégias de mudança.

No capítulo 2 analisámos a forma como a noção de raça se foi construído nos planos histórico e sociológico. No âmbito da Psicologia Social, foi apenas a partir da década de vinte que surgiram os primeiros estudos objectivos sobre o racismo (Milner, 1984a: 103). É assim que se compreende que, por exemplo, na *Social Psychology* de William McDougall, publicada em 1908, as noções de preconceito⁶⁷ e de raça não sejam sequer mencionadas (Milner, 1984a: 103).

A razão da pouca atenção concedida à questão da etnicidade e da discriminação é simples: a Psicologia Social inicial estava, como referimos no capítulo 2, imbuída dos valores sociais da época, segundo os quais os negros eram uma raça inferior, de características intelectuais e culturais inferiores, o que permitia legitimar as atitudes negativas para com eles.

Nos vinte anos que se seguiram à publicação da obra referida, com a luta dos negros pela conquista de cidadania, a sociedade em geral foi-se consciencializando de que os negros aspiravam e, sem dúvida, que mereciam a igualdade social. Continuou, no entanto, a ser possível a um Psicólogo classificar a inteligência de um negro como estando situada entre $2/3$ e $3/4$ da de um branco (segundo Milner, 1984a: 103). Tal diferença não era, no entanto, considerada suficiente para explicar a discriminação de que o negro era alvo.

Esta alteração no modo de pensar e de analisar a questão racial foi acompanhada pelas primeiras tentativas de quantificação da discriminação, que se expressaram na medida das atitudes e dos comportamentos dos brancos face aos

⁶⁷ Define-se **preconceito** como predisposição favorável ou desfavorável relativamente aos membros de uma dada categoria social ou, de outra forma (Klineberg, 1968, citado por Tajfel, 1982a: 147-148), como pré-juízo ou pré-conceito elaborado antes de dispor de informação relevante, baseado, portanto, em evidência inadequada ou mesmo imaginária. Apesar de, em termos de definição, o preconceito não ter, necessariamente, uma conotação negativa, a palavra é, em geral, utilizada nesse sentido. Como provado por LaPiere no início dos anos trinta, o preconceito não se traduz, necessariamente, em discriminação (Billig, 1984).

negros (Milner, 1984a: 104). Foi, por exemplo, o caso, das Escalas de Distância Social de Bogardus de 1925 (Milner, 1984a: 104), as quais revelaram que os brancos rejeitavam mais os negros e os mulatos do que qualquer outro grupo racial ou nacional. Foi, ainda, o caso do trabalho pioneiro de Thurstone de 1931 (Milner, 1984a: 104) sobre as atitudes raciais.

Essas primeiras tentativas de quantificação, apesar de traduzirem uma maior preocupação com este tipo de questões e a procura de uma crescente maior objectividade, continuaram a ser amplamente influenciadas pelas crenças sociais vigentes, uma vez que o esforço no desenvolvimento de medidas não foi acompanhado pelo desenvolvimento de explicações (Milner, 1984a: 104).

Nos anos trinta, ocorreram as primeiras tentativas de encontrar explicações para este tipo de fenómenos. Não se tratava, no entanto, de verdadeiras teorias sócio-psicológicas, tais como hoje as entendemos (teorias que consideram, simultaneamente, comportamentos intra e intergrupais) mas, antes, de teorias reducionistas, cujas explicações se situavam ao nível do funcionamento psicológico individual (Milner, 1984a: 104) ou, de acordo com o modelo de Doise (1982) a que mais adiante nos referiremos, ao nível da explicação (análise) intraindividual.

A hipótese da frustração-agressão formulada por Dollard *et al.* em 1939 constituiu um exemplo das primeiras tentativas de explicação. A hipótese base da teoria era a de que a ocorrência de comportamentos agressivos pressupunha sempre a existência de frustração e de que, por outro lado, a existência de frustração conduzia sempre a uma dada forma de agressão. Quando testada, a hipótese era, no entanto, infirmada. Mais tarde, veio a ser reformulada, de forma a incluir as excepções, reformulação essa que diminuiu, concomitantemente, o seu valor explicativo e preditivo. De facto, são as situações em que as frustrações não

podem ser imediatamente expressas em comportamentos agressivos que se revelam pertinentes na geração do preconceito (Milner, 1984a: 104).⁶⁸

Uma das primeiras reflexões teóricas sobre a questão da discriminação das minorias e, nomeadamente, sobre o anti-semitismo teve por base os acontecimentos na Europa nos anos trinta, bem como a situação dos negros e das mulheres na sua luta pelo direito de voto nos Estados Unidos. Está condensada numa obra que reúne diversos artigos escritos por Kurt Lewin durante a sua permanência nos Estados Unidos e que só veio a ser publicada após a sua morte (Amâncio, 1994: 137). Fiel ao projecto da “action-research” que caracterizou toda a sua actividade científica, Lewin procurou identificar práticas de socialização e de relacionamento intra e intergrupais que possibilitassem aos Judeus fazer face à discriminação social de que eram alvo nos Estados Unidos dos anos trinta.

De acordo com Amâncio (1994: 137), a obra de Lewin não constitui uma verdadeira teoria do comportamento intergrupais tendo, no entanto, sido nela enunciados alguns pressupostos que viriam a ser adoptados por teorizações posteriores consideradas verdadeiramente intergrupais. É, por exemplo, o caso da ideia de que a origem do pensamento discriminatório em relação às minorias sociais se situa no âmbito do societal e de que as soluções para esse fenómeno estão na acção colectiva dos grupos minoritários e não no comportamento individual dos seus membros. É assim compreensível que Lewin avisasse os judeus de que se se limitassem a assimilar os valores do grupo dominante, nunca acabariam com o anti-semitismo. Este teria origem no exterior do grupo e seria independente da vontade dos seus membros e dirigir-se-ia a todos os membros, independentemente das características individuais e do comportamento de cada um. Lewin propôs o conceito de “destino comum” para designar a condição colectiva da minoria objecto de preconceito (Amâncio, 1994: 137-138).

⁶⁸ Vala (1984) discute esta teoria no quadro de uma investigação sobre a representação social da violência.

Lewin analisou, ainda, as implicações do anti-semitismo no interior do próprio grupo, chamando a atenção para a interiorização de sentimentos negativos relativos à pertença grupal, por parte dos membros das minorias objecto de uma segregação continuada e persistente. Esses sentimentos dariam origem a estratégias individuais de adaptação ao grupo maioritário, de entre as quais incluiria a recusa ou negação de pertença ao grupo minoritário (ódio pelo grupo), que serviriam mais para repor a auto-estima dos indivíduos do que para desencadear processos de mudança, a qual dependeria, pelo contrário, de estratégias de natureza colectiva (Amâncio, 1994: 138).

Esta conceptualização está muito próxima da distinção que Tajfel veio a estabelecer (1978b, 1983) entre estratégias de mobilidade e de mudança social (a que nos referiremos mais adiante neste capítulo), sendo este apenas um dos aspectos da obra de Lewin que se vem a reflectir em Tajfel.

Mas o contributo de Lewin para a Psicologia Social ficou especialmente conhecido graças à sua teorização sobre modelos de dinâmica de grupos, na medida em que esta vertente do seu pensamento foi continuada pelos seus discípulos. Na perspectiva dos seus seguidores, a definição de grupo restringe-se às relações entre os indivíduos em situação de face-a-face e unidos por um objectivo comum. Nesta perspectiva, o grupo é visto como uma entidade concreta, temporal e espacialmente delimitada, definição essa que exclui a noção de categoria social. Esta centração no nível de análise intragrupal, fez com que fosse negligenciado aquilo que, no pensamento de Lewin, poderia constituir uma articulação entre o intra e o intergrupalo e não reflecte, de facto, a orientação sociológica do seu pensamento, patente na natureza dos problemas que tomou como objecto de estudo e na forma como os analisou (Amâncio, 1994: 138).

Após a Segunda Grande Guerra e a vivência do nazismo, surgiu um grande interesse pela questão do racismo e a necessidade de explicar acontecimentos que, sendo tão absurdos, se considerou terem por base aspectos patológicos da personalidade (Milner, 1984a: 105-106).

Assim, Adorno *et al.* (1950) no seu estudo sobre a personalidade autoritária, publicado no clássico *The authoritarian personality*, identificaram as características do indivíduo fascista ou potencialmente fascista. A ideia base era a de que existia um tipo base de personalidade: a personalidade autoritária e de que os indivíduos que possuíam esse tipo de personalidade não só tinham preconceitos em relação a Judeus, como também em relação a quaisquer outras minorias culturais ou raciais.

A teoria do estereótipo universal de Campbell (1967) procurou ir além do modelo da personalidade autoritária, integrando variáveis situacionais na conceptualização do comportamento intergrupar. Pressupôs uma avaliação positiva do grupo de pertença e negativa do grupo dos outros mas, tal como observou Amâncio (1994: 139), tal avaliação apenas se aplicaria a determinadas dimensões relevantes da relação intergrupar.

Investigações mais recentes sobre o etnocentrismo (Brewer, 1979: 84) demonstraram que o enviesamento a favor do grupo de pertença poderá ser ou “unilateral” ou “recíproco” e que, assim sendo, há que analisar as condições que conduzem às diferenças e aos conteúdos das dimensões sobre os quais as diferenças se manifestam.

De recordar que Sumner fora o primeiro, na sua obra etnográfica *Folkways* datada de 1906, a utilizar o conceito de "etnocentrismo" ligado aos conceitos de endogrupo e de exogrupo, para designar o “síndrome” caracterizado por uma “visão das coisas”, incluindo “relações” e “sentimentos”, centrada no grupo de pertença, e que serviria de ponto de referência à classificação e avaliação dos

outros grupos, em conjunção com os termos endogrupo e exogrupo,⁶⁹ tendo-o considerado um fenómeno universal (Tajfel, 1982e: 7).

LeVine e Campbell (1972) com base numa extensa revisão de literatura sobre as abordagens psicossociológicas do etnocentrismo e das relações entre grupos étnicos, concluíram que os diferentes autores recorriam à utilização do termo etnocentrismo para se referirem quer à polarização da hostilidade endogrupo/exogrupo, quer à centração de todos os valores. A definição teria implícita uma suposta correlação entre uma visão positiva do endogrupo e uma visão negativa do exogrupo.

Com o objectivo de clarificar o conceito, Tajfel (1982e: 8) referiu-se a um inquérito de âmbito multicultural (LeVine & Campbell, 1972; Brewer, 1968, 1979, 1981; Brewer & Campbell, 1976) que incluía trinta grupos étnicos da África Oriental, Ocidental, do Canadá e de algumas ilhas do Pacífico. O estudo representou uma vasta análise das atitudes etnocêntricas e combinou métodos da Etnografia, da Psicologia Social e da Antropologia de campo.

Em todos os grupos estudados encontrou-se ligação ao endogrupo, mas tal ligação não se relacionava de forma linear com as atitudes para com os exogrupos. As diferenças que os endogrupos enfatizavam relativamente aos exogrupos dependiam do contexto, sendo diferentes identidades mobilizadas para diferentes propósitos (Brewer, 1981, citado por Tajfel, 1982e: 8).

Uma flexibilidade e diversidade similares nas ligações ao endogrupo e nas atitudes para com o exogrupo foi encontrada em dois outros estudos de campo. Assim, Tajfel (1982e: 8-9) referiu o estudo de Klineberg e Zavalloni de 1969 em que os autores analisaram amostras de estudantes de diversos países africanos que

⁶⁹ Em Vala (1999) e em Vala *et al.* (1999) são utilizados os termos endogrupo e exogrupo que vamos utilizar ao longo deste trabalho. Esta utilização é justificada da seguinte forma (Vala *et al.*, 1999: 13): "Os termos endogrupo e exogrupo são equivalentes aos termos *ingroup* e *outgroup*, utilizados na literatura anglo-saxónica. A tradução proposta é equivalente àquela que foi recentemente adoptada nos países de língua francesa (*endogroupe/exogroupe*) e no mais recente manual de Psicologia Social publicado em Espanha (*endogrupo/exogrupo*).“ Existia, no entanto, uma tradução anterior de *ingroup* e *outgroup* na versão portuguesa do livro de Henri Tajfel *Grupos humanos e categorias sociais*, editado em 1983, em termos de "grupo próprio" e "grupos dos outros".

estavam, aquando do estudo, envolvidos em processos complexos de construção da nação e em que as fronteiras eram mais determinadas pelo passado colonial recente do que propriamente por antigas afiliações tribais. Utilizando amostragens e métodos muito diferentes dos do estudo anteriormente referido, os autores encontraram relações entre a variedade de identidades grupais assumida pelos sujeitos e os diferentes propósitos, tribais ou nacionais, que essas mesmas identidades serviam.

Tajfel (1982e: 8-9) refere, ainda, o estudo de Jaspars e Warnaen (1982) no qual os autores aplicaram diversos tipos de questionários a jovens de vários grupos que constituíam a sociedade Indonésia. O principal objectivo do estudo era suscitar descrições e avaliações dos endogrupos e dos exogrupos em Jacarta, cidade na qual coexistem diversos grupos étnicos. Neste contexto, o favoritismo para com o endogrupo e a discriminação do exogrupo eram mais acentuados na capital Jacarta do que nas províncias, onde o contacto entre grupos de diferentes origens era menor.

Apesar de os grupos não avaliarem, necessariamente, os exogrupos mais negativamente do que o endogrupo, a perspectivação que tinham deles mesmos era mais positiva do que a que os outros grupos tinham deles. Tal como no primeiro estudo de campo referido, não se encontrou uma relação linear entre o favoritismo para com o endogrupo e as atitudes para com o exogrupo.

Na revisão de LeVine e Campbell de 1972, verifica-se que são os modelos da Antropologia que integram as variáveis estruturais e de âmbito social (Amâncio, 1994: 139). Por outro lado, os modelos da Psicologia Social, com excepção dos estudos de Sherif já referidos, são, em geral, modelos de origem psicanalítica que se limitam a tecer extrapolações do nível intraindividual para o intergrupar (Amâncio, 1994: 139).

Explicações como a da génese da personalidade autoritária ou a hipótese da frustração-agressão são criticadas por serem individualistas (Tajfel, 1978, citado por Amâncio, 1994: 139) ou psicológicas (Doise, 1976/84, citado por Amâncio,

1994: 139).⁷⁰ Dificilmente permitem compreender fenómenos complexos em larga escala, como é o caso das relações de conflito ou de discriminação entre grupos sociais.⁷¹

A revisão acaba por denotar a falta de integração entre as Ciências Sociais no início da década de setenta (Amâncio, 1994: 139-140), no âmbito das quais a Sociologia e a Antropologia se ocupavam das variáveis estruturais e sociais e a Psicologia Social apresentava modelos mais psicológicos do que verdadeiramente psicossociológicos (Amâncio, 1984: 140). De resto, no final da revisão, os próprios autores apelam a um objectivo supraordenado “...an integrated social science” para o desenvolvimento dos estudos sobre o comportamento intergrupar (LeVine & Campbell, 1972: 223).

Referimo-nos a uma excepção no quadro da genérica psicologização da Psicologia Social de que temos vindo a falar: a teoria dos conflitos reais (“realistic conflict theory”) de Sherif (Sherif, 1966), teoria que tem claramente por objectivo a integração dos níveis de análise “psicológico” e “sociológico”.

Sherif investigou a formação de atitudes para com o endogrupo e para com o exogrupo, as escolhas sociométricas e o comportamento intergrupar (Sherif & Sherif, 1953; Sherif *et al.*, 1955; Sherif *et al.*, 1961; Sherif, 1966, citados por van Knippenberg, 1978: 171).

Estas variáveis foram estudadas em função da formação dos grupos, da competição intergrupar e da introdução de objectivos comuns. A premissa da teoria era a de que o conflito intergrupar tem sempre por base uma competição real entre os grupos, competição essa por recursos que são limitados.

Amâncio (1994: 140) observou que o paradigma experimental de Sherif foi replicado numa série de experiências efectuadas por Blake e Mouton em 1979

⁷⁰ Bourhis & Leyens (1994) referem-se às teorias individuais e psicossociológicas como abordagens clássicas e contemporâneas, respectivamente.

⁷¹ LeVine e Campbell (1970) referem-se às contribuições da Psicologia Social cognitiva para a análise do comportamento intergrupar (como a acentuação das diferenças entre os grupos através dos estereótipos) mas, tal como salienta Doise (1988: 99), não tecem qualquer referência aos trabalhos de Tajfel.

com adultos, quadros superiores que participavam em cursos de especialização na universidade. Em situações de competição, verificou-se discriminação intergrupar nas avaliações das tarefas, bem como maior coesão intragrupal.⁷²

Amâncio (1994: 140) sumariza a importância dos estudos de Sherif:

[...] tiveram o mérito de mostrar que o comportamento dos indivíduos não se explica nem pela sua personalidade, nem pela rede de relações interindividuais em que estão inseridos, mas sim pela rede de relações sociais em que o grupo está inserido, para além de salientar a importância da identidade, pelo menos na sua vertente de identificação com o grupo. Mas apesar dos seus resultados evidenciarem também uma interdependência entre comportamentos e representações intergrupais e o modo como estas últimas afectavam a própria relação entre os grupos em todas as modalidades de interacção entre eles, desde a situação de competição às de cooperação e da introdução de objectivos supraordenados, este aspecto só viria a ser explorado no plano teórico por Doise (1972) [...].

Mas a autora acrescenta que uma das limitações do modelo reside na própria funcionalidade da relação entre os grupos e que, apesar de LeVine e Campbell (1972) terem apresentado evidência antropológica de que a luta por recompensas ou objectivos comuns determina a hostilidade entre os grupos, essa não é a única instância de comportamento intergrupar (Amâncio, 1994: 140-141).

De facto, Tajfel e Turner (1986: 8) chegaram a afirmar que Sherif se ocupou de um epifenómeno do comportamento intergrupar.

⁷² Também em Portugal, entre 1985 e 1987, Monteiro, Vala e Lima investigaram os conflitos intergrupais em contexto organizacional (Monteiro, 1993: 331).

3.2. Os modelos das relações intergrupais

3.2.1. O modelo de Bristol

Tajfel foi o pai (ou, se preferirmos, um dos pais) de uma Psicologia Social de feição marcadamente europeia, que começou a tomar fôlego a partir da criação da *Associação Europeia de Psicologia Social Experimental*⁷³ (a qual existiu, ainda que não oficialmente, desde 1963). Para esta Psicologia Social europeia contribuíram, em larga escala, as associações de Psicologia Social americanas que já se encontravam, aquando do nascimento da europeia, numa fase avançada de desenvolvimento. As duas psicologias desenvolvidas dos dois lados do Atlântico não rivalizavam entre si, tinham, sim, preocupações diferentes, resultantes das também diferentes realidades sociais em que se inscreviam e que constituíam objecto dos respectivos interesses.

A teorização de Tajfel preocupou-se, simultaneamente, segundo a opinião do próprio autor, com os processos cognitivos, individuais e com as manifestações desses mesmos processos na estrutura social, na modificação das mentalidades, no surgimento dos conflitos,⁷⁴ na preservação das ideologias, na reprodução das estruturas sociais dominantes (e isto apesar da teorização se basear, fundamentalmente, em estudos experimentais). Os processos sócio-psicológicos influenciariam a estrutura das relações objectivas entre os grupos e essa estrutura, por sua vez, influenciaria os processos sócio-psicológicos.

Um dos conceitos base da teorização é o conceito de grupo, semelhante ao conceito de nação de Emerson (1960, citado por Tajfel, 1978b: 28). Tajfel definiu grupo, dizendo *à la Emerson* que

The simplest statement that can be made about a nation [group] is that it is a body of people who feel that they are a nation [group]; and it may be that when all the fine-spun analysis is concluded this will be the ultimate statement as well.

⁷³ A inclusão do termo "experimental" na designação da associação, é polémica. Teve o intuito de delimitar a linha de investigação da associação, mas acabou por ser reducionista. De facto, a Psicologia Social de Tajfel não pretendia ter um âmbito, meramente, experimental.

⁷⁴ A teoria é, por vezes, designada de Psicologia dos grupos humanos em conflito.

Para Tajfel, um grupo pode ser definido com base em critérios externos ou internos. Os primeiros não derivam da auto-identificação dos membros do grupo, sendo tecidos por indivíduos ou grupos de indivíduos exteriores ao grupo, podendo o consenso exterior acerca de um determinado grupo originar critérios de pertença nesse mesmo grupo (Tajfel, 1978b: 31). A este respeito, Tajfel (1978b: 31) referiu-se a Herman (1970) quando este comentou que, apesar da crescente dificuldade em estabelecer um conjunto de critérios objectivos passíveis de distinguir Judeus de não Judeus, o consenso dos não Judeus relativamente à existência de um grupo distinto designado de "Judeus", gerava um correspondente consenso a nível do grupo designado.

Os critérios internos, por seu lado, derivam da auto-identificação dos membros do grupo e ao adoptar a definição de nação de Emerson, Tajfel revelava a importância que atribui a este tipo de critérios.

Para além de definido com base em critérios externos ou internos, o grupo apresenta para Tajfel três componentes: a cognitiva, na consciência da pertença ao grupo; a avaliativa, na noção de pertença ao grupo que pode apresentar uma conotação positiva ou negativa; e a emotiva, nos aspectos cognitivos e avaliativos de pertença ao grupo que podem ser acompanhados de emoções em relação ao/s grupo/s que com ele se relaciona/m.

A definição de grupo acima referida não inclui as distinções habitualmente estabelecidas entre grupos de pertença e de referência ou entre grupos face a face e categorias sociais vastas e as componentes referidas aplicam-se igualmente bem quer a pequenos grupos quer a vastas categorias sociais.

No que diz respeito ao comportamento dos indivíduos, Tajfel (1978b: 41) postulou a existência de um *continuum* com dois extremos: o extremo puramente interpessoal e o extremo puramente intergrupar. O comportamento puramente interpessoal consiste em qualquer encontro social entre dois ou mais indivíduos, no qual toda a interacção ocorrida é meramente determinada pelas relações pessoais entre os indivíduos e pelas suas respectivas características individuais. O

comportamento puramente intergrupar, por outro lado, consiste em qualquer encontro social entre dois ou mais indivíduos em que toda a interação é exclusivamente determinada pela sua pertença a diferentes grupos ou categorias sociais, sendo a definição de intergrupar adoptada de Sherif (1966):

Whenever individuals belonging to one group interact, collectively or individually, with another group or its members in terms of their group identification, we have an instance of intergroup behavior. (Tajfel, 1982c:1-2)

Tajfel considera o extremo puramente interpessoal absurdo, no sentido em que nenhum exemplo seu pode ser encontrado na "vida real":

It is impossible to imagine a social encounter between two people which will not be affected, at least to some minimal degree, by their mutual assignments of one another to a variety of social categories about which some general expectations concerning their characteristics and behaviour exist in the minds of the interactants. (Tajfel, 1978b: 41)

O extremo puramente intergrupar é empiricamente menos absurdo, dado que claros exemplos dele podem ser encontrados na "vida real", como é o caso de guerras entre dois países em que exércitos lutam entre si sem que os respectivos soldados se conheçam e como foi o paradigma extremo do holocausto. Todas as restantes situações, reais ou experimentais, estão situadas entre os dois extremos referidos.

A condição básica para o aparecimento de formas extremas de comportamento intergrupar é a crença de que as fronteiras sociais relevantes entre os grupos estão firmemente estabelecidas e de que são imutáveis, ou seja, de que é impossível ou muito difícil aos indivíduos deslocarem-se de um grupo para outro. Inversamente, a condição básica para o aparecimento de formas extremas de comportamento interpessoal é a crença de que algumas fronteiras intergrupais relevantes são flexíveis e de que não é especialmente difícil ao indivíduo passar de um grupo para o outro.

Tajfel teoriza outros três continua para além do referido:

- Da variabilidade individual no seio de um grupo a nível das atitudes e comportamentos para com o exogrupo à uniformização máxima de atitudes e comportamentos. Quando próximos do extremo do comportamento intergrupalo, os indivíduos de um dado grupo tendem a adoptar atitudes e comportamentos similares em relação ao exogrupo, não estabelecendo distinções entre os diferentes membros do exogrupo.
- De percepções dos membros do exogrupo enquanto indivíduos diferentes, às percepções desses membros enquanto membros indiferenciados de uma categoria social.
- De uma estrutura de crenças acerca da natureza do sistema social em que os indivíduos vivem, baseada na concepção de movimentos individuais fáceis e flexíveis de um grupo para outro ("mobilidade social"), a uma estrutura de crenças baseada na ideia de que tais movimentos são impossíveis ou muito difíceis ("mudança social"). Este *continuum* funciona como determinante dos três primeiros.

A definição de mobilidade social que Tajfel adopta é a de Goldhamer de 1968:

movement of individuals, families and groups from one social position to another.
(Tajfel, 1978b: 46)

Na teorização de Tajfel, o termo foi restringido à mobilidade social individual, isto é, ao movimento de indivíduos e de famílias (excluindo, portanto, os "grupos" da definição de Goldhamer) de uma posição social para outra. O referido movimento poderá ter diferentes sentidos, processar-se de baixo para cima, de cima para baixo ou no sentido horizontal.

Tajfel adoptou a definição de mudança social de Toch de 1965, tendo toda a sua teorização assentado neste extremo, por oposição à teorização anterior:

A social movement represents an effort by a large number of people to solve collectively a problem that they feel they have in common. (Tajfel, 1978b: 46)

Ainda segundo Tajfel (1978b: 51-52), quatro tipos de situações sociais (conjuntamente com a interpretação das mesmas) podem determinar a estrutura de crenças "mudança social" e, conseqüentemente, a uniformidade do comportamento intergrupar:

- Estratificação social rígida, na qual os indivíduos têm dificuldade em passar de um grupo para outro, por exemplo, sistema de castas baseado em qualquer tipo de critério, deixando os indivíduos de perceber a estratificação social como legítima ou estável. Num sistema estratificado, os diferentes grupos envolvidos poderiam considerar os critérios de estratificação como sendo legítimos e estáveis (incapazes de serem alterados, dadas as diferenças de poder existentes entre os grupos), ilegítimos e instáveis, ilegítimos e estáveis, ou ainda, legítimos e instáveis estando, assim, a ilegitimidade e a instabilidade relacionadas. A percepção da ilegitimidade das diferenças conduziria, mais cedo ou mais tarde, à procura de alteração da situação. A percepção da instabilidade, que se poderia traduzir na consciencialização do grupo da existência de alternativas cognitivas à situação vivida, conduziria o grupo a, mais cedo ou mais tarde, perceber a situação como menos legítima.

A combinação da ilegitimidade e da instabilidade poderia constituir um poderoso incentivo à procura de alteração do estatuto do grupo ou à procura da manutenção do estatuto, por parte do grupo que se encontrasse em situação de vantagem.

- Criação de movimentos sociais com o objectivo de mudança, em condições em que a mobilidade individual é perspectivada como impossível e em que os grupos não têm, necessariamente, fronteiras rígidas entre si. Seria, por exemplo, o caso da luta contra o *apartheid* na África do Sul.

- Padrões individuais de funcionamento psicológico que requerem a estruturação do meio ambiente em termos de grupos sociais nitidamente

distintos e impenetráveis, a percepção do grupo a que se pertence, ou julga pertencer, como claramente diferente de outros grupos. Em determinados casos, estes indivíduos podem estar em condições de criar movimentos sociais. A massificação do racismo na Alemanha nazi constitui um exemplo do exposto.

- Conflito directo de interesses objectivos entre grupos, não necessariamente relacionado com uma estratificação social rígida ou com a crença na existência de diferenças entre os grupos. Neste caso, os indivíduos perspectivariam o seu destino como estando, necessariamente, ligado ao dos outros. Exemplos desta situação são duas equipas de futebol competindo num campeonato nacional ou, num contexto experimental, as equipas em competição dos estudos de campo de Sherif. Na maior parte destas situações é muito difícil ou mesmo impossível conceber que os indivíduos se movam de um grupo para outro. De facto, seria no mínimo bizarro se, no decurso de um jogo de futebol, o jogador de uma equipa decidisse passar para a equipa adversária. Na nossa cultura, as sanções sociais, internas e externas, a este tipo de comportamento são deveras poderosas. Apesar de tudo, por vezes, ocorrem exemplos de traição em que o indivíduo opta por se tornar um renegado.

A famosa teoria da identidade social de Tajfel está apoiada em três processos sociais fundamentais cuja conceptualização foi desenvolvida pelo autor de forma articulada: categorização social, identidade social e comparação social, os quais se tornaram elementos fundamentais em todas as investigações sobre as relações entre grupos e que, por isso mesmo, serão também relevantes para a investigação.

A categorização, divisão do meio, físico ou social, em categorias/agrupamentos de estímulos, operar-se-ia com base em critérios diversos, falando-se em categorização física quando se trata de uma categorização do mundo físico e em categorização social quando se trata de uma categorização do mundo social.

Num estudo inicial de Campbell de 1956 (Tajfel, 1982c: 20) foi verificado um aumento das semelhanças entre os itens de uma mesma categoria

concomitante com o aumento das diferenças entre itens de diferentes categorias. A transposição destes resultados para o estudo dos estereótipos baseou-se na hipótese de Tajfel sobre as funções da "acentuação social": se uma série de estímulos do meio está categorizada com base em dados critérios, essa categorização tem efeitos previsíveis no julgamento dos estímulos. Se essa categorização se correlacionar com uma dimensão contínua, existe tendência perceptiva para maximizar as diferenças, nessa dimensão, entre os itens que pertencem a categorias distintas e para minimizar as diferenças existentes no seio de uma mesma categoria. Esta hipótese foi testada num estudo clássico desenvolvido por Tajfel e Wilkes em 1963, tendo-se verificado sobrevalorização de diferenças de estímulos pertencentes a diferentes classes. Se extrapolarmos esta conclusão para o plano social e considerarmos que a classificação é feita em termos de critérios étnicos, raciais ou nacionais e que a dimensão contínua se refere a atributos pessoais (que são, com o tempo, subjectivamente associados a um dado grupo), as conclusões são idênticas.

O segundo elemento da tríade, a identidade social, fundamental na nossa investigação, assume uma posição central na teorização de Tajfel que a definiu da seguinte forma (1982c: 24):

[...] that part of the individuals' self-concept which derives from their knowledge of their membership of a social group (or groups) together with the value and emotional significance of that membership.

Segundo o próprio autor, esta definição é limitada e apenas visa salientar que, por mais complexa que seja a visão que um indivíduo tem de si mesmo (auto-conceito), tal visão é influenciada pela sua pertença a determinados grupos ou categorias sociais. Não pretende incluir a complexidade das noções de "self" e de "self-identity".

Com base nesta definição, Tajfel procurou formular hipóteses específicas relativas ao comportamento intergrupar, hipóteses segundo as quais, identidades

positivas e negativas têm diferentes implicações no comportamento intergrupar (a identidade social constituiria uma variável de *background* do comportamento intergrupar, um mecanismo causal em situações de mudança social).

A identidade social poderá ser positiva ou negativa, consoante a pertença a um dado grupo contribua ou não, de forma satisfatória, para o auto-conceito do indivíduo. A identidade positiva significaria coisas diferentes para diferentes culturas. Em culturas individualistas como a nossa, a identidade resulta do que o indivíduo possui como bens materiais e experiências. Noutro tipo de culturas, a identidade requer, por exemplo, ser "um bom membro do grupo" (Japão) ou expressar-se de uma forma única (Sul do Saara).

Tajfel não pretendeu enveredar por discussões intermináveis sobre "o que é a identidade", não se preocupou com a análise das origens e do desenvolvimento da identidade individual. Sem dúvida que a imagem ou consciência que um indivíduo tem de si mesmo são infinitamente mais complexas, quer nos seus conteúdos, quer nas suas derivações, da identidade social tal como é definida pelo autor.

O terceiro elemento da tríade anteriormente referida é a comparação social, o qual estabelece a ligação entre os já referidos conceitos de categorização social e de identidade social. A este propósito, Tajfel (1983: 301) cita uma afirmação de Durkheim (tradução publicada em 1959):

O que é preciso, [...] para reinar a ordem social, é que a grande massa dos homens esteja satisfeita com o que tem. Mas para que eles estejam satisfeitos não é preciso que tenham mais ou menos, mas sim que estejam convencidos que não têm direito a mais.

O pressuposto de base é o de que os indivíduos procuram alcançar um conceito ou imagem satisfatória de si mesmos e, muito particularmente, dos grupos a que pertencem. Este pressuposto tinha sido, inicialmente, expresso na teoria da comparação social de Festinger de 1954, segundo a qual a comparação social resultaria da necessidade do indivíduo (a teoria fora formulada a nível

interindividual e não a nível intergrupar) dispor de dados concretos relativamente às suas opiniões (de forma a conquistar consenso social) e aptidões (de forma a alcançar precisão e auto-desenvolvimento). Festinger escreveu (Tajfel, 1978b: 64-65):

[...] there exists, in the human organism, a drive to evaluate his opinions and his abilities [...] by comparison respectively with the opinions and abilities of others.

O *universal drive upward* conduziria o indivíduo a seleccionar como alvo de comparação alguém que possuísse a característica em comparação em grande quantidade. Dado que o princípio da similaridade postula que, se todas as coisas forem iguais, o indivíduo seleccionará alguém mais semelhante do que diferente, a conjunção das duas noções conduz à predição de que os indivíduos tendem a comparar-se com os que perspectivam como superiores (é negligenciado o facto da pertença grupal poder contribuir, positiva ou negativamente, para a auto-imagem). Contrariamente a Festinger, Tajfel considerou que os indivíduos têm tendência a comparar-se com outros de capacidade idêntica ou inferior à sua:

[...] individuals will tend to engage in intergroup comparisons which are seen as likely to make a positive contribution to their social identity [...], and will tend to avoid intergroup comparisons which are seen as likely to make a negative contribution. (Tajfel, citado por Eiser, 1980: 306)

Para que a comparação social contribua positivamente para a auto-estima é necessário que o outro grupo seja perspectivado como potencialmente similar ou comparável ao próprio. Uma vez que na sociedade existem grupos muito diferentes em termos de estatuto e entre os quais a comparação é muito difícil, Eiser (1980: 306) refere que Tajfel considerou que:

Social comparisons between groups which may be highly dissimilar are based on the perceived legitimacy of the perceived relationships between them.[...] The important

issue...is that the perceived illegitimacy of an existing relationship in status, power, domination or any other differential implies the development of some dimensions of comparability (i.e., underlying similarity) where none existed before....Paradoxically, this means that the perceived illegitimacy of the relationship between groups which are highly dissimilar leads to the acknowledgement or discovery of new similarities, actual or potential ... [...].

Assim, a percepção da ilegitimidade em termos de diferenças em estatuto, poder ou qualquer outra característica, implicaria o desenvolvimento de algumas dimensões de comparabilidade (similaridades subjacentes).

Lemaine *et al.* (1978: 270) salientaram que muitos autores questionaram a ideia de que indivíduos similares constituem melhor fonte de informação para o próprio. Os autores referem a distinção de Singer de 1966 entre as funções avaliativa (“evaluative”) e validativa (“validating”) da comparação social. De acordo com Singer (1966), o objectivo da comparação não seria, apenas, o auto-conhecimento, tal como Festinger sugerira ao postular uma “necessidade” de auto-avaliação.

Os mesmos autores fizeram também referência ao trabalho de Jones e Regan de 1974 que demonstrou que, ao compararem-se com outros, os indivíduos procuram informação sobre as suas próprias capacidades se desejam envolver-se em acções nas quais essas mesmas capacidades estejam envolvidas. Nestes casos, os indivíduos escolhidos para alvo de comparação seriam os que tiveram alguma experiência envolvendo a capacidade requerida para a acção que se pretende desenvolver. Assim, o que motivaria a comparação não seria tanto um desejo de auto-conhecimento mas, antes, a necessidade de adquirir informação e de formar uma avaliação com base nas quais se possa desenvolver uma estratégia comportamental.

A comparação do grupo a que se pertence com outros grupos sociais relevantes, tem por consequência uma perspectivação positiva ou negativa desse mesmo grupo. Em resultado da referida comparação, o grupo de pertença pode ser perspectivado como "inferior" ou como "superior"⁷⁵ relativamente aos outros.

Com o tempo e em função de diversas circunstâncias, a perspectivação é passível de alteração, podendo o grupo superior passar a inferior e o inferior a superior. De facto, só nos parece possível conceber as relações intergrupais num quadro em que se conceba a possibilidade de modificação do estatuto dos grupos ou, de outra forma, a dinâmica das relações intergrupais.

Actualmente, existe um consenso mais ou menos universal, qualquer que seja a tradição cultural, de que os bens materiais e os valores sociais da sociedade ocidental, são os desejáveis e essa sociedade é, assim, perspectivada como superior por muitos dos povos do mundo (Roosens, 1989: 11).

Para Tajfel a sequência: categorização social, comparação social e identidade social conduz, em determinadas condições, a comportamentos intergrupais visando a criação/preservação de distintividade psicológica grupal ou, de forma mais simples, a diferenciação social.

Existe vasta evidência da História, da Antropologia e da Ciência Política de que diversas formas de distintividade linguística são percebidas como essenciais no processo de criação ou preservação de identidades étnicas ou nacionais. Tal constatação fez com que muita investigação fosse conduzida em contexto multicultural, procurando integrar aspectos sócio-culturais da linguagem com processos psicológicos intergrupais (Tajfel, 1982c: 26). O autor refere que a conquista, por parte dos grupos étnicos ou nacionais, de uma "distintividade psicolinguística" (termo de Giles *et al.* de 1977) é equivalente à já referida distintividade psicológica grupal.

⁷⁵ Sempre que utilizamos as expressões grupo "superior"/grupo "inferior", referimo-nos à perspectivação consensual desse mesmo grupo como superior ou como inferior com base em critérios considerados relevantes, e não a uma real superioridade ou inferioridade dos grupos. Tendo este aspecto presente, passamos a utilizar os termos superior e inferior sem aspas.

Também Lemaine *et al.* (1978: 288) referem que Mezzrow, um músico branco de *jazz* bem aceite nos bairros negros das grandes cidades americanas, considerara em 1972 que o *jive* (o calão dos negros) mais não era do que uma declaração de independência, a justificação de uma cultura diferente, a rejeição dos valores da sociedade branca dominante.

Porém, quando as fronteiras entre os grupos não estão claramente delineadas, no sentido em que o acesso à linguagem do grupo dominante não é muito difícil, uma estratégia de assimilação individual é, frequentemente, adoptada (Giles & Johnson, 1981, citados por Tajfel, 1982c: 26).

Estas estratégias individuais diferem significativamente das estratégias grupais que são, por vezes, determinadas pelo difícil acesso ao exogrupo, a pressões internas no sentido de preservar a identidade grupal e, frequentemente, à combinação destas duas condições.

As tentativas de alcançar distintividade grupal positiva traduzem-se em diversas formas de "criatividade social" linguística, algumas das quais são conceptualmente semelhantes ao comportamento dos grupos em desvantagem descritos por Lemaine *et al.* (1978).

Por vezes, assiste-se a uma reavaliação positiva da linguagem ou do dialecto do grupo (Bourhis & Giles, 1977, citados por Tajfel, 1982c: 27). Noutras, as divergências linguísticas relativamente ao exogrupo são acentuadas. É assim que escoceses, ao falarem inglês com indivíduos com pronúncia típica, enfatizam a diferença entre eles e os outros, acentuando a sua pronúncia escocesa (Bourhis *et al.*, 1973; Giles *et al.*, 1977, citados por Lemaine *et al.*, 1978: 288).

Noutras situações, a intensificação da diferença assume a forma de esforços intensos para revitalizar a língua do grupo, fenómeno que pode ser observado em França com o ressurgimento da língua Basca, da *langue d' Oc* e do Bretão (Lemaine *et al.*, 1978: 288).

Tajfel formulou uma tipologia de estratégias de diferenciação intergrupais, resultantes das comparações intergrupais apresentadas no quadro 1.

Quadro 1

Comparações intergrupais

	As condições contribuem para o abandono do grupo	As condições contribuem para a permanência no grupo
Grupos superiores	A { A.1. A.2.	B { B.1. B.2. B.3.
Grupos inferiores ⁷⁶	C	D { D.1. D.2. D.3.

Nota: Para além dos grupos superiores e inferiores, Tajfel refere situações sociais mal definidas ou marginais de um grupo nas quais, os grupos envolvidos experimentam dificuldade em definir a sua posição no sistema social.

A. Grupos superiores. As condições contribuem para o abandono do grupo.

A.1. O estatuto social do grupo superior é ameaçado (ou existe a percepção de que outro grupo o ameaça) e, desde que a ameaça não se torne opressiva, poucas situações se incluirão nesta categoria. Sociedades em que o *passing*⁷⁷ seja muito difícil (por exemplo *apartheid*) não se incluirão, em geral, nesta categoria (Tajfel, 1978b: 89).

A.2. Um intenso conflito de valores destrói a contribuição positiva do grupo para a identidade social, deixando a pertença ao grupo de ser importante. "Renegados" das classes média e alta e revolucionários são exemplos que se incluem nesta categoria (Tajfel, 1978b: 90).

O autor de *Versos Satânicos* representa um exemplo do conflito entre a filiação, pertença a um grupo decorrente do nascimento do indivíduo e afiliação, pertença a um grupo ao qual se escolhe pertencer. Este é, ainda, um exemplo do

⁷⁶ Diversos autores analisam a interiorização de uma identidade social negativa pelas crianças (por exemplo, Milner, 1984b) e adolescentes (por exemplo, Phinney, 1990) de grupos minoritários.

⁷⁷ Neste contexto, "passing" significa transição entre diferentes grupos sociais/étnicos.

conflito entre a liberdade de expressão do indivíduo (apenas limitada pela lei da blasfémia) e a responsabilidade ética de um autor para com a sua comunidade.

B. Grupos superiores. As condições contribuem para a permanência no grupo.

B.1. O estatuto social do grupo é ameaçado (ou existe percepção dessa ameaça), intensificando-se as acções e as precauções destinadas a manter a posição do grupo superior. Verifica-se intensificação das distinções vigentes e criação de novas condições que permitam ao grupo acentuar a diferenciação social. (Tajfel, 1978b: 89). Exemplo desta situação é a sociedade do Ruanda com os permanentes conflitos entre os Tutsi e os Hutu que marcaram os últimos anos do século XX.

B.2. O conflito de valores existe mas a afiliação ao grupo é suficientemente forte para determinar o comportamento. Os membros adoptam novas ideologias para o justificar como, por exemplo, "o fardo do homem branco" (*white man's burden*) ou "diferenças inatas intransponíveis" (Tajfel, 1978b: 90).

B.3. Existe conflito de valores inerente à superioridade, mas o esforço do grupo inferior no sentido de uma nova identidade não é perspectivado como relevante pelo grupo superior. Nesta situação, espera-se que a discriminação intergrupar seja mais significativa no grupo inferior do que no superior (Tajfel, 1978b: 90-91). A este nível Tajfel (1978b: 91) refere os resultados de Branthwaite e Jones (1975), em que as atitudes dos Ingleses para com o nacionalismo Escocês constituíam, naquela época, uma espécie de mistura entre uma *guilty sympathy* e a esperança de que os acontecimentos não assumissem a dimensão dos desenvolvidos na Irlanda do Norte. Os autores perguntaram a estudantes de uma universidade escocesa se preferiam ser conhecidos como Ingleses ou como Escoceses e incluíam no seu estudo aqueles que se manifestavam, de forma imediata, num dos dois sentidos. Os participantes eram, então, divididos em dois grupos com base na resposta ("Inglês"/"Escocês"). Cada sujeito deveria distribuir pontos por dois

participantes do endogrupo, por dois participantes do exogrupo ou por um do endogrupo e por um do exogrupo, consoante a condição experimental.

Para além dos resultados consistentemente encontrados neste tipo de estudos e já referidos, verificou-se que os participantes "Escoceses"⁷⁸ favoreciam mais o endogrupo do que os participantes "Ingleses".⁷⁹

A conclusão que se poderia retirar deste estudo seria a de que as minorias discriminam mais do que as maiorias. No entanto, esta conclusão encerra limitações. É, de facto, o que se verifica quando nos referimos a grupos, designados por Moscovici em 1976 (Eiser, 1980: 298-299) de "grupos nómicos" (grupos seguros da sua posição e opiniões, que tiveram experiências de sucesso).

Os grupos nómicos maioritários podem tolerar minorias e os grupos nómicos minoritários têm possibilidade de demonstrar as suas diferenças e particularismos, identificam-se e favorecem o endogrupo. Pelo contrário, os "grupos anómicos" (maioritários ou minoritários) estão inseguros relativamente à sua posição. Os grupos maioritários deste tipo, evitam o contacto com minorias e demonstram favoritismo para com o endogrupo. As minorias anómicas tendem a comparar-se com a maioria, a identificar-se com o grupo maioritário e a demonstrar favoritismo para com o exogrupo.

C. Grupos inferiores. As condições contribuem para o abandono do grupo.

Esta categoria inclui as situações de mobilidade social. Existe suficiente flexibilidade social para que o indivíduo se possa deslocar de um grupo para outro, deslocação que não suscita quaisquer sanções sociais por parte de membros do grupo e que não envolve um conflito de valores significativo (Tajfel, 1978b: 93).

⁷⁸ Sujeitos que responderam "escocês" à questão: "Prefere ser conhecido como inglês ou como escocês?".

⁷⁹ Sujeitos que responderam "inglês" à questão: "Prefere ser conhecido como inglês ou como escocês?".

D. Grupos inferiores. As condições contribuem para a permanência no grupo.

Para a maioria das situações desta categoria contribuem condições sociais, sistema de castas ou qualquer sistema de diferenciação social que tornem difícil a deslocação e/ou condições psicológicas que gerem um forte conflito de valores inerente ao abandono ou medo de sanções sociais.

D.1. O indivíduo procura assemelhar-se mais ao grupo superior, mediante determinados comportamentos e reinterpretações.

D.2. As características inferiores do grupo são alvo de reinterpretações de modo que não pareçam tão inferiores e adquiram valor positivo, por exemplo, a moda à africana, a acentuação da beleza dos negros e a procura de raízes, no caso da comunidade negra dos Estados Unidos.

D.3. Criam-se novas características no grupo, de forma a gerar uma situação de incomparabilidade (vocês são melhores do que nós em A, mas nós somos melhores em B). O agente social que criou as novas características pode ficar satisfeito com a incomparabilidade gerada ou, ser mais ambicioso, e procurar que as características criadas se tornem dominantes e originem uma nova ordem social em que esteja em vantagem. As novas características podem ser de dois tipos:

-Características que são consensualmente valorizadas pelos dois ou mais grupos e que o grupo inferior não possuía anteriormente. Exemplo desta situação, segundo Herman (1970) são as novas características da identidade judaica (Tajfel, 1978a: 96).

De entre os aspectos de identidade grupal não aceites pelas gerações de Judeus do pós-guerra está a passividade com que os seus pais aceitaram o genocídio do seu povo.

Excepções a esta passividade, como a revolta do *ghetto* de Varsóvia ou as revoltas em Treblinka e noutros campos de concentração, tornam-se símbolos

cruciais assim como, no passado longínquo, os acontecimentos de Masada e, no presente, o orgulho militar do Estado de Israel.

-As novas características não são consensualmente valorizadas, sendo neste caso necessário reavaliar as novas características do grupo e não reavaliar o grupo com base em características já valorizadas, como na situação anterior.

Nesta situação enquadra-se o estudo de Lemaine e Kastersztein de 1972 a que Tajfel se refere (1978b: 96-97) em que, num contexto de competição, um grupo de crianças dispunha de mais recursos para a construção de uma cabana do que um outro. A organização e a divisão do trabalho foi menos eficiente no grupo inferior (leia-se, no grupo que dispunha de menos recursos). As crianças deste grupo estavam profundamente preocupadas com a sua inferioridade (e consideravam, inclusivamente, a possibilidade de abandonar a competição) e dispendiam muito tempo a observar o que o outro grupo fazia.

Após um certo espaço de tempo, começaram a trabalhar, escondendo o seu trabalho do outro grupo: "closed their frontiers", isto é, não permitiam que o outro grupo observasse o que estavam a fazer. É curioso constatar que o desenvolvimento da diferenciação é sempre acompanhado por algum secretismo, o qual tem por função proteger o grupo das críticas do outro e evitar o desencorajamento/atracção pelo que o outro faz, em suma, reduzir a incerteza.

O grupo inferior construiu uma cabana mais pequena e decidiu, depois, rodeá-la por um pequeno jardim, não contemplado nas instruções do experimentador. Verificou-se, em seguida, que as crianças:

[...] engaged in sharp discussions with the children from the other group and the adult judges to obtain acknowledgement of the legitimacy of their work. Their arguments were approximately as follows: we are willing to admit that the others have built a hut and that their hut is better than ours; but it must equally be admitted that our small garden with its fence surrounding the hut is also a part of the hut and that we are clearly superior on this criterion of comparison. (Lemaine & Kastersztein, 1972, citados por Tajfel, 1978a: 97)

A capacidade dos indivíduos e dos grupos em descobrir e criar dimensões de comparação úteis à sua identidade é um dos aspectos fundamentais do comportamento social. A maior parte dos estudos experimentais sobre comparação social envolvem situações em que os grupos têm a possibilidade de criar novas dimensões de comparação, no entanto, os grupos reais nem sempre têm tal possibilidade.

Na **teoria da auto-categorização de Turner** (1985; Turner *et al.*, 1987; Turner & Oakes, 1989) a identidade social e a identidade pessoal não são formas qualitativamente diferentes de identidade, mas formas diferentes de auto-categorização. A teoria constitui um desenvolvimento da teoria da identidade social de Tajfel, desenvolvendo o constructo de identidade e o processo de categorização, reconceptualizando a relação entre identidade pessoal e social e fornecendo um mecanismo que permitiria prever quando e como os indivíduos se auto-categorizam de uma forma ou de outra. Enquanto que a teoria da identidade social era essencialmente motivacional, esta é essencialmente cognitiva.

De acordo com a teoria, a auto-categorização poderia ocorrer em três níveis: um nível supraordenado no qual o indivíduo se define, por exemplo, como parte da humanidade; um nível intermédio, no qual o indivíduo se define pela pertença a certos grupos; e um nível subordinado, no qual o indivíduo se define em termos individuais. A consideração de uma estrutura ordenada de categorias na qual as superiores incluem as inferiores deriva do trabalho de Rosch (1978) sobre as categorias a que os indivíduos recorrem para definir o mundo físico. A auto-categorização, ocorrendo sempre num dado contexto, segue o princípio do “meta-contraste” e é o “meta-contraste” ou, se se quiser, a razão entre as diferenças intercategorias e intracategoriais percebidas, que determina a escolha de uma dada possibilidade de auto-categorização em detrimento de outra.

Assim, a identidade, pessoal ou social, é um fenómeno contextualizado e fluido. As mesmas relações entre os indivíduos podem ser percebidas ou como

diferenças, o que as leva a ser incluídas em diferentes categorias sociais ou como similaridades que as unem numa mesma categoria. O grau em que um dado indivíduo é considerado prototípico de uma dada categoria depende da relação das diferenças percebidas entre, por um lado, esse indivíduo e os outros indivíduos do grupo e, por outro lado, esse indivíduo e os membros do exogrupo.

Apesar de Turner se ter limitado a procurar explicações para os resultados obtidos no quadro do paradigma experimental dos grupos mínimos, não hesitou em redefinir as próprias ideias de Tajfel, enunciadas num dos seus artigos dedicados à construção do modelo da identidade social (Amâncio, 1994: 144).

A autora considera que é em Turner que se situa o início da discrepância entre a reflexão teórica e a investigação empírica que se começa a fazer sentir na escola de Bristol. De resto, Amâncio (1994) desenvolveu uma extensa crítica ao modelo de Bristol que sumariaremos em seguida.

- O modelo de Bristol foi ilustrado utilizando exemplos de situações de discriminação baseadas em categorias nacionais, étnicas, linguísticas e noutras categorias sociais reais. Por outro lado, os "grupos mínimos"⁸⁰ são grupos "vazios" de significado. A este propósito van Knippenberg (1984: 577) observou:

The co-existence of groups within a multi-group society probably requires some mutual social validation. It is conceivable that one group occasionally engages in a competitive battle with another group. It is, however, inconceivable that all groups in society are locked in overt struggles for superiority all the time.

- Tajfel considerou o pólo interpessoal como um pólo meramente teórico, dado ser difícil conceber interacções entre dois indivíduos exclusivamente determinadas pelas suas características pessoais e idiossincráticas. Mas Turner não considerou o pólo meramente teórico. Com base nesse *continuum* e no *continuum* variabilidade/uniformidade do comportamento em relação aos

⁸⁰ O modelo apoia-se em estudos empíricos efectuados com grupos "vazios" de significado como é o caso do paradigma experimental dos "grupos mínimos".

membros do outro grupo, bem como da percepção desses indivíduos, estabeleceu uma diferenciação conceptual entre identidade pessoal e identidade social (Turner, 1981; 1982). A primeira seria constituída por traços de personalidade físicos, intelectuais e ideológicos (Turner, 1981, citado por Amâncio, 1994: 145) e a segunda, por auto-definições em termos de categorias de pertença.

A identificação com um grupo social dependeria do conhecimento partilhado pelos indivíduos da sua pertença categorial e da contribuição dessa pertença para a "distintividade positiva" (Turner, 1982: 34).

Mas, se no vazio social dos grupos mínimos essa distintividade é facilmente atingível, ela não pode ser a determinante da identificação com os grupos que existem independentemente dos comportamentos e características dos seus membros, como referia Kurt Lewin (1948, retomando Amâncio, 1994: 145) e em que o conjunto das forças externas ao próprio grupo reúne todos os seus membros sob um destino comum e incontrolável (Horwitz e Rabbie, 1982, citado por Amâncio, 1994: 145).

Como a autora observa, a identidade social passou, então, a ser associada à despersonalização (Turner, 1981) que resulta da homogeneidade perceptiva e comportamental dos membros dos grupos envolvidos numa situação intergrupala. Tajfel designara este conceito de desumanização e aplicara-o apenas às situações sociais excepcionais determinadas pela centralidade das pertenças categoriais. Turner passou a aplicá-lo a todas as situações que envolvem pertenças colectivas e o *self* e o grupo tornaram-se conceitos dicotómicos e irreduzíveis (Turner, 1982).

A distinção entre interpessoal e intergrupala que Brown e Turner (1982, citado por Amâncio, 1994: 145) consideram necessária, quer teórica quer empiricamente, associa a identidade pessoal a idiosincrasias sem qualquer referência ao social. Uma vez que a identidade social é necessariamente uniformizante, visto que “não é reconhecido qualquer lugar à individualidade no seio do grupo”, os comportamentos intragrupais são considerados irrelevantes e a discriminação intergrupala é psicologicamente determinada. Esta visão decorre do facto do paradigma dos grupos mínimos não considerar a função classificatória da

categorização e a ter operacionalizado em termos puramente abstractos (Breakwell, 1979, citado por Amâncio, 1994: 146).

- A noção de *continuum* é questionada por diversos autores. Stephenson (1981, citado por Augoustinos e Walker, 1985: 100) talvez tenha sido o primeiro a sugerir que a noção deveria ser substituída por uma conceptualização alternativa em que os dois tipos de comportamento, interpessoal e intergrupar, fossem dimensões independentes e não pólos opostos de uma mesma dimensão. A noção implica que as duas formas de comportamento funcionem como alternativas em qualquer situação quando, de facto, as duas podem operar em simultâneo ou a dominância de uma ser substituída pela de outra.⁸¹

Actualmente, o modelo de Tajfel continua a ter desenvolvimentos contínuos. A título exemplificativo referimos o estudo recente de Branscombe e Ellemers (1998: 260) em que as autoras desenvolvem o *continuum* mobilidade/mudança social, recorrendo aos conceitos de Tajfel de mobilidade individual, comparação social e criatividade social e aos diferentes níveis de identificação com o grupo postulados pela teoria da auto-categorização de Turner.

Concluem que os grupos inferiores podem responder à discriminação por parte dos grupos dominantes recorrendo a estratégias individualistas que, se por um lado salvaguardam as suas identidades pessoais, por outro, estimulam o seu distanciamento do endogrupo. Alternativamente, o recurso a estratégias grupais pode aumentar a identificação com o grupo desvalorizado.

Diferentes objectivos encorajam a selecção de uma estratégia ou de outra e, enquanto que as estratégias individuais aumentam o estatuto e a auto-estima individuais, as estratégias grupais aumentam o bem estar do grupo e a sua posição na estrutura social. Assim, consoante a discriminação seja perspectivada como

⁸¹ Na linha de Turner, Reid (1983: 106) tinha considerado que só na ausência de um grupo rival, a identificação com um dado grupo poderia ser fraca a ponto de levar os sujeitos a diferenciarem-se em relação aos membros do seu próprio grupo.

uma ameaça à identidade pessoal ou social, assim diferentes consequências cognitivas, emocionais ou comportamentais podem ser esperadas (Branscombe & Ellemers, 1998: 261).

3.2.2. A Escola de Genève

A abordagem que a Escola de Genève faz da identidade social articula diferentes níveis de análise, para além do nível estritamente psicológico considerado pelos seguidores da Escola de Bristol. Esta corrente de investigação critica a Escola de Bristol pelo facto de, da ligação entre os processos de categorização social, identidade social e comparação social, não ter resultado uma verdadeira articulação entre níveis de análise (Doise, 1982, 1984). E não resultou, uma vez que houve *décalage* entre um modelo teórico que integrava dimensões explicativas sociológicas e psicológicas numa rede de causalidade complexa e o seu suporte empírico em que não se procedeu a tal articulação (Doise, 1987).

Foi uma variável de ordem aparentemente psicológica: a identidade social que, intimamente dependente de um dado paradigma experimental, passou a assumir uma função causal determinante.

Esta linha de pensamento considera que apenas num quadro em que os diferentes níveis de análise sejam integrados poderá a identidade ser entendida enquanto um processo de significância ou de construção social da realidade das relações intergrupais, processo esse que se exprime em modalidades mais individualizantes ou mais homogeneizantes, consoante as posições objectivas dos grupos (Amâncio, 1994: 147).

Modelo da diferenciação categorial de Doise

Uma das primeiras contribuições da Escola de Genève foi o modelo da diferenciação categorial formulado por Doise (1976, 1984) no início dos anos setenta.

Neste modelo teórico foram integrados contributos teóricos e metodológicos diversos, nomeadamente, o paradigma dos grupos mínimos da Escola de Bristol (Amâncio, 1994: 156-157).

Doise perspectivou a categorização como um processo psicológico de estruturação da realidade social, sujeito à influência de factores contextuais e estruturais (Deschamps, 1984).

O objecto da análise são as representações ou as formas da sua actualização nos diferentes contextos de diferenciação intergrupar, representações que, para o autor, constituem um dos três níveis interrelacionados das relações intergrupais, sendo os dois outros níveis o nível do comportamento e o da avaliação. Alterações num dos níveis teriam, necessariamente, consequências nos outros dois.

O modelo pressupõe que “quando dois grupos se distinguem num critério, este estará necessariamente associado, pelo menos subjectivamente, a outros critérios” (Doise, 1976, 1984).

Numa experiência conduzida em 1969 (Doise, 1976, 1984), sujeitos Alemães e Franceses deveriam tomar decisões cooperativas intra e intergrupais. Cada uma das três condições experimentais correspondia a uma modalidade de diferenciação objectiva entre os grupos. Assim, na condição grupos heterogéneos, interagiam entre si indivíduos de nacionalidades diferentes (Alemães num grupo e Franceses no outro). Na condição grupos homogéneos, interagiam indivíduos da mesma nacionalidade e, na condição grupos mistos, cada grupo incluía indivíduos das duas nacionalidades.

Verificou-se que quando o outro grupo era constituído por indivíduos de nacionalidade diferente, as estratégias cooperativas eram mais frequentes no interior do grupo do que em relação ao exterior. Assim sendo, o tratamento diferencial dos membros do outro grupo não depende de uma mera categorização, mas do facto de esta estar associada a uma dimensão significativa para os sujeitos, dimensão que era a nacionalidade.

Esta diferenciação subjectiva que, sempre que as percepções, avaliações e comparações intergrupais favorecem o grupo de pertença em detrimento do outro, se traduz em discriminação intergrupar, está associada a diversas formas de divisão dos indivíduos em grupos (Doise, 1976, 1984). Tais divisões podem ser baseadas numa divisão concreta, como nas situações de conflito de interesses e competição (Sherif *et al.*, 1961, citados por Amâncio, 1994: 157), numa simples divisão dos indivíduos em grupos para o desempenho de uma tarefa (Ferguson & Kelley, 1964, citados por Amâncio, 1994: 157), na antecipação de uma competição (Rabbie & Wilkens, 1971, citados por Amâncio, 1994: 157) ou na antecipação de uma categorização (Tajfel *et al.*, 1971).

Em todos estes casos, os indivíduos “constroem” uma representação ou manifestam comportamentos que traduzem uma estrutura cognitiva “reprodutora” do contexto em que estão inseridos e as representações constituem justificações do próprio comportamento. Tal é demonstrado pela evolução paralela dos estereótipos mútuos e dos comportamentos intergrupais ao longo das interacções baseadas na competição, na cooperação e nos objectivos supra-ordenados dos estudos de Sherif.

O processo de diferenciação categorial é definido como:

[...] um processo que esclarece o modo como, em variadas situações, uma realidade social constituída por grupos se constrói e afecta os comportamentos de indivíduos que, por seu turno, corroboram esta realidade nas suas interacções e é neste sentido que o processo de diferenciação categorial constitui um “processo psicossociológico. (Doise, 1976, 1984)

O processo de diferenciação categorial não é nem universal na sua extensão, nem simétrico na sua expressão. Vejamos, por exemplo, os estudos sobre as categorizações cruzadas, inspirados nas abordagens antropológicas do etnocentrismo, analisadas por LeVine e Campbell (1972). Esses estudos demonstraram que a sobreposição de duas categorias pode anular o efeito diferenciador de uma delas. Tal não se verifica, no entanto, relativamente a

categorias muito significantes e, logo, estruturantes da representação do contexto, como é, por exemplo, o caso da nacionalidade. Assim, os processos de diferenciação perceptiva e avaliativa são mediados pelas pertenças dos indivíduos a categorias sociais reais.

O efeito desta dimensão “sociológica” (Doise, 1976, 1984) na identificação com um grupo de pertença e na discriminação intergrupar foi evidente numa experiência de Doise e Sinclair de 1973, descrita por Doise (1976, 1984). Nessa experiência, os participantes eram alunos de escolas técnicas e alunos de liceu e como medida de diferenciação foram utilizados conteúdos referentes a características estereotipadas, hábitos e costumes culturais dos dois grupos, conteúdos esses previamente obtidos através de entrevistas.

Verificou-se que os alunos do liceu discriminavam em situações de acentuada categorização intergrupar, isto é, quando lhes era dito no início da experiência que deveriam descrever o seu grupo e o outro e quando dois membros de cada grupo se encontravam face a face. Os participantes da escola técnica, por seu lado, apenas não favoreciam o outro grupo na condição em que no início da experiência lhes era dito que não teriam que descrever o outro grupo, sendo a dispersão de respostas maior neste grupo do que no dos estudantes do liceu.

Assim, a partilha de um universo simbólico e de uma realidade social que estabelecem uma estratificação entre os dois ramos de ensino a que os participantes pertencem, orientou o favoritismo e a discriminação em sentidos opostos, consonantes com o estatuto dos grupos.

O contributo de Deschamps

Outras investigações da escola de Genève questionaram a hipótese de Turner, segundo a qual a discriminação intergrupar só existe como meio de atingir uma distintividade positiva, hipótese essa que serviu de base à explicação psicológica da discriminação intergrupar (Tajfel & Turner, 1979).

Assim, os estudos de Deschamps (1977, citado por Amâncio, 1994: 159) sobre as atribuições intra e intergrupais, de Brown e Deschamps (1980/81) e de Deschamps (1983), baseados no paradigma experimental de Turner (1975, citado por Amâncio, 1994: 159), não confirmaram a preponderância do favoritismo pelo próprio sobre o favoritismo pelo grupo. Apontaram, antes, no sentido de uma covariação da diferenciação intergrupar e interindividual (Brown & Deschamps, 1980/81).

Deschamps (1982: 251) considera que a Escola de Bristol tem uma visão “homeostática” dos processos de diferenciação, de acordo com a qual o favoritismo pelo próprio substituiria o favoritismo pelo grupo e vice-versa, permitindo, qualquer dos dois tipos de favoritismo, obter uma distintividade positiva.

Para Deschamps, o comportamento intergrupar seria simultaneamente orientado pelos valores da competição e da solidariedade, os quais corresponderiam a duas modalidades de identificação com o grupo, respectivamente, individuação e fusão. Estes estariam, por sua vez, ligados a duas modalidades de comportamento em relação ao outro grupo, o de diferenciação intergrupar e o de indiferenciação intergrupar, respectivamente.

Desta ideia decorre a hipótese da covariação nos comportamentos intra e intergrupais de diferenciação e de indiferenciação (Brown & Deschamps, 1980/81).

As referidas modalidades de identificação com o grupo: individuação e fusão, foram operacionalizadas por Deschamps e Lorenzi-Cioldi (1981). Nessa experiência, numa das condições era dito aos participantes que iam receber individualmente os pontos das matrizes que lhes fossem atribuídos e numa outra condição, era-lhes dito que iriam receber a média dos pontos atribuídos ao seu grupo. Verificou-se que na primeira condição, na qual a distintividade individual era evocada, também se verificava uma maior diferenciação intra e interindividual, do que na segunda condição, na qual se evocava a fusão do indivíduo ao grupo.

Os estudos de Codol (1975) em França sobre o efeito PIP (*Primus Inter Pares*), apesar de apenas analisarem os comportamentos de diferenciação em situações de comparação interindividual, demonstraram que os participantes resolvem a tensão entre a norma, contextual, do conformismo e a norma, social, da originalidade, afirmando a sua distintividade através da própria semelhança.

Segundo Codol (1982), este seria um princípio orientador da identidade pessoal, precisamente porque os indivíduos estão sujeitos à pressão dos conteúdos avaliativos e normativos inscritos nos contextos ou nas pertenças categoriais. Sendo assim, a categorização não implica necessariamente uma desindividuação dos membros do grupo, por oposição à individuação descategorizada, podendo existir categorias evocativas da individualidade e, portanto, geradoras de diferenciação dentro e fora do grupo. O comportamento do indivíduo no seio do grupo e em relação ao grupo/s relevante/s não é universalmente orientado por uma motivação, mas sim pela referência a valores e normas colectivas que a categorização intergrupual torna significativas ou a normas contextuais que possibilitam a procura da singularidade, quer através da diferença quer através da semelhança (Codol, 1984). Assim, Codol chama a atenção para o facto da diferenciação ser contextual, isto é, dependente das normas do contexto.

Uma das referências colectivas são as ideologias relativas à estratificação dos grupos sociais numa escala de poder. Deschamps (1982) designa essa escala de poder de “universo simbólico comum de valores”, o qual serve de referência ao posicionamento relativo de todos os grupos e, portanto, à sua interdependência comparativa.

Para Deschamps, os grupos dominantes seriam aqueles cuja identidade social os define em termos de “sujeitos” e os grupos dominados os definidos em termos de “objectos”.

Estas definições sociais teriam implicações a nível do auto-conceito de uns e de outros. Assim, enquanto que os primeiros se perspectivariam como seres “singulares”, “livres” e “autónomos”, os segundos como “elementos indiferenciados numa colecção de partículas impessoais” (Deschamps, 1982).

Esta variável estrutural impõe alguns limites à generalização do efeito PIP. Deschamps (1979) considera que as comparações interindividuais feitas no âmbito dos estudos de Codol, ocorrem entre “semelhantes”. Uma vez que a norma da singularidade se aplica mais aos membros dos grupos dominantes do que aos dos dominados, estes terão uma maior probabilidade de se encontrarem em contextos que envolvam um conflito normativo.

Em 1982, o autor considera que a identidade social de um grupo dominante corresponde a uma percepção individualizada e distinta dos seus membros. Esta ideia implica que numa comparação social pela distintividade psicológica, os membros tanto se diferenciam em termos individuais como em termos intergrupais.

A identidade social de um grupo dominado caracterizar-se-ia por uma percepção indistinta e fusional que se traduziria numa tendência para a indiferenciação.

O significado avaliativo e emocional da pertença grupal a que se refere Tajfel (1972) e as crenças na legitimidade/ilegitimidade da sua condição social e nas possibilidades ou limitações da sua mudança (Tajfel, 1978; Tajfel, 1981/83) são factores que podem adquirir maior peso no caso dos grupos dominados do que no caso dos dominantes. É neste quadro que se percebe que os grupos dominados exagerem a inequidade da distância com o grupo dominante, de forma a salientar a ilegitimidade da situação (van Knippenberg & van Oers, 1984, citados por Amâncio, 1988: 310).

Os estudos da escola de Genève contribuíram para situar a diferenciação intergrupar numa realidade social de relações de dominação simbólica entre grupos (Deschamps, 1982) e salientaram os aspectos de construção social da realidade associados a uma categorização intergrupar (Doise, 1976, 1984).

Doise considera que os conteúdos simbólicos são o ponto de encontro entre a sua perspectiva e a de Deschamps. É nesses conteúdos que se baseia a relação de poder entre os grupos e são eles que constituem a “matéria-prima” das

representações sociais das relações intergrupais e das próprias formas de concepção de si (Deschamps, 1987; Doise, 1988).

Qualquer uma das abordagens salienta a importância das normas do contexto sobre o comportamento dos indivíduos.

Neste quadro podem ainda integrar-se os processos de procura de singularidade (Codol, 1984) e de criação de novas dimensões de comparação, afirmativas da diferença e da especificidade do grupo (Lemaine *et al.*, 1978).

As funções sociais dos estereótipos, consideradas quer no modelo de Tajfel (1981), quer no modelo da diferenciação categorial de Doise, têm que ser perspectivadas no quadro do comportamento intergrupais. O conteúdo dos estereótipos constitui o suporte simbólico da própria relação de dominação. Praticamente todos os estudos que operacionalizam a diferenciação social utilizando as matrizes de Tajfel, têm negligenciado o conteúdo das representações intergrupais ou tem-no utilizado como instrumento de medida independente das matrizes, ainda que incluídos num mesmo estudo (Deschamps & Personnaz, 1978, citados por Amâncio, 1988: 311).

Na análise dos modelos de relações intergrupais muitos outros poderiam ser citados. Apenas uma breve referência aos construtivistas sociais como Wetherell (1996: 224) segundo os quais as identidades individuais e grupais emergem do contexto social, desempenhando o discurso e a linguagem um papel central no processo.

3.3. Identidades e representações sociais

Um aspecto da identidade não abordado no ponto anterior é o das estratégias identitárias. Taboada-Leonetti (1990) falou do duplo estatuto teórico do conceito de identidade, por um lado, consciência subjectiva e, portanto, individual, conceito do campo da Psicologia e, por outro lado, relação com o outro, interacção, do campo da Sociologia.

Para este autor, as estratégias identitárias são o resultado de elaboração individual/colectiva dos actores, variando em função das situações e dos contextos e consequência dos objectivos dos mesmos (1990: 49). Entre as finalidades das estratégias estão a diferenciação (1990: 56) e a valorização (1990: 56).

Vala (1994: 29) refere não se saber ainda:

[...] como é socialmente regulada...a selecção dos observadores para quem se representa e com quem se interage.

Maleswka-Peyre (1990: 117) introduziu um conceito relevante para o nosso estudo: o de inconsistência de estatuto de um grupo. De facto, a discussão sobre a identidade nacional desenvolvida nos capítulos posteriores parece indicar que os Portugueses se consideram superiores a uns grupos e inferiores a outros.

Blanz *et al.* (1998) construíram uma tipologia de respostas à identidade social negativa, as quais estariam organizadas em dois eixos bipolares ortogonais, sendo os polos do primeiro eixo as estratégias individuais/colectivas e os do segundo eixo, comportamentos/cognições.

Intrinsecamente relacionado com o conceito de identidade está o conceito de representação a que, em seguida, dedicaremos alguma atenção.

Na década de cinquenta, um longo debate em torno da Psicanálise, mobilizou em Paris intelectuais e universitários. O debate, inicialmente nascido no seio de tertúlias fechadas, veio a alargar-se, tendo repercussões na imprensa e penetrando o tecido social. Num espaço de apenas três anos (de 1953 a 1956),

230 jornais e revistas não especializados publicaram cerca de 1600 artigos sobre a Psicanálise (Vala, 1993: 353).

Em 1961, Moscovici publicou um trabalho sobre a apropriação da teoria psicanalítica por diferentes grupos sociais, baseando-se em estudos por questionário e na análise de conteúdo da imprensa. Nesse estudo, procurou compreender duas ordens de questões. Uma questão de ordem específica: como é consumida, transformada e utilizada pelo cidadão comum uma teoria científica e uma questão de ordem geral: de que modo essa realidade é construída.

No quadro de análise das questões referidas, Moscovici propôs o conceito de representação social⁸² (Vala, 1993: 353). Melhor especificando, a primeira questão refere-se à difusão e apropriação do conhecimento científico, das suas teorias e conceitos pelo indivíduo comum, indivíduo enquanto *cientista amador* (Moscovici, 1976). Um protótipo dessa imagem seria Woody Allen utilizando nos diálogos dos seus filmes uma panóplia de conceitos psicanalíticos.

A segunda questão, refere-se à análise dos processos mediante os quais os indivíduos em interação social constroem teorias sobre os objectos sociais que tornam viável a comunicação e a organização dos comportamentos (Moscovici, 1969). Neste sentido mais amplo as representações alimentam-se de teorias científicas, dos grandes eixos culturais, de ideologias formalizadas, de experiências e de comunicações quotidianas (Vala, 1993: 353-354).

O conceito de representação não é inédito. De facto, toda a Psicologia de raiz não estritamente comportamentalista utiliza, de forma mais ou menos saliente, e muito embora com diferenciações significativas, o conceito.

Numa primeira acepção, podemos entender a representação social enquanto “reflexo interno duma realidade exterior, reprodução conforme no espírito do que se encontra fora do espírito”, acepção que se enquadra num

⁸² Autores como Brewer & Kramer (1985: 227) utilizam o termo representação social, não na acepção de Moscovici, mas para se referirem a um conceito mais difuso, no qual integram os estereótipos sociais. Em 1982, Tajfel tinha já estabelecido o paralelismo entre estereótipos sociais e representações sociais (*Mudança social e psicologia social*, Lisboa: Livros Horizonte).

modelo S-O-R, em que as representações são mediações entre os estímulos e as respostas.

No entanto, as representações sociais não são apenas isso, isto é, não são uma mera reprodução do mundo exterior, mas antes uma verdadeira construção, passíveis de análise no quadro dos modelos O-S-O-R, nos quais as representações surgem como mediações e como factores constituintes dos estímulos, dominando, portanto, todo o processo (Vala, 1993: 355).

Vala (1993: 357) referencia Piaget, quando este escreve: "[...] a representação é a expressão de um sujeito."

A teoria das representações sociais de Moscovici procurou reintroduzir uma abordagem mais social na Psicologia Social, enfatizando conceitos colectivos como os de cultura e de ideologia. A premissa base é a de que o indivíduo é, antes do mais, um ser social cuja existência e identidade estão enraizados numa colectividade. O indivíduo mantém uma relação dialéctica com a sociedade, é produto dela (das suas normas, convenções e valores) e, simultaneamente, um participante activo que a pode transformar (Augoustinos & Walker, 1995: 135).

Billig (1993) salientou a importância do estudo das representações sociais para a compreensão da sociedade pensante ("the thinking society"), continuando ainda hoje a questão da sua avaliação a ser problemática (Breakwell & Canter, 1993).

Leyens *et al.* (1994) referem que, alguns anos depois da emergência, na Europa, da teoria da identidade social, surgiu nos Estados Unidos uma abordagem designada por *social cognition*⁸³ (Leyens *et al.*, 1994: 74).

No final da década de setenta, a vaga da cognição social chegou à Psicologia Social e, apesar de ter tido origem numa área específica de investigação, a da percepção das pessoas e formação de impressões, teve a ambição de abranger todo o domínio da Psicologia Social (Leyens *et al.*, 1994:

74). Em oposição à teoria da identidade social, esta teoria enfatizou o cognitivo e não o motivacional (a primeira atribui igual valor às duas vertentes) e tem um âmbito individual, em vez de social.

Leyens *et al.* (1994: 75) referiram as definições de *social cognition* de Hamilton (1981) e de Fiske & Taylor (1984). Assim, de acordo com Hamilton (1981: 136) a *social cognition* inclui:

A consideration of all factors influencing the acquisition, representation and retrieval of person information, as well as the relationship of these processes to judgments made by the perceiver.

Fiske & Taylor (1984: 1), por seu lado, consideram que é o estudo de:

How people think about people and how they think they think about people.

Hogg & Abrams (1992) referem que Markus e Zajonc (1985) concluem na sua revisão dos estudos da cognição social, que a única coisa que esta linha de investigação conseguiu foi criar uma metodologia sofisticada que possibilitou confirmar os resultados do *New Look* na Psicologia Cognitiva. A cognição social ainda não encontrou respostas para muitas questões no domínio das relações intergrupais.

Messick & Mackie (1989: 72) referem-se a algumas das questões que continuam sem resposta: Existem categorias primárias (raça, género, idade,...) que são sempre automaticamente activadas e se sim, quais são as consequências? Como é que os processos atentivos e intencionais interagem com a activação automática das categorias sociais? Quais as interrelações entre as diversas medidas da discriminação intergrupar e qual o seu significado conceptual?

⁸³ De notar que a expressão “social cognition” foi introduzida em Psicologia Social por Bruner e Tagiuri em 1954 (Leyens *et al.*, 1994: 75).

O facto é que a cognição social, ao não dar atenção ao contexto social é, na nossa perspectiva, uma abordagem que encerra limitações. Mlicki & Ellemers (1996: 112) chamam a atenção para o facto de que as respostas dos sujeitos em contextos “naturais” (no caso do seu estudo, estudantes Holandeses e Polacos) diferirem do comportamento observado em grupos mínimos, devendo a investigação laboratorial ser complementada com investigações com grupos naturais.

O conceito de representação social tem pontos em comum com o de esquema social da cognição social, mas apresenta também diversas diferenças.

Em termos de pontos em comum, quer o esquema quer a representação constituem conhecimento social que facilita o processamento de informação social, são traços mnésicos com uma dada estrutura organizacional interna, recorrem a atalhos (*shortcuts*) cognitivos ou heurísticas no processamento da informação social, envolvem estruturas afectivas com dimensões normativas e avaliativas.

Passemos, então, às diferenças. A teoria das representações procura entender o funcionamento individual psico-sociológico, em ligação com os processos colectivos e sociais. As duas teorias são articuladas em diferentes níveis de explicação, tal como observado por Doise em 1986 (Augoustinos & Walker, 1995: 165).

A teoria dos esquemas não responde a questões como, por exemplo: De que modo as estruturas de conhecimento são partilhadas, por quem e por quantas pessoas? Há diferenças grupais no conteúdo das estruturas? O conteúdo não é perspectivado como passível de influenciar de uma forma significativa a aquisição dos esquemas? O processo de aquisição dos esquemas é universal através dos diferentes conteúdos e de diferentes grupos de pessoas? (Augoustinos & Walker, 1995: 176).

De resto, a teoria desenvolvimentista cognitiva assumiu que a aquisição de conhecimento social se processa por estratégias lógicas, sequenciais e universais que seriam universalmente controladas pelas capacidades cognitivas dos

indivíduos (Augoustinos & Walker, 1995: 176). As diferenças grupais não são interpretadas como reflectindo variações genuínas na distribuição social do conhecimento, mas como diferenças nos estádios de desenvolvimento cognitivo (Augoustinos & Walker, 1995: 176). Pelo contrário, a teoria das representações sociais, apesar de não esclarecer muito acerca do processo envolvido na aquisição e desenvolvimento das representações, coloca o estudo das estruturas cognitivas num contexto social e internacional (Augoustinos & Walker, 1995: 176-177).

As representações resultam de interacção social e constroem a compreensão do mundo social, permitindo a interacção entre grupos que partilham a representação (Augoustinos & Walker, 1995: 177).

A adopção de uma ou de outra teoria determina a forma como diferentes conceitos da Psicologia Social são perspectivados. Vejamos o caso do conceito de estereótipo.

A cognição social encarou os estereótipos como esquemas sociais. De facto, os estereótipos encontram-se na memória, possuem uma organização interna e são aprendidos pelos indivíduos desde os seus primeiros anos. A cognição social conferiu pouca atenção à natureza simbólica, política e ideológica, bem como às funções dos estereótipos (Augoustinos & Walker, 1995: 222).

Na perspectiva de Augoustinos e Walker (1995), os estereótipos são representações sociais, estruturas cognitivas e afectivas relativas a grupos sociais, que são largamente partilhadas e que emergem e proliferam num dado contexto social e político (Augoustinos & Walker, 1995: 222).

[...] les valeurs et les normes de la culture d'appartenance des individus qui y ont participé, ont modelé la représentation qu'ils ont construite des différents éléments intervenant dans la situation expérimentale, cette représentation contribuant, par la suite, à modeler leurs stratégies de réponse. (Vala, 1984: 353)

Dorai & Deschamps (1991) compararam as representações sociais que estudantes Franceses e Suiços tinham da União Europeia (na altura, C.E.E.),

encontrando uma representação mais positiva por parte dos Franceses (para quem a identidade nacional, continuava, no entanto, a ser mais importante do que a identidade comunitária) do que dos Suiços (exteriores à comunidade).

3.4. Estudos sobre identidade nacional e/ou visão dos outros em Portugal

Tanto quanto é do nosso conhecimento não foi até à data realizada qualquer revisão de literatura das investigações que têm vindo a ser conduzidas em Portugal relativamente à temática da identidade nacional e/ou da visão dos outros em Portugal. Tal é compreensível num quadro em que existe, na nossa opinião, pouca articulação de esforços entre as diversas instituições universitárias que se têm dedicado ao estudo destes fenómenos.

O significado que estas temáticas têm vindo a conquistar na sociedade Portuguesa é muito grande e, tal como já foi referido no capítulo 1, o simples facto de ter sido escrita e publicada uma bibliografia relativa ao domínio das migrações e relações multiculturais (Garcia, 2000) é, em nossa opinião, um expressivo indicador da relevância que este domínio está a conquistar na investigação em Portugal.

Nesta secção não temos a pretensão de apresentar uma análise detalhada das diferentes investigações, mas apenas a de referir algumas das que, por uma ou outra razão, se revelaram pertinentes para o nosso estudo.

Desde o século XIX que são abundantes os estudos antropológicos sobre a “maneira de ser” distintiva dos Portugueses (Bastos, 2000: 5). Não é a esse tipo de estudos que esta secção é dedicada, apesar de alguns autores recentes continuarem a abordar esse tipo de questões, como é, por exemplo, o caso de Rodrigues (s.d.: 162) que se interroga sobre o que é, de facto, idiossincrático no ser Português, referindo-se à saudade, ao sebastianismo e ao fado.

O que nos interessa nesta secção, também não são os artigos de imprensa que se referem, por exemplo, aos resultados de sondagens de opinião que têm sido conduzidas e que, de alguma forma, contribuem para a clarificação das questões (por exemplo, Fernandes, 1992, 1995b).

Interessam-nos, antes, os estudos de carácter psicossociológico ou sociológico, que serão apresentados por ordem alfabética do apelido dos seus autores.

O livro de Albuquerque, Ferreira e Viegas⁸⁴ (2000): *O fenómeno associativo em contexto migratório. Duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal*, analisa o fenómeno associativo de imigrantes em Portugal ao longo das últimas duas décadas e constitui mais uma pista para o estudo dos imigrantes em Portugal.

Apesar do nosso trabalho não versar, propriamente, o estudo dos imigrantes no país, mas antes a percepção que os nacionais deles detêm, não deixa de ser um dado de análise a ter em conta. De resto, qualquer uma das três autoras tem outras publicações na área, de entre as quais destacamos algumas. Assim, Albuquerque (1996) é autora do capítulo *Para uma educação intercultural* do livro *Exclusão social. Rotas de intervenção*.

Ferreira (1997) produziu um bloco multimedia intitulado *Cabo Verde*, integrando livro, videograma e diapositivos e a Dissertação de Mestrado da autora de 1998 também reflectira o seu interesse pela população Caboverdiana.⁸⁵

Finalmente, Viegas, dedicou a sua Dissertação de Mestrado ao estudo dos Timorenses em Portugal, de que resultou o livro *Migrações e associativismo de migrantes: estudo do caso timorense* (1998). O estudo inscreve-se na temática do associativismo migrante, incidindo sobre duas associações de natureza social e cultural criadas por migrantes Timorenses residentes em Portugal. Entre as técnicas de pesquisa, estão a recolha e análise documental, a entrevista semi-directiva e a observação participante e não participante.

O livro de Almeida (1990), intitulado *Portugal. Os próximos 20 anos. Valores e representações sociais*, foi relevante no que se refere à análise das atitudes dos jovens perante a política e a religião.

O segundo relatório do Projecto Europeu “Migrants insertion in the informal economy. Deviant behaviour and the impact in the receiving societies”, publicado em 1998 por uma equipa do Centro de Estudos Sociais (C.E.S.) da

⁸⁴ Universidade Aberta.

⁸⁵ Dissertação que irá ser publicada com o título: *A mediação intercultural Luso-Caboverdiana nas construções cognitivas*.

Universidade de Coimbra, coordenada por Baganha⁸⁶ com o título *Immigrants insertion in the informal economy: the portuguese case*, recorre a uma metodologia que inclui análise documental e entrevistas a informadores-chaves e a imigrantes em situação ilegal e a sua leitura possibilita uma melhor compreensão da situação dos imigrantes em Portugal.

Bastos (2000)⁸⁷ publicou uma obra densa intitulada *Portugal Europeu. Estratégias identitárias inter-nacionais dos Portugueses*, que não se situa exclusivamente no domínio da Psicologia Social mas, antes, na “terra de ninguém” que a “guerra das disciplinas” tem deixado abandonada: algures entre a Antropologia, a Sociologia, a Ciência Política, a História, a Psicologia Social, a Linguística e a Psicanálise. Este trabalho, particularmente original, enfatiza a posição elaborativa do sujeito na construção do seu sistema identitário pessoal, partindo do pressuposto de que as pessoas são sujeitos “dramáticos”, construtores de estratégias identitárias inconscientes e não meros “reflexos” das estruturas sociais. A metodologia analisa, entre outros aspectos, as representações sociais que os Portugueses têm de si mesmos, dos Espanhóis e dos “Norte-europeus”, sendo pois o objecto de estudo próximo do nosso, mas a metodologia a que se recorre bem diferente.

No final da obra, o autor escreve o que ele designa de “Uma inconclusão” na qual se lê (Bastos, 2000: 376):

os delírios sociais constituem-se como o cerne da vida social (interpessoal, religiosa, económica, política, etc.) e não é impossível compreender porque é que as crenças religiosas são apenas um caso particular de uma lei com grande generalidade-a lei antropológica pela qual os humanos não podem viver a sua vida social sem desenvolverem processos e estratégias identitárias multidimensionais, produzindo identidades, valores, mitos e ideais [...].

⁸⁶ O primeiro relatório tinha sido publicado em 1996.

⁸⁷ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

A Dissertação de Mestrado de Cabecinhas⁸⁸ (1994) inclui dois estudos experimentais com o objectivo de verificar se o estatuto relativo dos grupos constitui um factor moderador na percepção do grupo de pertença e do grupo dos outros. Os sujeitos-estímulo dos grupos dominados (negros num estudo e mulheres no outro) são mais homogeneizados do que os sujeitos estímulo dos grupos dominantes (brancos num estudo e homens no outro). Esta investigação salienta a insuficiência dos modelos puramente cognitivos na análise de enviesamentos na percepção dos grupos sociais e a importância do nível de análise ideológico e é apresentada no artigo: *Enviesamentos na percepção dos grupos sociais. O papel da posição social e do contexto* (1996), sendo a discussão "teórica" da problemática aprofundada em Cabecinhas & Amâncio (1999).

O trabalho de Cabecinhas constitui uma influência quer a nível da análise teórica desenvolvida, quer na relevância que atribui ao nível ideológico de análise do comportamento intergrupar.

Na extensa obra coordenada por Cabral e Pais⁸⁹ (1998), intitulada *Jovens Portugueses de hoje*, é particularmente relevante o capítulo *Atitudes políticas e simpatias partidárias dos jovens Portugueses*, que nos fornece dados para a análise de determinados resultados do nosso questionário.

O livro descreve e analisa a diversidade das condições de vida que caracterizam os jovens do nosso país, bem como muitas das suas práticas e representações sociais. A informação que serviu de base ao livro resultou de um inquérito representativo realizado junto à juventude, conduzido pelo *Observatório Permanente da Juventude Portuguesa*.

Carmo⁹⁰ tem uma obra vastíssima que abarca temáticas tão diversas como a Sociologia, a Ciência Política e Administrativa, a Política e Acção Social e a Educação. São as suas publicações no domínio da Educação e, mais concretamente, da Educação intercultural e da Educação para a cidadania, que

⁸⁸ Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

⁸⁹ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

⁹⁰ Universidade Aberta/Instituto Superior de Ciências Políticas.

mais nos interessam para este trabalho. É o caso do livro publicado em 1996, de que é coordenador, *Exclusão social. Rotas de intervenção*, do de 1999, *Desenvolvimento comunitário* e, ainda, do de 2000, *Intervenção social com grupos*.

Em qualquer destas obras existe uma enfoque particular na Educação intercultural e na Educação para a cidadania, o que não é indiferente ao facto de Carmo ter grande preocupação com a intervenção comunitária, delimitação dos seus objectivos e estratégias.

Instrumento de trabalho desta investigação foi, ainda, o livro de 1998, *Metodologia da investigação. Guia para auto-aprendizagem*, de que Carmo é co-autor, conjuntamente com Ferreira⁹¹, geógrafa de formação e com trabalho também desenvolvido no âmbito do intercultural.

O livro de Castelo⁹² (1998) constitui uma contribuição do domínio da História para este trabalho, ao equacionar "*o modo Português de estar no mundo*" e as implicações da teoria de Gilberto Freyre e do luso-tropicalismo na construção do imaginário português.

Conde⁹³ analisa os resultados de um inquérito realizado com jovens Portugueses e integrado no projecto "Juventude portuguesa: situações, problemas, aspirações", cujos resultados integrais tinham sido publicados pelo Instituto da Juventude.⁹⁴ Alguns dos resultados em causa são relevantes para a discussão dos nossos resultados, nomeadamente, a elevada identidade nacional encontrada nos jovens Portugueses.

À Dissertação de Mestrado de Cordeiro⁹⁵ (1993) está subjacente a preocupação da autora com a implementação de práticas educativas interculturais,

⁹¹ Universidade Aberta.

⁹² Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Minho.

⁹³ Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

⁹⁴ Conde, I. (1989). *Identidade nacional e social dos jovens*. Lisboa: Publicações do Instituto da Juventude.

⁹⁵ Universidade Aberta.

mais concretamente com o contributo da Comunicação educacional na implementação de práticas educativas multimédia.

Alguns estudos foram úteis para esta investigação devido aos dados estatísticos relevantes que fornecem. É o caso do inquérito coordenado por Costa e Pimenta⁹⁶ (1991). Os autores analisam algumas minorias étnicas pobres em Lisboa, entre as quais os Cabo-verdianos, fornecendo dados estatísticos sobre esta minoria.

O trabalho de final de licenciatura de Delgado (1997) também merece aqui referência por se preocupar com a construção social da diferença entre crianças negras e brancas. Também a expressão das identidades sociais decorrentes de uma pertença grupal é abordada, sendo interessante o delinear do estudo empírico.

Dias, Garcés e Ródenas⁹⁷ (1997) levam a cabo um projecto de investigação transcultural envolvendo Espanha, Portugal, Itália e Grécia, com o objectivo de fomentar atitudes anti-racistas. A variável independente é a informação veiculada aos sujeitos, que se veio a revelar um factor determinante para atenuar e modificar os preconceitos racistas dos jovens.

Este estudo proporcionou evidência empírica sobre o papel da informação na modificação de atitudes racistas e xenófobas.

Gonçalves⁹⁸ (1996) publica os resultados de um questionário que aplicou a Portugueses, com vista a analisar as práticas e as representações sociais desenvolvidas pelos Portugueses relativamente aos emigrantes.

O seu objecto de estudo é, à semelhança do nosso, a percepção do outro, mas no caso do seu estudo, do outro emigrante. De entre as questões que servem de base ao estudo, refiramos as seguintes: Na sociedade Portuguesa como se relacionam os residentes com os emigrantes? Que posturas e imagens partilham a seu respeito? Como variam essas posturas e imagens e porquê?

⁹⁶ Centro de Reflexão Cristã. Departamento de Pesquisa Social.

⁹⁷ Instituto Superior de Ciências da Saúde-Sul e Universidade de Valência.

⁹⁸ Universidade do Minho.

Entre outras conclusões, escreve o autor (Gonçalves, 1996: 255): "Se à volta da figura do emigrante se desenham algumas convergências, também se cavam nítidas clivagens. Tanto ao nível das representações como das práticas."

A Tese de Doutoramento de Horta (2000) procura compreender as relações entre o estado e os processos de integração dos imigrantes na sociedade Portuguesa pós-colonial, mais especificamente, compreender o papel das políticas e dos discursos estatais nos padrões de participação política dos imigrantes. O estudo tem por base a população do bairro do Alto da Cova da Moura na Amadora.

O texto de Leitão⁹⁹ (1991) analisa a situação dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa em 1990-1991 e o relatório de 1998 do *Ano Europeu contra o racismo*, do mesmo autor, entretanto nomeado *Alto Comissário para as Migrações e Minorias Étnicas*, é interessante por revelar um discurso institucional.

Os artigos de Lopes¹⁰⁰ (1992, s.d.) contribuem para a caracterização da situação dos imigrantes no país, tecendo uma análise de imprensa algo detalhada.

Lourenço analisa de forma muito própria, a identidade nacional portuguesa e desperta, desde o início, o interesse pela problematização da identidade nacional. De salientar as obras de 1990, 1997 e de 1999. Lê-se na contra-capla da obra de 1999:

A história chega tarde para dar sentido à vida de um povo. Só o pode recapitular. Antes da plena consciência de um destino particular-aquela que a memória, como crónica ou história propriamente dita, revisita-, um povo é já um futuro e vive do futuro que imagina para existir. A imagem de si mesmo precede-o como as tábuas da lei aos Hebreus no deserto. São projectos, sonhos, injunções, lembrança de si mesmo naquela época fundadora que, uma vez surgida, é já destino e condiciona todo o seu destino. Em suma, mitos.

⁹⁹ Alto Comissário para as Migrações e Minorias Étnicas.

¹⁰⁰ Faculdade de Economia do Porto.

Machado¹⁰¹ (1992, 1993), partindo da problemática da etnicidade, esboça uma análise geral da situação das comunidades imigrantes em Portugal e das tendências que poderão marcar o futuro, sendo esta análise central na contextualização do nosso objecto de estudo.

A Dissertação de Mestrado de Magalhães (1994)¹⁰² intitulada *Goeses em Lisboa*, reflecte o interesse de uma historiadora pelo estudo da minoria étnica em causa, sublinhando as consequências de uma relação secular e intercultural no processo de construção da identidade dos migrantes goeses na capital portuguesa.

A autora veio a produzir conjuntamente com Ramos um bloco multimedia intitulado *Goa-Passagem de testemunho*.

A Tese de Doutoramento de Marques¹⁰³ (1986), apesar de se situar numa linha de análise teórica cognitivista com a qual a nossa reflexão pouco tem em comum, inclui um capítulo sobre percepção grupal, teóricamente relevante para o nosso estudo.

Marques e Oliveira¹⁰⁴ (1988) na linha de estudo da ecologia social da identidade nacional, constroem um instrumento baseado no método introspectivo de Zavalloni (1972) e concluem não ser possível entender os conteúdos avaliativos dos auto-estereótipos sem fazer referência aos exogrupos. Os grupos que mais investem na identidade regional e “desinvestem” na identidade nacional parecem menos envezados em relação aos exogrupos internacionalmente relevantes.

Relativos à mesma temática são os trabalhos de Palma-Oliveira *et al.* (s.d.) e apresentados na comunicação de 1992, inscritos num projecto conjunto de Portugal e França com o objectivo de determinar as imagens recíprocas entre os dois países a nível dos conhecimentos e dos estereótipos. Estes trabalhos são

¹⁰¹ Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

¹⁰² Universidade Aberta.

¹⁰³ Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação de Lisboa.

¹⁰⁴ Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Lisboa.

também importante para a investigação por serem, de alguma forma, pioneiros no estudo das representações dos outros pelos Portugueses.

A obra de Mattoso (1998), intitulada *A identidade nacional*, é uma referência de base para a compreensão da construção da identidade nacional ao longo da história portuguesa.

Monteiro,¹⁰⁵ Lima¹⁰⁶ e Vala¹⁰⁷ (1991) publicam os resultados de um estudo sobre identidade social tendo por base um questionário aplicado a estudantes de dois cursos rivais do ISCTE.

Os resultados demonstram que o estereótipo do grupo de pertença é mais positivo do que o do outro grupo, o estereótipo do grupo de pertença contém as características a que se atribui maior valor, possibilitando este padrão de discriminação uma identidade social elevada.

Os autores referem que é necessária uma progressiva maior clarificação do conceito de identidade social e a sua articulação com os demais constructos centrais da teoria da identidade social (1991: 118).

O estudo desenvolvido por Neto¹⁰⁸ (1996) na sua Dissertação de Mestrado, tem por objecto o estudo de uma identidade social regional, no caso, algarvia ou, mais concretamente, conhecer e aprofundar as dimensões e os conteúdos identitários, reais ou simbólicos dos algarvios, apreender as dimensões de comparação que os algarvios estabelecem com outros grupos e identificar as estratégias identitárias do grupo.

O objecto de estudo é similar ao nosso, só que relativo a uma identidade regional e não nacional. A perspectiva teórica de análise é também, como no nosso caso, a psicossociológica e os dados obtidos apontam para a relevância da categoria nacional sobre a identidade regional ao nível da dimensão cognitiva de pertença.

¹⁰⁵ Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa.

¹⁰⁶ Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa.

¹⁰⁷ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

¹⁰⁸ Universidade do Algarve.

Ao nível afectivo/emocional de pertença, os participantes manifestaram outra estratégia e as duas categorias identitárias “ser português” e “ser algarvio” foram colocadas ao mesmo nível.

O mito da identidade nacional é questionado pelos resultados, ficando claro que os indivíduos manipulam a identidade e que recorrem à saliência da identidade regional quando assumem um discurso reivindicativo em relação ao centro. Na conclusão, lê-se (Neto, 1996: 205):

Este estudo confirma, assim, a relevância da teoria da identidade social, e das estratégias identitárias que o modelo prediz, quando os grupos sociais procuram distintividade social ou quando se sentem identitariamente ameaçados, permitindo-nos compreender estratégias colectivas, por eles assumidas, face às ameaças identitárias. Tal como outros estudos que abordam identidades regionais ou nacionais [...] esta nossa investigação veio mostrar a importância dessas pertenças locais para a construção do significado individual e colectivo da identidade.

Pais¹⁰⁹ (1998) é o coordenador científico de um livro com o título *Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea*, o qual relata os resultados de um extenso inquérito às gerações e aos valores presentes na sociedade Portuguesa contemporânea.

Os objectivos dirigiram-se à descoberta dos valores em torno dos quais mais se identificarão as diferentes gerações, tendo a amostra incluído 2012 indivíduos de Portugal continental. Dados importantes para o nosso estudo são os referentes às atitudes face às minorias étnicas e à vida religiosa dos inquiridos.

A Tese de Doutoramento de Ribeiro, que veio a ser publicada em 2000, aborda os processos de produção e de reprodução de um ritual Cabo-verdiano, o *Colá S. Jon*, no bairro do Alto da Cova da Moura na Amadora.

A Tese de Doutoramento de Rosado¹¹⁰ (1999): *Afecto e identidade nacional. A contribuição teórica das representações sociais para o estudo de uma*

¹⁰⁹ Instituto de Ciências Sociais e Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

¹¹⁰ Universidade do Algarve.

imagem persistente em Portugal, tem por objecto de estudo o afecto e a identidade nacional, sendo as representações sociais o principal conceito teórico de base da discussão.

Parte-se do pressuposto de que a identidade nacional é uma construção psicossocial que pode ser estudada enquanto representação social. A imagem do Português estudada no discurso erudito, através da análise de textos de um conjunto de autores Portugueses do século XX e de um excerto de uma obra de Eça de Queirós,¹¹¹ levou a autora a concluir que na representação da identidade nacional figuram conteúdos afectivos (afabilidade, bondade,...). O estudo empírico confirma a predominância dos conteúdos afectivos e revela uma elevada identidade nacional dos participantes.

Para além de um objecto de estudo próximo e da actualidade do estudo de Rosado, de salientar a originalidade da metodologias utilizada, que cruza a análise documental com uma abordagem quantitativa com base em questionário.

O artigo de Saint-Maurice¹¹² (1989) de autoria partilhada com Rui Pena Pires, apresenta dados estatísticos fundamentais sobre a população Cabo-verdiana residente em Portugal.¹¹³

No artigo de 1993, Saint-Maurice analisa, com base num estudo empírico, as representações que os nacionais detém dos Cabo-verdianos, estudo que é central para a investigação.

A Tese de Doutoramento da autora de 1994, intitulada *Reconstrução das identidades no processo de emigração. A população caboverdiana em Portugal*, veio a dar origem ao livro *Identidades reconstruídas. Cabo-verdianos em Portugal* (1997). O estudo identifica a heterogeneidade social da população imigrada e interpreta a sua inserção na sociedade portuguesa em diferentes domínios. Pergunta-se que traços resistem e que outros se recriam num espaço social novo, regulado por relações de poder que discriminam e estigmatizam

¹¹¹ *A Ilustre Casa de Ramires*.

¹¹² Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa. Um dos trabalhos da autora que surge na nossa bibliografia é indexado pelo apelido de casada da autora: Matos.

eticamente. Centra-se a atenção nos processos de reconstrução das identidades dos imigrantes a partir do par etnia/classe social.

É esta última parte do trabalho sobre as identidades que mais nos interessa, apesar de todas as investigações da autora, por incidirem na população Cabo-verdiana em Portugal, serem relevantes para a nossa investigação.

As obras de Santos ¹¹⁴ de 1993 e de 1994, com destaque para a última, são obras sociológicas de base de problematização do social e contribuem para uma mais profunda compreensão do mito da identidade nacional.

Os trabalhos de Vala¹¹⁵ têm versado áreas bem diversas, como as representações sociais, as identidades sociais, a agressão, os comportamentos organizacionais e políticos e os conflitos intergrupais e, apenas faremos referência no nosso estudo, às suas publicações na área com ele relacionada que é a do racismo.

Em 1995, Vala iniciou um trabalho de investigação empírica sobre os racismos na sociedade portuguesa, do qual viriam a resultar dois livros publicados em 1999 e que lançaram novas luzes sobre a problemática do racismo na sociedade portuguesa. O problema base da investigação é, segundo as palavras do autor (Vala, 1999: 3):

saber se as expressões dos racismos, abertas ou veladas, em Portugal, correspondem a configurações de crenças, atitudes e predisposições comportamentais discriminatórias semelhantes àquelas que têm sido identificadas noutros países europeus; e se os factores que subjazem a essas configurações de crenças e predisposições apresentam ou não semelhanças com aqueles que foram identificados nesses países.

Os resultados do estudo permitem validar a escala de racismo flagrante e de racismo subtil, construída por Pettigrew e Meertens em 1995. A escala revela ter capacidade de discriminar sujeitos com diferentes sistemas de valores e assim,

¹¹³ O texto de Pires de 1992 apresenta outros dados quantitativos complementares.

¹¹⁴ Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

¹¹⁵ Instituto de Ciência Sociais da Universidade de Lisboa.

enquanto que os sujeitos de direita expressam os dois tipos de racismo, os de esquerda revelam resultados baixos a nível do racismo flagrante, mas níveis relativamente elevados de racismo subtil.

Vala (1999: 7) demonstra que é possível:

[...] descortinar fortes continuidades do fenómeno do racismo entre contextos sociais muito diversificados. Estas continuidades não decorrem, porém, da unidimensionalidade deste fenómeno, nem da unidimensionalidade dos factores que lhe subjazem. O racismo oferece-se tão diversificado nas suas manifestações e na sua génese que preferimos falar em racismos, para não reduzir este fenómeno a esta ou aquela das suas manifestações mais visíveis ou identificáveis.

Em Vala *et al.* (1999: 12), o autor considera que apesar dos estudos existentes, “...não conhecemos nenhuma análise extensiva sobre as percepções e atitudes dos Portugueses relativamente a estrangeiros ou a Portugueses “negros””. É precisamente por estar consciente dessa lacuna na Psicologia Social que o estudo tem por objectivo analisar as crenças, atitudes e orientações comportamentais dos Portugueses relativamente aos negros.

O conjunto de resultados demonstra que as crenças racistas se organizam em Portugal de forma semelhante a outros países europeus e que os factores que estão na sua génese não são significativamente diferentes daqueles que estão subjacentes ao racismo subtil ou flagrante noutros países. A norma anti-racista prevalece sobre o racismo flagrante mas não sobre o racismo subtil.

Resumo

Neste capítulo é abordado o despertar e o desenvolvimento do interesse pela questão da discriminação em Psicologia Social.

São apresentados os contributos de autores diversos trabalhando em diferentes países: Tajfel em Inglaterra, Doise e Deschamps na Suíça ou Codol e Moscovici em França, contributos essenciais para arquitectar as bases teóricas deste estudo.

Por último, é tecida uma breve revisão de investigações que têm sido conduzidas em Portugal sobre estas temáticas e que, de alguma forma, se revelaram relevantes para a nossa investigação.

Parte III - A investigação empírica

Capítulo 4-Uma análise psicossociológica da construção da identidade nacional

Introdução

A presente investigação empírica insere-se no domínio do estudo das relações intergrupais em Psicologia Social, procurando explicar a pertinência dessa perspectiva para o estudo da identidade nacional em Portugal.

Diversas preocupações de ordem metodológica estiveram presentes no delinear da investigação e começaremos por enunciar algumas das que nos parecem mais pertinentes. Assim, antes de mais, esteve presente a preocupação com a inclusão de grupos nacionais comparativamente relevantes em relação aos Portugueses, como é o caso dos Espanhóis, dos Americanos e dos Cabo-verdianos. As razões de escolha destes grupos são, mais adiante, explicitadas com maior pormenor, mas convém, desde já, explicar que os três países em causa operacionalizam uma relação de assimetria e que a sua inclusão torna possível configurar um estudo em que Portugal assume, simultaneamente, a posição de dominante (em relação a Cabo Verde)¹¹⁶ e de dominado (em relação aos Estados Unidos), sendo mais ambígua a sua posição em relação a Espanha.¹¹⁷

De salientar que, segundo o Relatório das Nações Unidas de 1999, os Estados Unidos ocupam a terceira posição no *ranking* mundial em termos de índice de desenvolvimento humano,¹¹⁸ Espanha a vigésima primeira e Portugal a vigésima oitava, fazendo os três parte do grupo de países de desenvolvimento

¹¹⁶ A posição de dominante ou dominado, adoptando a terminologia de Tajfel, depende do contexto do estudo. Lopes (s.d.), por exemplo, analisa o olhar dos Franceses sobre os Portugueses imigrantes, representando os últimos o grupo dominado. Castanheira (1991a: 9) refere-se aos problemas dos imigrantes Portugueses na Alemanha.

¹¹⁷ No estudo coordenado por Cabral e Pais e publicado em 1998 era aplicado um inquérito a jovens Portugueses. Uma das questões do inquérito era a seguinte: “Qual o país estrangeiro que mais admira?”. Nas respostas, os Estados Unidos surgiam como o segundo país alvo de maior admiração (logo a seguir ao Brasil) com 11% das preferências. Só 3% dos sujeitos responderam “Espanha” à questão. Cabo Verde, por seu lado, não constava das respostas (Fernandes, 1998: 339).

¹¹⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano (I.D.H.) baseia-se em três variáveis: esperança de vida, nível educacional e rendimento.

humano elevado. Dos países considerados neste estudo, apenas Cabo Verde se integra no grupo de países de desenvolvimento humano médio, ocupando a centésima sexta posição.

Mais grupos do que os escolhidos ou outros que não os escolhidos, poderiam ter constituído alvo de análise. No entanto, a decisão de escolha de três, prendeu-se com o objectivo de obter um número realista de aplicações e de poder vir a tecer uma análise relativamente aprofundada da perspectivação que os participantes ¹¹⁹ têm de cada um deles.

Esteve também subjacente a este estudo, a preocupação em proceder a uma mudança no contexto de resposta dos participantes, a fim de demonstrar que os fenómenos em estudo não correspondem a entidades fixas, inscritas na mente das pessoas, mas que antes se inscrevem em dinâmicas sociais.

Escolhemos uma população jovem, por considerarmos que a generalização da escolarização em Portugal, veio também generalizar o grau de acesso a informação estruturada, seja pela escola, seja pelos *media*, sobre a integração de Portugal numa comunidade mais vasta de nações e relações. Não se pretende, no entanto, avaliar ou mesmo analisar, o papel específico da escola ou dos *media*. Apenas se considera que o estudo desta população nos poderá dar um valor prospectivo acrescido, dado que, tratando-se de um sector jovem, estar-lhe-á em média reservada uma maior duração de vida e, portanto, uma capacidade mais duradoura de vir a protagonizar o curso das mudanças.

Trabalhar com este tipo de população permite surpreender, tão cedo quanto possível, eventuais transformações, inovações, mudanças de que as gerações jovens podem ser as portadoras iniciais. Por outro lado, ao analisar uma população do secundário e do superior pretendemos captar um processo de crescimento que poderá traduzir a transição que se está a viver na sociedade Portuguesa.

¹¹⁹ Na última edição do manual da *American Psychological Association* (1998: 54) é explicitamente referido que a denominação "participantes" é preferível a "sujeitos".

Finalmente, a escolha do curso de Engenharia prende-se com a procura de uma população, cuja sensibilidade ao nosso objecto de estudo, não seja estimulada pela própria formação universitária de que é alvo.

Nesta parte III são apresentados os objectivos do estudo, formuladas as hipóteses subjacentes, descrita a população envolvida, as variáveis independentes e dependentes e o desenho experimental e é apresentado o instrumento utilizado e o procedimento seguido na sua aplicação. São, ainda, apresentados os resultados das diversas análises estatísticas conduzidas, sumarizados os resultados descritos e, finalmente, discutidos.

4.1. Objectivos

Pretende-se, com o presente estudo, analisar alguns aspectos relativos às dinâmicas intergrupais dos Portugueses, enquanto grupo nacional, em relação a outros grupos que deles se distinguem não só em termos de nacionalidade, mas também a nível de dimensões simbólicas, históricas e económicas.

A análise centrou-se sobre um conjunto de indicadores através dos quais se procuraram operacionalizar aspectos teoricamente relevantes para a análise das dinâmicas intergrupais. De entre esses diversos aspectos, incluem-se a identidade nacional, o contacto com membros do exogrupo, a comparação intergrupar, os estereótipos, os preconceitos e as atitudes face aos estrangeiros em geral e aos três grupos em particular, o grau de informação sobre os grupos e a predisposição para a mudança na relação com eles.

O estudo assenta em diversos pressupostos que convém, antes do mais, clarificar. Assim, foi considerado que os participantes terão uma representação diferenciada de si mesmos enquanto Portugueses (membros da categoria identitária Portugal) e dos outros enquanto estrangeiros (membros das categorias identitárias Espanha, Estados Unidos ou Cabo Verde, consoante os casos).¹²⁰

Pensamos que essas representações que os participantes detêm de si mesmos e dos outros podem ser captadas mediante a análise do seu discurso e que, ainda que parcialmente, podemos ter acesso a elas mediante as respostas ao questionário, o qual constitui o instrumento de recolha de dados adoptado.

Apesar da confidencialidade das respostas aos questionários ter sido assegurada, considera-se que os participantes procurarão transmitir uma imagem positiva de si mesmos, não demonstrando intolerância de uma forma clara, de acordo com um processo de desejabilidade social que é comum ter lugar em estudos deste tipo. No entanto, pensamos que essa intolerância poderá ser identificada em pontos muito particulares do questionário.

¹²⁰ Ferreira (1988) faz referência à forma como Portugal era, na altura, perspectivado do ponto de vista político, por diversos países, nomeadamente pelos Estados Unidos (33-35), por Espanha (40-41) e por África (42-44).

Considera-se, ainda, que de forma a analisar as representações dos participantes, há que avaliar diferentes dimensões representacionais, nomeadamente os estereótipos, os preconceitos e as atitudes face aos estrangeiros em geral e aos três exogrupos em particular, o grau de informação sobre os exogrupos e a predisposição para a mudança na relação com eles.

Pressupomos que as variáveis sexo e grau de ensino influenciam algumas dessas dimensões de representação e, assim sendo, elas constituem as duas principais variáveis independentes do estudo.

Assim, por exemplo, considera-se que as raparigas manifestam maior tolerância em relação aos imigrantes do que os rapazes, de acordo com a tendência para as raparigas se comportarem segundo um padrão de desejabilidade social e a uma sua dependência de contextos encontrada em investigações anteriormente conduzidas. Assim, Amâncio escreve (1994: 177):

[...] as mulheres manifestam uma sensibilidade aos contextos que acentua a aparente determinação externa do seu comportamento.

Partindo da concepção de que a representação é situacional, isto é, dependente do contexto experimental imediato, considera-se que as representações dos participantes sobre si mesmos e sobre os outros poderão depender dos exogrupos com que os participantes são confrontados (Espanhóis, Americanos ou Cabo-verdianos) ou da inexistência de um exogrupo, o que justifica a inclusão de uma terceira variável independente, isto é, o exogrupo de comparação.

Considera-se, ainda, que as representações também decorrem do facto dos participantes serem solicitados a pronunciarem-se sobre os exogrupos antes ou depois de terem respondido a questões sobre o seu grupo nacional, o que justifica a inclusão de uma quarta e última variável independente, a ordem de apresentação dos blocos de questões.

Finalmente, pensamos que subjacentes às representações, existem estratégias identitárias, ou antes, que as representações traduzem estratégias identitárias, as quais visam, em última instância, a preservação de uma imagem favorável de si mesmos e a preservação de uma auto-estima positiva.

Uma das primeiras preocupações no delinear da investigação foi, decerto, a escolha dos exogrupos. A escolha dos Espanhóis, dos Americanos e dos Cabo-verdianos como grupos em relação aos quais se analisa o olhar dos Portugueses, prende-se com o facto de considerarmos que qualquer um destes três grupos apresenta uma relação muito particular com a sociedade Portuguesa pelas razões que desenvolveremos mais adiante.¹²¹

Para além da relevância da relação entre Portugal e cada um dos três países, um outro critério esteve subjacente à sua escolha: o número de cidadãos desses países que residem em Portugal.

Como pode ser observado no gráfico 1 (ver capítulo 1), qualquer um dos três países considerados se encontra entre os dez países do mundo com maior número de população residente em Portugal. Vejamos, então, em maior detalhe, cada um dos grupos considerados.

| Espanhóis

O estrangeiro pode amar-nos ou odiar-nos: não pode ser-nos indiferente. A Espanha provocou entusiasmos ou rancores: jamais foi encarada com desprezo ou ironia.
(Oliveira Martins, citado por Lourenço, 1990: 79)

Esta citação de Oliveira Martins a que Eduardo Lourenço recorre, expressa perfeitamente o carácter de ambivalência que parece presidir à relação entre

¹²¹ Atendendo a que o que está em causa é o olhar de sujeitos Portugueses sobre os exogrupos, preocupar-nos-emos em fundamentar a inclusão dos grupos em causa no estudo e não, propriamente, em proceder à sua caracterização.

Portugal e o seu país vizinho e é precisamente essa ambivalência que justifica a inclusão do grupo no nosso estudo.¹²²

A História de Portugal é povoada de episódios de guerras travadas entre os dois países. Relatado com particular revolta em relação a Espanha é o longo período da perda da independência (Ver, por exemplo, Amado, s.d.: 31-35).¹²³

Muito tempo depois do final das guerras, Portugal e Espanha viveram sempre de costas voltadas um para o outro (Molina, 1998: 12), sendo particularmente elucidativo desse “voltar de costas” o provérbio popular: "De Espanha nem bom vento nem bom casamento".¹²⁴

Molina (1998: 12) refere que o poeta luso Ruy Bello expressou a “distância” entre os dois países vizinhos, ao afirmar que Madrid era uma das cidades do mundo mais distante de Lisboa.

Não é decerto com indiferença, mas provavelmente com uma certa “inveja”, que Portugal tem assistido, nos últimos anos deste século, à espectacular emergência de Espanha como nação de referência em todos os planos e, em particular, no plano da cultura. Apesar dos conflitos, o entendimento entre os dois países tem sido bem conseguido no seio de uma pequena elite intelectual de escritores e artistas e existem mesmo os que, alheios às mensagens dos manuais escolares, advogam uma união ibérica com o "nuestro país hermano".

O romance de Saramago, *Jangada de Pedra*¹²⁵ constitui disso elucidativo exemplo, ao dar-nos a imagem de uma península unida à deriva no Oceano Atlântico. Luís de Sousa Rebelo, na crítica intitulada “A *Jangada de Pedra* ou os possíveis da história” que surge no final do romance, escreve:

¹²² A referida ambivalência foi encontrada num estudo sobre os estereótipos que os Portugueses desenvolvem de diversos grupos, entre os quais se encontravam os Espanhóis. Para mais pormenores, ver Miranda, J. (1994). *Os estereótipos que os “Portugueses” desenvolvem de diferentes grupos étnicos residentes em Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta (Dissertação de Mestrado).

¹²³ Amado, J.C. (sd). *História de Portugal*. Lisboa: Verbo Juvenil, vol. II.

¹²⁴ Um artigo que analisa, precisamente, o provérbio é o de Pais, J.M. (1985). "De Espanha nem bom vento nem bom casamento": sobre o enigma sociológico de um provérbio português. *Análise Social*. XXI (86): 229-243.

¹²⁵ Saramago, J. (1998). *A jangada de pedra*. Lisboa: Editorial Caminho.

O despegamento da Península do continente é o grande espessor de sensibilidades colectivas, de soluções historicamente adiadas, de anseios e frustrações mal veladas-península feita ínsula na identidade redescoberta do seu perfil de valores, na autonomia dos seus próprios interesses e na liberdade das suas franquias e independências.

(1998: 343-344)

Lourenço (1990: 82) considera que os destinos dos dois países foram sempre ou paralelos ou cruzados, nunca opostos enquanto culturas, pois como o intuiu com nitidez Oliveira Martins (Lourenço, 1990: 82):

[...]fazemos parte de uma única estrutura, criada séculos antes que os povos que constituem a Península se definissem como nação.

A centralidade que Espanha ocupa no universo imaginário Português é particularmente visível no mundo da literatura, no qual, numa espécie de jogo de espelhos, e ao pretender descrever os Portugueses, ora se salientam os contrastes ora as complicitades:”somos Espanhóis diferentes” (Santos, 1994: 55).

Assim, por exemplo, para Jorge Dias, a religiosidade Portuguesa não tem o carácter abstracto, místico e trágico próprio da Espanhola, “tem...um cunho humano, acolhedor e tranquilo”. Para Unamuno (citado por Santos, 1994: 55), entrevistado por António Ferro, “o português é um castelhano sem ossos”.

A integração dos dois países na União Europeia e a consequente pertença a uma comunidade supra-ordenada prosseguindo objectivos supra-ordenados terá contribuído para a aproximação e para uma maior cooperação.¹²⁶

¹²⁶ Nicolás (1999) apresenta os resultados de inquéritos aplicados entre os anos de 1991 e 1998 com o objectivo de analisar as atitudes dos Espanhóis em relação a diferentes grupos de imigrantes. Os resultados indiciam um nível muito baixo de racismo e de xenofobia na sociedade Espanhola (1999: 182), mais baixo que o encontrado noutros países europeus. São avançadas explicações como o baixo número de imigrantes no país (inferior a 2% da população total) e o discurso de tolerância desenvolvido pelo estado (1999: 185). No entanto, o estudo de Echebarría & Gonzales (1996) com sujeitos Espanhóis concluiu que a tolerância depende dos imigrantes em causa, sendo a mesma maior em relação a parceiros comunitários do que a cidadãos do “terceiro mundo”. Em relação a estes últimos, os sujeitos antecipam conflitos e predispoem-se, inclusivamente, a apoiar acções contra eles.

Os trabalhos de Sherif de 1966 a que Lemaine e Personnaz (1978: 288) se referiram, demonstraram, precisamente, que quando dois grupos que competem entre si, passam a ter que cooperar de forma a poder atingir objectivos comuns, se assiste à redução da hostilidade, a uma percepção mútua mais favorável e ao estabelecimento de relações de camaradagem entre os membros dos dois grupos.

No entanto, Tajfel (1982e: 28) colocou algumas limitações às conclusões de Sherif, argumentando que, a partir do momento em que os dois grupos estão a cooperar tendo em vista a concretização de um dado objectivo, deixa de fazer sentido estabelecer uma distinção entre os dois grupos. Não existindo razões para considerar que os dois grupos não se sintam um só grupo, a sua cooperação não é representativa de outras situações em que os grupos, apesar de pontualmente unidos em função de um dado objectivo, continuam a constituir entidades independentes, como é o caso na relação entre Portugal e Espanha.

A diminuição da discriminação do outro grupo só se verificaria numa situação de cooperação, se os papéis atribuídos aos dois grupos nessa mesma situação não fossem comparáveis.

A este respeito, Brewer e Kramer (1985: 226) referiram-se aos estudos de Deschamps e Brown de 1983, de acordo com os quais se verificou que, se os papéis atribuídos aos dois grupos na situação de cooperação forem similares, pode, inclusivamente, verificar-se um aumento da discriminação intergrupar após a cooperação.

No caso concreto que estamos a considerar, o da relação entre Portugal e Espanha, os factores de união decorrentes da pertença a uma mesma comunidade supra nacional não impedem que subsistam conflitos entre os dois países, de que são exemplo as questões relativas à gestão dos recursos comuns como é o caso dos rios ou as tradicionais rivalidades no campo do desporto, mais concretamente, do hóquei em patins. De notar que o modelo dos conflitos reais de Sherif confere particular atenção às situações de competição por um recurso comum.

Em termos de mercado económico, a Espanha tem literalmente invadido Portugal, existindo cerca de 3000 empresas Espanholas em Portugal,¹²⁷ contra 250 Portuguesas em Espanha (Correia & Araújo, 2001: 42).

Em termos de balança comercial com Espanha, fazemos importações de Espanha no valor de 2.2 mil milhões de contos contra mil milhões de contos de exportações (Correia & Araújo, 2001: 42).

Cada Português gasta, em média, 20 contos por mês em bens ou serviços do país vizinho (Correia & Araújo, 2001: 43).

Em termos de opiniões dos Portugueses em relação a Espanha, a sondagem SIC/Visão conduzida em Janeiro de 2001 (Correia & Araújo, 2001: 42) revela alguns dados curiosos. Assim, por exemplo, 55% dos inquiridos considera que o nível de relação entre Portugal e Espanha deveria ser maior, 10% considera que Espanha está a dominar Portugal na área da cultura e para 59% dos inquiridos a situação actual das relações entre Portugal e Espanha é positiva para os Portugueses (sendo negativa para 30% e 11% não tendo opinião).

Segundo informação do *Consulado General de España* (2000),¹²⁸ os Espanhóis residentes em Portugal trabalham fundamentalmente na direcção de empresas, no sector bancário e na área da saúde: médicos e enfermeiros. A informação do S.E.F. sobre esta matéria (relativa ao ano de 1998)¹²⁹ indica que os trabalhadores se situam fundamentalmente em seguintes categorias: “Pessoal de profissões científicas, técnicas artísticas e de profissões similares”, “Pessoal do comércio e vendedores” e “Trabalhadores da produção das indústrias extractiva e transformadora e condutores de máquinas físicas e de transporte”.

¹²⁷ A título meramente exemplificativo no artigo referido aparecem citadas as seguintes marcas: *Roca* (material sanitário), *El País*, *Hola* (imprensa), *Zara*, *Mango*, *Cortefiel*, *Massimo Dutti* (Pronto-a-vestir), *Panrico*, *Cuéstara*, *Danone*, *Pescanova* (produtos alimentares), *Moulinex*, *Braun*, *Siemens* (Electrodomésticos), *Ford Fiesta* (automóveis), *Repsol* (combustíveis), *Santander* (Banca), *Hewlett-Packard* (impressoras), *Génesis* (Seguros) e grandes superfícies como a *Worten* ou a *Tribo*. Referida é também a compra de formatos de programas de televisão Espanhóis (*Médico de Família*, *Jornalistas*, *Bairro da Fonte*, *Residencial Tejo*, *Querido Professor*, *Canções da nossa vida* ou *Pequenos e Terríveis*).

¹²⁸ Correspondência particular.

¹²⁹ Correspondência particular.

| Americanos

America is a construction of mind, not of race or inherited class or ancestral territory.
(Hughes, 1992: 44)

É significativo que os Estados Unidos, na sua expressão mitológica, vivam por antecipação ficcional e, com predilecção, num Futuro de canários esplendorosos ou terríficos que são hoje o alimento não só do imaginário infantil do mundo inteiro, mas do imaginário humano infantilizado. (Lourenço, 1997: 16)

Volvido que está o século XX, podemos afirmar que se tratou de um século fértil em mitos. Um desses mitos mantém todo o seu esplendor e chama-se Estados Unidos da América.

No final do século XIX, os Estados Unidos eram para a Europa um verdadeiro “El Dorado”, uma espécie de “terra prometida”, terra das mil oportunidades. Muitos eram os que atravessavam o Atlântico em busca de uma nova vida, fixando-se preferencialmente na Califórnia e na Costa Leste.

De facto, entre 1890 e 1914, aproximadamente um milhão de imigrantes chegaram aos Estados Unidos (Enciclopédia Visum, s.d.: 268). A imigração de Portugueses e, particularmente, de açoreanos para os Estados Unidos foi estimulada pelo estabelecimento, em 1971, da Base das Lajes na ilha Terceira.¹³⁰

O poderio da indústria Americana, totalmente mecanizada e racionalizada, baseia-se num enorme mercado de consumo, na riqueza dos recursos naturais do solo e do subsolo e na capacidade de produção de energia. Mas foi com o enfraquecimento dos seus concorrentes Europeus após as duas grandes guerras, que os Estados Unidos, não directamente atingidos nem a nível dos seus recursos

¹³⁰ As Lajes já tinham desempenhado um papel decisivo na causa dos Aliados tanto na I como na II Guerra Mundial. Actualmente, encontra-se instalada nas Lajes (ilha Terceira) uma base naval e aérea, segundo acordo concluído entre Portugal e os Estados Unidos em 1971.

nem a nível da segurança nacional, tiveram oportunidade de conquistar o lugar cimeiro que hoje ocupam na cena internacional.

Após a Segunda Grande Guerra, o mundo ficou dividido em duas grandes zonas de influência: o bloco comunista e o bloco ocidental ligado aos Estados Unidos desde 1940 pela *Organização do Tratado de Atlântico Norte* (O.T.A.N.).

Para além do destaque económico, tecnológico e militar do país, não se devem esquecer outras áreas em que o seu desenvolvimento foi muito significativo e visível, de que constituem exemplo o cinema, a literatura, a arquitectura, a arte ou a ciência.

Na mistificação dos Estados Unidos, no facto de terem conquistado uma posição central no imaginário Europeu, os *media* exerceram uma influência indiscutível. Através deles, as práticas e as condutas Americanas passaram a ser amplamente difundidas e generalizadas e o *american way of life* passou a ser assimilado pelo resto do mundo: das *jean* ao tabaco “louro” da Virgínia, da coca-cola aos *hamburgers*, da música *pop* e *rock* às *super stars*.

Os países da Europa (como muitos outros do mundo) passaram a imitar tudo o que é Americano e Portugal não é, decerto, excepção neste cenário. Os jovens Portugueses comem *hamburgers* e “*junk food*” em geral, compram e ouvem discos Americanos, aplaudem filmes Americanos, colecionam jogos de vídeo e super-heróis Americanos e, em geral, consomem ou gostariam de consumir tudo o que for “Made in U.S.A.”.

Acontecimentos como os Jogos Olímpicos de Sidney 2000, em que os Estados Unidos conquistaram 97 medalhas (entre as quais, 39 de ouro), vão reforçando esta imagem de país poderoso e glorioso. Como a perspectivação do outro tem sempre subjacente uma comparação com o próprio, recorde-se que Portugal conquistou duas medalhas de bronze, colocando-se em 68^a posição ex-aequo com a Costa Rica. De resto, os Estados Unidos são o país com mais medalhas no historial dos Olímpicos: 2019, tendo o segundo país com mais medalhas, apenas 1010 (União Soviética entre 1952 e 1988).
<http://www.olympics.com>

Eduardo Lourenço escreve (1997: 29):

É verdade que, desde há meio século, todos nos tornámos um pouco Americanos.

Todo o mundo está de olhos postos na América e a América é notícia constante nos jornais do resto do mundo. Assim sendo, será lícito pensar que os Americanos serão um grupo potencialmente valorizado pelos Portugueses e, concretamente, pelos jovens Portugueses.

Parece-nos lógico que se valorize a América, a partir do momento em que a América se celebra diariamente a ela mesma. A título exemplificativo, em 59% das habitações Americanas uma bandeira nacional ondula na fachada e, segundo o mesmo autor, 2/3 da população afirma-se não como “patriota”, mas antes, como “muito patriota”(Verdú, 1996: 18).¹³¹

É precisamente esta influência hegemónica dos Estados Unidos sobre o resto do mundo, que levou Verdú a intitular o seu livro de “O planeta americano”.

De dia para dia, a diversidade do planeta convertido em mercado global tende a transformar-se numa cópia grosseira dos Estados Unidos. Quer se trate da civilização europeia ou oriental, a americanização vai absorvendo os estilos de vida, os valores, os mitos, a maneira de vestir ou de jantar. (Verdú, 1996: 135)

Segundo os dados dos S.E.F relativos a 1998 ¹³² os Americanos em Portugal situam-se fundamentalmente na categoria “Pessoal de profissões científicas, técnicas, artísticas e de profissões similares” e, seguidamente, na categoria ”Trabalhadores da produção das indústrias extractiva e transformadora e condutores de máquinas fixas e de transporte”.

¹³¹ Uma leitura crítica da cultura americana, encontra-se na obra de Vicente Verdú (1996). *O planeta americano*. Lisboa: Terramar.

¹³² Correspondência particular.

| Cabo-verdianos

A escolha deste grupo prendeu-se fundamentalmente com três factores que passamos a apresentar.

- Num mundo marcado pelas assimetrias entre países ricos e pobres, o continente Africano permanece no pólo extremo dos indicadores de pobreza e subdesenvolvimento. A imigração de Africanos para a Europa, em particular para os países anteriormente colonizadores, permanece, assim, um fenómeno constante, massivo e sempre presente nos *media*. De acordo com o *Relatório das Nações Unidas* de 1999 (136), Cabo Verde ocupa a centésima sexta posição em termos de índice de desenvolvimento humano num total de 174 países.

-Ser a comunidade de origem Africana mais representada em Portugal. Como pode ser verificado no gráfico 1 (ver capítulo 1), residiam em Portugal (até 30 de Abril de 1998) 39 919 indivíduos originários de Cabo Verde.

-Ser a comunidade de origem africana mais antiga em Portugal:

As migrações laborais, especialmente a partir da década de 60, estabeleceram-se com particular significado entre Cabo Verde (origem) e Portugal (destino) [...].
(Saint-Maurice, 1997: 53)

França (1992: 51) refere que Manuela Aguiar, na altura Secretária de Estado da Emigração, numa entrevista ao “Voz di Povo (Praia, 12 de Junho de 1985) diz que a comunidade caboverdiana é:

[...] a comunidade mais antiga e mais numerosa radicada em Portugal e que, também tem contribuído para o desenvolvimento da nossa economia, através de um trabalho dedicado, honesto e universalmente reconhecido.

A fixação em Portugal de uma significativa comunidade Cabo-verdiana desde a década de sessenta, foi estimulada pelo governo português, com o

objectivo de colmatar a carência nos sectores do mercado de trabalho mais afectados pela emigração para a Europa e pelas incorporações de nacionais no exército durante o período das guerras coloniais.

No processo decorrido em 1974/75 que veio a conduzir à independência dos territórios Africanos integrados no sistema colonial Português, registaram-se dois movimentos tendo Portugal como destino.

Um primeiro movimento, foi constituído por Portugueses residentes nas ex-colónias, em especial em Angola e, em muito menor número, em Moçambique (1975/1976). De forma a traduzir a dimensão deste movimento, referimos que apenas em 1975, chegaram a Portugal cerca de meio milhão de Portugueses que residiam no Ultramar.

Um segundo movimento, de refugiados políticos africanos, em especial de Angola e de Moçambique, tendo sido este segundo movimento de menor amplitude do que o primeiro.

Ultrapassado o período crítico da descolonização, desenvolveu-se um novo padrão de migrações entre os PALOP e Portugal. Assim, no campo das migrações laborais, verificou-se a intensificação de correntes já existentes com origem em Cabo Verde, e a constituição de novos fluxos com origem em países como a Guiné Bissau e São Tomé. Mantiveram-se, ainda, fluxos imigratórios de menor amplitude, envolvendo refugiados políticos que procuravam escapar aos efeitos da guerra civil em Angola. Institucionalizou-se um fluxo de estudantes dos PALOP que vinham frequentar o ensino secundário e superior em Portugal, com uma dimensão particularmente significativa no caso da Guiné Bissau.

A posição desfavorecida dos Cabo-verdianos em Portugal justifica-se pela posição que detêm em várias vertentes, conforme mostra a seguinte caracterização:

Os baixos níveis de qualificação da mão-de-obra associados ao desenvolvimento de práticas segregacionistas condicionam uma inserção desfavorável dos imigrantes no mercado de trabalho, concretizada não só pela situação na profissão, mas também

pelos sectores de actividade e pelas categorias socioprofissionais onde preferencialmente se inserem.[...] Com efeito, ao nível do emprego, trabalham na maioria por conta de outrem e inserem-se em sectores de actividade económica normalmente rejeitados pela população autóctone, como seja, a construção civil.[...] O perfil escolar desta população caracteriza-se por baixas qualificações de que dispõe a generalidade.[...]. (Saint-Maurice, 1997: 63-64)

A pesquisa coordenada em 1991 por Bruto da Costa e Pimenta sobre minorias étnicas pobres em Lisboa, na qual os Cabo-verdianos foram um dos oito grupos estudados, revela que o grupo apresenta um baixo nível de instrução, condições de trabalho e de habitação precárias, instabilidade no trabalho, baixos rendimentos, baixo nível de instrução, insucesso escolar e dificuldades de integração na sociedade receptora.

De resto, como salienta Lopes (1992: 74) os negros em Portugal são mais obrigados a lutar por sobreviver do que propriamente por se integrarem.

Segundo os dados dos S.E.F relativos a 1998,¹³³ os Cabo-verdianos em Portugal situam-se fundamentalmente na categoria "Trabalhadores da produção das indústrias extractiva e transformadora e condutores de máquinas fixas e de transporte".

Em Outubro de 2000 foi referido no Expresso¹³⁴ que 80% dos cabo-verdianos em Portugal apenas possuem o 1º ciclo do ensino básico.

¹³³ Correspondência particular.

¹³⁴ Cabo Verde lidera listas de imigração ilegal. *Expresso*. 28 de Outubro de 2000: 32.

4.2. Hipóteses

| **Hipótese geral:** A identidade social não é uma criação do próprio grupo, inscreve-se, antes, numa dinâmica intergrupar (na relação entre os Portugueses e os outros, neste caso grupos), de ordem psicossociológica. Dado que a questão da tolerância e das relações com grupos particulares está ligada à dinâmica intergrupar, não podemos afirmar que os Portugueses são mais ou menos tolerantes. Pretende-se verificar, neste estudo, se a tolerância, enquanto atitude, varia consoante o alvo da comparação e a ordem em que esta se processa.

| **Hipótese 1:** Partindo do pressuposto de Codol (1982) de que a identidade é contextual e da consideração (nomeadamente com base em Camilleri, 1990) de que os participantes dispõem de estratégias de manipulação da identidade, consideramos que, tendo em conta a saliência da comparação intergrupar:

1a): a identidade nacional é mais valorizada quando os participantes já se pronunciaram sobre um exogrupo antes de se pronunciarem sobre si mesmos do que na situação inversa;

1b): as dimensões de distintividade nacional são mais valorizadas quando os participantes têm de se pronunciar em relação a outro grupo antes de sobre si mesmos do que na situação inversa.

| **Hipótese 2:** Se os Americanos constituem um grupo de referência positiva e os Cabo-verdianos um grupo de referência negativa, espera-se que haja maior diferenciação em relação aos Cabo-verdianos do que em relação aos Americanos, podendo os Espanhóis ocupar uma posição central.

| **Hipótese 3:** Considerando que o sexo feminino é mais conformista em relação a um discurso normativo em torno da tolerância do que o sexo masculino, espera-se

que as mulheres manifestem uma maior tolerância em relação aos imigrantes do que os homens. Assim, parte-se do princípio de assimetria simbólica, segundo o qual as mulheres estão mais sujeitas a uma pressão normativa do que os homens. Assim sendo, é de esperar que elas manifestem maior confiança em relação ao discurso institucional da tolerância do que os homens.

Hipótese 4: Pensamos que os estudantes do ensino secundário serão mais tolerantes relativamente aos imigrantes do que os do superior e isto porque, por um lado, os estudantes do secundário deverão ser mais conformistas às normas sociais em torno do discurso da tolerância veiculado pela escola. Por outro lado, no ensino superior existe um maior contacto com o ambiente da sociedade, em geral, já que este é um período de antecipação da entrada no mundo de trabalho e no mundo adulto.

4.3. Método

4.3.1. População

Participaram neste estudo 446 estudantes de nacionalidade portuguesa, de ambos os sexos, sendo 241 do ensino secundário (10º ano na Escola Secundária de Odivelas) e 205 do ensino superior (4º e 5º anos da Licenciatura em Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico de Lisboa).

Este estudo não pretende ser generalizável à população jovem nacional pois não é suportado por uma amostra representativa. Pretende, antes, aprofundar os processos psicossociológicos que estão na base do olhar dos Portugueses sobre outros grupos nacionais e sobre si mesmos, em contextos que estimulam a comparabilidade. Passemos, então, à especificação das variáveis independentes e do desenho experimental.

4.3.2. Variáveis independentes e desenho experimental

-Sexo (VI 1).

-Grau de ensino: níveis secundário e superior (VI 2).

-Exogrupo de comparação: variável com quatro níveis consoante o alvo de comparação sejam os Espanhóis, os Americanos, os Cabo-verdianos ou não exista qualquer alvo de comparação (VI 3).

-Ordem de apresentação: versões A e B do questionário (VI 4).

Introduzimos no *design* metodológico, uma manipulação da variável ordem de apresentação dos itens dos questionários. Assim sendo, temos não apenas três condições correspondentes a três níveis da variável independente

exogrupo de comparação, mas antes sete, em virtude de existirem duas versões, A e B de comparação entre os Portugueses e os outros e uma versão controlo.

Assim, nos três questionários com versão A, existe um bloco de itens relativo aos Portugueses, seguido por um bloco relativo aos estrangeiros e a um bloco relativo ao exogrupo em causa.

Nos três questionários com versão B, existe um bloco de itens relativo ao exogrupo em questão, seguido de um bloco em relação aos estrangeiros e de um bloco em relação aos Portugueses. A ordem de apresentação dos blocos nas diferentes versões poderá ser melhor compreendida mediante a leitura do quadro 9.

A manipulação da ordem de apresentação dos blocos de questões prende-se com a consideração de que a identidade é contextual (Codol, 1982) e de que as estratégias identitárias a que recorreremos dependem muito do contexto em que o processo identitário se discute:

...the shaping and the expression of the sense of identity cannot be accounted for by simple mechanisms unrelated to situational and social contexts. (Codol, 1982: 282)

As quatro variáveis independentes formam um plano factorial 2x2x4x2.

4.3.3. Variáveis dependentes

São as seguintes as variáveis dependentes relevantes para este estudo:

- Contacto com estrangeiros-VD1
- Identidade nacional-VD2
- Valorização da categoria de pertença-VD3
- Valorização das diferentes categorias identitárias de pertença -VD4
- Atitudes e preconceitos em relação aos estrangeiros em geral-VD5
- Estimativa do número de estrangeiros residentes-VD6
- Distância social em relação aos exogrupos-VD7
- Comparação intergrupual em termos de grau de inferioridade-VD8

- Estereótipos dos exogrupos e do endogrupo-VD9
- Atracção pelos exogrupos-VD10
- Predisposição para a mudança atitudinal em relação aos exogrupos-VD11
- Número de elementos do exogrupo com que se falou-VD12
- Comparação intergrupar em termos do grau de semelhança-VD13
- Perpectivação da semelhança nas diversas dimensões de comparação-VD14
- Atracção dos exogrupos pelos Portugueses-VD15
- Dimensões de valorização dos exogrupos-VD16
- Grau de informação sobre o endogrupo e sobre os exogrupos-VD17
- Auto-avaliação em termos de racismo-VD18
- Avaliação da sociedade portuguesa em termos de racismo-VD19

A relação entre cada uma das variáveis dependentes supra referidas e os respectivos conceitos teóricos a que se ligam é especificada no quadro 2.

Quadro 2
Relação entre conceitos teóricos e variáveis dependentes

Conceito	Medida
Contacto	VD1-Contacto com estrangeiros
Identidade	VD2-Identidade nacional VD3-Valorização da categoria de pertença VD4-Valorização das diferentes categorias identitárias de pertença VD8-Comparação intergrupar em termos do grau de inferioridade VD10-Atracção pelos exogrupos VD13-Comparação intergrupar em termos do grau de semelhança VD14-Perpectivação da semelhança nas diversas dimensões de comparação VD15-Atracção dos exogrupos pelos Portugueses VD16-Dimensões de valorização dos exogrupos
Atitude e preconceito	VD5-Atitudes e preconceitos em relação aos estrangeiros em geral VD7-Distância social em relação aos exogrupos VD9-Estereótipos dos exogrupos e do endogrupo VD11-Predisposição para a mudança atitudinal em relação aos exogrupos
Grau de informação	VD6-Estimativa do número de estrangeiros residentes VD12-Número de elementos do exogrupo com que se falou VD17-Grau de informação sobre o endogrupo e sobre os exogrupos
Racismo	VD18-Auto-avaliação em termos de racismo VD19-Avaliação da sociedade portuguesa em termos de racismo

4.3.4. Construção do instrumento de medida ¹³⁵

O questionário foi construído de modo a integrar quatro grandes conjuntos de indicadores (blocos) considerados relevantes para a investigação.

O primeiro conjunto de itens¹³⁶: **bloco de caracterização**, tem por objectivo obter dados pessoais acerca do sujeito.

¹³⁵ Os sete questionários são incluídos no anexo 2.

¹³⁶ Na descrição dos itens referimos a ordem da versão A. Tal como pode ser verificado no quadro 9, nas versões B a ordem dos itens é outra. Indicaremos, também, os itens que não existem no questionário 4.

Inclui os itens relativos ao sexo (I.1), grau de ensino (I.2), idade (I.3), nível de habilitações dos pais (I.4), país de nascimento (I.5 e I.6), país de nascimento dos progenitores (I.7, I.8, I.9 e I.10), determinação dos países com que se estabelece contacto a diversos níveis: ter familiares estrangeiros, amigos estrangeiros, contactar habitualmente com estrangeiros, ter visitado países estrangeiros e ter residido no estrangeiro (I.11 a I.20).

Este primeiro conjunto de itens inclui, ainda, um item (I.21) que visa medir o contacto, em que o sujeito deve indicar, de entre cinco alternativas de resposta, o número de estrangeiros com quem já falou.

Quadro 3
Descrição dos itens do bloco I-bloco de caracterização

Itens	Variável	Tipo de medida	Variáveis/índices a que os itens dão origem
1	Sexo	Feminino/ Masculino	
2	Grau de ensino	Secundário/Superior	
3	Idade	Especificação da idade	
4	Nível de habilitações dos progenitores	Escala entre 1 "Não sabe ler nem escrever" e 8 "Curso médio ou superior"	
5 e 6	País em que o sujeito nasceu	Designação do país no caso de não ter nascido em Portugal.	VD1-Índice de contacto com estrangeiros (I.C.E.) com base nos itens 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17 e 19.
7 e 8	País em que o pai nasceu	Designação do país no caso de não ter nascido em Portugal.	
9 e 10	País em que a mãe nasceu	Designação do país no caso de não ter nascido em Portugal.	
11 e 12	Tem ou não familiares que residem no estrangeiro e, caso tenha, em que países	Sim/Não e designação do/s país/es, no caso da resposta ser "sim"	
13 e 14	Tem ou não amigos estrangeiros e, caso tenha, em que países	Sim/Não e designação do/s país/es, no caso da resposta ser "sim"	
15 e 16	Contacta habitualmente com estrangeiros e, caso contacte, de que países	Sim/Não e designação do/s país/es, no caso da resposta ser "sim"	
17 e 18	Já visitou países estrangeiros e se sim, quais	Sim/Não e designação do/s país/es, no caso da resposta ser "sim"	

Itens	Variável	Tipo de medida	Variáveis/índices a que os itens dão origem
19 e 20	Já residiu no estrangeiro e se sim em que países	Sim/Não e designação do/s país/es, no caso da resposta ser “sim”	
21	Número de estrangeiros com quem falou	Escala entre 1”Nenhum” e 5 “Mais de 30”	

No segundo bloco de itens: **Portugueses**, o sujeito é solicitado a responder a diversas questões relativas aos Portugueses. Os itens 22, 23 e 24 pretendem analisar, em algumas das suas nuances, o grau de importância da pertença nacional e, em conjunto, determinar o “índice de identidade nacional” (I.I.N.).

Mediante os itens 25 a 30, pretende-se determinar o grau em que os participantes consideram que Portugal tem uma História importante (I.25), prestígio internacional (I.26), poder económico (I.27), uma cultura importante (I.28), é tecnologicamente desenvolvido (I.29) e tem bom clima (I.30).

Com base nos seis itens, pretende-se obter o que designamos por “índice de valorização do endogrupo”(I.V.End.), bem como posicionar cada uma das vertentes enunciadas em cada item em relação a cada uma das demais. Pretende-se, ainda, comparar a valorização de cada dimensão relativa a Portugal com as de cada um dos exogrupos (as valorizações das diferentes dimensões dos exogrupos serão, como veremos, analisados mediante os itens 87 a 92).

Os itens 31 a 39 têm por objectivo perceber a importância que cada uma das categorias de pertença assume para os participantes: País (I.31), região de origem (I.32), clube desportivo (I.33), zona de residência (I.34), família (I.35), grupo religioso (I.36), classe social (I.37), partido político (I.38) e sexo (I.39).

Pretende-se, assim, posicionar as categorias em termos de importância e, nomeadamente, analisar qual a relevância que a categoria “País” assume no conjunto.

Quadro 4
Descrição dos itens do bloco II-Portugueses

Itens	Variável	Tipo de medida	Variáveis/índices a que os itens dão origem
-------	----------	----------------	---

Itens	Variável	Tipo de medida	Variáveis/índices a que os itens dão origem
22, 23 e 24	Identidade nacional	Escala entre 1 “Falso” e 7 “Verdadeiro”	VD2-Índice de identidade nacional (I.I.N.)
25 a 30	Valorização da identidade de pertença	Escala entre 1 “Falso” e 7 “Verdadeiro”	VD3- Índice de valorização do endogrupo (I.V. End.)
31 a 39	Valorização das categorias identitárias de pertença	Escala entre 1 “Pouco importante” e 7 “Muito importante”	VD4

No terceiro bloco de itens: **estrangeiros**, os participantes respondem a diversas questões relativas aos estrangeiros residentes em Portugal em geral.

Os itens 40 a 56 visam determinar a atitude do sujeito face aos estrangeiros em aspectos muito diversos.

Na formulação dos itens, há a preocupação em formular alguns dos itens de forma a que o acordo revele uma atitude negativa e o desacordo uma atitude positiva e outros em que suceda o inverso.

Com base nos itens, é possível calcular o “índice da atitude face a estrangeiros” (I.A.E.).

No item 57 os participantes procedem a uma estimativa do número de estrangeiros residentes em Portugal.

Quadro 5
Descrição dos itens do bloco III-estrangeiros

Itens	Variável	Tipo de medida	Variáveis/índices a que os itens dão origem
40 a 56	Atitude face a estrangeiros	Escala entre 1 “Discordo totalmente” e 7 “Concordo totalmente”	VD5-Índice de atitude face a estrangeiros (I.A.E.)
57	Estimativa do número de estrangeiros residentes em Portugal	Escala entre 1 “Menos de 100” e 7 “Mais de 1 milhão”	VD6

No quarto bloco de itens: **Espanhóis/Americanos/Cabo-verdianos** (consoante os questionários), o sujeito deve responder a diversas questões

relativas aos Espanhóis (no caso do questionário 1), aos Americanos (no caso do questionário 2) e aos Cabo-verdianos (no caso do questionário 3).

No caso do questionário 4 (que funciona como versão controlo), o sujeito apenas é confrontado com mais questões (do que as presentes nos questionários 1, 2 e 3) relativas ao grupo dos Portugueses, não sendo solicitado a pronunciar-se relativamente a qualquer exogrupo em particular.

Os itens 58 a 67 visam averiguar o grau de dificuldade dos participantes em desenvolver diferentes comportamentos face aos elementos dos diferentes exogrupos (Espanhóis, Americanos ou Cabo-verdianos, consoante o questionário em causa) ou em fazer face a determinadas situações envolvendo elementos dos exogrupos (por exemplo, “Ter amigos ...”) e são elaborados tendo por referência a escala de distância social de Bogardus.¹³⁷

Pretende-se hierarquizar os comportamentos/situações de acordo com o seu grau de dificuldade e analisar diferenças entre exogrupos a este nível.

Com o item 68 pretende-se que os participantes posicionem o exogrupo (Espanhóis, Americanos ou Cabo-verdianos, consoante o questionário em causa) em relação aos Portugueses.

Nos itens 69 a 73, de entre os oitenta adjectivos da lista que lhes é dada,¹³⁸ os participantes devem seleccionar os cinco que consideram melhor caracterizar o exogrupo (Espanhóis, Americanos ou Cabo-verdianos, consoante o questionário em causa), colocar um sinal + ou - à frente de cada adjectivo consoante considerem que o adjectivo está a valorizar ou a desvalorizar o grupo, e indicar a percentagem de elementos do exogrupo a que consideram poder ser atribuído cada um dos adjectivos. Procura-se, nomeadamente, determinar os estereótipos dos

¹³⁷ Estes itens apenas vagamente se basearam em alguns dos itens da escala de distância social elaborada por Bogardus, não visando, de forma alguma, reproduzir a escala original. Sobre a escala em causa, ver, por exemplo, Alexandre, V. (1971). *Les échelles d'attitude*. Paris: Éditions Universitaires.

¹³⁸ Lista utilizada em Miranda, J. (1994). *Os estereótipos que os “Portugueses” desenvolvem de diferentes grupos étnicos residentes em Portugal*. Lisboa, Universidade Aberta (Dissertação de Mestrado).

diferentes grupos, bem como o grau de consistência dos mesmos. O item 74 visa determinar o grau em que os participantes manifestam gostar dos exogrupos.

Quadro 6
Descrição dos itens 58-74 do bloco IV-Espanhóis/Americanos/Cabo-verdianos

Itens	Variável	Tipo de medida	Variáveis/índices a que os itens dão origem
58 a 67	Distância social	Escala entre 1 “Falso” e 7 “Verdadeiro”	VD7
68	Posicionamento do exogrupo em relação aos Portugueses em termos de inferioridade/superioridade	Escala entre 1 “Muitíssimo inferiores” e 7 “Muitíssimo superiores”	VD8
69 a 73	Caracterizar o exogrupo mediante 5 adjectivos, indicação de o adjectivo estar a valorizar ou a desvalorizar o grupo e indicação da percentagem de elementos do exogrupo que o possuem	Redacção dos adjectivos, sinais +/- à frente de cada um, consoante valorize/desvalorize o grupo e indicação da percentagem	VD9
74	Atracção pelo exogrupo	Escala entre 1 “Pouco” e 7 “Muito”	VD10

Os itens 75 a 77 pretendem determinar se os participantes consideram que a sua atitude face ao exogrupo é ou não passível de alteração e se sim, em resultado de que factores: existirem mais elementos do exogrupo em Portugal (I.75), terem mais informação sobre o exogrupo (I.76) ou terem uma relação afectiva com um membro de exogrupo (I.77). Com base nas respostas a estes três itens, calcula-se o “índice de mudança atitudinal” (I.M.A.).

O item 78 visa determinar o número aproximado de elementos do exogrupo (Espanhóis, Americanos ou Cabo-verdianos, consoante o questionário) com quem os participantes já falaram. O item 79, por seu lado, procura determinar

o grau de diferença/semelhança que os participantes consideram existir entre os Portugueses e o exogrupo, sendo assim possível posicionar cada um dos exogrupos em relação aos Portugueses.

Nos itens 80 a 85, os participantes devem assinalar o grau em que consideram que o exogrupo é diferente dos Portugueses em diferentes aspectos: religião (I.80), hábitos alimentares (I.81), vestuário (I.82), cor da pele (I.83), hábitos de higiene (I.84) e estilo de vida (I.85). Obtem-se, assim, o posicionamento de cada um dos exogrupos relativamente aos Portugueses na dimensão de comparação considerada.

No item 86 os participantes referem o grau em que consideram que o exogrupo gosta dos Portugueses. Os itens 87 a 92 visam determinar o grau em que os participantes consideram que o exogrupo tem uma história importante (I.87), prestígio internacional (I.88), poder económico (I.89), uma cultura importante (I.90), é tecnologicamente desenvolvido (I.91) e tem bom clima (I.92). Com base nestes itens é obtido o “índice de valorização do exogrupo”(I.V.Exo.) e posiciona-se cada uma das dimensões enunciadas em cada item em relação às demais.

Procura-se, ainda, comparar as valorizações de cada dimensão relativa aos exogrupos com as de Portugal (aspectos esses que, como já referido, foram analisados com base nos itens 25 a 30).

Os itens 93 a 104 visam avaliar o grau de informação dos participantes sobre cada um dos grupos em causa (no caso do questionário 4, sobre o grupo dos Portugueses). Estes itens avaliam conhecimentos muito gerais sobre os países, tendo sido solicitado aos participantes que identificassem a capital (no caso dos Estados Unidos, pede-se especificamente a capital federal): I.93, as principais cores da bandeira: I.94, os países com que faz fronteira: I.95, um dos seus rios: I.96, uma das suas elevações: I.97, o tipo de sistema político: I.98, a religião com mais seguidores: I.99, a/as ilha/s pertencente/s ao território nacional: I.100, a moeda: I.101, a língua mais falada: I.102, um monumento: I.103 e a dimensão populacional aproximada: I.104.

De notar, que todas estas dimensões estão consistentemente presentes nas diversas enciclopédias analisadas, nomeadamente, em enciclopédias multimedia, como é o caso da *Encarta 97*.

Com base no número de respostas correctas é possível obter os seguintes índices: “índice de informação sobre Portugal” (I.I.P.), “índice de informação sobre Espanha” (I.I.E.), “índice de informação sobre os Estados Unidos” (I.I.EUA.) e “índice de informação sobre Cabo Verde” (I.I.C.).

De forma a homogeneizar inteiramente os 4 questionários nestes itens, a ordem das respostas correctas é a mesma em todos os questionários: 93-B, 94-D, 95-A, 96-A, 97-C, 98-D, 99-B, 100-C, 101-B, 102-A, 103-D e 104-A (ver anexo 4).

Quadro 7

Descrição dos itens 75-102 do bloco IV-Espanhóis/Americanos/Cabo-verdianos

Itens	Variável	Tipo de medida	Variáveis/índices a que os itens dão origem
75 a 77	Predisposição para a mudança atitudinal	Escala entre 1 “Falso” e 7 “Verdadeiro”	VD11- Índice de mudança atitudinal (I.M.A.)
78	Número aproximado de elementos do exogrupo com quem se falou	Escala entre 1 “Nenhum” e 5 “Mais de 30”	VD12
79	Grau de diferença/semelhança do exogrupo em relação aos Portugueses	Escala entre 1 “Muitíssimo diferentes” e 7 “Muitíssimo semelhantes”	VD13
80 a 85	Diferença/semelhança do exogrupo em relação aos Portugueses a nível de diferentes dimensões	Escala entre 1 “Muitíssimo diferentes” e 7 “Muitíssimo semelhantes”	VD14
86	Grau de atracção do exogrupo pelos Portugueses	Escala entre 1 “Pouco” e 7 “Muito”	VD15
87 a 92	Valorização de dimensões do exogrupo	Escala entre 1 “Falso” e 7 “Verdadeiro”	VD16-Índice de valorização do exogrupo (I. V. Exo.)
93 a 104	Grau de informação sobre o exogrupo	Itens de escolha múltipla com 4 alternativas de resposta	VD17-Índice de informação

Os dois últimos itens do questionário: itens 105 e 106 não se integram em nenhum dos conjuntos de itens referidos. Procuram determinar o grau em que os

participantes se consideram racistas e o grau em que consideram a sociedade Portuguesa como racista com vista a, posteriormente, comparar os dois tipos de julgamentos e analisar uma eventual correlação entre ambos.

Quadro 8
Descrição dos itens 105 e 106

Itens	Variável	Tipo de medida	Variáveis/índices a que os itens dão origem
105	Auto-perspectivação em termos de racismo	Escala entre 1 “Pouco” e 7 “Muito”	VD18
106	Perspectivação da sociedade portuguesa em termos de racismo	Escala entre 1 “Pouco” e 7 “Muito”	VD19

Como já foi referido, a ordem de apresentação dos blocos é diferente consoante a ordem de apresentação em causa seja A ou B ou se trate da condição controlo.

O questionário 4 envolve menos itens (apenas 76) do que todos os demais (106 itens) dado não incluir itens relativos a nenhum exogrupo em particular.¹³⁹

As diferenças entre a versão A, a versão B e a versão controlo são sumarizadas no quadro 10. Na ordem de apresentação A, os participantes são inicialmente confrontados com um bloco relativo aos Portugueses, seguidamente com um bloco relativo aos estrangeiros residentes em Portugal e, posteriormente, com um bloco relativo ao exogrupo em particular (ou no caso do questionário 4 apenas com mais algumas questões relativas aos Portugueses).

Na ordem de apresentação B, surge inicialmente um bloco referente a um exogrupo, em seguida, tal como na ordem de apresentação A, um bloco relativo aos estrangeiros e, por último, um bloco relativo aos Portugueses.

¹³⁹ Não estão incluídos no questionário 4 os itens 58 a 68 e 74 a 92.

Quadro 9
Ordem de apresentação dos blocos consoante as versões

Versões	Ordem de apresentação dos blocos
1A	Portugueses → Estrangeiros → Espanhóis
2A	Portugueses → Estrangeiros → Americanos
3A	Portugueses → Estrangeiros → Cabo-verdianos
Controlo	Portugueses → Estrangeiros → Portugueses
1B	Espanhóis → Estrangeiros → Portugueses
2B	Americanos → Estrangeiros → Portugueses
3B	Cabo-verdianos → Estrangeiros → Portugueses

Quadro 10
Tipos de questionários

Questionário	Ordem de apresentação	Ordem de apresentação dos blocos de questões				
1A	versão A	Caracterização 1-21	Portugueses 22-39	Estrangeiros 40-57	Espanhóis 58-104	Itens 105,106
2A	versão A	Caracterização 1-21	Portugueses 22-39	Estrangeiros 40-57	Americanos 58-104	Itens 105,106
3A	versão A	Caracterização 1-21	Portugueses 22-39	Estrangeiros 40-57	Cabo-Verd. 58-104	Itens 105,106
4	versão controle	Caracterização 1-21	Portugueses 22-39	Estrangeiros 40-57	Portugueses 58-74	Itens 75,76
1B	versão B	Caracterização 1-21	Espanhóis 22-68	Estrangeiros 69-86	Portugueses 87-104	Itens 105,106
2B	versão B	Caracterização 1-21	Americanos 22-68	Estrangeiros 69-86	Portugueses 87-104	Itens 105,106
3B	versão B	Caracterização 1-21	Cabo-Verd. 22-68	Estrangeiros 69-86	Portugueses 87-104	Itens 105,106

Os questionários foram inicialmente aplicados a uma turma do ensino secundário e a uma do ensino superior, de forma a verificar se os alunos compreendiam os itens e as opções neles contidas, identificar eventuais dificuldades sentidas, o tempo que dispendiam para responder aos questionários e recolher eventuais comentários.

4.3.5. Procedimento

A recolha de dados definitivos decorreu com normalidade durante os meses de Maio e Junho de 1998. Os inquiridos foram abordados na sala de aula, no momento acordado com os respectivos docentes para a cedência de uma hora lectiva e preencheram o questionário individualmente, após uma breve apresentação dos objectivos gerais da investigação, mas suficientemente vaga para que os participantes não se apercebessem dos objectivos específicos.

De forma a recolher um número semelhante dos diferentes questionários, os questionários foram sendo distribuídos em cada turma seguindo a ordem 1A, 1B, 2A, 2B, 3A, 3B e 4.

Trinta questionários estavam incompletos ou incorrectamente preenchidos e foram, portanto, eliminados.

4.4. Resultados ¹⁴⁰

Na apresentação dos resultados será seguida a ordem dos blocos do questionário que apresentámos no ponto 4.3.4. e que corresponde às versões A.¹⁴¹ Por isso mesmo, a primeira parte dos resultados ocupar-se-á da caracterização da população.

No que diz respeito às técnicas de tratamento dos dados, a utilização da análise de variância neste estudo envolveu uma certa complexidade derivada do facto de um dos questionários não envolver duas versões ou, dito de outra forma, da variável independente *ordem de apresentação* só existir em três dos quatro questionários do estudo.

Assim, considerou-se que a melhor forma de analisar o efeito das variáveis independentes sobre as variáveis dependentes seria realizar duas análises de variância.

Na **primeira análise**, foram consideradas as variáveis **sexo, grau de ensino e exogrupo de comparação** (consideraram-se, neste caso, todos os sete tipos de questionários). Na **segunda análise** foram consideradas as variáveis **sexo, grau de ensino, exogrupo de comparação e ordem de apresentação** (neste caso o questionário 4 não foi incluído, dado esse questionário não envolver duas ordens de apresentação).

Por outro lado, nos tratamentos em que estavam envolvidas as comparações entre mais do que dois grupos e, mais concretamente, nas comparações entre os

¹⁴⁰ Os dados foram analisados através do SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) para Windows (versão 6.0).

¹⁴¹ Excepto em casos pontuais, em que por uma questão de simplificação da apresentação, se considere preferível apresentar os itens segundo um outro critério.

exogrupos, procedeu-se, ainda, a testes de comparações múltiplas (Tukey HSD),¹⁴² a fim de identificar as diferenças mais significativas entre os grupos.

Apesar de ao longo do texto irem sendo apresentadas algumas correlações, numa parte final dos resultados são expostas diversas análises correlacionais entre algumas das variáveis dependentes do estudo.

Caracterização da população

No quadro 11 é apresentada a distribuição dos participantes por sexo, grau de ensino, exogrupo de comparação e ordem de apresentação.

Quadro 11
Distribuição dos participantes por sexo, grau de ensino, exogrupo de comparação e ordem de apresentação

Exogrupos de comparação

<i>Sexo</i>		Masculino		Feminino		<i>Total</i>
		Secundário	Superior	Secundário	Superior	
Espanhóis	A	18	15	14	11	58
	B	18	17	12	8	55
Americanos	A	18	16	17	10	61
	B	16	15	12	11	54
Cabo-verdianos	A	19	13	14	13	59
	B	15	14	11	12	52
sem exogrupo		29	29	28	21	107
Total		133	119	108	86	446

¹⁴² O teste de Tukey-HSD é apenas um entre outros testes de comparações múltiplas. Existem outros, como o Newman-Keuls, geralmente considerado demasiado liberal e o teste de Scheffé, considerado demasiado exigente. Optámos por aquele que na literatura (Ferguson, 1989: 307-308) é considerado como um bom compromisso.

Idades

A média de idades da população do secundário é de 15.73¹⁴³ (desvio-padrão=0.94), situando-se os valores extremos em 14 e 20 anos. A média de idades da população do superior é de 23.25 (sendo o desvio-padrão de 2.12), situando-se os valores extremos em 21 e 36 anos. Estas diferenças entre as médias de idades dos dois grupos são significativas: $t(444) = -49.50, 0.00$.¹⁴⁴

Comentário [21]:

Habilitações escolares dos progenitores

O nível de habilitações médias dos progenitores situa-se próximo do valor 5, correspondente, na nossa escala, ao 9º ano ou equivalente.

Quadro 12

Habilitações escolares dos progenitores Médias e desvios-padrão

	M	SD
Nível de habilitações das mães	4.96	2.00
Nível de habilitações dos pais	5.23	2.03
Nível de habilitações dos progenitores	5.10	1.87

Encontram-se diferenças entre os níveis de habilitações dos pais dos participantes do secundário (média=4.74) e do superior (média=5.81): $t(-5.76, 0.00)$, entre o nível de habilitações das mães do secundário (média=4.60) e do superior (média=5.38): $t(-4.15, 0.00)$ e entre o nível médio de habilitações dos progenitores do secundário (média=4.68) e do superior (média=5.59): $t(-5.24, 0.00)$.

As diferenças indicam que os progenitores dos estudantes do superior possuem níveis de habilitações significativamente mais altas do que os do secundário.

¹⁴³ Todos os valores apresentados foram alvo de arredondamento às centésimas.

¹⁴⁴ Em todas as análises o nível de significância utilizado foi 0.05.

Países de origem dos participantes

De entre os 446 participantes, 413 nasceram em Portugal, sendo portanto muito poucos os que nasceram no estrangeiro. De entre os países de origem dos participantes que não nasceram em Portugal, destacam-se Angola (11 participantes), França (6 participantes) e Moçambique (4 participantes).

Quadro 13
País de origem dos participantes

País	n
Portugal	413
Angola	11
França	6
Moçambique	4
Brasil	3
Europa o	3
África em geral o	2
São Tomé	0
América (excepto EUA)	1
Ásia	1
Cabo Verde	1
Espanha	1
Austrália	0
Estados Unidos	0
Guiné	0
Total	446

Comentário [12]:

Nota: As categorias utilizadas, para efeitos de análise da distribuição, quer dos participantes quer dos seus pais pelos países de origem, foram as seguintes: Espanha, Estados Unidos, Cabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Brasil, França, África (em geral), América (que não EUA), Europa (que não países já referidos noutra categoria anterior), Ásia e Austrália.

o São incluídos nesta categoria os participantes que nasceram em países de África não referidos nas colunas anteriores relativas a países de África. Sendo muito poucos os participantes nesta categoria, não se revelou útil discriminar os países em questão.

υ São incluídos nesta categoria os participantes que nasceram em países da Europa não referidos nas colunas anteriores relativas a países da Europa. Sendo muito poucos os participantes nesta categoria, não se revelou útil discriminar os países em questão.

Países de origem dos pais

De entre os 892 progenitores, 827 nasceram em Portugal, sendo portanto muito poucos os que nasceram no estrangeiro. De entre os países de origem dos progenitores que não nasceram em Portugal, destacam-se **Angola** (32 progenitores nasceram em Angola), **Moçambique** (15 progenitores nasceram em Moçambique) e **Cabo Verde** (8 progenitores nasceram em Cabo Verde).

Quadro 14
País de origem dos pais

País	Pai	Mãe	Pais
Portugal	413	414	827
Angola	14	18	32
Moçambique	9	6	15
Cabo Verde	5	3	8
Guiné	2	1	3
África em geral	2	0	2
América (excepto EUA)	0	1	1
Ásia	0	1	1
Brasil	0	1	1
Espanha	0	1	1
São Tomé	1	0	1
Austrália	0	0	0
Estados Unidos	0	0	0
Europa	0	0	0
França	0	0	0
Total	446	446	892

Comentário [13]:

Tipo de contacto com o estrangeiro

Como pode ser verificado no quadro 15, são bastante significativas as percentagens de participantes que visitaram países estrangeiros (85.4%), que têm familiares estrangeiros (66.4%) e que têm amigos estrangeiros (62.3%). Muito menos significativa é a percentagem de participantes que contacta habitualmente com estrangeiros (38.3%) e ainda menos a percentagem dos que já residiram no estrangeiro (9.9%).

Quadro 15
Tipo de contacto com o estrangeiro

Tipo de contacto	N	%
Visitaram países estrangeiros	381	85.4
Têm familiares estrangeiros	296	66.4
Têm amigos estrangeiros	278	62.3
Contactam habitualmente com estrangeiros	171	38.3
Residiram no estrangeiro	44	9,9

Com base nos itens 5 (inv), 7 (inv), 9 (inv), 11, 13, 15, 17 e 19 e posterior divisão por 8, calculou-se o **índice de contacto com estrangeiros-I.C.E.** (média=2.84 e SD =1.53), o qual apresenta um alfa de 0.60 e no qual não se verificam efeitos das variáveis independentes. Os resultados relativos a esses itens apresentam-se a seguir.

Países de contacto

De entre os diversos países com que os diferentes tipos de contacto se estabelecem, destaca-se Espanha, França e Europa em geral. Em relação a estes três espaços, Espanha é o mais visitado, mas todos os demais tipos de contacto são mais significativos quer em relação a França quer à Europa em geral.

Quadro 16
Países de contacto

Países	Item 11:Têm familiares em...	Item 13: Têm amigos em...	Item 15: Contactam com pessoas de ...	Item 17: Já visitaram...	Item 19: Já residiram em...	Total
Europa	117	144	103	164	8	536
França	132	117	56	178	6	489
Espanha	27	47	36	331	1	442
Brasil	83	36	19	23	8	169
EUA	43	35	16	38	2	134
América(exc. EUA)	58	19	9	42	0	128
África em geral	10	10	5	33	6	64
Angola	22	11	12	11	8	64
Ásia	10	7	3	16	1	37
Cabo Verde	6	7	8	6	2	29
Moçambique	8	4	1	7	2	22
Austrália	9	8	2	2	0	21
Guiné	1	4	6	2	1	14
Portugal	-----	13	-----	-----	-----	13

Comentário [14]:

∇A resposta “Portugal” surge na questão relativa aos amigos estrangeiros, dado tratar-se de amigos estrangeiros que residem em Portugal.

Número de estrangeiros com quem se falou

Como pode ser verificado no quadro 17, 2.2% dos participantes nunca falaram com nenhum estrangeiro, 15.2 % dos participantes falaram com 1 a 5 estrangeiros, 15.2% com 6 a 10 estrangeiros, 18.4% com 11 a 30 estrangeiros e 48.9% com mais de 30 estrangeiros.

Quadro 17
Número de estrangeiros com quem se falou

Número de estrangeiros	n	%
Nenhum	10	2.2
1-5	68	15.2
6-10	68	15.2
11-30	82	18.4
Mais de 30	218	48.9
Total	446	100

Identidade nacional

De acordo com o quadro 18, os participantes consideram que é muito importante serem Portugueses e têm orgulho em expressar a sua nacionalidade face aos estrangeiros (médias próximas do valor 6 numa escala de 7 pontos). Os participantes tendem a concordar que, caso pudessem, escolheriam ter a nacionalidade Portuguesa (média próxima de 5 numa escala de 7 pontos).

Quadro 18
Itens 22-24 e índice de identidade nacional
Médias e desvios-padrão

Itens/índice	M	SD
Item 22: Para mim é muito importante ser português	5.90	1.38
Item 23: Se pudesse escolher, escolheria ter esta nacionalidade	4.99	1.95
Item 24: Tenho orgulho em dizer aos estrangeiros que sou português	5.91	1.42
Índice de identidade nacional	5.60	1.31
Alpha de Cronbach	0.75	

Nota: O índice de identidade nacional foi calculado com base na soma das respostas aos itens 22, 23 e 24 e posterior divisão por três.

Encontram-se diferenças consoante a **ordem de apresentação**: $F(1, 315)=9.77, 0.00$, sendo a identidade nacional maior nas versões B (média=5.89), em que o sentido da comparação é outros-Portugueses do que nas A, em que o sentido é Portugueses-outros (média=5.43).

Apesar de não termos formulado nenhuma hipótese nesse sentido, analisámos as eventuais diferenças no índice da identidade nacional entre os 62 participantes que, ou não nasceram em Portugal, ou têm pelo menos um progenitor que não nasceu, e os 384 participantes que nasceram em Portugal tal como os seus progenitores.

Encontraram-se diferenças significativas entre os dois grupos: $t(444)=-5.30, 0.00$, apresentando o grupo dos participantes que ou não nasceram em Portugal ou pelo menos um dos progenitores não nasceu, uma identidade nacional mais baixa (média=4.81) do que o grupo em que, quer os participantes quer os progenitores, nasceram no país (média=5.73).

Analisando a correlação entre a identidade nacional e as habilitações dos progenitores, verifica-se que quanto maiores as habilitações dos pais, menos os participantes se identificam com o país: $\rho(446)=-0.14, P=0.00$.

Dimensões de valorização dos Portugueses

Como se pode ver no quadro 19 e no gráfico 3, as dimensões mais valorizadas nos Portugueses são a História, seguida do clima, da cultura, do prestígio internacional, da tecnologia e do poder económico. De notar que mesmo a dimensão menos valorizada: poder económico, apresenta uma média próxima de 4 numa escala de 7 pontos, considerando-se, portanto, que mesmo nesta dimensão Portugal apresenta um certo desenvolvimento. O índice de valorização de Portugal apresenta uma média ligeiramente superior a 5 numa escala de 7 pontos, revelando, portanto, uma relativa valorização do país.

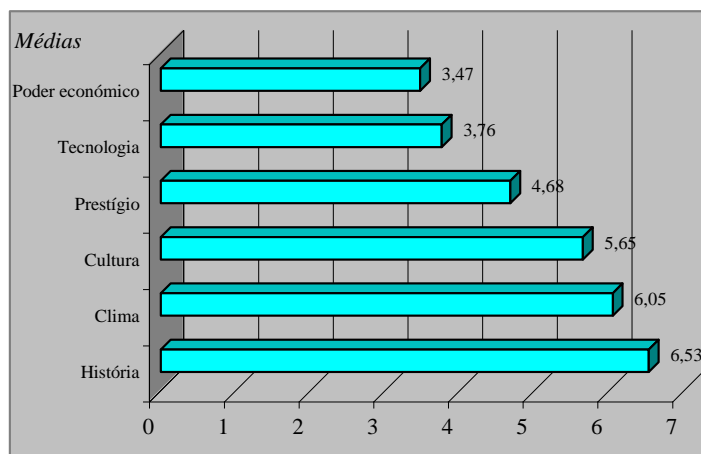
Quadro 19
Itens 25-30 e índice de valorização de Portugal
Médias e desvios-padrão

Dimensões de valorização	M	SD
Item 25: História	6.53	0.94
Item 26: Prestígio internacional	4.68	1.38
Item 27: Poder económico	3.47	1.34
Item 28: Cultura	5.65	1.40
Item 29: Tecnologia	3.76	1.28
Item 30: Clima	6.05	1.02
Índice de valorização de Portugal	5.02	0.84
Alpha de Cronbach	0.77	

Comentário [15]:

Nota: O índice de valorização de Portugal foi calculado com base na soma das respostas aos itens 25-30 e posterior divisão por seis.

Gráfico 3
Médias das dimensões de valorização de Portugal



Sujeitámos os itens 25-30 a uma análise factorial, com o objectivo de identificar factores subjacentes às respostas dos participantes ao conjunto dos itens. Extraímos dois factores, com valores próprios superiores a 1, que explicam 65.8 % da

variância total (46.7% no primeiro factor e 19.1% no segundo factor). O primeiro factor refere-se a uma **identidade exógena**, comparativa, em que as dimensões são comuns a outros grupos nacionais. O segundo factor refere-se a uma **identidade endógena**, que inclui as dimensões incomparáveis, que marcam a especificidade de Portugal e que o tornam incomparável em relação a todos os outros países.

Quadro 20
Identidade exógena e endógena
Estrutura factorial

	Factor 1	Factor 2
Identidade exógena		
Poder económico	.89	.06
Tecnologia	.80	.15
Prestígio internacional	.75	.23
Identidade endógena		
Clima	-.03	.78
História	.20	.74
Cultura	.45	.68
Valores próprios	2.80	1.14
Variância Explicada (%)	46.7	19.1
Percentagem acumulada	46.7	65.8
Alpha de Cronbach	.78	.64

→ **Identidade exógena**

Em relação ao factor identidade exógena de valorização dos Portugueses, verifica-se que existem diferenças consoante o **exogrupo de comparação**: $F(3, 430)=3.89, 0.01$. As médias são de 4.17 para os Cabo-verdianos, de 4.03 para os Americanos, de 4.01 para os Espanhóis e de 3.67 quando não existe exogrupo de comparação.

O teste de comparações múltiplas de Tukey-HSD mostra que a identidade exógena dos Portugueses é mais valorizada quando o exogrupo de comparação são os Cabo-verdianos (média=4.17) do que quando não existe exogrupo de comparação (média=3.66). (1ª análise).

Quadro 21

Identidade exógena (Factor 1)

Efeitos de interação do exogrupo de comparação e da ordem de apresentação

		Exogrupo de comparação			
		Espanhóis	Americanos	caboverdianos	Totais
Ordem de Apresentação	A	3.79 (58)	3.94 (61)	3.65 (59)	3.80 (178)
	B	4.24 (55)	4.14 (54)	4.75 (52)	4.37 (161)
		4.01 (113)	4.03 (115)	4.17 (111)	3.97 (339)
	Sem versão				3.67 (107)

Encontram-se também diferenças consoante a **ordem de apresentação**: $F(1, 315)=25.78, 0.00$. Segundo o Tukey-HSD, a identidade exógena é mais valorizada nas versões B (média=4.37), isto é, quando os participantes antes de se pronunciarem sobre os Portugueses já se pronunciaram sobre os exogrupos, do que nas versões A (média=3.80). O efeito de **interacção entre o exogrupo de comparação e a ordem de apresentação**: $F(2, 315)=5.42, 0.01$, como se pode ver no quadro 21 mostra que as diferenças em função da versão são particularmente acentuadas nas comparações com os caboverdianos e com os Espanhóis. O teste Tukey-HSD demonstra que as diferenças significativas se encontram entre a versão B (Cabo-verdianos) e a A (Espanhóis), a versão B (Cabo-verdianos) e a A (Americanos) e as versões A e B para os Cabo-verdianos.

→ **Identidade endógena**

Quanto à identidade endógena verificam-se diferenças consoante o **grau de ensino**: $F(1, 430)=13.19, 0.00$, sendo esta dimensão da identidade mais valorizada pelos estudantes do ensino superior (média=6.24) do que pelos do ensino secundário (média=5.93) (1ª análise).

Se também considerarmos a ordem de apresentação, obtemos diferenças no efeito já verificado: $F(1, 315)=5.85, 0.02$ e um efeito de **ordem de apresentação**: $F(1, 315)=10.04, 0.00$.

Assim, a dimensão identidade endógena é genericamente mais valorizada nas versões B (média=6.25) em que os participantes já se pronunciaram em relação a um exogrupo do que nas versões A (média=5.95).

Dimensões de valorização dos exogrupos

A dimensão mais valorizada em Espanha é o clima, seguido da História e do poder económico. A dimensão mais valorizada nos Estados Unidos é a tecnologia, seguida do poder económico e do prestígio internacional. Em relação a Cabo Verde, a dimensão mais valorizada é o clima, seguido da cultura e da História.

Quadro 22
Itens 87-92 e índices de valorização dos exogrupos
Médias e desvios-padrão

Dimensões de valorização	Espanha		Estados Unidos		Cabo Verde	
	M	SD	M	SD	M	SD
Item 87: História	5.32	1.58	4.19	1.79	4.03	1.59
Item 88: Prestígio internacional	5.15	1.22	6.32	0.90	3.15	1.50
Item 89: Poder económico	5.17	1.30	6.55	0.75	2.25	1.32
Item 90: Cultura	4.97	1.41	4.36	1.53	4.28	1.57
Item 91: Tecnologia	5.02	1.09	6.59	0.67	1.75	1.00
Item 92: Clima	5.40	1.18	4.24	1.39	5.24	1.77
Índices de valorização dos exogrupos	5.17	0.94	5.37	0.71	3.45	1.00
Alphas de Cronbach	0.82		0.58		0.77	

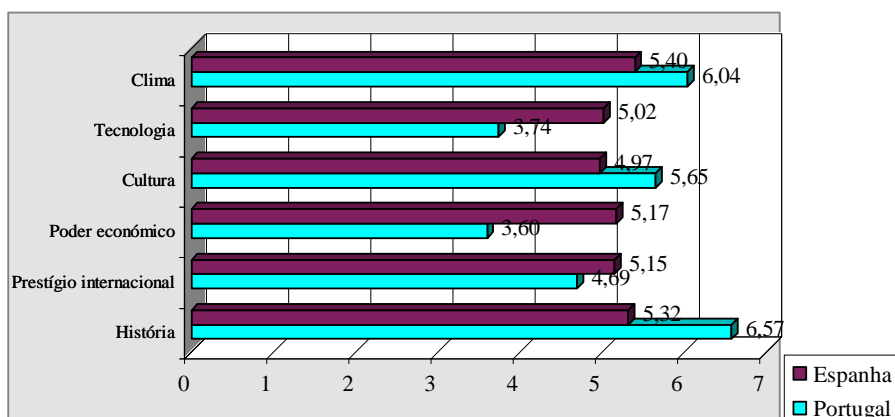
Comentário [16]:

Nota:O índice de valorização do exogrupo é calculado, para cada exogrupo, com base na soma dos itens 87-92 e posterior divisão por seis.

→ Portugal/ Espanha

A **História** de Portugal (média=6.57) é mais valorizada do que a de Espanha (média=5.32): $t(112)= 8.46, 0.00$. O **prestígio internacional** de Espanha (média=5.15) é mais valorizado do que o de Portugal (média=4.69): $t(112)= -2.82, 0.01$. O **poder económico** de Espanha (média=5.17) é mais valorizado do que o de Portugal (média=3.60): $t(112)= -8.56, 0.00$. A **cultura** de Portugal (média=5.65) é mais valorizada do que a de Espanha (média=4.97): $t(112)=3.78, 0.00$. A **tecnologia** de Espanha (média=5.02) é mais valorizada do que a de Portugal (média=3.74): $t(112)= -8.24, 0.00$. Finalmente, Portugal (média=6.04) tem melhor **clima** do que Espanha (média=5.40): $t(112)=4.97, 0.00$.

Gráfico 4
Comparações Portugal-Espanha nos vários itens

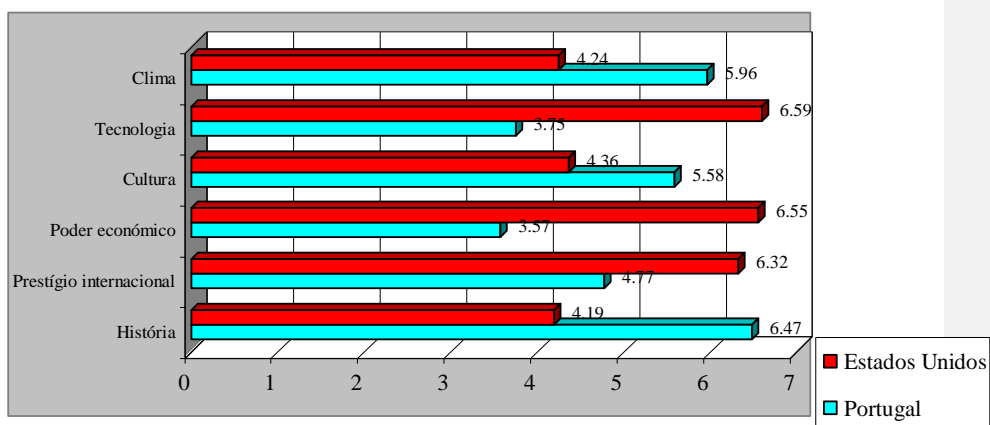


→ Portugal/Estados Unidos

Tal como pode ser observado no gráfico 5 é mais valorizada em **Portugal** a **História**: $t(114)=11.99, 0.00$, a **cultura** $t(114)=6.39, 0.00$ e o **clima** $t(114)=9.69, 0.00$.

São dimensões mais valorizadas nos **Estados Unidos**, o **prestígio internacional**: $t(114)= -9.87, 0.00$, o **poder económico**: $t(114)= -20.17, 0.00$ e a **tecnologia**: $t(114)= -20.88, 0.00$.

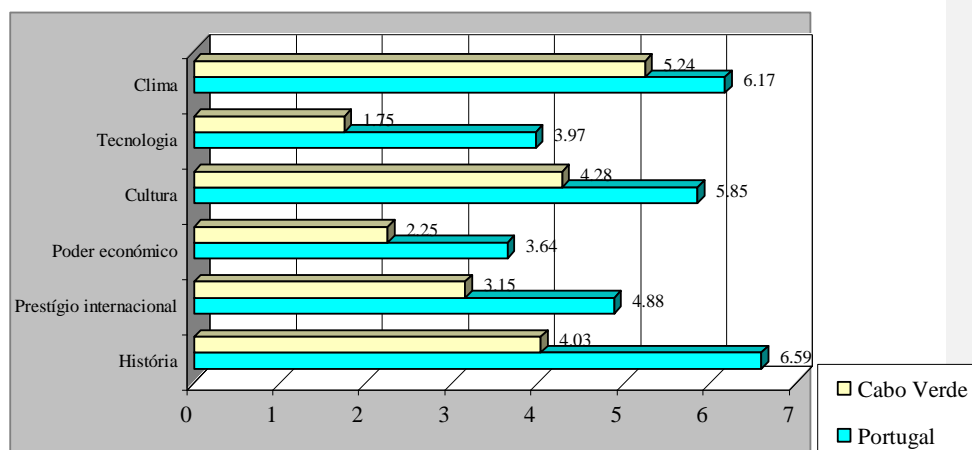
Gráfico 5
Comparações Portugal-Estados Unidos na valorização das dimensões



→Portugal/ Cabo Verde

Como pode ser observado no gráfico 6 todas as dimensões são mais valorizadas em **Portugal** comparativamente a Cabo Verde: **História:** $t(110)=16.74$, 0.00, **prestígio internacional:** $t(110)=10.28$, 0.00, **poder económico:** $t(110)=9.43$, 0.00, **cultura:** $t(110)=10.33$, 0.00, **tecnologia:** $t(110)=16.45$, 0.00 e **clima:** $t(110)=5.26$, 0.00.

Gráfico 6
Comparações Portugal-Cabo Verde na valorização das dimensões



Sujeitámos os itens 87 a 92 a uma análise factorial, com o objectivo de identificar factores subjacentes às respostas dos participantes ao conjunto dos itens. Extraímos dois factores, com valores próprios superiores a 1, que explicam 76.9 % da variância total (49.3% no primeiro factor e 27.6% no segundo factor).

Tal como na solução factorial anterior, o primeiro factor refere-se a uma **identidade exógena**, comparativa, em que as dimensões são comuns a outros grupos. O segundo factor refere-se a uma **identidade endógena**, que inclui as dimensões incomparáveis, que marcam a especificidade dos países.

Quadro 23
Identidade exógena e endógena
Estrutura factorial

	Factor 1	Factor 2
Identidade exógena		
Poder económico	.95	.07
Tecnologia	.94	-.01
Prestígio internacional	.91	.17
Identidade endógena		
Cultura	.21	.85
História	.26	.79
Clima	-.26	.65
Valores próprios	2.96	1.65
Variância Explicada (%)	49.3	27.6
Percentagem acumulada	49.3	76.9
Alpha de Cronbach	0.94	0.66

→**Identidade exógena**

Quadro 24
Identidade exógena (Factor 1)
Efeitos de interacção do exogrupo de comparação e do sexo

Exogrupo de comparação				
Sexo	Espanhóis	Americanos	Cabo-verdianos	Total
Masculino	5.27 (68)	6.51 (65)	2.12 (61)	4.70 (194)
Feminino	4.87 (45)	6.45 (50)	2.70 (50)	4.67 (145)
Total	5.11 (113)	6.49 (115)	2.38 (111)	4.68 (339)

Verifica-se um efeito principal do **exogrupo de comparação**: $F(2, 327)=563.04, 0.00$. Assim, segundo o teste de Tukey-HSD, a dimensão identidade exógena é mais valorizada nos Americanos (média=6.49), em seguida nos Espanhóis

(média=5.11) e, finalmente, nos Cabo-verdianos (média=2.38). Verifica-se, também, uma **interacção entre o sexo e o exogrupo de comparação**: $F(2, 327)=8.57, 0.00$.

Assim, os rapazes valorizam mais esta dimensão nos Espanhóis (média= 5.27) do que as raparigas (média=4.87), tal como acontece com os Americanos (média=6.51 e média=6.45, respectivamente). Mas são as raparigas (média=2.70) que valorizam mais esta dimensão no caso dos Cabo-verdianos. (1ª análise). A 2ª análise confirma as diferenças entre **exogrupos**: $F(2, 315)=563, 0.00$, bem como a **interacção entre sexo e exogrupo**: $F(2, 315)=8.56, 0.00$.

→Identidade endógena

Quadro 25

Identidade endógena (Factor 2)

Efeitos de interacção do exogrupo de comparação e do grau de ensino

Grau de ensino	Exogrupo de comparação			Total
	Espanhóis	Americanos	Cabo-verdianos	
Secundário	4.89 (62)	4.55 (63)	4.64 (59)	4.69 (184)
Superior	5.65 (51)	3.92 (52)	4.37 (52)	4.64 (155)
Total	5.23 (113)	4.26 (115)	4.51(111)	4.67 (339)

Também aqui se verificam diferenças consoante o **exogrupo de comparação**: $F(2, 327)=22.11, 0.00$. Esta dimensão é mais valorizada para os Espanhóis (média=5.23), do que para os Cabo-verdianos (média=4.51) ou os Americanos (média=4.26). A **interacção entre o grau de ensino e o exogrupo de comparação**: $F(2, 327)=10.16, 0.00$, mostra que, em relação aos Americanos, os estudantes do secundário valorizam mais a dimensão da identidade endógena (média=4.55) do que os estudantes do superior (média=3.92) e o mesmo sucede em relação aos Cabo-verdianos.

Já em relação aos Espanhóis verifica-se o inverso, pois os estudantes do superior valorizam mais os aspectos específicos e singularização deste país (média=5.65) do que os do secundário (média=4.89) (1ª análise).

A 2ª análise confirma diferenças consoante o **exogrupo de comparação**: $F(2, 315)=22.11, 0.00$ e de **interacção entre exogrupo e grau de ensino**: $F(2, 315)=10.16, 0.00$.

Quadro 26
Índices de valorização do endogrupo e dos exogrupos
Médias, desvios-padrão e diferenças significativas

	Portugal	Espanha	Portugal	Estados Unidos	Portugal	Cabo Verde
Médias	5.17	5.05	5.02	5.37	5.18	3.45
Desvios-padrão	0.94	0.82	0.87	0.71	0.91	1.00
Significância	$t(112)=1.12, 0.26$		$t(114)=3.57, 0.00 *$		$t(110)=-18.45, 0.00 *$	

*Significativo a 0.01.

Como se pode ver no quadro 26 existem diferenças entre o índice de valorização do endogrupo e o índice de valorização dos Estados Unidos: $t(114)=3.57, 0.00$, sendo os Estados Unidos mais valorizados do que Portugal.

Existem também diferenças entre o índice de valorização do endogrupo e o índice de valorização de Cabo Verde: $t(110)=-18.45, 0.00$, sendo Portugal mais valorizado do que Cabo Verde.

Encontra-se correlação entre o índice de valorização dos Espanhóis e o grau de informação sobre os Espanhóis: $\theta(113)=0.27, 0.00$.

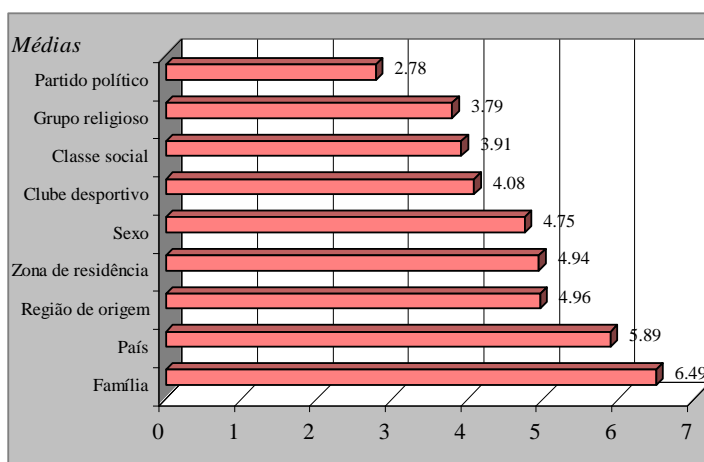
Categorias identitárias

Como se pode verificar no quadro 27 e no gráfico 7, as categorias identitárias mais valorizadas são a família, seguida do País e da região de origem, sendo o partido político a categoria menos valorizada.

Quadro 27
Categorias identitárias
Médias e desvios-padrão

Categorias identitárias	M	SD
Item 35: Família	6.49	1.08
Item 31: País	5.89	1.38
Item 32: Região de origem	4.96	1.77
Item 34: Zona de residência	4.94	1.62
Item 39: Sexo	4.75	2.14
Item 33: Clube desportivo	4.08	2.14
Item 37: Classe social	3.91	1.77
Item 36: Grupo religioso	3.79	1.96
Item 38: Partido político	2.78	1.72
Alpha de Cronbach	0.75	

Gráfico7
Médias das categorias identitárias



Sujeitámos os itens 31-39 a uma análise factorial, com o objectivo de identificar factores subjacentes às respostas dos participantes ao conjunto dos itens.

Foram extraídos dois factores, com valores próprios superiores a 1, que explicam 47.4% da variância total (34.2% no primeiro factor e 13.2 % no segundo factor). O primeiro factor refere-se a **redes locais e de apoio** e o segundo factor a **pertenças estruturais**.

Quadro 28
Redes locais e de apoio e pertenças estruturais
Estrutura factorial

	Factor 1	Factor 2
Redes locais e de apoio		
Item 31: País	.75	-.00
Item 32: Região de origem	.71	.23
Item 35: Família	.67	.13
Item 34: Zona de residência	.61	.30
Pertenças estruturais		
Item 37: Classe social	.13	.77
Item 38: Partido político	-0.02	.72
Item 36: Grupo religioso	.21	.57
Item 39: Sexo	.25	.55
Item 33: Clube desportivo	.40	.42
Valores próprios	3.08	1.19
Variância Explicada (%)	34.2	13.2
Percentagem acumulada	34.2	47.4 ¹⁴⁵
Alpha de Cronbach	0.68	0.65

¹⁴⁵ O item “clube desportivo” satura nos dois factores. Ao calcularmos o índice de consistência interna sem o item, o valor deste não se alterou significativamente. Assim sendo, optámos pela primeira solução factorial, apesar de reconhecermos que este item se revela ambíguo.

→ **Redes locais e de apoio**

Os estudantes do ensino secundário valorizam mais as redes locais e de apoio (média=5.70) do que os estudantes do ensino superior (média= 5.42): $F(1, 430)=8.18, 0.00$ (1ª análise) e a 2ª análise confirma este resultado: $F(1, 315)=4.91, 0.03$.

→ **Pertenças estruturais**

Existem diferenças consoante o **grau de ensino**, sendo também estas pertenças mais valorizadas pelos estudantes do ensino secundário (média=4.22) do que pelos do superior (média=3.43): $F(1, 430)=23.28, 0.00$ (1ª análise) e a 2ª análise confirma o mesmo resultado: $F(1, 315)=12.54, 0.00$.

Atitudes face a estrangeiros

Quadro 29
Itens 40-56 e índice de atitude face a estrangeiros.
Médias e desvios-padrão

Itens	M	SD
Inv 40	3.46	1.46
Inv 41	3.78	1.73
42	3.93	1.43
Inv 43	5.08	1.55
Inv 44	5.05	1.63
45	2.89	1.54
46	2.85	1.54
47	3.40	1.73
48	4.35	1.60
Inv 49	4.72	1.36
Inv 50	3.73	1.55
inv 51	4.72	1.32
52	4.74	1.18
inv 53	5.35	1.43
54	4.36	1.29
55	4.18	0.79
56	3.96	1.21
Índice atitudinal face a estrangeiros	4.06	0.77
Alpha de Cronbach	0.84	

Atendendo a que nos questionários alguns dos itens estão (deliberadamente) formulados de forma que o concordar com eles denota uma atitude positiva face aos estrangeiros e outros de forma que o concordar denota uma atitude negativa, estes últimos tiveram que ser invertidos no cálculo do índice em causa. São eles os itens 40, 41, 43, 44, 49, 50, 51 e 53. O índice de atitude face a estrangeiros é calculado com base na soma das respostas aos dezassete itens e posterior divisão por dezassete.

A análise factorial aos conjunto dos itens revelou quatro factores com valor próprio superior a 1, mas optámos por considerar apenas três (a inclusão do quarto factor pareceu-nos não facilitar a explicação dos dados)¹⁴⁶.

Os três factores explicam 53.9% da variância total (33.0 % no primeiro factor, 13.5 % no segundo e 7.4% no terceiro).

O primeiro factor refere-se a uma **tolerância geral** face a estrangeiros, o segundo, ao **direito de voto dos estrangeiros** nos três tipos de eleições apresentados: legislativas, presidenciais e autárquicas e, o terceiro, aos **contributos dos estrangeiros para o país** a nível económico, cultural ou de imagem externa.

¹⁴⁶ Enzmann (1997: 232) observa que o critério de Kaiser-Guttman segundo o qual se devem reter factores com valores próprios superiores a 1 se pode revelar inadequado em muitos casos, indicando a retenção de mais factores do que aqueles que o deveriam ser, de facto, considerados.

Quadro 30

Tolerância geral para com os estrangeiros, direito de voto dos estrangeiros e contributos dos estrangeiros para o país
Estrutura factorial

	Factor 1	Factor 2	Factor 3
Tolerância geral			
Item 41: [Não...] há estrangeiros a mais e deveria ser tomada alguma medida para diminuir o seu número.	.79	.17	.13
Item 40: [Não...] Há estrangeiros a mais em Portugal.	.77	.19	.13
Item 50: Os estrangeiros que vivem em Portugal [...não...] prejudicam os Portugueses nas oportunidades de emprego.	.69	.14	.14
Item 43: [Não...]Proibir a entrada de estrangeiros em Portugal.	.69	.11	.21
Item 51: Os estrangeiros que vivem em Portugal [não...] prejudicam a imagem do país no exterior.	.68	.02	.38
Item 49: Os estrangeiros que vivem em Portugal ...[não...] prejudicam os Portugueses nas oportunidades educativas.	.67	.15	.17
Item 53a: Os estrangeiros [não] são inferiores aos Portugueses	.46	.17	.31
Item 44a: [Não] obrigar os estrangeiros a adquirirem nacionalidade portuguesa	.39	-.15	-.30
Direito de voto dos estrangeiros			
Item 45: Os estrangeiros devem poder votar nas eleições para a Assembleia da República	.06	.93	.13
Item 46: Os estrangeiros devem poder votar nas eleições para a Presidência da República	.06	.93	.14
Item 47: Os estrangeiros devem poder votar nas eleições para as Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e autarquias em geral.	.19	.83	.17
Contributos dos estrangeiros para o país			
Item 54: Os estrangeiros que vivem em Portugal contribuem para a riqueza do país	.28	.00	.69
Item 56: Os estrangeiros que vivem em Portugal contribuem para que o país tenha uma melhor imagem no exterior	.29	-.04	.67
Item 55: Os estrangeiros que vivem em Portugal contribuem para uma maior diversidade cultural no espaço nacional.	.37	.10	.62

	Factor 1	Factor 2	Factor 3
Item 42: (Portugal deveria...) contribuir para o desenvolvimento dos países de origem dos estrangeiros	-.05	.23	.54
Item 48a: Os estrangeiros que vivem em Portugal devem ter os mesmos direitos que os Portugueses.	.32	.41	.40
Item 52a: Os estrangeiros são bem tratados pelos Portugueses	-.11	-.38	-.04
Valores próprios	5.62	2.29	1.26
Variância Explicada (%)	33	13.5	7.4
Percentagem acumulada	33	46.5	53.9
Alpha de Cronbach	0.86	0.93	0.65

Nota: Nenhum dos itens apresenta mais de 50% de respostas numa posição da escala ou mais de 75% em duas posições da escala-de acordo com o critério de Soczka referido por Amâncio (1994: 130). No entanto, quatro itens tiveram que ser eliminados. Os itens 44, 48 e 53 foram eliminados por apresentarem saturações inferiores a 50% em qualquer dos factores e pela sua eliminação aumentar significativamente os alfa dos respectivos factores. O item 52 foi eliminado por apresentar correlações negativas com qualquer dos factores. Os alfas apresentados no quadro, são os obtidos depois de retirados os itens mencionados.

Quadro 31
Tolerância geral face aos estrangeiros
Efeitos de interacção do sexo e grau de ensino

Sexo			
Grau de ensino	Masculino	Feminino	Total
Secundário	3.79 (133)	4.28 (108)	4.00 (241)
Superior	4.50 (119)	4.56 (86)	4.53 (205)
Total	4.13 (252)	4.41 (194)	4.25 (446)

Neste caso verifica-se um efeito de **sexo**: $F(1, 430)=6.46, 0.01$, manifestando as raparigas uma maior tolerância geral (média=4.41) do que os rapazes (média=4.13). Também se verifica um efeito do **grau de ensino**: $F(1, 430)=20.78, 0.00$, segundo o qual os estudantes do superior são mais tolerantes (média=4.53) do que os do secundário (média=4.01) (1ª análise).

A segunda análise confirma a existência de diferenças consoante o **sexo**: $F(1, 315)=7.98, 0.00$ e consoante o **grau de ensino**: $F(1, 315)=21.22, 0.00$.

Mas esta análise revela ainda um efeito da variável **ordem de apresentação**: $F(1, 315)=6.74, 0.01$, sendo a tolerância maior nas versões A (média=4.35) do que nas B (média=3.97).

Finalmente o efeito da **interacção entre sexo e grau de ensino**: $F(1, 315)=5.49, 0.02$, mostra que as raparigas do superior (média=4.56) são pouco mais tolerantes do que os rapazes do mesmo nível de ensino (média=4.50), mas que existe uma grande diferença entre a tolerância das raparigas (média=4.28) e dos rapazes (média=3.79) ao nível do secundário.

As raparigas também são mais favoráveis ao direito de voto dos estrangeiros (média=3.35) do que os rapazes (média= 2.82): $F(1, 430)=13.88, 0.00$ (1ª análise) e $F(1, 315)=9.02, 0.00$ (2ª análise) e consideram que os estrangeiros dão mais contributos para o país (média=4.32) do que os rapazes (média=4.18): $F(1, 430)=12.06, 0.00$ (1ª análise) e $F(1, 315)=12.91, 0.00$ (2ª análise).

Apesar de não termos formulado nenhuma hipótese nesse sentido, analisámos eventuais diferenças na atitude face a estrangeiros entre os participantes ($n=62$) que não nasceram em Portugal e que têm pelo menos um progenitor que não nasceu e os que são naturais de Portugal ($n=384$) assim como os seus progenitores.

Os resultados mostraram que os participantes que ou não nasceram em Portugal ou que têm, pelo menos, um progenitores que não nasceu, têm uma atitude mais positiva face aos estrangeiros em geral (média=4.36) do que o grupo dos que, tal como os seus pais, nasceram no país (média=4.01): $t(444)=3.31, P= 0.00$.

Estimativa sobre o número de estrangeiros residentes

37.7% dos participantes escolhe a estimativa correcta do número de estrangeiros residentes em Portugal: “100 000-1 milhão”. De facto, o S.E.F. refere 176 225 até 30 de Abril de 1998.

No entanto, o quadro 22 mostra que 15.9% dos participantes sobrestimam o número de estrangeiros residentes, ao assinalarem a alternativa “Mais de 1 milhão”, enquanto que 46.4% dos participantes sub-estimam o número de estrangeiros que residem no país.

Quadro 32
Estimativa sobre o número de estrangeiros residentes

Estimativa do nº de estrangeiros	n	%
Menos de 100	1	0.2
100 - 1 000	12	2.7
1 000 – 10 000	57	12.8
10 000 - 100 000	137	30.7
100 000 - 1 milhão	168	37.7
Mais de 1 milhão	71	15.9

Quadro 33
Estimativa do número de estrangeiros residentes
Efeitos de interacção do sexo e grau de ensino

Sexo			
Grau de ensino	Masculino	Feminino	Total
Secundário	4.63 (133)	3.97 (108)	4.33 (241)
Superior	4.85 (119)	4.55 (86)	4.72 (205)
Total	4.73(252)	4.23 (194)	4.51 (446)

Estas estimativas variam consoante o **sexo**: $F(1, 430)=26.86, 0.00$, considerando os rapazes (média=4.73) que residem mais estrangeiros no país do que as raparigas (média=4.23) e segundo o **grau de ensino**: $F(1, 430)=19.29, 0.00$, já que os estudantes do ensino superior consideram que existem mais estrangeiros em Portugal (média =4.72) do que os do ensino secundário (média=4.33).

O efeito de **interacção entre o sexo e o grau de ensino**: $F(1, 430)=4.34, 0.04$ mostra que os rapazes do superior consideram que existem mais estrangeiros em Portugal (média=4.85) do que os do secundário (média=4.63). No entanto, a diferença entre secundário e superior é bem mais significativa no sexo feminino, considerando as raparigas do superior que residem mais estrangeiros em Portugal (média=4.55) do que as do secundário (média=3.97).

A 2ª análise confirma os efeitos principais do **sexo**: $F(1, 315)=24.55, 0.00$ e do **grau de ensino**: $F(1, 315)=21.02, 0.00$ e revela, ainda, um efeito da **versão**: $F(1, 315)=5.15, 0.02$, que indica uma maior sobrestima na versão A (média=4.55) do que na B (média=4.42).

Predisposições comportamentais-medida de proximidade social

Quadro 34
Medida de proximidade social
Médias e desvios-padrão

Não teria qualquer problema em...	Espanhóis		Americanos		Cabo-Verdianos		Total		Sig.
	M	SD	M	SD	M	SD	M	SD	
Item 58: "Sentar-me ao lado de um [...] no autocarro."	6.42 a	1.43	6.57 a	1.37	6.50 a	1.24	6.50	1.35	$F(2,336)=0.35, 0.71$
Item 59: "Dançar com um/a [...]."	6.51 a	1.26	6.65 b	1.10	6.15 c	1.44	6.44	1.29	$F(2,336)=4.60, 0.01$ **
Item 60: "Namorar com um/a [...]."	6.18 a	1.59	6.44 a	1.25	4.79 b	2.14	5.81	1.84	$F(2,336)=30.68, 0.00$ *
Item 61: "Casar com um/a [...]."	5.74 a	1.83	5.96 a	1.71	4.28 b	2.25	5.34	2.08	$F(2,336)=29.94, 0.00$ *
Item 62: "Ter colegas [...]."	6.39 a	1.30	6.55 a	1.22	6.51 a	1.19	6.48	1.24	$F(2,336)=0.51, 0.60$
Item 63: "Que os meus filhos tivessem colegas [...]."	6.45 a	1.26	6.55 a	1.24	6.51 a	1.22	6.50	1.24	$F(2,336)=0.18, 0.84$
Item 64: "Empregar um/a [...] na minha empresa."	5.84 a	1.79	6.27	1.43	6.39 b	1.34	6.17	1.55	$F(2,336)=3.97, 0.01$ *
Item 65: "Que os meus filhos casassem com [...]."	5.96 a	1.62	6.10 a	1.52	4.99 b	2.04	5.69	1.80	$F(2,336)=13.65, 0.00$ **
Item 66: "Ter amigos [...]."	6.52 a	1.25	6.62 a	1.14	6.51 a	1.25	6.55	1.21	$F(2,336)=0.25, 0.77$
Item 67: "Ter chefes [...]."	5.20 a	2.08	5.48 a	1.97	5.75 a	1.93	5.48	2.00	$F(2,336)=2.09, 0.13$
Índice de proximidade social	6.12	1.24	6.32 a	1.14	5.84 b	1.21	6.10	1.21	$F(2,336)=4.64, 0.01$ *
Alphas de Cronbach	0.93		0.94		0.90		0.92		

*Significativo a 0.05 ** Significativo a 0.01

Os comportamentos que os participantes teriam mais dificuldade em aceitar em relação aos **Espanhóis** são o casamento de filhos seus com Espanhóis, casarem eles próprios com Espanhóis e, principalmente, ter chefes Espanhóis, sucedendo precisamente o mesmo em relação aos **Americanos**. Em relação aos **Cabo-verdianos**, os comportamentos mais difíceis são que os seus filhos casassem com Cabo-verdianos, namorar com Cabo-verdianos e, essencialmente, casar com Cabo-verdianos.

Não há diferenças significativas na predisposição em desenvolver os seguintes comportamentos em relação aos grupos: sentar-se ao lado no autocarro, ter colegas, os filhos terem colegas, ter amigos e ter chefes. Em relação a dançar, há mais predisposição para dançar com Americanos do que com Cabo-verdianos. Em relação a namorar, casar e que os filhos casassem, a predisposição é maior em relação a Espanhóis e Americanos do que a Cabo-verdianos. Finalmente, em relação a empregar na empresa, prefere-se empregar Cabo-verdianos a Espanhóis.

Quadro 35
Proximidade social
Efeitos de interacção do sexo e grau de ensino

Grau de ensino	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Secundário	5.99 (104)	6.48 (80)	6.20 (184)
Superior	6.01 (90)	5.92 (65)	5.97 (155)
Total	6.00(194)	6.23 (145)	6.10 (339)

Há diferenças entre **exogrupos de comparação**: $F(2, 327)=4.84, 0.01$. Segundo o teste de Tukey-HSD, os Americanos (média=6.32) estão mais próximos dos Portugueses do que os Cabo-verdianos (média=5.84).

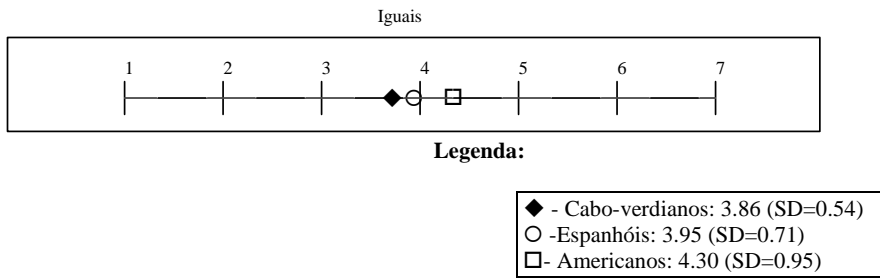
O efeito de **interacção entre sexo e grau de ensino**: $F(1, 327)=4.12, 0.04$ mostra que são as raparigas do secundário que se consideram, em média, mais

próximas do conjunto dos três exogrupos (média=6.48) do que as raparigas do superior (média=5.92).

A 2ª análise confirma as diferenças entre **exogrupos de comparação**: $F(2, 315)=4.84, 0.01$, bem como a **interacção entre sexo e grau de ensino**: $F(1, 315)=4.12, 0.04$.

Inferioridade/superioridade dos exogrupos relativamente aos Portugueses

Esquema 1
Representação do posicionamento dos exogrupos em termos de inferioridade/superioridade em relação ao grupo dos Portugueses



Quadro 36
Posicionamento dos exogrupos em relação aos Portugueses em termos de inferioridade/superioridade
Efeitos de interacção do exogrupo de comparação e do sexo

Grau de ensino	Exogrupo de comparação			Total
	Espanhóis	Americanos	Cabo-verdianos	
Secundário	3.93 (62)	4.52 (63)	3.78 (59)	4.09 (184)
Superior	3.96 (51)	3.46 (52)	3.94 (52)	3.98 (155)
Total	3.94 (113)	4.04 (115)	3.73 (111)	4.04 (339)

Verificam-se diferenças entre os **exogrupos de comparação**: $F(2, 327)=9.47, 0.00$. Segundo o teste de Tukey-HSD, os Americanos estão mais bem posicionados (média=4.04) do que os Espanhóis (média=3.94) e os Cabo-verdianos (média=3.73).

O efeito de **interacção entre o grau de ensino e o exogrupo de comparação**: $F(2, 327)=5.72, 0.00$ indica que os estudantes do ensino secundário valorizam mais os Americanos, mas são também os do secundário que valorizam menos os Espanhóis e os Cabo-verdianos.

A 2ª análise confirma a existência de diferenças consoante os exogrupos de comparação: $F(2, 315)=9.46, 0.00$, bem como a **interacção entre grau de ensino e exogrupo de comparação**: $F(2, 315)=5.50, 0.00$.

Estereótipos

Quadro 37

Os 10 adjectivos mais atribuídos aos grupos e percentagem dos participantes que os seleccionam¹⁴⁷

Portugueses	Espanhóis	Americanos	Cabo-verdianos
Hospitaleiros (43)	Divertidos (32)	Patriotas (37)	Explorados (40)
Tradicionalistas (38)	Patriotas (28)	Negociantes (25)	Pobres (35)
Divertidos (30)	Comunicativos (27)	Ambiciosos (24)	Racistas (31)
Racistas (26)	Orgulhosos (27)	Racistas (24)	Desconfiados (27)
Comunicativos (22)	Barulhentos (25)	Divertidos (23)	Divertidos (24)
Críticos (18)	Fanáticos (23)	Comunicativos (21)	Comunicativos (22)
Desconfiados (17)	Desconfiados (21)	Poderosos (21)	Marginalizados (20)
Preguiçosos (17)	Negociantes (21)	Fanáticos (19)	Barulhentos (20)
Prestáveis (17)	Aldrabões (18)	Orgulhosos (19)	Desprotegidos (20)
Religiosos (16)	Críticos (17)	Materialistas (18)	Violentos (17)
	Religiosos (17)		

¹⁴⁷ Em relação ao grupo dos Espanhóis são apresentados 11 e não 10 adjectivos, dado que existem 2 adjectivos que foram seleccionados por igual percentagem de sujeitos.

Verifica-se uma tendência para um maior consenso na atribuição de adjectivos aos Portugueses e aos Cabo-verdianos do que aos Americanos e aos Espanhóis. Uma vez que cada sujeito tinha que atribuir 5 adjectivos a um dado grupo temos um total de 2230 adjectivos atribuídos. Desse total, 155 foram atribuídos considerando que entre 0 a 20% dos membros do grupo o possuíam, 198 considerando que 21 a 40% dos membros o possuíam, 516 considerando 41 a 60% dos membros, 483 considerando 61 a 80% dos membros e apenas 483 considerando 81 a 100% dos membros.

Quadro 38
Estimativas relativas à percentagem de elementos dos exogrupos que possuem cada adjectivo

Categorias	N	%
1- 0-20%	155	6.95
2- 21-40%	198	8.88
3- 41-60%	516	23.14
4- 61-80%	878	39.37
5- 81-100%	483	21.66
Total	2230	100

Avaliação dos atributos

Apesar da grande maioria dos 80 adjectivos apresentar um sentido positivo ou negativo mais ou menos unívoco, tal não sucede em relação a alguns adjectivos.

Apenas a título exemplificativo, referimos os adjectivos “explorados” e “orgulhosos”. Em relação a “explorados”, dos 45 participantes que o utilizam para caracterizar um grupo, 26 consideram que o adjectivo está a menosprezar o grupo. Pelo contrário, 19 participantes utilizam o adjectivo para valorizar o grupo. Em relação ao adjectivo “orgulhosos” verifica-se a mesma ambivalência. Dos 72

participantes que o atribuem a um grupo, 26 participantes utilizam o adjectivo para desvalorizar o grupo e 46 participantes para o valorizar.

Atracção dos Portugueses pelos outros

Quadro 39
Atracção dos Portugueses pelos outros
Efeitos de interacção do sexo e do grau de ensino

Sexo			
Grau de ensino	Masculino	Feminino	Total
Secundário	4.52 (104)	5.33 (80)	4.87 (184)
Superior	4.54 (90)	4.57 (65)	4.55 (155)
Total	4.53 (194)	4.99 (145)	4.73 (339)

O efeito principal do **sexo**: $F(1, 327)=8.45, 0.00$, mostra que são as raparigas quem mais gosta dos exogrupos em geral (média=4.99). Quanto ao **grau de ensino**: $F(1, 327)=7.34, 0.01$, os estudantes do secundário gostam, em geral, mais dos exogrupos (média=4.87) do que os do superior (média=4.55).

O efeito de **interacção entre o sexo e o grau de ensino**: $F(1, 327)=8.19, 0.00$ revela que as maiores diferenças, em função do nível de ensino, se encontram entre as raparigas. A 2ª análise confirma as diferenças entre **sexos**: $F(1, 315)=8.16, 0.00$ e entre **graus de ensino**: $F(1, 315)=8.13, 0.00$.

Quadro 40
Atracção dos Portugueses pelos outros
Efeitos de interacção do exogrupo de comparação e do sexo

Exogrupo de comparação				
Sexo	Espanhóis	Americanos	Cabo-verdianos	Total
Masculino	4.48 (68)	4.66 (65)	4.45 (61)	4.53 (194)
Feminino	4.62 (45)	5.14 (50)	5.16 (50)	4.99 (145)
Total	4.54 (113)	4.87 (115)	4.76 (111)	4.73 (339)

Finalmente encontra-se uma **interacção entre o sexo e o exogrupo de comparação**: $F(2, 315)=8.92, 0.00$, estando os dois sexos relativamente afastados no grau em que gostam de Cabo-verdianos (média de 5.16 para as raparigas e de 4.45 para os rapazes) e de Americanos (média de 5.14 para as raparigas e de 4.66 para os rapazes).

Mais próximos estão os dois sexos no grau de atracção pelos Espanhóis. Assim, encontra-se uma média de 4.62 no grau de atracção das raparigas pelos Espanhóis contra uma média de 4.48 dos rapazes em relação a esse mesmo grupo.

Atracção dos outros pelos Portugueses

Quadro 41
Item 86
Médias e desvios-padrão

Espanhóis		Americanos		c. verdianos		Total	
M	SD	M	SD	M	SD	M	SD
3.75	1.42	4.03	1.16	4.03	1.32	3.93	1.31

Os estudantes do secundário consideram que os exogrupos em geral gostam mais dos Portugueses (média=4.08) do que os do superior (média=3.77): $F(1, 327)=5.42, 0.02$. A 2ª análise confirma este resultado: $F(1, 315)=5.48, 0.02$.

Predisposição para a mudança atitudinal

Ter uma relação afectiva com um/a Espanhol/a é o factor que os participantes consideram que mais poderia contribuir para que passassem a gostar mais de Espanhóis, seguido do ter mais informação sobre Espanha e, por último, de existirem mais Espanhóis em Portugal.

Em relação aos Estados Unidos, sucede o mesmo. Assim, ter uma relação afectiva com um/a Americano/a é o factor que os participantes consideram que mais poderia contribuir para que passassem a gostar mais de Americanos, seguido de ter mais informação sobre os Estados Unidos e de existirem mais Americanos em Portugal.

Relativamente a Cabo Verde, os participantes consideram que o factor que mais poderia contribuir para que passassem a gostar mais de Cabo-verdianos seria ter mais informação sobre Cabo Verde, seguido de ter uma relação afectiva com um/a Cabo-verdiano/a e de existirem mais Cabo-verdianos em Portugal.

Analisando item a item, considera-se que existirem mais elementos do exogrupo em Portugal poderia contribuir mais para uma mudança atitudinal em relação a Espanha do que em relação a Cabo Verde.

Por outro lado, ter uma relação afectiva com um elemento do exogrupo é um factor mais determinante da mudança atitudinal em relação a Espanha e aos Estados Unidos do que a Cabo Verde.

Tendo em consideração o conjunto dos três exogrupos, ter uma relação afectiva com um elemento do exogrupo é considerado mais determinante de uma mudança atitudinal, enquanto que existirem mais elementos do exogrupo em Portugal é o menos relevante. De resto, a tendência é para considerar que este aspecto não contribuiria para se passar a gostar mais daqueles grupos, antes, teria um efeito precisamente inverso.

Quadro 42

**Itens 75 a 77 e índices de mudança atitudinal.
Médias e desvios-padrão**

Factores de mudança atitudinal	Espanha		Estados Unidos		Cabo Verde		Total		Sig.
	M	SD	M	SD	M	SD	M	SD	
Item 75: Existirem elementos do exogrupo em Portugal	2.81 a	1.67	3.68	1.74	2.77 b	1.68	3.09	1.75	$F(2, 336)=10.40, 0.00^{**}$
Item 76: Ter mais informação sobre o exogrupo	4.57	1.84	4.41	1.80	4.97	1.80	4.65	1.82	$F(2, 336)=2.90, 0.06$
Item 77: Ter uma relação afectiva com um elemento do exogrupo	5.02	1.70	4.94	1.98	4.25	2.00	4.74	1.82	$F(2, 336)=5.50, 0.00^{**}$
Índices de mudança atitudinal	4.13	1.25	4.34	1.50	4.00	1.44	4.16	1.40	$F(2,336)=1.74, 0.18$
Alphas de Cronbach	0.54		0.74		0.69		0.65		

*Significativo a 0.05. **Significativo a 0.01.

Nota: O índice de mudança atitudinal para cada exogrupo é calculado com base na soma das respostas aos itens 75-77 e posterior divisão por três.

Quadro 43

**Mudança atitudinal
Efeitos de interacção do sexo e grau de ensino**

Grau de ensino	Sexo		
	Masculino	Feminino	Total
Secundário	4.02 (104)	4.62 (80)	4.12 (184)
Superior	4.23 (90)	3.73 (65)	4.22 (155)
Total	4.12 (194)	4.22 (145)	4.16 (339)

Os estudantes do secundário estão mais predispostos para a mudança atitudinal em relação ao conjunto dos exogrupos (média =4.28) do que os estudantes do ensino superior (média=4.02): $F(1, 327)=5.69, 0.02$. A **interacção entre sexo e grau de ensino**: $F(1, 327)=13.62, 0.00$ mostra que as raparigas do secundário estão

mais predispostas a mudar a sua atitude (média=4.62) do que as raparigas do superior (média=3.73), mas que os rapazes do secundário (média=4.02) estão menos predispostos para essa mudança do que os do superior (média=4.23).

Quadro 44
Mudança atitudinal
Efeitos de interacção do exogrupo de comparação e do sexo

Exogrupo de comparação				
Sexo	Espanhóis	Americanos	Cabo-verdianos	Total
Masculino	4.36 (68)	4.28 (65)	3.82 (61)	4.12 (194)
Feminino	3.85 (45)	4.43 (50)	4.40 (50)	4.22 (145)
Total	4.16 (113)	4.34 (115)	4.08 (111)	4.16 (339)

Uma **interacção entre o sexo e o exogrupo de comparação**: $F(2, 327)=6,71, 0.00$ mostra, por outro lado, que os rapazes manifestam maior predisposição de mudança em relação aos Espanhóis (média=4.36) do que as raparigas (média=3.85).

No entanto, em relação aos Americanos são as raparigas que têm maior predisposição de mudança (média=4.43) do que os rapazes (média=4.28). O mesmo sucede em relação aos Cabo-verdianos, isto é, as raparigas têm mais predisposição de mudança (média=4.40) do que os rapazes (média=3.82).

A 2ª análise confirma as diferenças entre **graus de ensino**: $F(1, 315)=5.87, 0.02$, bem como a **interacção entre sexo e grau de ensino**: $F(1, 315)=14.07, 0.00$ e entre **sexo e exogrupo de comparação**: $F(2, 315)=6.55, 0.00$.

Número de elementos dos exogrupos com quem se falou

Relativamente aos Espanhóis e Cabo-verdianos obteve-se uma média de 3.33 e 3.37, respectivamente nas respostas dos participantes, o que significa que já falaram com 6 a 10 pessoas daquelas nacionalidades.

Quanto aos Americanos (média=2.44) os participantes terão falado com menos pessoas daquela nacionalidade, mais precisamente entre 1 e 5 elementos.

Quadro 45
Número de elementos do exogrupo com quem se falou
Médias e desvios-padrão

Número de elementos do exogrupo com que se falou	M	SD
Espanhóis	3.37	1.36
Americanos	2.44	1.13
Cabo-verdianos	3.33	1.36
Total	3.04	1.35

Quadro 46
Número de elementos do exogrupo com quem se falou
Efeitos de interacção do exogrupo de comparação e do sexo

Exogrupo de comparação				
Sexo	Espanhóis	Americanos	Cabo-verdianos	Total
Masculino	3.24 (68)	2.54 (65)	3.64 (61)	3.13 (194)
Feminino	3.57 (45)	2.32 (50)	2.96 (50)	2.93 (145)
Total	3.37 (113)	2.44 (115)	3.33 (111)	3.04 (339)

Os estudantes do **superior** falaram com mais elementos dos exogrupos (média=3.40) do que os estudantes do **secundário** (média=2.75): $F(1, 327)=26.34, 0.00$.

Os participantes falaram com mais **Espanhóis** (média=3.37) e com mais **Cabo-verdianos** (média=3.33) do que com **Americanos** (média=2.44): $F(2, 327)=22.67, 0.00$, como comprova o teste de Tukey-HSD.

A **interacção entre sexo e exogrupo de comparação**: $F(2, 327)=5.57, 0.00$ mostra que, enquanto que as raparigas falaram com mais Espanhóis (média=3.57) do que os rapazes (média=3.24), foram os rapazes que falaram com mais Americanos

(média=2.54) do que as raparigas (média=2.32) e foram também os rapazes que falaram com mais Cabo-verdianos (média=3.64) do que as raparigas (média=2.96).

Quadro 47

Número de elementos do exogrupo com quem se falou

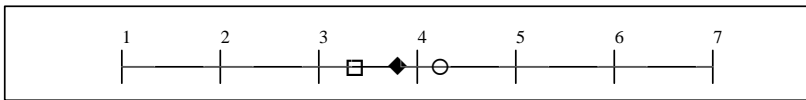
Efeitos de interação do exogrupo de comparação e do grau de ensino

Grau de ensino	Exogrupo de comparação			Total
	Espanhóis	Americanos	Cabo-verdianos	
Secundário	2.88 (62)	2.27 (63)	3.27 (59)	2.75 (184)
Superior	4.06 (51)	2.66 (52)	3.40 (52)	3.40 (155)
Total	3.37 (113)	2.44 (115)	3.33 (111)	3.04 (339)

Finalmente, a **interacção entre grau de ensino e exogrupo de comparação**: $F(2, 327)=7.96, 0.00$ mostra que, apesar dos estudantes do superior terem falado com mais elementos dos exogrupos do que os do secundário (média=4.06 contra 2.88 no caso dos Espanhóis, média= 2.66 contra 2.27, no caso dos Americanos e média=3.40 contra 3.27, no caso dos Cabo-verdianos), a diferença entre os dois níveis de ensino é particularmente significativa no caso dos Espanhóis. A 2ª análise confirma a diferença entre **graus de ensino**: $F(1, 315)=26.54, 0.00$, entre **exogrupos**: $F(2, 315)=23.16$, a **interacção sexo/exogrupo de comparação**: $F(2, 315)=4.99, 0.01$ e a **interacção exogrupo de comparação/grau de ensino**: $F(2, 315)=8.11, 0.00$.

Semelhança dos exogrupos relativamente aos Portugueses

Esquema 2
Semelhança entre Portugueses e exogrupos



Legenda:

- - Portugueses/Americanos: 3.37 (SD=1.35)
- ◆ - Portugueses/Cabo-verdianos: 3.79 (SD=1.45)
- - Portugueses/Espanhóis: 4.12 (SD=1.28)

O efeito principal do **exogrupo de comparação**: $F(2, 327)=7.69, 0.00$, mostra que, os Espanhóis (média=4.12) são considerados mais semelhantes do que os Cabo-verdianos (média=3.79) e os Americanos (média=3.37) e a 2ª análise confirma o mesmo resultado: $F(2, 315)=8.19, 0.00$.

O teste de Tukey-HSD complementarmente realizado, atesta que apenas os Espanhóis são considerados significativamente mais semelhantes aos Portugueses do que os Americanos.

Semelhança dos Portugueses em relação aos exogrupos nas diversas dimensões de comparação

Quadro 48
Dimensões de comparação com os exogrupos

Médias e desvios-padrão

Itens	Espanhóis		Americanos		Cabo-verdianos		Total	
	M	SD	M	SD	M	SD	M	SD
Item 80: Religião	4.80 a	1.52	3.28 b	1.14	4.00 c	1.62	4.02	1.56
Item 81: Hábitos alimentares	3.63 a	1.64	2.72 b	1.47	2.80 b	1.44	3.05	1.57
Item 82: Vestuário	4.29 a	1.69	3.50 b	1.54	2.93 c	1.64	3.58	1.71
Item 83: Cor da pele	5.45 a	1.56	4.64 b	1.40	1.95 c	1.26	4.03	2.05
Item 84: Hábitos de higiene	4.87 a	1.63	4.50 a	1.54	3.90 b	1.73	4.42	1.68
Item 85: Estilo de vida	3.88 a	1.66	2.93 b	1.57	2.97 b	1.45	3.26	1.62

Em termos de **religião**, considera-se que os Espanhóis (média=4.80) são os mais semelhantes aos Portugueses, seguidos dos Cabo-verdianos (média=4.00), sendo os Americanos os mais diferentes (média=3.28): $F(2, 315)=29.93, 0.00$.

Já ao nível dos **hábitos alimentares**, considera-se que os Espanhóis (média=3.63) são mais semelhantes aos Portugueses do que Americanos (média=2.72) e Cabo-verdianos (média=2.80): $F(2, 315)=13.89, 0.00$.

No que diz respeito ao **vestuário**, os Espanhóis são considerados os mais semelhantes (média=4.29), seguidos dos Americanos (média=3.50) e dos Cabo-verdianos (média=2.93): $F(2, 315)=18.48, 0.00$.

Quanto à **cor da pele**, os Espanhóis são considerados os mais semelhantes (média=5.45), seguidos dos Americanos (média=4.64) e os Cabo-verdianos os mais diferentes (média=1.95): $F(2, 315)=189.714, 0.00$.

Em relação aos **hábitos de higiene**, os Espanhóis e os Americanos (com médias de 4.87 e 4.50, respectivamente) são considerados mais semelhantes aos Portugueses do que os Cabo-verdianos (média=3.90): $F(2, 315)=7.68, 0.00$.

Finalmente, no que concerne o **estilo de vida**, os Espanhóis (média=3.88) são considerados mais semelhantes do que Americanos (média=2.93) ou Cabo-verdianos (média=2.97): $F(2, 315)=13.99, 0.00$.

Em resumo, e fazendo uma análise grupo a grupo, de entre as diversas vertentes de comparação apresentadas: religião, hábitos alimentares, vestuário, cor da pele, hábitos de higiene e estilo de vida, os Espanhóis são fundamentalmente semelhantes aos Portugueses a nível de cor da pele, seguida dos hábitos de higiene, religião, vestuário, estilo de vida e hábitos alimentares.

Os Americanos, por seu lado, são considerados essencialmente semelhantes a nível da cor de pele, seguida dos hábitos de higiene, vestuário, religião, estilo de vida e hábitos alimentares.

Finalmente, os Cabo-verdianos são considerados essencialmente semelhantes a nível da religião, seguida dos hábitos de higiene, estilo de vida, vestuário, hábitos alimentares e cor de pele.

Informação sobre os Portugueses e sobre os exogrupos

Quadro 49
Índices de informação

	Espanha		Estados Unidos		Cabo Verde		Portugal	
	M	SD	M	SD	M	SD	M	SD
Índices de informação	9.97	1.82	8.81	1.98	7.44	2.07	11.3	0.89
Alphas de Cronbach	0.61		0.59		0.59		0.32	

Nota: Os índices de informação sobre cada país são calculados para cada grupo, com base na soma das respostas aos itens 93-104 (63-74 no caso no questionário 4) e posterior divisão por doze.

Quadro 50
Grau de conhecimento dos grupos
Efeitos de interacção do sexo e grau de ensino

Sexo			
Grau de ensino	Masculino	Feminino	Total
Secundário	8.66 (133)	8.79 (108)	8.72 (241)
Superior	10.58 (119)	9.32 (86)	10.05 (205)
Total	9.55 (252)	9.03 (194)	9.33 (446)

Os **rapazes** acertam em média mais respostas (média=9.55) do que as **raparigas** (média=9.03): $F(1, 430)=9.15, 0.00$. Os estudantes do **ensino superior** acertam em média mais respostas (média=10.05) do que os do **ensino secundário** (média=8.72): $F(1, 430)=74.45, 0.00$.

Existem mais respostas correctas quando o exogrupo são os **Portugueses** (média=11.32) do que quando são os **Espanhóis** (média=9.82), os **Americanos** (média=8.81) ou os **Cabo-verdianos** (média=7.38): $F(3, 430)=118.84, 0.00$.

O teste de Tukey-HSD atesta que o grau de informação varia consoante cada um dos grupos. A **interacção entre o sexo e o grau de ensino**: $F(1, 430)=10.37, 0.00$ indica ainda que, apesar de em relação a qualquer dos sexos, serem os estudantes do superior que acertam mais respostas, a diferença entre graus de ensino é principalmente notória nos rapazes (média de 8.66 para o secundário e de 10.58 para o superior).

Quadro 51
Grau de conhecimento dos grupos
Efeitos de interacção do exogrupo de comparação e do sexo

Exogrupo de comparação					
Sexo	Espanhóis	Americanos	Cabo-verdianos	Portugueses	Total
Masculino	9.66 (68)	9.25 (65)	7.58 (61)	11.38 (58)	9.55 (252)
Feminino	10.07 (45)	6.87 (50)	7.02 (50)	11.25 (49)	9.03 (194)
Total	9.82 (113)	8.22 (115)	7.33 (111)	11.32 (107)	9.33 (446)

Os rapazes têm mais informação sobre os Americanos, Cabo-verdianos e Portugueses e as raparigas sobre os Espanhóis: $F(3, 430)=3.61, 0.01$. A 2ª análise confirma as diferenças entre **sexos**: $F(1, 315)=8.34, 0.00$, **graus de ensino**: $F(1, 315)=61.15, 0.00$ e **exogrupos**: $F(2, 315)=56.77, 0.00$, assim como a **interacção entre sexo e grau de ensino**: $F(1, 315)=9.66, 0.00$ e a **interacção entre sexo e exogrupo**: $F(2, 315)=3.17, 0.04$.

Avaliação do racismo do próprio e da sociedade

Os participantes, em média, tendem a considerar-se pouco racistas (média próxima de 2 numa escala de 7 pontos) e a considerar a sociedade portuguesa como mais racista do que eles próprios (média próxima de 4 numa escala de 7 pontos).

Quadro 52
Avaliação do racismo do próprio e da sociedade em geral
Médias e desvios-padrão

	M	SD
Item 105: Considera-se racista?	2.22	1.53
Item 106: Na sua opinião os Portugueses são racistas?	4.15	1.45

Existem diferenças significativas entre o grau de auto-atribuição do racismo (média=2.22) e o grau em que os participantes consideram a sociedade portuguesa racista (média=4.15): $t(445) = -21.58, 0.00$.

Quadro 53

Avaliação do racismo do próprio

Efeitos de interação do sexo e grau de ensino

Sexo			
Grau de ensino	Masculino	Feminino	Total
Secundário	2.44 (133)	1.53 (108)	2.03 (241)
Superior	2.46 (119)	2.41 (86)	2.44 (205)
Total	2.45 (252)	1.92 (194)	2.22 (446)

Existem diferenças entre **sexos** na auto-atribuição de racismo: $F(1, 430)=11.52, 0.00$, sendo os rapazes que se consideram mais racistas (média=2.45) do que as raparigas (média=1.92).

Os estudantes do superior consideram-se mais racistas (média=2.44) do que os do secundário (média=2.03): $F(1, 430)=10.11, 0.00$ e verifica-se, também, uma **interacção entre sexo e grau de ensino**: $F(1, 430)=8.35, 0.00$, de acordo com a qual os estudantes do superior se consideram mais racistas do que os do secundário, sendo nas raparigas que essa diferença entre graus de ensino é mais notória.

Avaliação do racismo na sociedade em geral

Existem diferenças entre os **graus de ensino** na perspetivação da sociedade Portuguesa em termos de racismo: $F(1, 430)=13.60, 0.00$, pois os estudantes do secundário perspetivam a sociedade portuguesa como sendo mais racista (média=4.37) do que os estudantes do superior (média=3.87).

Atendendo a que as análises correlacionais articulam variáveis diversas enunciadas ao longo do capítulo, apresentá-las-emos conjuntamente nesta última parte.

Correlações

A) Entre variáveis que medem contacto/familiaridade

Quadro 54
Correlação entre variáveis que medem contacto/familiaridade

	Número de estrangeiros com quem se falou	Índice de identidade nacional
Contacto com estrangeiros	.39 **	-.19 **

**Significativa a 0.01

Um maior contacto com estrangeiros está relacionado com o ter falado com mais estrangeiros e com uma menor identidade nacional.

B) Entre variáveis de orientação/posicionamento psicossociológico

Quadro 55
Correlação entre variáveis que medem orientação/posicionamento psicossociológico

	Importância da categoria País	Perspectivação da sociedade portuguesa em termos de racismo	Auto-perspectivação em termos de racismo
Identidade nacional	.72 **	-.18 **	.05
Importância da categoria País		-0.14 **	.06
Perspectivação da sociedade portuguesa em termos de racismo			0.20**

**Significativa a 0.01

Uma maior identidade nacional está relacionada com a atribuição de maior importância à categoria identitária “País” e à consideração de que a sociedade Portuguesa é pouco racista. Maior importância atribuída à pertença ao país está, por seu lado, também relacionada com a consideração de que a sociedade Portuguesa é

pouco racista. Finalmente, os participantes que consideram a sociedade Portuguesa mais racista, tendem também a considerarem-se mais racistas.

Quadro 56
Correlação entre variáveis de mudança atitudinal

	Existirem mais elementos dos exogrupos em Portugal	Ter mais informação sobre os exogrupos	Ter uma relação afectiva com um elemento do exogrupo
Atracção pelos exogrupos	.34 **	.35 **	.29 **
Existirem mais elementos dos exogrupos em Portugal		.38**	.30**
Ter mais informação sobre os exogrupos			.46**

**Significativa a 0.01

Existirem mais elementos do exogrupo em Portugal, dispor de mais informação sobre os exogrupos e ter uma relação afectiva com um elemento dos exogrupos estão correlacionados entre si. A tendência é, portanto, para se considerar que se um pode influenciar, os outros dois também.

Os participantes que mais gostam dos exogrupos são também aqueles que mais consideram que qualquer um dos factores: existirem mais elementos dos exogrupos em Portugal, terem mais informação sobre os exogrupos ou terem uma relação afectiva com um elemento do exogrupo poderia contribuir para passarem a gostar mais desses mesmos exogrupos.

C) Entre variáveis de semelhança e distância

Quadro 57
Correlação entre variáveis de semelhança, distância e atracção

	Inferioridade/superioridade	Semelhança	Atracção dos Outros pelos Portugueses
Atracção pelos exogrupos	.21 **	.31 **	.45 **

**Significativa a 0.01

Existe correlação entre o grau em que os participantes referem gostar dos exogrupos em causa e a sua consideração relativamente à inferioridade/superioridade desses mesmos exogrupos. Assim, os participantes parecem gostar mais dos exogrupos que são por eles perspectivados como próximos (ou mesmo um pouco superiores) dos Portugueses.

Existe correlação entre o grau em que os participantes referem gostar dos exogrupos e o grau de semelhança que consideram existir entre o seu grupo e os exogrupos. Assim, há uma associação entre gostar de um exogrupo e perspectivá-lo como semelhante.

Finalmente, encontra-se uma associação entre o grau em que se refere gostar dos exogrupos e o grau em que se considera que os exogrupos gostam dos Portugueses.

Quadro 58
Correlação entre o julgamento de superioridade dos Espanhóis e a atracção pelos Espanhóis

	Atracção pelos Espanhóis
Superioridade dos Espanhóis	.31 **

** Significativa a 0.01

Os participantes que tendem a melhor posicionar os Espanhóis na escala de inferioridade/superioridade em relação aos Portugueses, são os que tendem a gostar mais deles.

D) Entre a atitude face a estrangeiros e factores de trajectória

Quadro 59

Correlação entre a atitude face a estrangeiros e o ter nascido em Portugal bem como os progenitores, o contacto com estrangeiros, a identidade nacional e o índice de informação

	Ter nascido em Portugal e progenitores também	Contacto com estrangeiros	Identidade nacional	Índice de informação
Atitude face a estrangeiros	-0.16 **	0.15 **	-0.18 **	0.12*

** Significativa a 0.01

Atitudes mais positivas face aos estrangeiros relacionam-se com um maior contacto com estrangeiros. Atitudes mais positivas estão, ainda, relacionadas com o facto dos participantes ou de um dos seus progenitores terem nascido no estrangeiro e com uma menor identidade nacional e com um maior índice de informação. Apesar do nível de significância destas correlações, os seus valores são relativamente baixos.

4.5. Síntese dos resultados

No que diz respeito às características da população, de entre os 33 sujeitos que não nasceram em Portugal, destacam-se três países: Angola, seguida da França e de Moçambique. Por outro lado, os três países em que maior número de progenitores nasceram (que não em Portugal) são Angola, seguida de Moçambique e de Cabo Verde.

Quanto ao contacto estabelecido com o estrangeiro, 85.4% dos sujeitos já visitaram países estrangeiros, 66.4% de sujeitos têm familiares estrangeiros e 62.3% têm amigos estrangeiros. 38.3% dos sujeitos contacta habitualmente com estrangeiros e apenas 9.9% já residiu no estrangeiro. Os países em relação aos quais há mais contacto são a Europa em geral, a França e a Espanha.

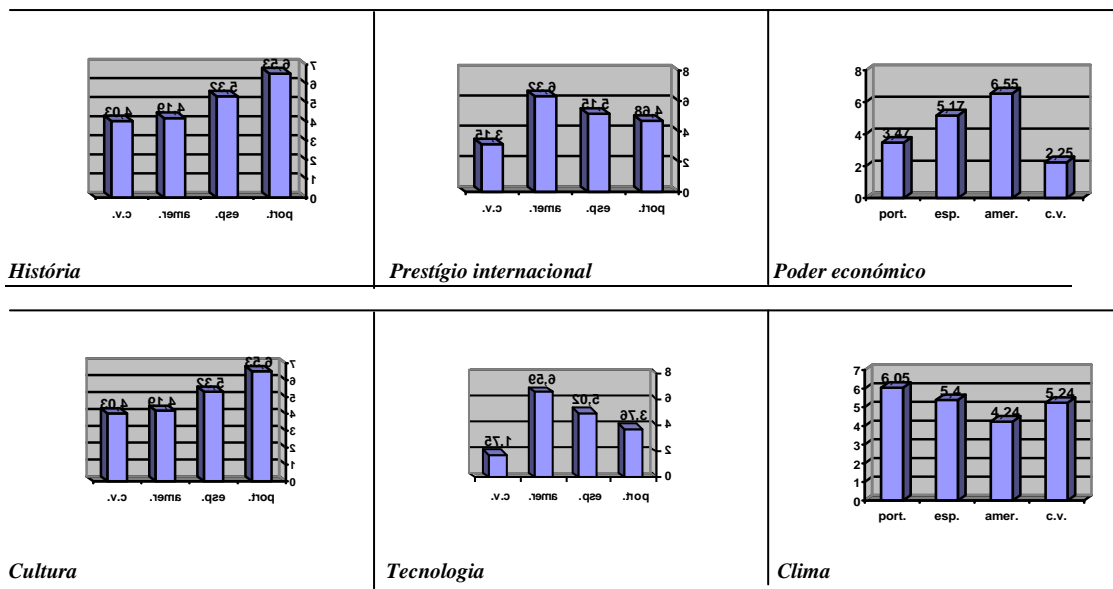
Em relação ao número de estrangeiros com que os sujeitos falaram, 50% afirmam que já falaram com mais de 30 estrangeiros, 30.4% com menos de 10 estrangeiros e apenas 2.2% dos sujeitos afirma nunca ter falado com nenhum estrangeiro.

Quer ambos os progenitores, quer os pais, quer as mães dos alunos do ensino superior, têm habilitações, em média, mais elevadas do que as dos estudantes do secundário.

Em termos de identidade nacional, consta-se que, em geral, é importante para os sujeitos ser Português, têm orgulho nessa pertença e, face à hipótese de escolher outra nacionalidade, a maioria escolheria continuar a ser Português. Ter nascido em Portugal e ter progenitores que também nasceram em Portugal, constitui um factor importante nas medidas da identidade.

Para uma mais fácil síntese dos resultados, apresentaremos no quadro 60 as dimensões que são mais valorizadas em cada um dos países.

Quadro 60
Valorização das dimensões em cada país



Ao comparar o índice de valorização de Portugal com os dos exogrupos, verifica-se que Portugal é significativamente mais valorizado do que Cabo Verde e significativamente menos valorizado do que os Estados Unidos. A análise factorial da valorização dos exogrupos também permitiu distinguir factores de identidade exógena e de identidade endógena.

As categorias identitárias de pertença mais significativas são a família, o País e a região de origem. O grupo religioso e o partido político, em particular o último, revelam-se as categorias identitárias menos relevantes. A análise factorial das categorias de pertença revela um factor que denominámos redes locais e de apoio, envolvendo o país, a região de origem, a família e a zona de residência e um factor designado pertenças estruturais que inclui a classe social, o partido político, o grupo religioso, o sexo e, de forma menos clara, o clube desportivo.

No que concerne a atitude face a estrangeiros, encontra-se um índice atitudinal tendencialmente positivo, traduzido num valor próximo de 4 numa escala de 7 pontos.

A análise factorial da escala de atitudes revela três factores: tolerância geral face a estrangeiros, direito de voto dos estrangeiros e contributos dos

estrangeiros para o país. Os sujeitos que não nasceram em Portugal ou que têm pelo menos um progenitor que não nasceu, revelam uma atitude mais positiva face a estrangeiros do que os que nasceram em Portugal ou são filhos de Portugueses.

37.7% dos sujeitos escolhem a alternativa correcta (100 000-1 milhão) relativa ao número de estrangeiros residentes em Portugal, 15.9% sobreestimam o número e 46.4% sub-estimam-no.

No que concerne às predisposições comportamentais, os comportamentos que os sujeitos teriam mais dificuldade em assumir face aos exogrupos são: "Casar com [...]", "Ter chefes [...]" e "[...] que os seus filhos casassem com [...]".

No que diz respeito à inferioridade/superioridade dos exogrupos em relação aos Portugueses, verifica-se que os Americanos são melhor posicionados do que Espanhóis e Cabo-verdianos.

Em relação aos estereótipos, encontra-se uma certa consistência a nível dos adjectivos atribuídos aos diferentes grupos. No entanto, uma significativa percentagem de sujeitos (aproximadamente 39%) considera que apenas 61% a 80% dos sujeitos do grupo podem ser caracterizados pelo adjectivo.

Verificou-se alguma ambivalência em relação a certos traços que são utilizados por alguns sujeitos para valorizar o grupo e por outros para o desvalorizar.

Quanto à atracção pelos exogrupos, encontram-se médias próximas do ponto médio da escala, isto é, da indiferença. Os sujeitos que mais gostam dos exogrupos são os que mais consideram que qualquer um dos factores de mudança atitudinal poderia contribuir para que passassem a gostar mais.

Por outro lado, em relação à atracção dos outros pelos Portugueses, considera-se que nem gostam muito nem pouco, ou seja, de novo a percepção de que os outros têm em relação a nós um olhar indiferente.

Quanto à predisposição para a mudança atitudinal, ter uma relação afectiva com um elemento do exogrupo é o factor mais determinante e existirem mais elementos do exogrupo em Portugal constitui o factor menos determinante. De

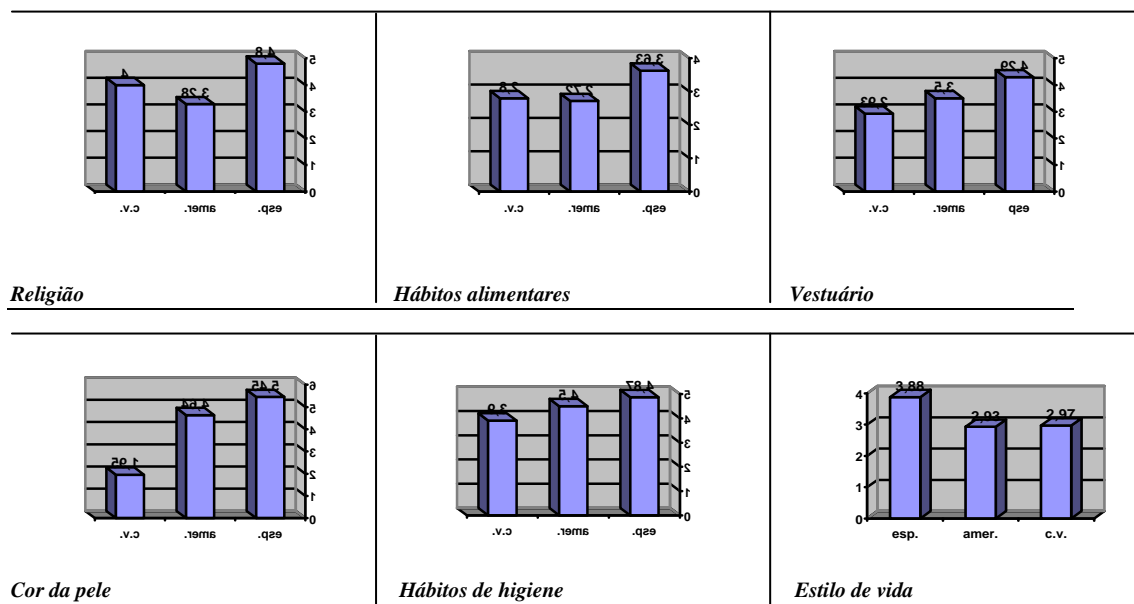
resto, a tendência é para se considerar que se existissem mais elementos do exogrupo em Portugal sucederia, precisamente, o inverso. Nenhum dos factores *de per se* é considerado determinante de uma mudança atitudinal. Quer em relação aos Espanhóis, quer em relação aos Americanos, ter uma relação afectiva com um elemento do exogrupo é, dos três aspectos considerados, o mais relevante para a mudança.

No entanto, em relação aos Cabo-verdianos, o factor mais relevante é “ter mais informação sobre o exogrupo”.

Os sujeitos falaram com poucos elementos de qualquer dos três grupos (em relação a nenhum dos grupos, nem mesmo aos nossos vizinhos Espanhóis, a média atinge a categoria 4 que corresponde a um número de estrangeiros entre 11 e 30).

As diferenças entre os grupos nas dimensões de comparação são apresentadas no quadro 61.

Quadro 61
Dimensões de comparação com os exogrupos



Os sujeitos têm diferentes níveis de informação sobre cada um dos países a que os questionários se referem. Têm, concretamente, mais informação sobre Portugal do que sobre qualquer outro dos países considerados.

Os sujeitos tendem a considerar-se muito pouco racistas e a considerar que os Portugueses são medianamente racistas, sendo significativas as diferenças entre os dois tipos de avaliações.

Os estudos correlacionais demonstram que um maior contacto com estrangeiros está relacionado com o ter falado com mais estrangeiros e com uma menor identidade nacional. Uma maior identidade nacional está relacionada com a atribuição de maior importância à categoria identitária “País” e à consideração de que a sociedade portuguesa é pouco racista. Maior importância atribuída à pertença ao País está, por seu lado, também relacionada com a consideração de que a sociedade Portuguesa é pouco racista. Finalmente, os sujeitos que consideram a sociedade Portuguesa mais racista, tendem também a considerar-se mais racistas.

Existirem mais elementos do exogrupo em Portugal, dispor de mais informação sobre os exogrupos e ter uma relação afectiva com um elemento dos exogrupos estão correlacionados entre si. A tendência é, portanto, para se considerar que se um pode influenciar, os outros dois também.

Os sujeitos que mais gostam dos exogrupos são também aqueles que mais consideram que qualquer um dos factores: existirem mais elementos dos exogrupos em Portugal, terem mais informação sobre os exogrupos ou terem uma relação afectiva com um elemento do exogrupo, poderia contribuir para passarem a gostar mais desses mesmos exogrupos.

Verificou-se uma correlação entre o grau em que os sujeitos referem gostar dos exogrupos em causa e a sua consideração relativamente à inferioridade/superioridade desses mesmos exogrupos. Assim, os sujeitos parecem gostar mais dos exogrupos que são por eles perspectivados como próximos (ou mesmo um pouco superiores) dos Portugueses. Existe uma correlação entre o grau em que os sujeitos referem gostar dos exogrupos e o grau de semelhança que

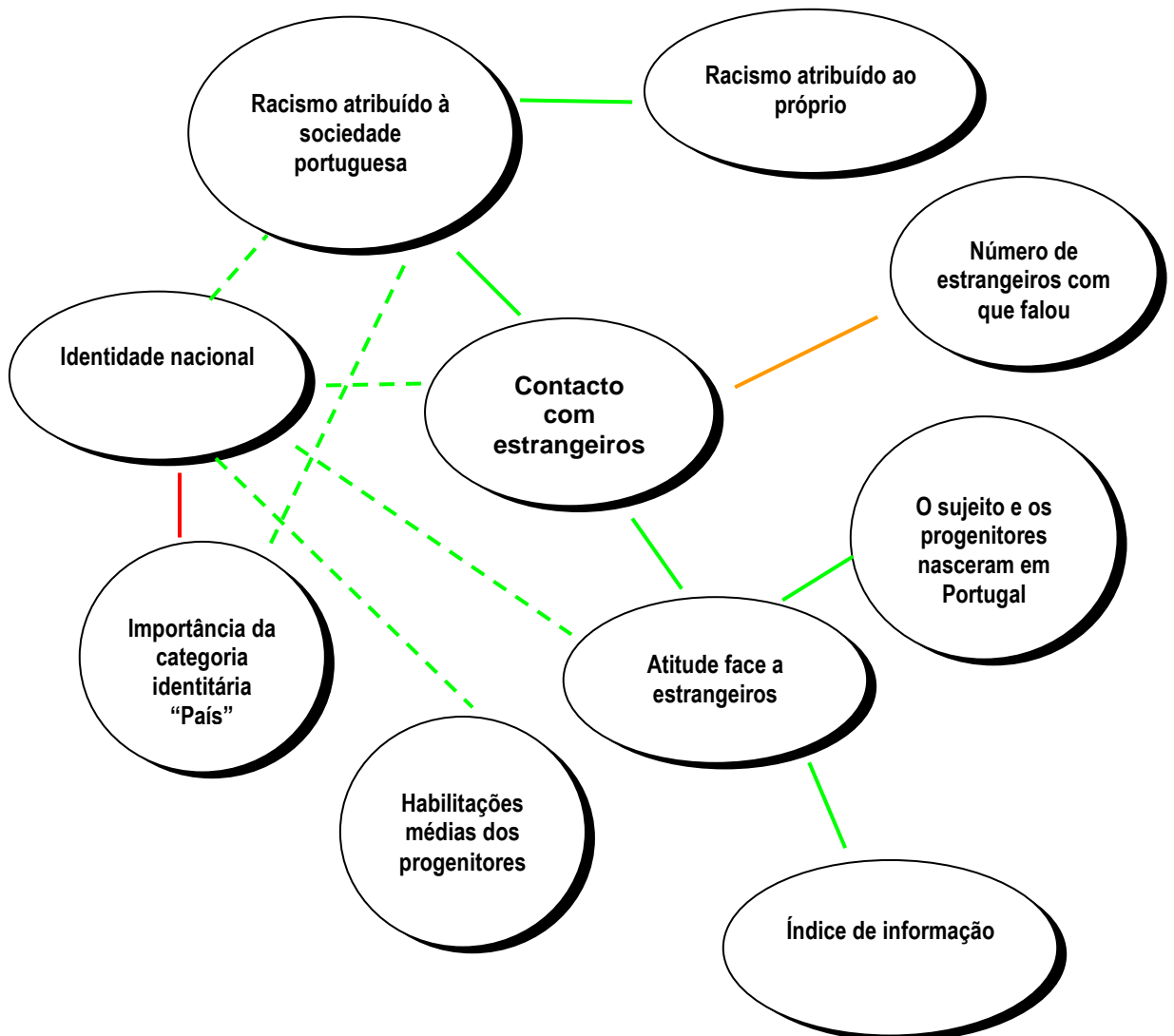
consideram existir entre o seu grupo e os exogrupos. Assim, encontra-se uma associação entre o gostar de um exogrupo e perspectivá-lo como semelhante.

Finalmente, encontra-se uma associação entre o grau em que se refere gostar dos exogrupos e o grau em que se considera que os exogrupos gostam dos Portugueses. Os sujeitos que tendem a melhor posicionar os Espanhóis na escala de inferioridade/superioridade em relação aos Portugueses, são os que tendem a gostar mais deles.

Atitudes mais positivas face aos estrangeiros relacionam-se com um maior contacto com estrangeiros. Atitudes mais positivas estão, também, relacionadas com o facto dos sujeitos ou de um dos seus progenitores terem nascido no estrangeiro, com uma menor identidade nacional e com um maior índice de informação. Apesar do nível de significância destas correlações, os seus valores são relativamente baixos.

Com base nas correlações encontradas, construímos um esquema mais geral descritivo da relação entre variáveis diversas (esquema 3) e um mais específico descritivo da percepção dos exogrupos (esquema 4).

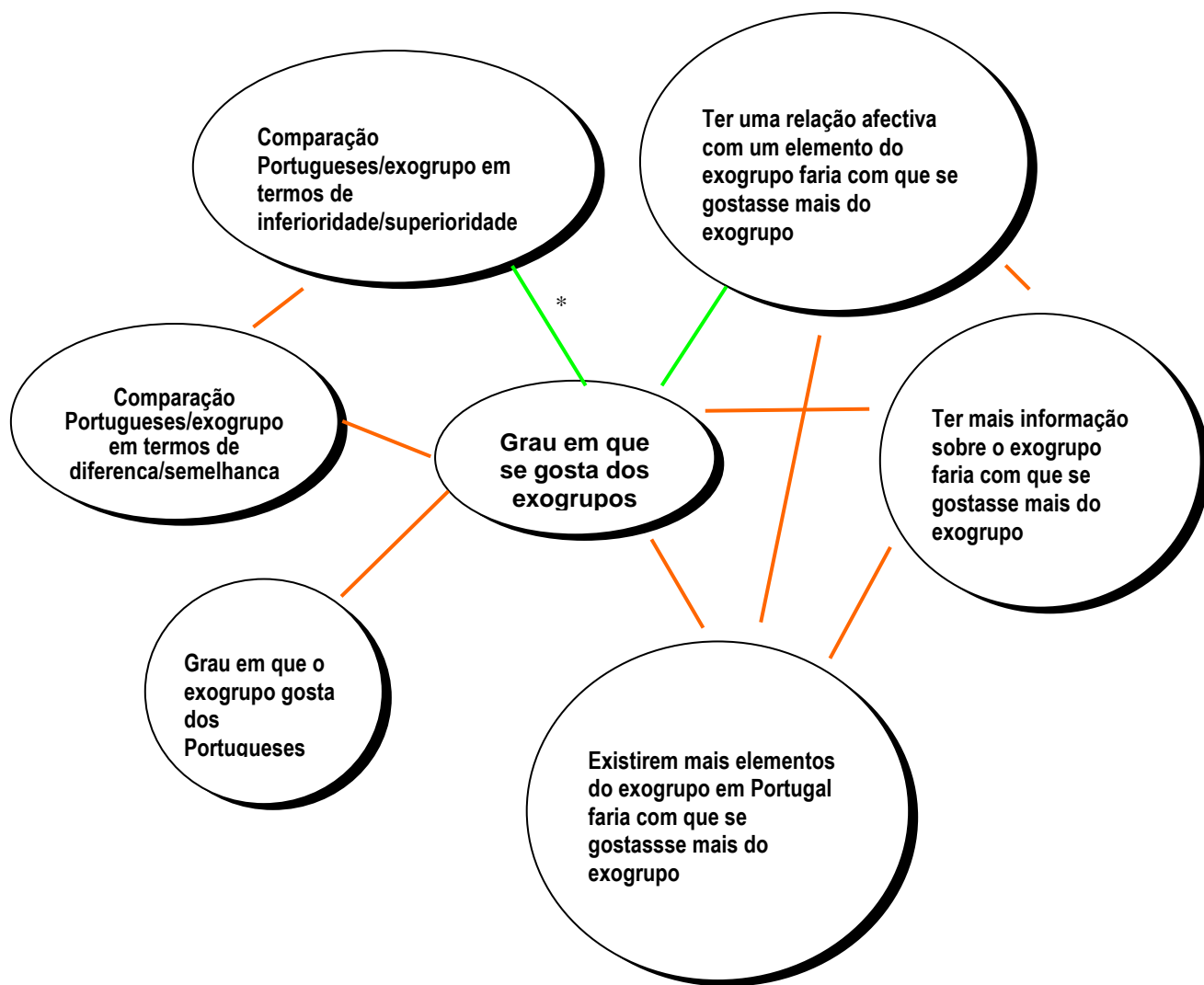
Esquema 3
Modelo descritivo da relação entre variáveis diversas- correlações



Legenda: Tipo de correlação

Positiva	—
Negativa	- - - -
$\Phi < 0.30$	— (verde)
$0.30 \leq \Phi < 0.50$	— (laranja)
$\Phi \geq 0.50$	— (vermelha)

Esquema 4
Modelo descritivo da percepção dos exogrupo- correlações



(*) – Esta correlação só se verifica para os Espanhóis e para o conjunto dos exogrupos

Legenda: Tipo de correlação

Positiva	—
Negativa	· - - -
$\Phi < 0.30$	— (verde)
$0.30 \leq \Phi < 0.50$	— (laranja)
$\Phi \geq 0.50$	— (vermelha)

Quadro 62
Análises de variância
Sumarização dos resultados

Variáveis

<i>Independentes</i>	<i>Sexo</i>	<i>Grau de ensino</i>	<i>Exogrupo de comparação</i>	<i>Ordem de apresentação</i>	<i>Interacções</i>
<i>Dependentes</i>					
<i>Contacto com estrangeiros*</i>					
<i>Identidade nacional</i>				Mais valorizada nas versões B	
<i>Valorização dos Portugueses</i>					
<i>Factor identidade exógena</i>			Mais valorizado nos CV o do que quando não há exogrupo	Mais valorizado nas versões B	Exogrupo/ordem de apresentação: as versões B são mais valorizadas do que as A, mas tal diferença é particularmente significativa no caso dos CV
<i>Factor identidade endógena</i>		Mais valorizado pelo superior		Mais valorizado nas versões B	
<i>Valorização dos exogrupos</i>					
<i>Factor identidade exógena</i>			Mais valorizado nos Americanos, depois nos Espanhóis e depois nos CV		Sexo/exogrupo: raparigas valorizam mais nos CV. Rapazes valorizam mais nos Espanhóis e nos Americanos.
<i>Factor identidade endógena</i>			Mais valorizado nos Espanhóis do que nos CV ou nos Americanos		Grau de ensino/exogrupo: CV e Americanos mais valorizados pelo secundário. Espanhóis mais valorizados pelo superior.
<i>Categorias identitárias de pertença</i>					
<i>Factor redes locais e de apoio</i>		Mais valorizado pelo secundário			
<i>Factor pertenças estruturais</i>		Mais valorizado pelo secundário			

<i>Independentes</i> <i>Dependentes</i>	<i>Sexo</i>	<i>Grau de ensino</i>	<i>Exogrupo de comparação</i>	<i>Ordem de apresentação</i>	<i>Interações</i>
Atitude face a estrangeiros					
Tolerância geral	Raparigas mais tolerantes	Superior mais tolerante		Maior tolerância nas versões A	Sexo/grau de ensino: Raparigas do superior pouco mais tolerantes do que rapazes do superior mas grande diferença entre a tolerância das raparigas e dos rapazes do secundário.
Direito de voto	Raparigas mais favoráveis				
Contributos dos estrangeiros para o país	Raparigas mais favoráveis				
Estimativa do número de estrangeiros residentes	Rapazes consideram existir mais estrangeiros	Superior considera existir mais estrangeiros		Maiores estimativas nas versões A	Sexo/grau de ensino: os do superior consideram existir mais estrangeiros do que os do secundário, mas a diferença entre os graus de ensino é particularmente significativa nas raparigas
Proximidade social			Americanos mais próximos do que CV		Sexo/grau de ensino: Rapazes do superior mais próximos do que rapazes do secundário. Raparigas do secundário mais próximas do que raparigas do superior.
Inferioridade/superioridade dos exogrupos em relação aos Portugueses			Americanos melhor posicionados do que Espanhóis ou CV		Grau de ensino/exogrupo: secundário valoriza mais Americanos. Superior valoriza mais Espanhóis e CV.
Atracção pelos exogrupos	Maior atracção nas raparigas	Maior atracção no secundário			Sexo/grau de ensino: Menor atracção nos rapazes do secundário do que nas raparigas do secundário. Maior atracção nos rapazes do superior do que nas raparigas do superior. Sexo/exogrupo: Dois sexos próximos no grau de atracção pelos Espanhóis. Em relação aos Americanos e aos CV as raparigas gostam bem mais do que rapazes.

<i>Independentes</i> <i>Dependentes</i>	<i>Sexo</i>	<i>Grau de ensino</i>	<i>Exogrupo de comparação</i>	<i>Ordem de apresentação</i>	<i>Interacções</i>
Atracção dos exogrupos pelos Portugueses		Maior atracção no secundário			
Predisposição para a mudança atitudinal		Maior predisposição no secundário			<p>Sexo/grau de ensino: raparigas do secundário mais predispostas que raparigas do superior. Rapazes do secundário menos predispostos do que os do superior.</p> <p>Sexo/exogrupo de comparação: raparigas mais predispostas em relação a Americanos e CV e rapazes em relação a Espanhóis</p>
Número de elementos dos exogrupos com que se falou		Superior falaram com mais	Falaram com mais Espanhóis e CV do que com Americanos		<p>Grau de ensino/exogrupo: superior faz maiores estimativas do que secundário, particularmente em relação a Espanhóis</p> <p>Sexo/exogrupo: Raparigas falaram com mais Espanhóis do que rapazes e os rapazes mais Americanos e CV</p>
Grau de semelhança			Espanhóis mais semelhantes do que Americanos e CV		
Dimensões de comparação					
Religião			Espanhóis mais semelhantes do que CV e estes do que Americanos		
Hábitos alimentares			Espanhóis mais semelhantes do que CV ou Americanos		
Vestuário			Espanhóis mais semelhantes do que CV ou Americanos. Americanos mais semelhantes do que CV		

<i>Independentes</i> <i>Dependentes</i>	<i>Sexo</i>	<i>Grau de ensino</i>	<i>Exogrupo de comparação</i>	<i>Ordem de apresentação</i>	<i>Interacções</i>
Cor de pele			Espanhóis mais semelhantes do que CV ou Americanos. Americanos mais semelhantes do que CV		
Hábitos de higiene			Espanhóis e Americanos mais semelhantes do que CV		
Estilo de vida			Espanhóis mais semelhantes do que CV ou Americanos		
Índices de informação sobre os exogrupos	Mais informação nos rapazes	Mais informação no superior	Mais informação sobre Portugueses, seguidos de Espanhóis, de Americanos e de cabo-verdianos		Sexo/grau de ensino: Superior tem mais informação, particularmente os rapazes Sexo/exogrupo: Rapazes mais informação sobre Americanos, CV e Portugueses e raparigas sobre Espanhóis
Auto-perspectivação em termos de racismo*	Rapazes consideram-se mais racistas	Superior considera-se mais racista			Sexo/grau de ensino: Superior considera-se mais racista do que secundário, mas é nas raparigas que a diferença entre graus de ensino é mais marcante
Perspectivação da sociedade portuguesa em termos de racismo*		Secundário considera sociedade mais racista			

* Estas variáveis foram apenas submetidas a uma análise de variância, dado serem avaliadas mediante itens cuja ordem não varia consoante os questionários.

o Por uma questão de simplificação utiliza-se no quadro a expressão CV para designar os Cabo-verdianos.

4.6. Discussão dos resultados

A ordem de análise seguida nesta discussão de resultados tem por base os conceitos teóricos que serviram de ancoragem às diversas variáveis dependentes (apresentados no quadro 2): contacto, identidade, atitude e preconceito, grau de informação sobre os estrangeiros e racismo. Assim sendo, começaremos por discutir o contacto.

Contacto

A análise dos países com que os diversos tipos de contacto se estabelecem, revela que a França e a Espanha (bem como a Europa em geral) se situam no topo da lista. Para o destaque dos dois países referidos contribui, fundamentalmente, o número de participantes que já os visitou (particularmente significativo no caso de Espanha), apesar de, no caso da França, ser também muito elevado o número de participantes que tem familiares no país.

A França constitui um destino fundamental e recente das rotas da emigração Portuguesa, emigração que continua a constituir um fenómeno de significado fundamental, de forma alguma menorizado pelo destaque que a imigração vem há uns anos assumindo.

Procurando uma dimensão mais quantitativa do contacto, verificamos que 48.9% dos participantes falaram (se se entender o falar como o elemento mais tangível do contacto) com mais de 30 estrangeiros. Não nos devemos esquecer que se pode ter familiares a residir no estrangeiro e visitar países estrangeiros sem, de facto, falar com estrangeiros, ou pelo menos, falar no sentido que consideramos ter sido apreendido pelos participantes: “conversar com” e não, propriamente, apenas trocar algumas palavras necessárias a que um mínimo de comunicação se estabeleça.

Não deixa, no entanto, de ser curioso que 2.2% dos participantes nunca tenha falado com nenhum estrangeiro e que 30.4% tenha falado com menos de 10 estrangeiros.

Os participantes também falaram com poucos elementos de qualquer dos três grupos (em relação a nenhum dos grupos, nem mesmo aos nossos vizinhos Espanhóis, a média atinge a categoria 4 que corresponde a um número de estrangeiros entre 11 e 30).

Assim, ao que tudo indica, no século da globalização, muitos são, provavelmente, os jovens para quem o estrangeiro continua a representar uma entidade desconhecida, o que poderá justificar a sua mistificação, se considerarmos que tendemos a mistificar o que desconhecemos e isto pressupondo que o conhecimento adquirido a partir de uma experiência de contacto directo é diferente do conhecimento que poderá advir dos *media* e de outros meios.

Identidade

De entre as quatro hipóteses do estudo, duas prendem-se directamente com a questão da identidade. São elas a hipótese 1 e a hipótese 2.

Analisando os resultados relativos quer à identidade nacional, quer à valorização dos Portugueses, verificamos que a **hipótese 1** encontra confirmação.

Assim, a identidade nacional é mais valorizada nas versões B, em que os participantes se pronunciam sobre um dado exogrupo antes de se pronunciarem em relação aos Portugueses (confirmação da hipótese 1a) e os dois factores de valorização dos Portugueses também são mais valorizados naquela mesma versão (confirmação da hipótese 1b).

Podemos considerar que, quando os participantes se pronunciam sobre um dado exogrupo antes de se pronunciarem sobre o seu grupo, está implícita uma comparação que é encarada como potencialmente ameaçadora do estatuto do endogrupo e surge, assim, necessidade de o valorizar ou, de outra forma, de o proteger da comparação em causa.

Apesar da tendência para a hipervalorização do endogrupo se verificar em relação ao conjunto dos grupos e a cada um dos grupos isoladamente, é particularmente em relação aos Cabo-verdianos que a valorização da versão B é maior do que a da A. Neste caso concreto, atendendo a que os participantes já se

pronunciaram anteriormente (e de uma forma consideravelmente negativa) relativamente à identidade exógena dos Cabo-verdianos, tendem a avaliar os Portugueses de uma forma mais positiva.

A identidade revela-se, assim, um processo contextual, no qual são notórias estratégias de adaptação por parte dos participantes a relações marcadas pela assimetria relativamente a um universo comum de valores que, no caso deste estudo, é representado pelas dimensões exógenas da identidade.

O aspecto contextual da identidade é patente, entre outros, no estudo de Turner *et al.* (1993) a que Hopkins e Reicher (1996: 73) se referem. Neste caso, a definição do “ser Australiano” e do seu significado depende de se ser julgado isoladamente ou de, ao mesmo tempo, se julgarem Americanos.

Na mesma linha, Hopkins e Reicher (1996: 73) referem-se ao estudo de Haslam *et al.* de 1992, no qual a percepção que os Australianos têm dos Americanos depende de, no quadro de referência, serem o Iraque ou a União Soviética os incluídos.

Em Portugal, os estudos de Neto (1996) sobre a identidade dos algarvios e os relatados em Valencia (1991) relativamente aos Europeus também apresentam resultados que reforçam o aspecto contextual da identidade.

Assim, Neto (1996) verificou que no plano cognitivo, os participantes atribuíam maior significado à pertença Portuguesa do que à algarvia, mas que quando o componente afectivo da identidade (no caso, orgulho) era activado, os participantes passavam a posicionar as duas categorias ao mesmo nível.

Os estudos relatados por Valencia (1991) vieram demonstrar o carácter contextual da representação que os Europeus têm da Europa, demonstrando que a maior ou menor positividade da representação depende dos contextos da representação e da própria dimensão temporal.

A **hipótese 2** partiu do pressuposto de que, se os Americanos constituem um grupo de referência positiva e os Cabo-verdianos um grupo de referência negativa, a diferenciação em relação aos Cabo-verdianos deve ser maior do que a

diferenciação em relação aos Americanos, sendo que os Espanhóis poderão ocupar uma posição intermédia.

Esta hipótese é total ou apenas parcialmente confirmada consoante a variável dependente que considerarmos operacionalizar a diferenciação.

Neste estudo, duas variáveis dependentes operacionalizam a diferenciação. São elas as variáveis inferioridade/superioridade dos exogrupos em relação aos Portugueses e o grau de semelhança dos exogrupos em relação aos Portugueses.

Quanto à variável inferioridade/superioridade dos exogrupos, os Americanos são melhor posicionados do que Espanhóis e Cabo-verdianos. A nível do grau de semelhança, os Espanhóis são considerados mais semelhantes do que Cabo-verdianos e Americanos. Apesar de os posicionamentos de cada um dos exogrupos em relação aos Portugueses variar consoante a dimensão de comparação considerada seja a religião, os hábitos alimentares, o vestuário, a cor da pele, os hábitos de higiene ou o estilo de vida, no geral, os Espanhóis tendem a ser considerados os mais semelhantes.

Apesar de não directamente relacionados com as nossas hipóteses, gostaríamos de discutir outros aspectos relativos à identidade e, primeiramente, a centralidade que a identidade nacional assume para a generalidade dos participantes.

Tivemos oportunidade de constatar que é para os participantes muito importante ser Português, que têm orgulho na comunicação dessa pertença aos outros e que optariam por essa nacionalidade, se ela estivesse dependente da escolha. Apesar de, nesta última questão, as hesitações serem compreensivelmente maiores, a tendência geral vai no sentido de escolher a nacionalidade Portuguesa, de entre todas as possíveis nacionalidades.

Os estudos de Conde (1990: 677) sobre a juventude (foi considerada a faixa etária dos 15 aos 29 anos) indicaram que:

[...] os dados são francamente concludentes no sentido de uma generalizada valoração positiva do País e de uma pronunciada identificação com a nação portuguesa.

61.4% dos inquiridos afirmaram gostar muito de Portugal e 66.9% referiram que Portugal é o único país em que gostariam de ter nascido. Também os resultados do *Standard Eurobaromètre* (1996: 45-46) mostraram que Portugal se situa entre os países mais "nacionais" da União: 52% dos inquiridos sentem-se apenas Portugueses (40% Portugueses e Europeus, 3% Europeus e Portugueses e 4% apenas Europeus).¹⁴⁸

A questão de ser ou não natural do País e de ter pais naturais ou não, revela-se central a este nível. De facto, verificámos que nos participantes que nasceram e/ou um dos seus progenitores num outro país que não Portugal, a identidade nacional é mais baixa do que nos que nasceram em Portugal tal como os seus progenitores. Origens noutros países podem estar relacionadas com identificações mais frágeis com o país cujo nome consta no bilhete de identidade e que pode, nestes casos, ser perspectivado não como o verdadeiro país de pertença, a verdadeira *homeland*.

Este é um indicador deveras interessante da experiência da diversidade e das consequências de que essa mesma experiência se pode revestir a nível da identidade nacional.

Um outro aspecto que se veio a revelar de grande centralidade na identidade nacional foi o nível de habitações dos progenitores. Verificámos que os participantes se identificam mais ou menos com o País, consoante o nível de habitações dos progenitores seja, respectivamente, menor ou maior.

Poder-se-á, então, pensar que níveis escolares mais elevados estão, em geral, associados a níveis económicos mais elevados, os quais, por sua vez, oferecem mais possibilidades de contacto com um leque mais variado de experiências e identificações outras para além da nacional. Apesar da variável

¹⁴⁸ Os restantes escolheram a alternativa de resposta "Não sei".

nível sócio-económico não estar incluída nas variáveis independentes do estudo, aquele resultado aponta para a sua relevância.

Nas palavras de Fernandes (1998: 312):

A capacidade de se reconhecer num espaço que ultrapassa os limites do horizonte e das fronteiras nacionais é mais elevada entre os jovens das classes sociais mais altas.

Analisando vertente a vertente, quais as mais valorizadas em Portugal, constatamos que a História é a mais valorizada, seguida do clima e da cultura. Considera-se, ainda, que Portugal tem prestígio internacional e, apenas a tecnologia e o poder económico são considerados pontos menos fortes nesta nossa comunidade, em parte, indubitavelmente, comunidade imaginada, na linha da concepção de nação de Anderson de 1983 a que Hopkins e Reicher (1996:74) se referem.

Valoriza-se o que é socialmente valorizado, através de mitos largamente difundidos e o que torna específica a identidade nacional e, decerto, que são mais facilmente hipervalorizadas as vertentes mais subjectivas, que estão salvaguardadas de comparações, como é o caso da história, do clima e da cultura.

Poder económico, desenvolvimento tecnológico e prestígio internacional, constituem vertentes muito comparativas, relativamente às quais existem inúmeras estatísticas que nos posicionam na cauda da Europa.

No geral, o índice de valorização do endogrupo denota uma tendência para se concordar com a importância do conjunto das vertentes apresentadas.

Para além de um factor relacionado com o aspecto económico e tecnológico, com o poder e desenvolvimento, designado de identidade exógena, encontrou-se um outro, de natureza mais simbólica, relacionado com a História nacional, com a cultura e com o clima, designado de identidade endógena, representando esta última uma dimensão de “prestígio” interno e uma possibilidade de fuga às comparações internacionais.

Comparativamente aos outros países em causa, a identidade endógena é mais valorizada em Portugal do que em qualquer dos outros três países, enquanto que a exógena é mais valorizada em Espanha e Estados Unidos e menos em Cabo Verde.

Dir-se-ia que, em relação a Espanha e aos Estados Unidos, os participantes recorreram a uma estratégia de compensação, mediante a qual sobrevalorizaram as dimensões que lhes possibilitam uma maior incomparabilidade, atendendo à dificuldade de quantificação das dimensões em causa.

De notar que também no estudo de Neto (1996) se encontrou grande valorização do endogrupo na dimensão endógena, no caso do estudo dos algarvios relativamente aos Portugueses.

Cabo Verde é um país perspectivado pelos participantes como inferior a Portugal em todas as vertentes consideradas. Assim, neste caso concreto, a comparação revela-se fácil e resulta sempre numa superioridade de Portugal. Os participantes não consideram necessário recorrer à estratégia de compensação a que recorrem no caso dos outros dois países, já que a comparação proporciona uma distintividade positiva.

A estratégia de compensação de que falamos pode ser comparada à estratégia de procura de mera distintividade específica referida no estudo de Lemaine e Kastersztein de 1972. A capacidade dos indivíduos e dos grupos em valorizar dimensões de comparação úteis à sua identidade social é um dos aspectos fundamentais do comportamento social, revelando-se fundamental para a preservação da identidade nacional .

No caso do presente estudo, temos uma situação experimental em que dois países: Espanha e Estados Unidos, podem ser, ainda que por razões diversas, perspectivados pelos participantes enquanto uma ameaça à distintividade positiva do grupo nacional de pertença. Assim sendo, os participantes desenvolvem um esforço no sentido de a preservar servindo-se, com esse propósito, de uma estratégia de hipervalorização da identidade endógena.

Ao analisar a importância relativa de diversas categorias de pertença, verificamos que as três categorias mais valorizadas, são (por ordem decrescente de importância), a família, o País e a região de origem.

O aparecimento da família como categoria identitária mais valorizada não nos surpreende. De facto, todos os estudos que têm vindo a ser desenvolvidos a esse nível, são unânimes na conclusão de que a família continua a ser, apesar de todas as crises, um valor central nas representações sociais dos Portugueses (Pais, 1998: 401):

Continuará a ser a família, fundada por uma qualquer conjugalidade, [...] um dos lugares primordiais de socialização dos actores sociais, [...] além de um dos principais intermediários entre os indivíduos e o todo social.

Também Almeida (1990: 101) considera continuar a família a representar uma referência de valores central nas configurações culturais contemporâneas.

Os dados recolhidos no âmbito do “Observatório Permanente sobre a Juventude Universitária” (Almeida, 1990: 114) revelam uma forte concentração das representações de pertença num conjunto reduzido de referências polarizadas, entre as quais, e em primeiro lugar, se encontra a família (46.2%).

Por outro lado, a relevância da pertença ao País (37.1%) vem reforçar a centralidade da identidade nacional.

O grupo religioso e o partido político (em particular, o último) revelam-se as categorias identitárias menos relevantes, resultados que se encontram na linha dos encontrados por outros estudos. Apenas com propósito ilustrativo, refira-se o inquérito levado a cabo pelo *Fundo de Apoio aos Organizadores Juvenis* (FAOJ) em 1983 (Almeida, 1990: 56) que revelou que 93% dos inquiridos tinham pouco ou nenhum interesse pela política, embora 58% reconhecesse que ela constitui assunto de conversa entre os amigos e se atribua importância a problemas como os direitos humanos, a liberdade e a desigualdade social.

Do mesmo ano, data um inquérito do *Instituto de Estudos para o Desenvolvimento* (I.E.D.) que apontou para baixos valores globais de interesse e

de participação política, particularmente no sexo feminino. Pouco ou nenhum interesse pela política foi confessado por 89% dos inquiridos (Almeida, 1990: 56).

O estudo coordenado por Cabral e Pais e publicado em 1998, que teve por base um inquérito aplicado a jovens Portugueses, inclui um capítulo relativo à identidade nacional e à cidadania europeia, da responsabilidade de Fernandes.

Nele é referido que se encontrou uma grande identificação dos jovens com o espaço nacional (41.6% dos inquiridos) e algum grau de identificação com os espaços infra-nacionais: lugar (17.6%) e região onde vivem (29.1%). Só uma escassa minoria dos participantes se identificou, prioritariamente, com espaços supra-nacionais: Europa (4.7%) e mundo em geral (4.4%) (Fernandes, 1998: 310-311).

Subjacente à saliência das categorias de pertença, encontrou-se um factor que envolve o País, a região de origem, a família e a zona de residência, que interpretámos como estando ligado a redes locais e de apoio e, um segundo, envolvendo a classe social, o partido político, o grupo religioso, o sexo e o clube desportivo, que apontaria para pertenças estruturais. Qualquer um dos dois factores foi mais valorizado pelos estudantes do secundário.

Interpretando conjuntamente os resultados nos dois factores, podemos considerar que para os estudantes do ensino secundário são genericamente mais importantes as dimensões identitárias de pertença do que para os estudantes do ensino superior. Os primeiros parecem depender mais de uma rede de identificações a vários níveis, identificações que a Psicologia do Desenvolvimento mostra serem fundamentais nas idades em causa.

Neste resultado também poderá exercer influência o facto das habilitações dos progenitores dos estudantes do secundário serem, neste estudo, mais baixas do que as dos do superior tendo, eventualmente, os estudantes do secundário abrangidos por este estudo menos oportunidades de contacto com estrangeiros e menos informação sobre os estrangeiros e estando mais circunscritos a um determinado contexto espacial.

Um último aspecto a discutir relativamente à questão da identidade é o da atracção dos Portugueses pelos outros e da que os Portugueses pensam que os outros sentem por eles.

Constatámos que não se encontraram diferenças significativas no grau em que se gosta de cada um dos três exogrupos. As médias do “grau de gosto” situaram-se pouco acima do ponto médio da escala, entre os extremos “Pouco” e “Muito”, diríamos que próximos da indiferença. Este “nem se gostar muito, nem se gostar pouco”, parece-nos ser um outro indicador de uma certa indiferença.

Relativamente ao grau em que se considera que os outros grupos gostam de nós, considera-se nem gostarem muito nem pouco, isto é, terem, também eles, uma atitude próxima da indiferença.

A título de curiosidade, em termos numéricos (o que não se traduz em diferenças estatísticas), os Americanos e os Cabo-verdianos gostariam mais de nós do que os Espanhóis.

São as raparigas que mais gostam dos estrangeiros e a atracção é menor nos rapazes do secundário do que nas raparigas, mas maior nos rapazes do superior do que nas raparigas. Os dois sexos estão próximos no grau em que gostam de Espanhóis, mas são as raparigas que mais gostam dos Americanos e dos Cabo-verdianos.

Atitude e preconceito

Relativamente às atitudes face a estrangeiros, verifica-se uma grande ambivalência em relação às afirmações sobre o número de estrangeiros em Portugal e sobre as medidas para diminuir o seu número, o que vai de encontro aos resultados do Eurobarómetro de 1997 relativos à propensão para acolher indivíduos oriundos do Sul do Mediterrâneo.

Assim, nos resultados do Eurobarómetro, face à questão da União Europeia dever acolher os indivíduos oriundos do Sul do Mediterrâneo, 53% dos

interrogados consideraram que deveriam ser acolhidos com restrições, 24% sem restrições e 13% que não se deveria, de todo, acolhê-los.¹⁴⁹

Também não se identifica uma atitude clara no sentido de Portugal dever ou não contribuir para o desenvolvimento dos países de origem dos estrangeiros, verificando-se uma tendência para se considerar que não se deve proibir a entrada de estrangeiros em Portugal.

Quanto aos direitos reconhecidos aos estrangeiros, os participantes tendem a discordar que os estrangeiros possam votar, quer para as eleições da Assembleia da República, quer para as eleições para a Presidência da República, quer ainda para os órgãos de poder local, apesar de em relação ao último tipo de eleições referido se encontrar uma maior ambivalência atitudinal.

Existe uma certa tendência para se considerar que os estrangeiros que vivem em Portugal devem ter os mesmos direitos que os Portugueses, mas essa igualdade é negada quando se trata do exercício de direitos cívicos, como o direito de voto nas diferentes eleições nacionais.

No entanto, os participantes concordam em geral que os estrangeiros não prejudicam os Portugueses nas oportunidades educativas e que não prejudicam a imagem do País no exterior, não denotando uma atitude clara relativamente à questão dos estrangeiros prejudicarem ou não os Portugueses a nível das oportunidades de emprego.

A ambivalência ao nível das respostas entre defesa dos direitos humanos e expressão de sentimentos de ameaça poderá ter, na sua origem, a pressão exercida pelo discurso institucional do politicamente correcto.

Em termos de eventuais benefícios decorrentes da presença de estrangeiros em Portugal, existe uma tendência para se considerar que contribuem para a riqueza do país e para uma maior diversidade cultural no espaço nacional.

¹⁴⁹ Os resultados relativos a Portugal são mais favoráveis que os relativos ao conjunto de países da União Europeia, em que 69% defende um acolhimento dos estrangeiros com restrições, 13% sem restrições e 21% que não deveriam ser acolhidos.

Considera-se que, em geral, os estrangeiros não prejudicam a imagem do país no exterior (apesar de existir uma certa ambivalência quanto ao facto de contribuírem favoravelmente ou não para essa mesma imagem) e que são bem tratados pelos Portugueses. Estes resultados apontam para uma atitude de tolerância, de resto completamente difundida nos discursos político e mediático, mas não indicam uma orientação para a integração dos estrangeiros.

Compreende-se que exista correlação entre ter nascido no estrangeiro ou ter progenitores nascidos no estrangeiro e uma atitude mais positiva face aos estrangeiros. Estes participantes terão, decerto, afiliações com os seus países de nascimento. A tolerância é também maior nas versões A, nas quais os participantes ainda não foram confrontados com o estímulo exogrupo.

A **hipótese 3** é confirmada atendendo a que o sexo feminino revela uma maior tolerância relativamente aos estrangeiros (as raparigas do superior são um pouco mais tolerantes do que os rapazes do superior, mas as raparigas do secundário são bem mais tolerantes do que os rapazes), sendo ainda mais favoráveis ao direito de voto dos estrangeiros e considerando que os estrangeiros dão mais contributos para o país do que os rapazes.

Pensamos que esta maior tolerância revelada traduz um maior conformismo a um discurso normativo em torno da tolerância. A concepção de que o comportamento feminino é mais dependente dos contextos do que o masculino foi, como já tivemos ocasião de discutir, amplamente demonstrada por Lorenzi-Cioldi (1988) e os estudos de Amâncio chegaram a resultados similares.

Assim, Amâncio (1997: 79) refere que nos grupos dominados (participantes femininos) a diferenciação em relação aos membros do endogrupo e do exogrupo é mais afectada por assimetrias contextuais do que nos grupos dominantes (participantes masculinos).

De acordo com a **hipótese 4**, os estudantes do ensino secundário seriam mais tolerantes relativamente aos estrangeiros do que os do superior. Esta hipótese

é infirmada, atendendo a que se verifica precisamente o inverso, isto é, os estudantes do superior revelam-se mais tolerantes.

No entanto, este resultado poderá estar relacionado com as características da amostra e, mais concretamente, com o facto da população do secundário ser retirada de uma escola de Odivelas em que, muito provavelmente, os alunos são diariamente confrontados com alunos de etnias diversas.

De resto, todos os demais resultados encontrados relativos aos efeitos da variável grau de ensino são relativamente contraditórios com a maior tolerância encontrada no ensino superior. Assim, são os alunos do secundário que consideram existir menos estrangeiros em Portugal, são os do secundário que gostam mais dos exogrupos do estudo e que, paralelamente, pensam que esses mesmos exogrupos gostam mais dos Portugueses, são os do secundário que estão mais predispostos para uma mudança atitudinal, são os do secundário que se consideram menos racistas e são, ainda, os do secundário que consideram a sociedade mais racista.

No que diz respeito aos comportamentos que os participantes teriam mais ou menos problemas em desenvolver relativamente ao conjunto dos três grupos considerados ou, de outra forma, à distância social, os três comportamentos em relação aos quais existem mais problemas são (por ordem crescente de dificuldade): “Que os meus filhos casassem com [...]”, “Ter chefes [...]” e “Casar com um/a [...]”.

Existem, pois, reticências em desenvolver comportamentos que envolvam uma relação “permanente”, próxima ou íntima, do próprio ou de um seu descendente, com alguém do outro grupo (materializada numa situação de casamento) e em depender hierarquicamente de alguém do outro grupo, de ter um chefe, de aceitar ordens. Esta última situação revela-se particularmente difícil, dado ter subjacente e implícita uma relação de desigualdade, de subordinação funcional, na qual a inferioridade em relação ao exogrupo pode estar mais ou menos implícita. Para além deste aspecto, as situações que envolvem intimidade,

como o casamento, são particularmente problemáticas quando se trata de Cabo-verdianos.

Note-se que os Cabo-verdianos são o grupo em relação ao qual este tipo de comportamentos é mais difícil e aquele em relação ao qual a distância social é maior. Mas os Cabo-verdianos deixam de constituir problema quando se trata, por exemplo, de os ter como empregados, o que é, de resto, um resultado adaptado à sua condição objectiva de executores dos trabalhos pesados que os nacionais rejeitam, pagando-lhes, em troca, salários baixos. De facto, enquanto empregados, os Cabo-verdianos são claramente preferidos aos Espanhóis e aos Americanos.

Esta parte do questionário, foi particularmente feliz, ao permitir desvendar esse preconceito em relação aos Cabo-verdianos, preconceito esse que consegue ficar perfeitamente camuflado nas respostas a outros itens de carácter mais geral e em que o conformismo a certas normas de desejabilidade social parece desempenhar um papel fundamental. De ressaltar, ainda, que a população do estudo inclui um número significativo de participantes que nasceram nos PALOP e/ou cujos progenitores também e que, assim sendo, o preconceito em relação aos Cabo-verdianos poderá ser menor do que numa população em que tal não se verifique.

Os Americanos são considerados mais próximos do que os Cabo-verdianos, mas não existem diferenças significativas em termos de proximidade entre Americanos e Espanhóis nem entre Espanhóis e Cabo-verdianos.

Encontra-se uma contradição entre níveis de medida quando, por exemplo, a tendência das respostas vai no sentido de não se considerarem os Cabo-verdianos significativamente inferiores aos Portugueses e quando, entre outras coisas, se teria problemas em dançar, namorar ou casar com eles. Poder-se-á perguntar: Se não são inferiores, então qual é o problema?

Neste aspecto, como em muitos outros ao longo do questionário, uma certa racionalidade, uma preocupação com o ser racional e demonstrar justiça parece estar subjacente às respostas. Esta preocupação com a demonstração de justiça

pode ser considerada equivalente à estratégia “justiça” (*fairness*) a que Tajfel se refere em relação aos estudos de grupo mínimo (por exemplo, Tajfel, 1978: 79).

Este resultado salienta a dicotomia entre racismo subtil e flagrante amplamente discutida por Vala (1999) e por Vala *et al.* (1999).

Do conjunto dos três factores de mudança atitudinal apresentados, o factor ter uma relação afectiva com um elemento do exogrupo é aquele que é considerado mais determinante de uma mudança atitudinal. Pelo contrário, existirem mais elementos do exogrupo em Portugal é o factor considerado menos determinante. A tendência é, de facto, para considerar que a existência de mais elementos do exogrupo em Portugal contribuiria para desenvolver uma atitude mais negativa.

Analisando exogrupo a exogrupo é curioso constatar que, quer em relação a Espanha, quer em relação aos Estados Unidos, o factor ter uma relação afectiva com um elemento do exogrupo é dos três considerados, o mais relevante para a mudança.

No entanto, em relação aos Cabo-verdianos, o factor mais relevante é “ter mais informação sobre o exogrupo”. Este resultado tem implícita a reserva que se coloca em relação a vir a desenvolver uma relação afectiva com um Cabo-verdiano e vem reforçar o preconceito em relação aos Cabo-verdianos já referido.

No conjunto dos factores, não existe nenhum que os participantes considerem que poderia, indiscutivelmente, contribuir para uma mudança atitudinal, o que é concordante com a ideia de que atitudes e estereótipos são difíceis de alterar. Mesmo que a mudança ocorra num indivíduo em resultado de um dado factor ou experiência pessoal, dificilmente a mudança se repercutirá no grupo no seu conjunto.

Uma significativa consistência a nível dos estereótipos é encontrada. Os participantes parecem deter imagens claras dos grupos em causa. Podemos dizer que existe uma imagem mais ou menos consensual sobre como são os Portugueses, os Espanhóis, os Americanos e os Cabo-verdianos.

Apesar de tudo, há que ter presente que quando se atribui um dado adjectivo a um grupo, se pode estar a considerar que apenas uma dada percentagem dos participantes desse grupo possuem esse adjectivo ou, pelo menos, que a maioria dos membros é passível de ser caracterizada por esse adjectivo, mas não todos os membros do grupo. Este aspecto não pode ser negligenciado no estudo dos estereótipos. De resto, o próprio julgamento de um adjectivo como positivo ou negativo é extremamente subjectivo no caso de muitos adjectivos. Tratando-se de uma população de jovens, esta questão assume uma particular pertinência dado que, no âmbito de uma cultura juvenil, cujos valores, frequentemente, se afirmam pela diferença em relação às ideias e concepções da sociedade “adulta” mais convencional, ser “sujo”, “barulhento”, “fanático” ou “preguiçoso”, pode representar algo desejável, enquanto que ser “ambicioso” ou “poderoso” pode significar algo indesejável.

Grau de informação sobre os estrangeiros

Os participantes têm diferentes níveis de informação sobre cada um dos países a que os questionários se referem. Têm, concretamente, mais informação sobre Portugal do que sobre qualquer outro dos países considerados, o que parece perfeitamente compreensível, mas os rapazes e os estudantes do superior têm maior grau de informação. Apesar de em relação a qualquer dos sexos serem os estudantes do superior que acertam mais respostas, a diferença entre graus de ensino é principalmente notória nos rapazes.

Ao ser-lhes pedida uma estimativa relativa ao número de estrangeiros residentes em Portugal, 37.7% dos participantes escolhe a alternativa correcta-alternativa 100 000-1 milhão (mais concretamente 176 225 até 30 de Abril de 1998, segundo os dados do S.E.F).

No entanto, 15.9% dos participantes não deixa de sobreestimar o número dos estrangeiros residentes e são também muitos os que sub-estimam este número (46.2%).

A estimativa do número de estrangeiros residentes é maior nas versões A, nas quais os participantes ainda não se pronunciaram em relação a qualquer grupo.

Em alguns estudos verificou-se que uma “inquietação” geral em relação aos estrangeiros levava os participantes a sobrestimar o seu número. Neste estudo, esse efeito de sobrestima não é evidente, mas é necessário salientar que as categorias apresentadas incluem uma ampla faixa de valores, sendo relativamente fácil chegar a uma estimativa correcta. As raparigas consideram existir menos estrangeiros em Portugal do que os rapazes, o que parece indicar que o número de estrangeiros não as preocupa tanto.

Racismo

Os participantes tendem a considerar-se muito pouco racistas e a considerar, concomitantemente, que os Portugueses são medianamente racistas.

Também de acordo com uma sondagem levada a cabo pelo *Público* em 1995, só 3% dos Portugueses se consideram racistas, enquanto que 80.9% se consideram “nada racistas”.

Constata-se uma clara desvinculação do *self* em relação ao grupo de pertença. A característica “racista” não é aceite pelo próprio, mas antes atribuída, ainda que em grau moderado, ao grupo de pertença, neste caso concreto, ao grupo nacional.

Este resultado revela-se particularmente interessante se atendermos ao facto de todo o questionário apelar à resposta dos participantes enquanto membros de um grupo, enquanto, de alguma forma, porta-vozes das concepções e das emoções desse mesmo grupo.

Nestes dois itens finais, os participantes demarcam claramente as suas posições pessoais das do grupo. Esta noção de que a identificação com o endogrupo tem limites, tem origem em Turner (por exemplo, Turner, 1978), que perspectiva o grupo e a identificação grupal apenas como uma forma de alcançar

uma identidade pessoal positiva, chamando a atenção para situações experimentais em que o indivíduo se demarca do grupo seguindo uma orientação comportamental mais individualista.

Este resultado está, ainda, em consonância com a concepção de Codol (1984), segundo a qual o indivíduo pode conseguir uma unicidade pessoal no colectivo, no grupo de pertença. O indivíduo conjuga a indiferenciação e a distintividade de si mesmo, conceptualizando-se como o melhor representante das normas que governam o seu grupo.

Em relação à auto-avaliação em termos de racismo, são os rapazes e os estudantes do superior que se consideram racistas, mas é nas raparigas que a diferença entre graus de ensino é mais notória.

Em relação à avaliação da sociedade portuguesa em termos de racismo, os estudantes do secundário perspectivam a sociedade Portuguesa como sendo mais racista do que os estudantes do superior.

Discutidos que estão os resultados do estudo passaremos, em seguida, à discussão geral.

Discussão geral

A presente investigação constitui uma tentativa de reconstruir e de compreender os processos que regem as dinâmicas de expressão da identidade nacional dos Portugueses. O seu desenvolvimento é contemporâneo de uma diversidade de olhares, de perspectivas teóricas e de abordagens empíricas que traduzem a abertura recente de uma nova área de investigação em Portugal, de uma espécie de nova era de estudo do intercultural em Portugal.

Neste ponto final do trabalho, consideramos que atingimos os objectivos a que nos propusemos no seu início, isto é, analisar alguns aspectos relativos às dinâmicas intergrupais dos Portugueses, enquanto grupo nacional, em relação a outros grupos que deles se distinguem, não só em termos de nacionalidade, mas também a nível de dimensões simbólicas, históricas e económicas.

A hipótese geral desta investigação foi confirmada. Assim, verificámos que a identidade social não é uma criação do próprio grupo, antes se inscreve numa dinâmica intergrupar (na relação entre os Portugueses e os outros grupos), de ordem psicossociológica.

O ser Português é, pois, um processo de construção, desempenhando os demais alvos de comparação, um papel determinante na construção da identidade nacional.

Uma vez que as questões da tolerância e das relações com grupos particulares estão intrinsecamente relacionadas com a dinâmica intergrupar, não se pretendeu quantificar o grau de tolerância dos Portugueses, mas antes demonstrar que, enquanto atitude, o grau de tolerância dos Portugueses é passível de alteração em função de dois factores: alvos de comparação em causa (Espanhóis, Americanos, Cabo-verdianos ou inexistência de alvos de comparação) e contextos de comparação social (ordem de apresentação dos grupos).

A identidade nacional foi confrontada com outras que evocaram relações intergrupais de assimetria variada, tendo os Portugueses sido dominantes nuns

contextos e dominados noutros, dado cada grupo ocupar um lugar simbólico na memória colectiva dos Portugueses.

Assim, na nossa perspectiva, um dado grupo nacional não apresenta um dado estatuto social mas antes, diversos estatutos transitórios, passíveis de contínua modificação, de passagem de dominante para dominado e vice-versa. Para a compreensão da referida mobilidade de estatutos e de auto-representações, os três níveis de análise: social, psicológico e ideológico descritos por Doise, deverão ser sempre considerados em simultâneo, podendo a negligência de qualquer um dos mesmos perturbar toda a análise.

Na sequência da hipótese da assimetria da Escola de Genève e do conceito de "assimetria simbólica" de Amâncio (1993), consideramos relevante introduzir o conceito de *assimetria variada* nas relações intergrupais, que pretende traduzir a ideia de que o mesmo grupo pode assumir uma posição de dominante num dado contexto de comparação e a de dominado num outro contexto.

Codol salientou, nos seus diversos estudos, que identidade e representações sociais estão largamente dependentes das ideologias e dos contextos de comparação ou, mais especificamente, das normas do contexto. No nosso estudo, as normas do contexto de comparação são o próprio desenho experimental, envolvendo a saliência da comparabilidade e a ordem de comparação.

Em geral, os estudos no âmbito da teoria da identidade social, tal como a grande maioria dos estudos do comportamento intergrupar, apenas consideram dois grupos de comparação e terceiros grupos apenas surgem no *background* teórico enquanto alternativas de comparação extremamente vagas. Assim sendo, na nossa perspectiva, esta investigação encontra-se mais próximo do mundo social real no qual cada grupo é, frequentemente, confrontado com mais do que um grupo em simultâneo.

As variáveis sexo e nível de escolaridade revelaram efeitos interessantes. A maior tolerância no ensino superior e no sexo feminino deverão ser alvo de

estudo em investigações posteriores, de modo que se consiga fundamentar os efeitos do género nas representações da identidade nacional e nas atitudes face aos estrangeiros.

É muito curiosa a desvinculação entre o *self* e o grupo revelada na parte final dos questionários, desvinculação essa reveladora de uma relação meramente instrumental do indivíduo com a sua pertença colectiva. Este resultado leva-nos a questionar a perspetivação da identidade social como mero elemento valorativo ou avaliativo do grupo de pertença.

Pelo contrário, a identidade social tem um carácter estratégico e serve, antes do mais, os interesses do indivíduo que pertence a um dado grupo ou antes, a vários grupos cujos interesses podem ser diversos. As respostas dos sujeitos têm um carácter estratégico, tanto mais estratégico quanto mais os sujeitos estão ligados a posições privilegiadas numa dada hierarquia social.

A investigação realizada permite analisar as representações de outros em diversas dimensões: atitudes, emoções, avaliações, predisposições comportamentais, o que é pouco frequente em estudos deste tipo. Pensamos que a investigação futura terá vantagens em encaminhar-se neste sentido, dado que os processos que regulam cada uma destas dimensões podem não ser homólogos, podendo as diferenciações ocorrer numas dimensões e não noutras. Esta é mais uma pista de investigação que deixamos em aberto para estudos posteriores neste domínio.

Apesar do discurso sobre tolerância claramente assimilado pelos participantes, encontra-se um “racismo subtil”, adoptando a dicotomia proposta por Pettigrew e Meertens em 1995 entre “racismo subtil” e “racismo flagrante” (Vala, 1999).

Assim, os Portugueses parecem ter internalizado uma norma anti-racista vigente na sociedade, que os impede de exprimir publicamente crenças racistas,

não deixando, no entanto, de exprimir atitudes e crenças racistas. Como Vala refere em 1999, não é o processo de construção da identidade ou o processo de categorização que geram discriminação ou preconceito, mas a discriminação e o preconceito que reflectem as relações sociais onde ocorrem e as legitimam, quer através da idealização do endogrupo, quer através da construção de uma imagem negativa sobre os exogrupos relevantes.

A expressão mais subtil do racismo encontrada traduz-se, não tanto através da expressão de uma imagem negativa do exogrupo, mas antes através da expressão de uma imagem mais positiva do endogrupo do que do exogrupo (Vala *et al.*, 1999).

O fenómeno da perspectivação do outro, em geral e do racismo, em particular é um fenómeno de extrema complexidade. Conscientes dessa realidade, sentiu-se necessidade de centrar a investigação em alguns fenómenos particulares, em proceder a selecções de micro-objectos no seio do objecto geral do estudo.

Alguns dos conceitos abordados parecem-nos encerrar limitações, como é o caso do conceito de atitude que, na nossa perspectiva, deverá ser entendido enquanto uma representação. O nível ideológico de análise revela-se um nível de análise perfeitamente central e inquestionável, fundamental para visualizar áreas de penumbra que, de outra forma, permanecerão sempre áreas de penumbra na Psicologia Social. Parece-nos que deverá ser no sentido da integração deste nível de análise que a investigação deverá ser desenvolvida neste domínio, tendo esta investigação deixado muitos pontos de estudo em aberto.

Após a discussão destes aspectos, cumpre tecer algumas reflexões sobre a relação entre nós e os outros na sociedade Portuguesa de hoje. Será que, como comenta Vieira (1991: 6), a convivência racial só é possível na campanha publicitária da *Benetton* que invade as ruas com cartazes de crianças e jovens de todas as cores? Como é possível estabelecer uma relação com o outro, sem que nos sintamos ameaçados?

Se é verdade que as designações não trazem todas as soluções, o facto é que acreditamos profundamente numa palavra (e é possível acreditar em palavras) e essa palavra é intercultural ou, se preferirmos, olhar intercultural ou ainda, postura intercultural, entendendo postura enquanto posição do corpo e da mente. Esta ideia foi já amplamente exposta na conclusão da nossa Dissertação de Mestrado (Miranda, 1994) e não pretendemos repeti-la, mas apenas reafirmá-la.

Assim, a conquista de uma postura intercultural em relação ao outro, e sublinhe-se que se trata de uma verdadeira conquista, implica que nos consciencializemos de que o outro é diferente de nós, o que implica uma relativização do nosso próprio sistema de valores e, em última instância, um movimento de descentração. Implica, ainda, que perspectivemos o outro como igual, porque partilhando uma humanidade comum.

Nesta linha, Edgar Morin (sd.: 19) fez referência a uma *consciência antropológica*, à consciência de que existe uma unidade fundamental: genética, cerebral, psíquica, do género humano; de que a "humanidade" não cessa-tal como, segundo Lévi-Strauss (citado por Ladmiral e Lipianky, 1989: 137) determinadas tribos acreditavam-nas fronteiras da nossa tribo, do nosso grupo linguístico ou da nossa aldeia.

Um dos objectivos da postura intercultural é possibilitar ao indivíduo a transição do imaginário para o real, deixar de deter uma imagem, tantas vezes falaciosa, do outro para passar a contactar, de facto, com esse outro, que se compreenda a sua evolução, que se adquira uma visão desenvolvimentista e não estaticista, isto é, que se reconheça que as culturas têm origem noutras aparentemente muito diferentes.

Em última instância, a postura intercultural não requer apenas uma nova atitude face aos outros, mas também uma nova atitude face a nós mesmos e face à nossa relação com esses mesmos outros.

O que torna este processo difícil e moroso é o facto de muito do que pensamos e das representações que nos foram sendo legadas desde o início da nossa vida enquanto indivíduos, ter que ser alterado:

[...] The first process we may have to consider is to “unlearn”, as Raymond Williams says, “the inherently dominative mode [...]”. Gundara (1990: 107)

No processo de aprendizagem e de reaprendizagem por parte das novas gerações, a educação é a peça chave. Livros de carácter pedagógico como o de Jean (1997): *O racismo contado às crianças*, o de Ben Jelloun (1998): *O racismo explicado aos jovens* ou o de Annette Wieviorka (1999): *Auschwitz explicado à minha filha*, podem desempenhar um papel importante, quando integrados num currículo verdadeiramente facilitador do reconhecimento do diferente.

Para concluir fiquemos com as palavras de Jacques Santer (Eurobaromètre, 1997: 68):

la lutte contre le racisme fait partie de la construction de l'Europe, étant donné que le racisme s'oppose à tout ce que l'Europe représente en termes de démocratie, de tolérance et de respect de la dignité humaine.

Bibliografia

-Abric, J.C. (1987). *Coopération, compétition et représentations sociales*. Friburgo: Delval.

-Adorno, T.W.; Frenkel-Brunswik, E.; Levinson, D.J. & Sanford, R.N. (1950). *The authoritarian personality*. Nova Iorque: Harper & Row Publishers.

-Albuquerque, R.; Ferreira, L. & Viegas, T. (2000). *O fenómeno associativo em contexto migratório. Duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal*. Oeiras: Celta.

-Allport, G.W. (1954/79). *The nature of prejudice*. Cambridge/Massachusetts: Addison-Wesley.

-Almeida, J. F. (1990). *Portugal. Os próximos 20 anos. Valores e representações sociais* (Vol. 8). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

-Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas. (1998). *Relatório do Ano Europeu contra o Racismo*. Lisboa.

-Amâncio, L. (1988). Dimensões de comparação e discriminação intergrupos-Uma abordagem psicossociológica das relações entre grupos "dominantes" e "dominados". *Análise Psicológica*, 3-4 (VI): 307-319.

-Amâncio, L.(1993a). Género-representações e identidades. *Sociologia-Problemas e Práticas*, 14: 127-140.

-Amâncio, L. (1993b). Identidade social e relações intergrupais. In J. VALA & B. MONTEIRO (Orgs.). *Psicologia Social* (pp. 287-307). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

-Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino. A construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.

-Amâncio, L. (1993c). Níveis de análise no estudo da identidade social. *Análise Psicológica*, 2 (11): 213-221.

-Amâncio, L. (1998). Sexismo e racismo-dois exemplos da exclusão do “Outro”. In ARAÚJO, H. G.; SANTOS, P.M. & SEIXAS, P.C. (Orgs.). *Nós e os Outros: a exclusão em Portugal e na Europa* (pp.79-88). Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

-Amâncio, L. (1987). Social differentiation between "dominant" and "dominated" groups: toward an integration of social stereotypes and social identity. *European Journal of Social Psychology*, 19 (1): 1-10.

-Amâncio, L. (1997). The importance of being male: ideology and context in gender identities. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 2: 79-94.

-Amâncio, L. & Carapinheiro, G. (1990). Dominância, poder e saber. Formas de legitimação da autoridade científica e técnica na sociedade portuguesa (Relatório final PCTS/C/FSC/63/90), Lisboa.

-Amaral, A.; Alexandre, E.; Nunes, J.P.; Farinha, M.; Videira, P. & Costa, P.M. (s.d.). *Guia dos direitos e deveres dos estrangeiros*.(s.l.): SOS-Racismo.

- Apfelbaum, E. (1979). Relations of domination and movements for liberation: an analysis of power between groups. In W.G. AUSTIN & S. WORCHEL (Eds.). *The social psychology of intergroup relations* (pp.188-204). Monterey: Brooks/Cole Publishing Company.
- Appignanesi, R. & Garratt, Ch. (1997). *Pós-modernismo para principiantes*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Araújo, H.G. ; Santos, P.M. & Seixas, P.C. (1998). *Nós e os Outros: a exclusão em Portugal e na Europa*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- Arnould, M. (1991a, Novembro). L'Europe à la recherche d'une nouvelle donne. *Forum du Conseil de l' Europe*: 40,41,43.
- Arnould, M. (1991b, Setembro). Les villes face à l' immigration. *Forum du Conseil de l' Europe*: 42-44.
- Arnould, M. (1991c, Fevereiro). Mieux protéger les minorités. *Forum du Conseil de l' Europe*: 20-22.
- Assembleia da República. (1992). *Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre a proposta de resolução que aprova, para adesão, o protocolo de adesão do governo da República Portuguesa ao acordo entre os governos dos Estados da União Económica Benelux, da República Federal da Alemanha e da República Francesa relativo à supressão gradual dos controlos nas fronteiras comuns assinado em Shengen a 14 de Junho de 1985, e o acordo de adesão da República Portuguesa à Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen*, Lisboa.

- Augoustinos, M. & Walker, I. (1995). *Social cognition. An integrated introduction*. Londres/California/Nova Deli: Sage.
- Austin, W.G. & Worchel, S. (1979). *The social psychology of intergroup relations*. Monterey/California: Brooks/Cole Publishing Company.
- Babad, E.Y.; Birnbaum, M. & Benne, K.D. (1983). *The social self. Group influences on personal identity*. Beverly Hills: Sage.
- Baganha, M.I. (1998). *Immigrants insertion in the informal economy: the portuguese case* (Relatório policopiado). Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais.
- Banton, M. (1991). Race. In E.E. CASHMORE; M. BANTON; R. MILES; B. TROYNA & L. van der BERGHE. *Dictionary of race and ethnic relations* (pp. 235-237). Londres: Routledge.
- Bastos, J.G. (2000). *Portugal europeu. Estratégias identitárias inter-nacionais dos Portugueses*. Oeiras: Celta.
- Beaud, S. & Noiriel, G. (1989). L' "assimilation", un concept en panne. *Revue Internationale d'Action Communautaire*, (21/61): 63-76.
- Ben Jelloun, T. (1998). *O racismo explicado aos jovens*. Lisboa: Editorial Presença.
- Billig, M. (1996). Nationalism as an international ideology: imagining the Nation, Others and the world of nations. In G.M. BREAKWELL & E. LYONS

(Eds.). *Changing european identities. Social psychological analysis of social change*. (pp.181-194). Oxford: ButterWorth-Heinemann.

-Billig, M. (1984). Racisme, préjugés et discrimination. In S. MOSCOVICI (Ed.). *Psychologie sociale* (pp.449-472). Paris: PUF.

-Billig, M. (1976). *Social psychology and intergroup relations*. Londres: Academic Press.

-Billig, M. (1993). Studying the thinking society: social representations, rhetoric, and attitudes. In G.M. BREAKWELL & D.V. CANTER (Eds.). *Empirical approaches to social representations* (pp. 39-62). Oxford: Clarendon Press.

-Billig, M. & Tajfel, H. (1973). Social categorization and similarity in intergroup behavior. *European Journal of Social Psychology*, 3: 27-52.

-Blanc, M. (1992, Janeiro). Un mythe persistant. La raison du plus blanc. *Le Nouvel Observateur*, 1420: 14-15.

-Blanz, M.; Mummendey, A.; Mielke, R. & Klink, A. (1998). Responding to negative social identity: a taxonomy of identity management strategies. *European Journal of Social Psychology*, 28: 697-729.

-Bourdieu, P. (1980). L'identité et la représentation. Éléments pour une réflexion critique sur l'idée de région. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. 35: 63-72.

-Bourhis, R.Y.; Gagnon, A. & Moïse, L.C. (1994). Discrimination et relations intergroupes. In R.Y. BOURHIS & J.Ph. LEYENS (Eds.). *Stéréotypes, discrimination et relations intergroupes* (pp. 161-200). Liege: Mardaga.

-Branscombe, N. & Ellemers, N. (1998). Coping with group-based discrimination: individualistic versus group-level strategies. In J. SWIM & Ch. STANGOR (Eds.). *Prejudice. The target's perspective* (pp.243-266). California: Academic Press.

-Breakwell, G.M. & Canter, D.V. (1993). Aspects of methodology and their implications for the study of social representations. In G.M. BREAKWELL & D.V. CANTER (Eds.). *Empirical approaches to social representations* (pp.1-11). Oxford: Clarendon Press.

-Breakwell, G.M. & Lyons, E. (1996). *Changing european identities. Social psychological analysis of social change*. Oxford: Butterworth-Heinemann.

-Breakwell, G.M. & Cantor, D.V. (1993). (Eds.). *Empirical approaches to social representations*. Oxford: Clarendon Press.

-Brewer, M. B. (1979). The role of ethnocentrism in intergroup conflict. In W.G. Austin & S. WORCHEL (Eds.). *The social psychology of intergroup relations* (pp.71-84). Monterey: Brooks/Cole Publishing Company.

-Brewer, M.B. & Kramer, R.M. (1985). The psychology of intergroup attitudes and behavior. *Annual Review of Psychology*, 36: 219-243.

-Brown, R. (1984). The role of similarity in intergroup relations. In H. TAJFEL (Ed.). *The social dimension* (Vol.2, pp.603-623). Cambridge: Cambridge University Press.

-Brown, R. & Deschamps, J.-C. (1980/81). Discriminations entre individus et entre groupes. *Bulletin de Psychologie*, 34 (348): 185-195.

-Cabecinhas, R. (1994). Assimetrias na percepção dos outros. Para uma abordagem psicossociológica do processamento da informação sobre grupos sociais. ISCTE: Lisboa (Dissertação de Mestrado não publicada).

-Cabecinhas, R. (1996). Enviesamentos na percepção dos grupos sociais: o papel da posição social e do contexto. *Análise Psicológica*, 1 (14): 73-86.

-Cabecinhas, R. & Amâncio, L. (1999). Asymmetries in the perception of other as a function of social position and context. *Swiss Journal of Psychology*. 58 (1): 40-50.

-Cabo Verde lidera lista de imigração legal. *Expresso*, 28 de Outubro de 2000, 2º caderno-Economia: 32.

-Cabral, M.V.; Vala, J.; Freire, J. & Ramos, A. (1998). *Atitudes sociais dos portugueses. Orientações perante o trabalho. Base de Dados 1997*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

-Cabral, M.V. & Pais, J.M. (Coords.),(1998). *Jovens portugueses de hoje*. Lisboa: Celta.

- Camilleri, C.; Kastarsztein, J.; Lipiansky, E.M.; Malewska-Peyre, H.; Taboada-Leonetti, I & Vasquez, A. (1990). *Stratégies identitaires*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Campbell, D.T. (1967). Stereotypes and the perception of group differences. *American Psychologist*, 22: 817-829.
- Capozza, D. & Volpato, Ch. (1994). Relations intergroupes: approches classiques et contemporaines. In R.Y. BOURHIS & J.Ph. LEYENS (Eds.). *Stéréotypes, discrimination et relations intergroupes* (pp.13-39). Liege: Mardaga.
- Cardoso, M. E. (1988). Uma concepção fraca de nacionalidade. Observações sobre identidade e comunidade. *Análise Social*, 24 (101-102): 807-813.
- Carmo, H. (1999). *Desenvolvimento comunitário*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carmo, H. (1996). (Org.). *Exclusão social. Rotas de intervenção*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Carmo, H. (2000). *Intervenção social com grupos*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carvalho, B.F. (1992, Outubro). Gente sem nome. *Sábado*: 24-27.
- Cashmore, E.; Banton, M.; Miles, R.; Troyna, B. & van der Berghe, L. (1991). *Dictionary of race and ethnic relations*. Londres: Routledge.
- Castanheira, J. P. (1991a, Dezembro 14). As diferenças portuguesas. *Expresso*: 9.

- Castanheira, J. P. (1991b, Dezembro 14). 5 milhões de estrangeiros. *Expresso*: 10.
- Castanheira, J. P. (1991c, Dezembro 14). Novos muros. *Expresso*: 7-12.
- Castelo, C. (1998). "O modo português de estar no mundo". *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Codol, J.P. (1982a). *Cognitive analysis of social behavior*. The Hague/Boston/Londres: Martinus Nijhoff Publishers.
- Codol, J.P. (1982b). Differentiating and non-differentiating behavior: a cognitive approach to the sense of identity. In J. Ph. LEYENS (Ed.). *Cognitive analysis of social behavior* (pp. 267-293). Holanda: Martinus Nijhoff Publishers/The Hague.
- Codol, J.P. (1975). On the so-called "superior conformity of the self" behaviour: 20 experimental investigations. *European Journal of Social Psychology*. 5: 457-501.
- Codol, J. P. (1984). Social differentiation and non-differentiation. In H. TAJFEL (Ed.). *The social dimension* (Vol.1, pp.314-337). Cambridge: Cambridge University Press.
- Cohen, R. (1995, Abril). *Constructing the alien: seven theories of social exclusion*. Comunicação apresentada na Conferência "Imigração, Estereótipos e Preconceito", Universidade de Roma "La Sapienza", Roma.
- Conde, I. (1990). Identidade nacional e social dos jovens. *Análise Social*, 25 (108-109): 675-693.

- Connerton, P. (1993). *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta.
- Convenção de Aplicação do Acordo de Shengen de 14 de Junho de 1985 entre os governos dos Estados da União Económica Benelux, da República Federal da Alemanha e da República Francesa relativamente à supressão gradual dos controlos nas fronteiras comuns. (1990). Lisboa.
- Cunha, M.M. (1994). A identidade como memória. In *Dinâmicas multiculturais: novas faces, outros olhares* (pp. 37-40). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Deschamps, J.-C. (1979). Différentiation catégorielle et différenciation de soi par rapport à autrui. *Recherches de Psychologie Sociale*, 1: 29-38.
- Deschamps, J.-C. (1982a). Différenciations entre soi et autrui et entre groupes. In J.Ph. LEYENS (Ed.). *Cognitive analysis of social behavior* (pp.247-266). Holanda: Martinus Nijhoff Publishers/The Hague.
- Deschamps, J.C. (1987). L'individuel et le collectif dans la représentation de soi. In J. KELLERHALS & C. LALIVE d'EPINAY (Orgs.). *La représentation de soi. Études de sociologie et d'ethnologie*. Département de Sociologie: Université de Genève.
- Deschamps, J.C. (1982b). Social identity and relations of power between groups. In H. TAJFEL (Org.). *Social identity and intergroup relations*. Londres/Paris: Cambridge University Press/Maison des Sciences de l'Homme.
- Deschamps, J.-C. (1980). L'identité sociale et les rapports de domination. *Revue Suisse de Sociologie*, 6 (1): 111-122.

-Deschamps, J.-C. (1984). The social psychology of intergroup relations and categorical differentiation. In H. TAJFEL (Ed.). *The social dimension. European developments in social psychology* (Vol. 2, pp. 541-559). Cambridge: Cambridge University Press.

-Deschamps, J.-C. & Doise, W. (1988). Similar or different? Young immigrants in the genevan educational context. In D. CANTER; J. CORREIA-JESUÍNO; L. SOCZKA, & G.M. STEPHENSON (Eds.). *Environmental social psychology* (pp. 222-230). Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

-Deschamps, J.-P. & Lorenzi-Cioldi, F. (1981). "Egocentrisme" et "sociocentrisme" dans les relations entre groupes. *Revue Suisse de Psychologie*, 2: 108-131.

-Dias, M.R.; Ferrer, J.G. & Rigla, F.R. (1997). Investigação transcultural sobre atitudes face aos imigrantes: estudo piloto em Lisboa. *Sociologia-Problemas e Práticas*, 25: 139-153.

-Doise, W. (1976/1983). *A articulação psicossociológica e as relações entre os grupos*. Lisboa: Morais Editores.

-Doise, W. (1988). Individual and social identities in intergroup relations. *European Journal of Social Psychology*, 18: 99-111.

-Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Paris: P.U.F.

-Doise, W. (1987). Le social et l'individuel: théories générales et recherches intergroupes. *Psychologie et Éducation*, 11: 57-74.

- Doise, W. (1984). Social representations, intergroup experiments and levels of analysis. In R.M. FARR & S. MOSCOVICI (Orgs.). *Social representations*. Londres/Paris: Cambridge University Press/Maison des Sciences de l'Homme.
- Doise,W. & Lorenzi-Cioldi, F. (1989). Patterns of differentiation within and between groups. In J.P. van OUDENHOVEN & T. M. WILLEMSEN (Eds.). *Ethnic minorities. Social psychological perspectives* (pp.43-57). Amesterdão/Lisse: Swets & Zeitlinger.
- Doise, W.; Deschamps, J.-C. & Meyer, G. (1978). The accentuation of intra-category similarities. In H. TAJFEL (Ed.). *Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup relations* (pp.159-168). Londres/Paris: Academic Press/ Maison des Sciences de l'Homme.
- Dorai, M. & Deschamps, J.-C. (1991). Les représentations sociales de la C.E.E. Comparaisons de deux groupes d'étudiantes françaises et suisses. *Intercultures*, 12: 33-44.
- Echebarría, A.E. & Gonzalez, J.L. (1996). Images of immigrants: a study on the xenophobia and permeability of intergroup boundaries. *European Journal of Social Psychology*. 26: 341-352.
- Eiser, J.R. (1980). *Cognitive social psychology. A guidebook to theory and research*. Reino Unido: McGraw-Hill.
- Eley, G. & Suny, R.G. (1996). Introduction: from the moment of social history to the work of cultural representation. In G. ELEY & R. G. SUNY (Eds.). *Becoming national* (pp. 3-37). Nova Iorque/Oxford: Oxford University Press.
- Enciclopédia Visum, Lisboa: Verbo (Vol. 4).

-Enzmann, D. (1997). RanEigen: a program to determine the parallel analysis criterion for the number of principal components. *Applied Psychological Measurement*, 21 (3): 232.

-ERCOMER (1996). *European directory of migrant and ethnic minority organisations*. Utrecht: ERCOMER.

-Esteves, M.C. (Org.). (1991). *Portugal, país de imigração*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

-Eurobaromètre standard.(1996): 46.

-Eurobaromètre standard.(1997): 48.

-Fafe, J. F. (1992, Abril 27). A alteridade portuguesa. *Diário de Notícias*: 9,18.

-Ferguson, G.A. & Takane, Y. (1989). *Statistical analysis in psychology and education*. Singapura: McGraw-Hill.

-Fernandes, A.A. (1998). Identidade nacional e cidadania europeia. In M.V. CABRAL & J.M. PAIS (Coords.). *Jovens portugueses de hoje* (pp.307-357). Lisboa: Celta.

-Fernandes, J. M. (1995a, Agosto 2). A face escondida do racismo. *Público*: 2-5.

-Fernandes, J. M. (1995b, Agosto 2). Orgulhosamente nós? *Público*: 3.

-Fernandes, J.M. (1992, Agosto 2). Racista? Eu? *Público*: 2-5.

-Ferreira, J.M. (1988). *Portugal. Os próximos 20 anos. Posição de Portugal no Mundo.* (Vol. 4). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

-Ferreira, L.E. (1998). *A construção da intersubjectividade em espaço intercultural. O papel das interações sociais no desenvolvimento cognitivo.* Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

-Fiske, S.T. & Taylor, S.E. (1984). *Social cognition.* Reading, MA: Addison-Wesley.

-França, L.C. (1992). *A comunidade cabo-verdiana em Portugal.* Estarreja: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

-Frente Anti-Racista. (1994). *Dossier anti-racista* (Vol. 1).(s.l.)

-Gama, J. (Novembro de 1998). Discurso proferido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros na Conferência sobre *Mundialização, Migrações e Desenvolvimento.* Lisboa: Centro Cultural de Belém.

-Garcia, J.L. (2000). *Migrações e relações multiculturais. Uma bibliografia.* Oeiras: Celta.

-Giddens, A. (1997). *Sociologia.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

-Goffman, E. (1973). *La mise en scène de la vie quotidienne.* Paris: Les Éditions de Minuit & Erwing Goffman.

-Goffman, E. (1993). *A apresentação do eu na vida de todos os dias.* Lisboa: Relógio d'Água.

-Gonçalves, A. (1996). *Imagens e clivagens. Os residentes face aos emigrantes*. Porto: Edições Afrontamento.

-Grupo “Contra a Corrente” (1991, Outubro). *A propaganda do Front-National de Jean-Marie Le Pen*. Comunicação apresentada numa sessão do grupo, Porto.

-Guéguen; N. (1999). *Manual de Estatística para Psicólogos*. Lisboa: Climepsi Editores.

-Guerraoui, Z. & Troadec, B. (2000). *Psychologie interculturelle*. Paris: Armand Collin.

-*Guia Anti-Racista 1* (1992). Lisboa: SOS Racismo.

-*Guia Anti-Racista 2* (1996). Lisboa: SOS Racismo.

-Gundara, J.S. (1990). Societal diversities and the issue of “The Other”. *Oxford Review of Education*, 16 (1): 97-109.

-Hagendoorn, L. (1998, Maio). Nationalism. Comunicação apresentada na 2ª Summer School *Research on ethnocentrism, racism and nationalism*, Barcelona.

-Hamilton, D.L. (1981). Cognitive representations of persons. In E.T. HIGGINS; C.P. HERMAN & M.P. ZANNA (Eds.). *Social Cognition: The Ontario Symposium* (Vol. 1, pp.135-159). Hillsdale, N.J. : Erlbaum.

-Hannoun, H. (1987). *Les ghettos de l' école*. Paris: Éditions E.S.F.

-Hettlage-Varjas, A. & Hettlage, R. (1994). La haine de l'étranger. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 10 (2): 45-55.

-Hogg, M.A. & Abrams, D. (1992). *Social identifications. A social psychology of intergroup relations and group processes*. Guilford: Biddles Ltd.

-Hopkins, N. & Reicher, S. (1996). The construction of social categories and processes of social change: arguing about national identities. In G.M. BREAKWELL & E. LYONS (Eds.). *Changing european identities* (pp.69-93). Oxford: Butterworth-Heinemann.

-Horta, A. (2000). *Constructing otherness: nationhood and immigration politics in portuguese post-colonial society*. Dissertação de doutoramento. Vancouver: Simon Fraser University.

-Hughes, R. (1992, Fevereiro). The fraying of America. *Time*: 44-49.

-Inglehart, R. (1995). Modification des valeurs, développement économique et évolution politique. *Revue internationale des Sciences Sociales*, 145: 433-460.

-Instituto de Ciências Sociais (1994). *Dinâmicas multiculturais: novas faces outros olhares*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

-Jacquard, A. (1978). *Elogio da diferença. A genética e os homens*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

-Jean, G. (1997). *O Racismo contado às crianças*. Lisboa: Terramar.

- João, M.I. (1999). *Memória e império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Dissertação de doutoramento em História Contemporânea. Lisboa: Universidade Aberta.
- Judd, Ch.L. & Park, B. (1993). Definition and assesment of accuracy in social stereotypes. *Psychological Review*, 100 (1): 109-128.
- Kadaré, I. (1991, Julho 12). As migrações ameaçam a paz no mundo. *Público*: 19.
- Klingbeil, P. (1991, Setembro). L' Europe face aux réfugiés et aux migrants. *Forum du Conseil de l' Europe*: 20-22.
- Kuin, S. (1995, Abril 8). A exclusão entre os mundos. *Expresso*: 22.
- Ladmiral, J.-R. & Lipiansky, E.M. (1989). L' ouverture à l' altérité culturelle. In *La communication interculturelle* (pp. 135-161). Paris: Armand Colin.
- Lapeyronnie, D. (s.d.). L'intégration des minorités immigrées. In D. LAPEYRONNIE (Org.). *Les politiques locales d' intégration des minorités en Europe et aux États-Unis*. (pp.2-24). (s.l.): Agence pour de Développement des Relations Interculturelles.
- Leitão, J. (1991). *A situação dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa. 1990-1991*. Lisboa. (policopiado)
- Leitão, J. (1998). *Relatório do Ano Europeu contra o racismo*.(policopiado)

- Lemaine, G.; Kastarszein, J. & Personnaz, B. (1978). Social differentiation. In H. TAJFEL (Ed.). *Differentiation between social groups. Studies in the social psychology of intergroups relations* (pp. 269-300). Londres: Academic Press.
- Les documents du Nouvel Observateur. L' Europe multiraciale.* (1989). Paris: Le Nouvel Observateur du Monde (vol. 4).
- Lévi-Strauss, C. (1973). *Raça e História.* Lisboa: Editorial Presença.
- Levine, R. A. & Campbell, D. Th. (1972). *Ethnocentrism: theories of conflict, ethnic attitudes and group behaviour.* Canada: John Wiley & Sons.
- Leyens, J.-P.; Yzerbyt, V. & Schadron, G. (1994). *Stereotypes and social cognition.* Londres/ California/ Nova Deli: Sage.
- Lima, A.G. (Org.) (1995). Racismo e xenofobia. *Ethnologia.* Lisboa: Cosmos.
- Lisboa, J. (1995, Abril 8). Escutar o planeta. *Expresso*: 114-119.
- Livraga, J.; Guzmán, D.; Schwarz, F. (1997). *O Racismo.* Lisboa: Edições Nova Acrópole.
- Lopes, S. (1992). Le Portugal et ses immigrés. *Migrations. Société*, 4(19): 69-76.
- Lopes, S. (s.d.). Os portugueses e as metamorfoses do racismo em França. Faculdade de Economia do Porto (policopiado).
- Lorenzi-Cioldi, F. (1988). *Individus dominants et groupes dominés. Images masculins et féminines.* Grenoble: Presses Universitaires.

-Lorenzi-Cioldi, F. & Doise, W. (1994). Identité sociale et identité personnelle. In R.Y. BOURHIS & LEYENS, J.-PH. (Eds.). *Stéréotypes, discrimination et relations intergroupes* (pp.69-96). Liege: Mardaga.

-Lorenzi-Cioldi, F. & Doise, W. (1990). Levels of analysis and social identity. In D. ABRAMS & M.A. HOGG (Eds.). *Social identity theory: constructive and critical advances and research*. Londres: Harvester.

-Lourenço, E. (1997). *Nós como futuro*. Lisboa: Pavilhão Portugal-Expo'98/Assírio & Alvim.

-Lourenço, E. (1990). *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

-Lourenço, E. (1999). *Portugal como destino seguido de Mitologia da saudade*. Lisboa: Gradiva.

-Maalouf, A. (1998). *As identidades assassinas*. Algés: Difel.

-Machado, F.L. (1992). Etnicidade em Portugal. Contrastes e politização. *Sociologia- Problemas e Práticas*, 12: 123-136.

-Machado, F.L. (1993). Etnicidade em Portugal. O grau zero de politização. In M.B. da SILVA; BAGANHA, M.I.; MARANHÃO, M.J. & PEREIRA, M.H. (Orgs.). *Emigração/imigração em Portugal. Actas do "Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)"* (pp.407-414). Algés: Editorial Fragmentos.

-Magalhães, I. (1994). *Goeses em Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta.

-Malewska-Peyre, H. (1990). Le processus de dévalorisation de l'identité et les stratégies identitaires. In C. CAMILLERI; J. KASTERSZTEIN; E.M. LIPIANSKY; H. MALEWSKA-PEYRE; I. TABOADA-LEONETTI & A. VASQUEZ. *Stratégies identitaires* (pp. 111-141). Paris: Presses Universitaires de France.

-Marques, J.M. (1986). *Toward a definition of social processing of information: an application to stereotyping*. Dissertação de doutoramento não publicada, Universidade Católica de Louvaina, Louvaina.

-Marques, L.G. (1993). *The importance of being incongruent: how memorable would an uncultured librarian be. Towards a resolution of the apparent discrepancy between expectancy-based illusory correlations and incongruent effects*. Dissertação de doutoramento não publicada, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa.

-Marques, L.G. & Oliveira, J.M. (1988). National identities and levels of categorization: self-stereotypes, attitudes and perception of other nationalities. In D. CANTER; CORREIA-JESUÍNO, J; SOCZKA, L. & STEPHENSON; G.M.

-Mattoso, J. (1998). *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva/Fundação Mário Soares.

-Memmi, A. (1993). *O Racismo*. Lisboa: Caminho.

- Messick, D.M. & Mackie, D.M. (1989). Intergroup relations. *Annual Review of Psychology*, 40: 45-81.
- Middleton, D. & Edwards, D. (Eds.). (1990). *Collective remembering*. Londres/Nova Deli/California: Sage.
- Miles, R. (1991). Racialization. In E.E. CASHMORE, M. BANTON, M. MILES, B. TROYNA & L. van der BERGHE (Org.). *Dictionary of race and ethnic relations* (pp. 246-247). Londres: Routledge.
- Miles, R. (1995). Racismo institucional e relações de classe: uma relação problemática. In M. WIEVIORKA. *Racismo e modernidade* (pp. 161-177). Venda Nova: Bertrand Editora.
- Milner, D. (1984a). Racial prejudice. In J.C. TURNER & H. GILES (Eds.). *Intergroup behavior* (pp. 102-143). Oxford: Basil Blackwell Publishers.
- Milner, D. (1984b). The development of ethnic attitudes. In H. TAJFEL (Ed.). *The social dimension. European developments in social psychology* (Vol. 1, pp. 89-110). Cambridge: Cambridge University Press.
- Miranda, J.C. (1998a). Comportamento intergrupar-revisão de literatura. *Análise Psicológica*, 4 (16): 599-614.
- Miranda, J.C. (1996). Estereótipos sociais. Definição e abordagens. *Psicologia*, 11(2/3): 101-120.
- Miranda, J.C. (1995). Olhares sobre os minoritários. *Discursos*. 10: 143-159.

-Miranda, J.C. (1994). Os estereótipos que os “Portugueses” desenvolvem sobre os grupos étnicos residentes em Portugal. Lisboa: Universidade Aberta (Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais).

-Miranda, J.C. (1998b). Portogallo: stereotipi dei gruppi etnici. In M. Delle Donne (Org.). *Relazioni etniche stereotipi e pregiudizi* (pp.125-132). Roma: EdUP.

-Mlicki, P.P. & Ellemers, N. (1996). Being different or being better? National stereotypes and identifications of Polish and Dutch students. *European Journal of Social Psychology*, 26: 97-114.

-Molina, C.A. (1998, Maio 16). Las complejas relaciones entre Portugal y España. *El País*: 12-13.

-Monteiro, M.B. (1993). Conflito e cooperação nas relações intergrupais. In J. VALA & M.B. MONTEIRO (Coords.). *Psicologia Social* (pp. 309-352). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

-Monteiro, M.B.; Lima, M.L. & Vala, J. (1991). Identidade social. Um conceito chave ou uma panaceia universal? *Sociologia-Problemas e Práticas*, 9: 107-120.

-Monteiro, N.G. & Pinto, A.C. (1998). Cultural myths and portuguese national identity. In A.C. PINTO (Ed.). *Modern Portugal* (pp. 207-217). California: The Society for the Promotion of Science and Scholarship, Inc.

-Morin, E. (s.d.). *Os problemas do fim de século*. Lisboa: Editorial Notícias.

-Moscovici, S. (1989). Des représentations collectives aux représentations sociales: elements pour une histoire. In D. JODELET (Ed.). *Les représentations sociales* (pp.62-86). Paris: PUF.

- Moscovici, S. (1982). The coming era of representations. In J.P. LEYENS (Ed.). *Cognitive analysis of social behavior* (pp.115-150). Holanda: Martinus Nijhoff Publishers/The Hague.
- N'ganga, J.P. (1995). *Preto no branco. A regra e a exceção*. Porto: Afrontamento.
- Neto, F. (s.d.). *Estudos de psicologia intercultural. Nós e os Outros*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian / JNICT.
- Neto, F. (1993). *Psicologia da Migração Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Neto, F. (1998). *Psicologia Social I*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Neto, M.M. (1996). *Nós e os outros. Dinâmicas intergrupais: turismo e identidade social no Algarve*. Dissertação de Mestrado não publicada, ISCTE, Lisboa.
- Nicolás, J.D. (1999). *Los españoles y la inmigración*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales.
- Norte, H. (1992, Maio 23). Racismo ganha força nas crises económicas-reconhece Sérgio Lopes. *Jornal de Notícias*.
- Oliveira, M. (Org.) (1988). *Sentir o racismo e a xenofobia*. Lisboa: SOS-Racismo.

-Oliveira, J.M.; Marques, L.G. & Jesuino, J.C. (s.d.) A imagem do Outro no grande público-uma abordagem psico-social (policopiado).

-Oliveira, J.M. (1992). *"Todos os estrangeiros são iguais mas uns são mais iguais do que outros": O estudo da identidade nacional em contexto alargado*. Comunicação apresentada no Congresso Ibero-Americano de Psicologia, Madrid.

-Oommen, T.K. (1994). Estado, nação e etnia: os laços processuais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 39: 3-29.

-Organização das Nações Unidas (1999). *Relatório do desenvolvimento humano 1999*. Lisboa: Trinova Editora.

-Pais, J.M. (Coord.) (1998). *Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

-Palma Carlos, L. (1992). Imigração e integração. In M.B. SILVA; BAGANHA, M.I.; MARANHÃO, M.J. & PEREIRA, M.H. (Orgs.). *Emigração/imigração em Portugal. Actas do "Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)"* (pp.415-421). Algés: Editorial Fragmentos.

-Pedrosa, I. (1992, Janeiro 25). Serge Moscovici, Sociólogo da indignação. *Expresso*: 39-41.

-Phinney, J.S. (1990). Ethnic identity in adolescents and adults: review of research. *Psychological Bulletin*, 108 (3): 499-514.

-Pires, R.P. (1992, Março 9). *As novas imigrações em Portugal*. Sessão do Seminário Minorias integrado no Mestrado em Relações Interculturais da Universidade Aberta.

- Portas, M. (1992, Setembro 5). Racismo português suave. *Expresso*: 7-11.
- Pracontal, M. de (1992a). La science et les races. *Le Nouvel Observateur*, 1420: 6-12.
- Pracontal, M. de (1992b). La science n' adoucit pas les moeurs. Préjugé contre savoir. *Le Nouvel Observateur*, 1420: 13.
- Quental, A. de (1982). *Prosas sócio-políticas*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Quintino, M. (1999). *Migrações e etnicidade em terrenos portugueses. Guineenses: Estratégias de invenção de uma comunidade*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. (Tese de doutoramento)
- Radley, A. (1994). Artefacts, memory and a sense of the past. In Middleton, D. & Edwards, D. (Eds.). *Collective remembering* (pp.46-59). Londres/Nova Deli/California: Sage.
- Reid, F. J. (1983). Polarizing effects of intergroup comparison. *European Journal of Social Psychology*, 13: 105-106.
- Ribeiro, J. (2001). *Colá S. Jon, oh que sabe! As imagens, as palavras ditas e a escrita de uma experiência ritual e social*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento/ Ministério da Informação e Cultura de Cabo Verde.
- Rocha-Trindade, M.B. (1988). Espaços de herança cultural portuguesa-gentes, factos, políticas. *Análise Social*, 24 (100): 313-351.

-Rocha-Trindade, M.B. (1990a). L'avenir des immigrés communautaires en Europe. In *L'intégration des minorités immigrées en Europe. Actas do Colóquio Internacional de Paris* (Vol. 1, pp. 65-78). Paris: Agence pour de Développement des Relations Interculturelles.

-Rocha-Trindade, M.B. (1990b). Migrações no quadro do mercado único europeu. *Análise Social*, 25 (107): 465-477.

-Rocha-Trindade, M.B. (1993a). Minorias. Polissemia do conceito e diversidade de manifestações. In M.B. SILVA; BAGANHA, M.I.; MARANHÃO, M.J. & PEREIRA, M.H. (Orgs.). *Emigração/imigração em Portugal. Actas do "Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)"* (pp.422-433). Algés: Editorial Fragmentos.

-Rocha-Trindade, M.B. (1993b). Perspectivas sociológicas da interculturalidade. *Análise Social*, 28 (123-124): 869-878.

-Rocha-Trindade, M.B. (1999). "Réseaux de transnationalité. Le cas Portugais". In *Ethnologie Française* (pp. 255-262). Paris: PUF.

-Rocha-Trindade, M.B. (Coord.) (1995). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.

-Rocha-Trindade, M.B.; Mendes, M.L. & Albuquerque, R. (1997). Educação multi/intercultural. In *Escola e comunidade local* (pp.63-76). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

-Rodrigues, J.M. (s.d.). *Ser português. Ensaio imagístico*. Lisboa: Universitária Editora.

-Roosens, E.E. (1989). *Creating ethnicity: the process of ethnogenesis*. Londres: Sage.

-Rosado, M.F. (1999). *Afecto e identidade nacional. A contribuição teórica das representações sociais para o estudo de uma imagem persistente em Portugal*. Faro, Dissertação de doutoramento não publicada. Universidade do Algarve.

-Rosch, E. (1978). Principles of categorization. In E. Rosch & B.B. Lloyd (Eds.). *Cognition and categorization* (pp.27-48). Hillsdale/ New Jersey: Erlbaum.

-Saint-Maurice, A. (1993). Cabo-verdianos residentes em Portugal-Imagens a preto e branco. In Silva, M.B. ; Baganha, M.I.; Maranhão, M.J. & Pereira, M.H. (Orgs.). *Emigração/ imigração em Portugal. Actas do "Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)"* (pp.392-406). Algés: Editorial Fragmentos.

-Saint-Maurice, A. (1997). *Identidades reconstruídas. Cabo-verdianos em Portugal*. Oeiras: Celta.

-Saint-Maurice, A. & Pena Pires, R. (1989). Descolonização e migrações. Os imigrantes dos PALOP em Portugal. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, (10-11): 203-226.

-Santos, B.S. (1994). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.

-Santos, B.S. (Org.) (1993). *Portugal: um retrato singular*. Porto: Edições Afrontamento/ Centro de Estudos Sociais.

- Sardar, Z.; Nandy, A. & Davies, M.W. (1996). *Bárbaros são os Outros-manifesto sobre o racismo ocidental*. Lisboa: Edições Dinossauro.
- Schecter, S. (1989). De l'autre: réflexions sur la différence contemporaine. *Revue Internationale d' Action Communautaire*, (21/61): 49-55.
- Schweisguth, E. (1995). Racismo e sistema de valores. In M. WIEVIORKA (Eds.). *Racismo e modernidade* (pp. 129-136). Venda Nova: Bertrand Editora.
- Schotter, J. (1990). The social construction of remembering and forgetting. In D. MIDDLETON & D. EDWARDS (Eds.). *Collective remembering* (pp.120-138). Londres/Nova Deli/California: Sage.
- Serra, P. (2000). A nova mafia. *Visão*. 30 de Novembro a 6 de Dezembro, 118-130.
- Silva, A.S. (1992, Maio). As responsabilidades históricas de Portugal. Comunicação apresentada no Seminário sobre *Racismo e Xenofobia*, Porto.
- Silva, A.S. (1994). Identidades sociais: continuidade e mudança. In Instituto de Ciências Sociais. *Dinâmicas multiculturais: novas faces, outros olhares* (pp.31-40). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Silva, M.B.; Baganha, M.I.; Maranhão, M.J. & Pereira, M.H. (Orgs.) (1993). *Emigração/ imigração em Portugal. Actas do "Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)"*. Algés: Editorial Fragmentos.
- S.O.S. Racismo (s.d.). A extrema-direita em Portugal. (s.l.).

- Soulie, G. (1989). Minorités, état et société. In A. FENET & G. SOULIER (Orgs.). *Les minorités et leurs droits depuis 1789* (pp. 40-74). Paris: L' Harmattan.
- Sowell, T. (1990). Políticas preferenciais para minorias. Uma análise. *Diálogo*, 24 (3): 58-64.
- Swim, J. & Stangor, Ch. (1998). *Prejudice. The target's perspective*. California: Academic Press.
- Taboada-Leonetti, I. (1990). Stratégies identitaires et minorités: le point de vue du sociologue. In C. CAMILLERI; J. KASTERSZTEIN; E.M. LIPIANSKY; H. MALEWSKA-PEYRE; I. TABOADA-LEONETTI & A. VASQUEZ. *Stratégies identitaires* (pp. 43-83). Paris: Presses Universitaires de France.
- Taguieff, P.-A. (1997). *Le racisme*. Paris: Flammarion.
- Tajfel, H. (1982a). *Comportamento intergrupla e psicologia social da mudança*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (Ed.). (1978a). *Differentiation between social groups. Studies in the social psychology of intergroup relations*. Londres: Academic Press.
- Tajfel, H. (1982b). Experimental studies of intergroup behaviour. In J.Ph. LEYENS (Ed.). *Cognitive analysis of social behavior* (pp.227-265). Holanda: Martinus Nijhoff Publishers/The Hague.
- Tajfel, H. (1978b). Interindividual behaviour and intergroup behaviour. In H. TAJFEL (Ed.). *Differentiation between social groups. Studies in the social psychology of intergroups relations* (pp. 29-69). Londres: Academic Press.

-Tajfel, H. (1982c). *Grupos humanos e categorias sociais-I*. Lisboa: Livros Horizonte.

-Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais-II*. Lisboa: Livros Horizonte.

-Tajfel, H. (1979). Human intergroup conflict: useful and less useful forms of analysis. In M. von CRANACH *et al.*?? (Eds). *Human ethology. Claims and limits of a new discipline*. Cambridge: Cambridge University Press.

-Tajfel, H. (1982d). Instrumentality, identity and social comparisons. In H. TAJFEL (Ed.). *Social identity and intergroup relations* (pp. 483-507). Cambridge: Cambridge University Press.

-Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. In S. MOSCOVICI (Ed.). *Introduction à la Psychologie sociale* (pp. 272-300). Paris: Larousse.

-Tajfel, H. (1978c). Social categorization, social identity and social comparison. In H. TAJFEL (Ed.). *Differentiation between social groups. Studies in the social psychology of intergroups relations* (pp. 61-76). Londres: Academic Press.

-Tajfel, H. (1982e). Social psychology of intergroup relations. *Annual Review of Psychology*, 33: 1-39.

-Tajfel, H. (1984). Social stereotypes and social groups. In J.C. TURNER & H. GILES (Eds.). *Intergroup behaviour* (pp. 144-167). Oxford: Basil Blackwell Publisher.

- Tajfel, H. (1972). Some developments in european social psychology. *European Journal of Social Psychology*, 2 (3): 307-321.
- Tajfel, H.; Billig, M.G.; Bundy, R. P. & Flament, C. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 1 (2): 149-178.
- Tajfel, H. & Fraser, C. (1978). Social psychology as social science. In H. TAJFEL e C. FRASER (Eds.). *Introducing social psychology* (pp.21-53). Londres: Penguin.
- Tajfel, H. ; Sheikh, A.A. & Gardner, R.C. (1964). Content of stereotypes and the inference of similarity between members of stereotyped groups. *Acta Psychologica*, 22: 191-201.
- Tajfel, H. & Turner, J.C. (1986). The social identity theory of intergroup behaviour. In S. WORCHEL & G.A. WILLIAM (Eds.). *Psychology of intergroup relations* (pp. 7-24). Chicago: Nelson-Hall Publishers.
- Tarnero, J. (1998). *Le racisme*. Toulouse: Éditions Milan.
- Telo, A.J. (1997). Treze teses sobre a disfunção nacional-Portugal no sistema internacional. *Análise Social*, 32 (142): 649-683.
- The Open University (1992). *Course introduction. The question of racism*. Reino Unido: The Open University.
- Tishkov, V.A. (2000). Forget the “nation”: post nationalist understanding of nationalism. *Ethnic and Racial Studies*, 23 (4): 625-650.

- Touraine, A. (1995). O racismo hoje. In M. WIEVIORKA (Ed.). *Racismo e modernidade* (pp.25-43). Venda Nova: Bertrand Editora.
- Touraine, A. (1997). *Pourrons-nous vivre ensemble? Égaux et différents*. Paris: Fayard.
- Turner, J.C. (1978). Social categorization and social discrimination in the minimal group paradigm. In H. TAJFEL (Ed.). *Differentiation between social groups. Studies in the social psychology of intergroups relations* (pp. 101-140). Londres: Academic Press.
- Turner, J.C. (1984). Social identification and psychological group formation. In H. TAJFEL (Ed.). *The social dimension* (Vol.2, pp. 518-538). Cambridge: Cambridge University Press.
- Turner, J.C. (1982). Towards a cognitive redefinition of the social group. In H. TAJFEL (Org.). *Social identity and intergroup relations* (pp.15-40). Londres/Paris: Cambridge University Press/Maison des Sciences de l'Homme.
- Vala, J. (1993). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. *Análise Social*, 28 (123-124): 887-919.
- Vala, J. (1994). Identidade, estrutura cognitiva e transformações culturais. In Instituto de Ciências Sociais. *Dinâmicas multiculturais: novas faces, outros olhares* (pp.25-29). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Vala, J. (1984). *La production sociale de la violence. Représentations et comportements*. Tese de doutoramento não publicada. Universidade Católica de Louvain/Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

-Vala, J.(Org.). (1999). *Novos racismos. Perspectivas comparativas*. Oeiras: Celta.

-Vala, J. (1993). Representações sociais-para uma psicologia social do pensamento social. In J. VALA & B. MONTEIRO (Orgs.). *Psicologia social* (pp.353-384). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

-Vala, J. (1997). Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise Social*, 32 (140): 7-29.

-Vala, J.; Brito, R. & Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

-Vala, J. & Monteiro, M.B. (Coords.). (1993). *Psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

-van den Berghe, P.L. (1991). Race. In E.E. CASHMORE; M. BANTON; R. MILES; B. TROYNA & L. van der BERGHE. *Dictionary of race and ethnic relations* (pp.237-239). Londres: Routledge.

-van Knippenberg, A.D. (1984). Intergroup differences in group perceptions. In H. TAJFEL (Ed.). *The social dimension* (pp. 560-578). Cambridge: Cambridge University Press.

-van Knippenberg, A.D. (1989). Strategies of identity management. In J.P. van OUDENHOVEN & T.M. WILLEMSSEN (Eds.). *Ethnic minorities. Social psychological perspectives* (pp. 59-76). Amesterdão/Lisse: Swets & Zeitlinger.

-van Knippenberg, A.D. (1978). Status differences, comparative relevance and intergroup differentiation. In H. TAJFEL (Org.). *Differentiation between social groups. Studies in the social psychology of intergroup relations* (pp. 171-199). Londres: Academic Press.

-van Oudenhoven, J.P. (1989). Improving interethnic relationships: how effective is cooperation? In J.P. van OUDENHOVEN & T.M. WILLEMSSEN (Eds.). *Ethnic minorities. Social psychological perspectives* (pp. 201-220). Amesterdão/Lisse: Swets & Zeitlinger.

-van Oudenhoven, J.P. & Willemsen, T.M. (Eds.). (1989a). *Ethnic minorities. Social psychological perspectives*. Amesterdão/Lisse: Swets & Zeitlinger.

-van Oudenhoven, J.P. & Willemsen, T.M. (1989b). Towards a useful social psychology for ethnic minorities. In J.P. van OUDENHOVEN & T.M. WILLEMSSEN (Eds.) *Ethnic minorities. Social psychological perspectives* (pp. 237-251). Amesterdão/Lisse: Swets & Zeitlinger.

-Valencia (Org.). Las imagenes de Europa en los europeos. (1991). *Actas de um Curso de Verão realizado em São Sebastião em Agosto de 1990*. Departamento de Psicologia Social da UPV-EHU.

-Verdú, V. (1997). *O planeta americano*. Lisboa: Terramar.

-Vessenski, V. (1992). URSS. Teremos nós alguma hipótese? *Grande Reportagem*. Fevereiro de 1992.

-Viegas; T. (1998). *Migrações e associativismo de migrantes: estudo do caso timorense*. Lisboa: CEMRI /Fundação Oriente.

- Vieira, J. (1991, Dezembro 14). Tempos difíceis, *Expresso*: 6 .

- Wetherell, M. (Ed.). (1996). *Identities, groups and social issues*. Londres/Nova Deli/California: The Open University Press.
- Wieviorka, A. (1999). *Auschwitz explicado à minha filha*. Oeiras: Celta

- Wieviorka, M. (1991). *L' espace du racisme*. Paris: Éditions du Seuil.

- Wieviorka, M. (1995). *Racismo e modernidade*. Venda Nova: Bertrand Editora.

- Worschel, S. & William, W.G. (Eds.). (1986). *Psychology of intergroup relations*. Chicago: Nelson-Hall Publishers.

- Yan, Ch. (1991). Le monde européen vu par l'empire de milieu. *Intercultures*. 12: 45-56.

Blocos multimedia

-Ferreira, L. & Ramos, N. (1997). Bloco multimédia *Cabo Verde*. Lisboa: Universidade Aberta-CEMRI (livro, videograma e diapositivos). (23")

-Magalhães, M. & Ramos, N. (1997). Bloco multimédia *Goa-Passagem de testemunho*. Lisboa: Universidade Aberta-CEMRI (livro, videograma e diapositivos). (25")

-Viegas, T. & Ramos, N. (1997). Bloco multimédia *Timor-Leste*. Lisboa: Universidade Aberta-CEMRI (livro, videograma e diapositivos). (25")

Nota: Os três blocos estão integrados no Programa "Educar para a Diversidade".

Programas de televisão

-*Casa Comum*. Programa exibido na RTP 2, em 9 de Dezembro de 1993, sob o tema "As migrações na Europa".

-*Casa Comum*. Programa exibido na RTP 2, em 23 de Dezembro de 1993, sob o tema "Racismo e xenofobia".

-Documentário *Ciganos-Vítimas ou culpados?* Programa exibido na RTP em 1996.

-*Esta Semana*. Programa exibido na SIC, em 8 de Junho de 2000, sob o tema "investigadores portugueses a trabalhar nos Estados Unidos".

-*Esta Semana*. Programa exibido na SIC, em 10 de Dezembro de 1996 sobre "Imigração clandestina".

-*Maria Elisa*. Programa exibido na RTP 1, em 24 de Maio de 1996, sob o tema "Racismo em Portugal".

-*Sub 26*. Programa exibido na RTP África, em 17 de Abril de 2000, sob o tema "Racismo".

-*Viva a Liberdade*. Programa exibido na SIC, em Janeiro de 1997, sob o tema "Ciganos em Portugal".

Videogramas

O Século do Povo (1997). BBC. (Conjunto de programas sobre acontecimentos do século XX).

Rocha-Trindade, M.B. (Coord.) (1995). *Sociologia das migrações*. Universidade Aberta.

Programas 1 a 10 (2' 39")

Sites consultados na internet

-Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

<http://www.acime.gov.pt/>

-American Psychological Association

<http://www.apa.org/>

-As Nações Unidas em português

<http://www.onuportugal.pt/>

-Dicionário Inglês-Japonês

<http://www.savergen.com>

-École des Hautes Études en Sciences Sociales: Laboratoire de Psychologie Sociale

<http://ehess.fr>

-Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa

<http://www.american-embassy>.

-Entreculturas

<http://www.min-edu.pt/entreculturas>

-European Research Centre on Migration and Ethnic Relations

<http://www.ercomer.org/>

-Fotografia da capa

<http://www.webshots.com>

-*Instituto Camões*

<http://www.instituto-camoes.pt>

-*Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*

<http://www.ics.ul.pt/>

-*Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa*

<http://www/iscte.pt>

-*Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas*

<http://www.iscsp.utl.pt>

-*Ministério da Cultura*

<http://min-cultura.pt>

-*Ministério dos Negócios Estrangeiros*

<http://www.min-nestrangeiros.pt/>

-*Olho Vivo*

<http://olhovivo.pt>

-*Organização Internacional das Migrações*

<http://www.oim.pt/>

-*PORBASE-Base Nacional de Dados Bibliográficos*

<http://www.porbase.bn.pt/>

-*Serge Moscovici*

-Correspondência: <http://www.nsu.ru/psych/internet/bits/mosc1.htm>

-Entrevista: <http://politica.eluniversal.com/sic/sic270799f.html>

-Laboratoire de Psychologie Sociale-EHESS: <http://www.ehess.fr/centres/lps>

-Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

<http://www.sef.pt>

-Sidney 2000

<http://www.olympics.com>

-Statistical Office of the European Communities-Eurostat

<http://www/europa.eu.int/en/comm/eurostat>

-SOS-Racismo

<http://sosracismo.pt/>

-Universidade Aberta

<http://www.univ-ab.pt>

-1999 World History

<http://www/infoplease.com>